

1 **13ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**
2 **BRASÍLIA, 04 DE OUTUBRO DE 2011**

3
4 **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública –**
5 **MJ -** Boa tarde a todas e todos. Já temos quorum. Eu gostaria de primeiramente
6 agradecer e também comunicar e dizer a todos que infelizmente eu posso ter que me
7 ausentar a qualquer momento porque o Ministério foi invadido e nós estamos numa
8 negociação para ver se eles desocupam lá, mas está sob controle e se eu tiver que sair
9 vou pedir desculpas. São os sem-teto, o pessoal dos sem-teto. Arrumaram um teto.
10 (risos) Como a gente vai sempre para a negociação, porque a gente entende que é
11 legítimo qualquer tipo de manifestação, então nós já estamos providenciando o
12 atendimento de uma comissão para serem ouvidos pelo Ministro da Justiça. Sem dúvida
13 nenhuma, qualquer manifestação no Ministério será bem acolhida. Nós entendemos
14 como legítimo qualquer pressão popular, não temos problema com isso. Sabemos lidar
15 bem com isso, né Cynthia? Então, estamos só contornando a situação e a minha ida
16 para lá só tem razão se o problema acentuar, mas o Maciel está controlando lá e a gente
17 tem certeza que vai dar conta. Bom, nossa Pauta? Bom, a minha intenção realmente é de
18 permanecer a tarde com os senhores e nós deixamos a reunião centrada na parte da
19 tarde, porque seria compatível com a minha agenda e acho que também o
20 desenvolvimento dos trabalhos assim permitiram. As reuniões dos grupos, a discussão do
21 grupo, agora a gente faz a reunião mais institucional e aí os senhores seguem no
22 decorrer aí da Pauta. Então nós entraremos na aprovação da Ata. Então nós teremos
23 aprovação da Ata da reunião, 12ª. Reunião Ordinária. A aprovação da Pauta para essa
24 reunião, o Decreto, apresentação da Câmara de Mobilização que vai passar para
25 amanhã, porque hoje o doutor Rossini tem um horário para vir falar com os senhores
26 sobre o DEPEN. A Câmara Técnica também pediu porque parece que precisava preparar
27 a apresentação melhor, ajustar e então essa é a alteração que a gente está propondo
28 aqui na Pauta. Então tá. Aprovação da Ata. Todos receberam a Ata anteriormente? No
29 silêncio, creio que sim. Há alguma contestação sobre a Ata? Marcos Dias, pois não?
30 Microfone, por favor, para o Conselheiro. **Marcos Dias dos Santos – Federação**
31 **Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF -** Boa tarde a todos. Marcos
32 Dias da FENAPRF. Eu só gostaria que fosse identificado ali quem é a presidenta, porque
33 só cita lá Presidenta e depois Presidente em exercício, mas não nomina. Essa é uma
34 questão. Depois na página 12 tem uma conversa entre o Major Aragon e o Almir onde é
35 perguntado se os 16 mil e 800 quilômetros de fronteira é só do Brasil com a Colômbia e o
36 Major Aragon responde que sim. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
37 **Nacional de Segurança Pública – MJ -** Nossa, mudou a geografia desse jeito? **Marcos**
38 **Dias dos Santos – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
39 **FENAPRF -** Tem alguma coisa nesse sentido no final da página. **Regina Miki –**
40 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -** Então
41 vamos lá, vamos pegar o parágrafo aí. Eu não consigo ler daqui, Marcos. Você consegue
42 ler daí? **Marcos Dias dos Santos – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
43 **Federais – FENAPRF -** Vou localizar, porque eu anotei e já te passo o número da
44 página. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança**
45 **Pública – MJ -** Pode ser em outra página, é isso? Então vê aí. **Marcos Dias dos Santos**
46 **– Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF -** Perdão, é
47 página 15. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança**
48 **Pública – MJ -** Você tem anotado contigo? Dá uma lida aí para a gente. **Marcos Dias**
49 **dos Santos – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais - FENAPRF**
50

51 É quase no final da página. O Conselheiro Almir parabeniza a apresentação e pergunta
52 se os 16 mil e 800 quilômetros é de fronteira só com a Colômbia. Aragon responde que
53 sim. Eu não estive presente e não sei se foi isso mesmo que foi falado. A pergunta que
54 eu fiz foi de toda a fronteira brasileira, não a fronteira com a Colômbia. **Regina Miki –**
55 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** -Vamos
56 fazer o seguinte. Eu proponho o seguinte. Nós temos a gravação aqui. Eu proponho que
57 a Secretaria-Executiva, duas pessoas façam novamente a oitiva dessa parte e a gente
58 suspende a votação, essa é a minha proposta para os senhores apreciarem. A gente
59 suspende até averiguar isso. Pois não Conselheiro Sebastião. **Sebastião Correia dos**
60 **Santos - Viva Rio** - É só corrigir e colocar a quilometragem correta. **Regina Miki –**
61 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - O grande
62 problema é o seguinte: É uma Ata. Se isso estiver lá na Ata, nós vamos ter que deixar
63 assim e fazer um adendo de uma correção, porque nós não podemos alterar o que foi
64 colocado na gravação, nós não podemos ter a gravação de um jeito e a transcrição de
65 outro. Então, se acaso, é lógico que está errado. O que nós vamos fazer é deixar desta
66 forma e em baixo pôr uma observação de que foi um equívoco no diálogo entre o
67 Conselheiro e o diretor da força. Mas não poderíamos alterar a transcrição. Então a
68 minha proposta prevalece da gente ouvir e ver se é isso realmente que consta lá e se for
69 a gente aprova e põe uma observação. Pode ser assim? Então tá. Então Secretaria-
70 Executiva, por favor, providencie isso. Vamos lá. Aprovação da Pauta com essa inversão
71 da apresentação de hoje. A apresentação então passaria a ser do DEPEN que consta de
72 amanhã e a apresentação da Câmara Técnica de Mobilização para amanhã. Eu
73 proponho a leitura então da Pauta novamente. Aprovação da Ata, aprovação da Pauta, o
74 Decreto, apresentação do DEPEN. Aí amanhã, abertura da reunião com a apresentação
75 das Câmaras Técnicas e a partir das 14 horas a apresentação dos conselhos estaduais,
76 autonomia das perícias, Câmara de Mobilização, informes gerais e encaminhamento e
77 encerramento. Sim? **Marcos Fábio Rezande Correia - Coletivo de Entidades Negras -**
78 Eu queria sugerir a inserção na Pauta com relação a esses casos que eu coloquei na lista
79 do CONASP do aumento da intolerância religiosa, essa violência que tem acontecido
80 para a gente discutir aqui dentro do Conselho, de uma Comissão para observar isso,
81 acompanhar e fazer as ações necessárias para que se evite casos como esse. Queria ver
82 se a gente abre espaço na Pauta para debater sobre isso, por favor. **Regina Miki –**
83 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** -Eu
84 proponho que os senhores façam essa discussão após a apresentação do DEPEN de
85 hoje. Dada a relevância do caso, realmente é relevante para que amanhã não fique
86 prejudicada, porque amanhã normalmente quando é encerramento está todo mundo com
87 a passagem marcada e acho que fica prejudicada essa discussão. A minha proposta é da
88 inclusão após a apresentação do DEPEN. Se todos concordam. Porque aí amanhã os
89 senhores teriam condições inclusive de, se houver por bem a constituição da comissão, já
90 constituir Marcos e já preparar tudo direitinho. E hoje não estaria vazio o debate, eu acho
91 que é um tema relevante e importante para esse Conselho. Pois não, Conselheiro?
92 **Elder Costa Santos - Fórum Nacional de Juventude Negra** - Boa tarde. Saudações a
93 todos e todas. Elder Costa, Fórum Nacional de Juventude Negra. Eu queria incluir como
94 proposta de discussão da Pauta que ficou pendente da última reunião a questão da Vice-
95 Presidência do Conselho que de alguma forma foi discutido na última reunião e ficou para
96 a gente escolher um momento para debater. **Regina Miki – Presidente do CONASP -**
97 **Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Então, eu acho que está no âmbito
98 do Decreto, não está? A gente não vai discutir o Decreto? Acho que está dentro do
99 Decreto, tá? **Elder Costa Santos - Fórum Nacional de Juventude Negra -**
100 **Contemplado. Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**

101 **Segurança Pública – MJ** - Então nós teríamos uma inclusão após a apresentação do
102 DEPEN, a gente pode inclusive não estender muito a Pauta, o DEPEN faz sua
103 apresentação, tem o debate e já partimos para a proposta de Pauta do Conselheiro
104 Marcos, a inclusão da discussão. Marcos, por favor. **Marcos Fábio Rezande Correia -**
105 **Coletivo de Entidades Negras** - Uma discussão dos casos de intolerância religiosa que
106 vem aumentando no país e a necessidade da construção de uma comissão para
107 acompanhar, fazer visita e ver os encaminhamentos que estão sendo adotados nos
108 estados quando essas ações acontecem. Enfim, o debate com esse olhar. **Regina Miki –**
109 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - OK. Então
110 eu coloco em votação e peço aos Conselheiros que me digam se estão aptos a votar.
111 Pois não. Conselheira Simone. Desculpem, é que às vezes o nome sai primeiro que o
112 Conselheiro. **Simone de Jesus – Federação dos Profissionais em Papiloscopia e**
113 **Identificação – FENAPPI** - Só um esclarecimento Regina. É que fui provocada para
114 solicitar para esse Conselho uma recomendação dos técnicos em papiloscopia da Bahia,
115 e eu gostaria de saber em que momento eu posso fazer isso, se amanhã, no momento
116 dos informes? **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
117 **Segurança Pública – MJ** - Informes. Tá, podemos votar? Os Conselheiros que
118 concordam com a Pauta, por favor, permaneçam como estão. Aprovado por
119 unanimidade. Então vamos lá? Nós discutiremos então o Decreto. Quem vai conduzir? O
120 Heder? Conselheiro Heder com a palavra. Conselheiro Heder, por favor. **Heder Martins**
121 **de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Boa
122 tarde a todos e a todas. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional**
123 **de Segurança Pública – MJ** - Posso interromper um pouquinho? Vamos pactuar essa
124 condução? Porque nós temos às 16 horas o DEPEN e para que não fique prejudicada a
125 Pauta proposta aí pelo Conselheiro Marcos. Então são duas e meia. Eu acho que nós
126 poderíamos discutir até umas quinze para as quatro e aí nós damos uma paradinha.
127 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
128 **Estaduais** - Continuando com a mesma linha que a secretária colocou, esse intervalo de
129 quinze para as quatro seria interessante para que o próximo palestrante se organizasse e
130 preparasse sua palestra para a apresentação e nós voltaríamos às quatro horas já com a
131 palestra do diretor do DEPEN. Pode ser assim? E a Suelen está dando uma notícia muito
132 interessante. Haverá "coffee break"hoje. **Heder Martins de Oliveira - Associação**
133 **Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Podemos avançar? Essa
134 questão que Elder colocou ficou prejudicada a discussão pela falta de quorum ao final da
135 reunião. Então não ficou nem pacificada e nem acordada, ela ficou prejudicada em razão
136 da falta de quorum. Nós estávamos há três propostas de alteração de onde paramos.
137 Então aí poderíamos pensar uma metodologia de continuar a partir de onde paramos e
138 retomamos esse ponto que foi polêmico que é da eleição ou não do Vice-Presidente,
139 porque faltavam pouquíssimas coisas para que a gente pudesse concluir. E esse ponto é
140 polêmico. Então uma sugestão se tiver outra sugestão porque as outras já foram
141 exaustivamente discutidas e paramos a finalização do Decreto em razão da falta de
142 quorum. Eu pergunto se continuamos de onde nós paramos e retomamos esse ponto que
143 em razão da falta de quorum é que nós ficamos debatendo ele aqui e realmente surgiu
144 essa discussão. Continuamos de onde nós paramos que foi do artigo sexto em diante e aí
145 retomamos essa questão? **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Continua a partir
146 daí, levanta os pontos que forem polêmicos e retorna para debater os pontos polêmicos.
147 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
148 **Estaduais** - É, o ponto polêmico a princípio é essa questão da eleição do Vice-
149 Presidente. **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Depois de ler tudo retomamos
150 para ver, pode ser que sejam outros. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do**

151 **CONASP** - O que o Conselheiro está encaminhando é o seguinte. Partimos de onde
152 paramos, vamos até o final e depois fazemos uma leitura geral. Se houver algum a gente
153 olha. **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças**
154 **Militares Estaduais** - Então artigo sexto nós paramos, porque a princípio não houve e
155 depois finda aquela reunião o que ficou acordado é que eventuais sugestões para
156 alterações fossem nos enviadas, então nenhum Conselheiro ou Conselheira acabou
157 enviando para que pudesse ser compilado e acrescido à essa discussão. O artigo sexto
158 ele não tem a princípio nenhuma proposta de alteração. O artigo sétimo não. O parágrafo
159 único do artigo sétimo a gente sugere que as deliberações que não possuam caráter
160 normativo como é o caso da Resolução que obrigatoriamente há de ser publicada no
161 diário oficial. Ele na verdade não entra, não acontece igual os pareceres, moções, etc,
162 não é publicado, a princípio não traz a obrigatoriedade de publicação dele. Então dentro
163 da Resolução, ou seja, dentro do Decreto não estabelece que obrigatoriamente há de ser
164 publicado. A gente sabe e acompanha no site do MJ que essas publicações acontecem,
165 mas não por força de obrigação, mas sim porque a Secretaria-Executiva tem adotado
166 essa postura e então a idéia é que a gente faça por acréscimo e que deverão
167 independente da sua homologação ou não deverão ser publicadas no site da do
168 Ministério da Justiça. Alguma sugestão? Tranquilo? Em votação. Podemos colocar em
169 votação? Se há alguma sugestão, supressão ou alguma discordância? **Regina Miki –**
170 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Opa,
171 quem coloca em votação sou eu. Desculpa. (risos). **Sebastião Correia dos Santos -**
172 **Viva Rio** - A sugestão é que a gente faça a leitura e se houver ponto polêmico a gente
173 retorna, debate e vota. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
174 **Segurança Pública – MJ** - Então, é isso mesmo. Conduz até o final e depois a gente
175 põe em votação num bloco total. **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Se houver
176 alguma polêmica, discute-se a polêmica, vota-se a polêmica. **Regina Miki – Presidente**
177 **do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** Vamos ver se esse filho
178 nasce hoje? **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de**
179 **Praças Militares Estaduais** - Tenho fé em Deus. Próxima alteração é no artigo nono. O
180 artigo nono a redação original diz que: “a participação como Conselheiro do CONASP é
181 considerada serviço público relevante e não será remunerada”. A proposta que nós
182 trabalhadores, e eu fiz contato com alguns é porque às vezes nós temos questão em que
183 você está de serviço no seu local de trabalho e as vezes você pode ser impossibilitado de
184 comparecer, porque não considera como ato de serviço e a gente pode ter algumas
185 questões relevantes. Eu vim para cá, me desloquei, posso até sofrer um acidente ou
186 coisa dessa ordem e posso não ter um amparo em razão de não ser considerado ato de
187 serviço. Isso acontece muito com os militares. Para a Sociedade Civil também pode
188 imaginar que pode acontecer qualquer coisa. Ninguém está imune a um caso assim. Aí a
189 sugestão é para todos os efeitos quando convocado pela Secretaria-Executiva do
190 CONASP a participar das Reuniões Ordinárias ou Extraordinárias ou eventos, esse será
191 considerado como ato de serviço para todos os fins. Isso atende? **João Francisco da**
192 **Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República** - Quando se fala assim
193 “atos de serviços para todos os fins” seria quem seria responsabilizado, por exemplo,
194 quando você fala atos de serviço e prevê remuneratório, e tem outras implicações. E
195 como nós temos aqui municípios, estados e a união entram outras questões. Por
196 exemplo, a pessoa convocada para cá como convidado. Quem vai estar
197 responsabilizado por isso, ele sendo do município? Vai ser a União? Ele sendo do
198 estado vai ser a união? **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de**
199 **Entidades de Praças Militares Estaduais** - A princípio é para salvaguardar exatamente
200 isso. O que pensamos no caso dos trabalhadores e para a Sociedade Civil fica um pouco

201 mais complicado, não sei como solucionaria isso. Se venho para cá como ato de serviço
202 o Estado o qual eu pertencço homologa a minha vinda para cá e qualquer coisa que
203 advenha a responsabilidade, ou se já, para fins previdenciários do Estado ao qual eu
204 pertencço. **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da**
205 **República** - Mas isso não está contemplado aqui. **Heder Martins de Oliveira -**
206 **Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Precisamos
207 melhorar a redação porque a idéia é esta. **Vicente Antonio Maria Ferraz - Conselho**
208 **Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**
209 **Militares** - Só a título de sugestão, eu acho que o que o Conselheiro João coloca é
210 compreensível em termos de preocupação porque, embora eu veja muita procedência e
211 coerência no que está sendo proposto, a gente que conhece bem as peculiaridades
212 típicas da nossa carreira, a preocupação com relação ao ente federativo que seria ou
213 assumiria, digamos assim os "ônus" decorrentes do que acontecesse, eu acho que
214 poderia ficar devidamente esclarecido. Nós temos duas situações diferentes no plano
215 federal. Quando é empregado no caso da força pública, ainda que vindo de outra
216 unidade da federação está a serviço da união e então a responsabilidade é no caso da
217 união e a legislação já diz isso. Nesse caso, digamos assim, só para participar de um
218 evento nós estamos representando segmentos que são do estado, entidades,
219 associações ou instituições do estado. Então eu acho que daria para resolver com a
220 seguinte sugestão. "Será considerado pelo respectivo ente federado ao qual o servidor
221 está vinculado, como ato de serviço para todos os fins." Resolve? **Heder Martins de**
222 **Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Só a
223 sugestão para digitar lá, Conselheiro, por gentileza. **Vicente Antonio Maria Ferraz -**
224 **Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de**
225 **Bombeiros Militares** - Eu só gostaria antes de ponderar essa votação aí, é se esse
226 Decreto tem forças para superar aí legislações, leis específicas que cuidam do caso. Por
227 exemplo, eu quando venho para cá eu venho autorizado pelo secretário. Faz – se um
228 processo e o secretário de segurança me autoriza a vir para cá. Então tenho todo um
229 amparo lá. Esse Decreto eu questiono se isso daí tem superioridade as leis específicas
230 que cuidam dos casos específicos dos funcionários que vêm para cá. **Abelmídio de Sá**
231 **Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - Eu acho que na
232 verdade, em inserindo isso nós vamos estar na prática só reforçando as respectivas
233 legislações estaduais, porque todos nós temos nas legislações estaduais essas cautelas
234 e esses cuidados todos. O que nós não temos é o seguinte: Nessa situação especial em
235 que nós estamos agora, aquela legislação vai nos respaldar? A indagação é essa. Se
236 nós fizermos essa inserção aqui, ela não vai se sobrepor à aquela legislação. Não, ela vai
237 justamente se sustentar nas disposições da legislação estadual que regula a matéria.
238 **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública –**
239 **MJ** - Não é contraditório, é exatamente isso. É complementar. Está correto, ela não fere
240 em momento algum qualquer legislação, seja federal ou estadual, porque as legislações
241 já prevêm que os Conselheiros prestam o serviço como ônus público de relevância. Só
242 vem para contemplar, Coronel, acho que está coberto sim. **Abelmídio de Sá Ribas -**
243 **Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - Então depois de considerado,
244 "será considerado, pelo respectivo ente federado ao qual o servidor está vinculado, como
245 ato de serviço para todos os fins." **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de**
246 **Entidades de Praças Militares Estaduais** - Vou ver se tem só mais algum, por favor.
247 Acho que essa era a última alteração que nós tínhamos proposta e agora a questão do
248 Vice-Presidente, da eleição ou não. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
249 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Cynthia? Vamos lá, todo mundo vai falar.
250 **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos - Cintia Pinto**

251 da Luz do MNDH. Eu não entendi. Não consegui compreender o espírito dessa
252 proposição com relação aos servidores públicos. Que me conste a gente no Conselho
253 está imbuído do ônus público. Está fazendo um trabalho em pé de igualdade, Sociedade
254 Civil, trabalhadores, gestores, voluntário de opção política que não nos acarreta
255 obrigatoriedade de estar aqui. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
256 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Pelo o que eu entendi, nós estamos num
257 debate, mas pelo o que eu entendi é que isso vem exatamente respaldar isso que você
258 está falando. **Cynthia Maria Pinto da Luz – Movimento Nacional de Direitos Humanos**
259 - Vamos supor, eu vou jogar para o policial porque é um exemplo, mais pode acontecer
260 com qualquer outro. Se algum policial for impedido pelo seu estado de ir e vir e tem de
261 estar respaldado, é para respaldar o direito a que você está arguindo esse artigo. **Heder**
262 **Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
263 **Estaduais** - Exatamente. Se me permitem. Basta que me escalem de serviço para que
264 eu não venha para uma discussão polêmica, por exemplo, eu não tenho essa garantia e
265 como ato de serviço eu tenho a garantia de vir por ser serviço. Tudo bem, estou falando
266 porque a gente nunca sabe. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
267 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Eu digo que não vai acontecer se a gente estiver
268 em trabalho normal, mas pode acontecer. Jeferson, depois Marcos Rezende e Celito
269 também. **Jeferson Gimenes - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil –**
270 **ADEPOL** - Apenas para questão de técnica legislativa, a partir do artigo dez, no décimo
271 primeiro, artigo dez e onze, só uma pequena correção. **Regina Miki – Presidente do**
272 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Queria só salientar aos
273 senhores o seguinte. O que acontece aqui é que nós discutimos o conceito. A técnica
274 legislativa e tudo o mais, isso é levado à Conjur do Ministério da Justiça, porque nada
275 pode ser editado sem passar por lá. Então, vamos nos ater ao conceito, depois sem
276 mudar o conceito inclusive eles podem mudar a redação, tá Conselheiro. Só
277 esclarecimento. **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras -**
278 **Esclarecimento também. Existe algum Conselho Nacional que tem remuneração ou não?**
279 **E se tiver, essa pessoa presta serviço relevante ou não? Esclarecimento mesmo. Regina**
280 **Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** -
281 **Esclarecimento. O único Conselho que eu sei que por lei é remunerado é o Conselho**
282 **Tutelar. Eu desconheço. Se alguém mais...** **Tereza Cristina Almeida Ferreira -**
283 **Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE** - Tem o penitenciário que
284 recebe em cada reunião, cada reunião a pessoa recebe. **Regina Miki – Presidente do**
285 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Mas segundo o Coronel
286 eles não recebem diária. Até para custear despesas, Marcos. **Cynthia Maria Pinto da**
287 **Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos** - No penitenciário da Bahia eu sei que
288 cada reunião eles recebem um valor simbólico. Não devem receber diária e recebem isso
289 para custear. O único Conselho que eu sei que por lei é remunerado é o Conselho tutelar.
290 Eu não conheço outro. **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística** - Só
291 prestando esclarecimento para a Cynthia, que no serviço público estadual tem, quando é
292 considerado serviço relevante, você pode se afastar normalmente e não tem nenhuma
293 implicação. Basta você comunicar que está indo prestar serviço relevante. Não precisa
294 aquela formalidade toda de pedir autorização e tal. Você está comunicando que está se
295 afastando para prestar um serviço relevante. Então, isso fica muito claro e complementa
296 aquela legislação. Diz que eu vindo para cá eu estou prestando um serviço relevante.
297 Então para mim está muito claro. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
298 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Bom, ultrapassado isso, eu acho que não tem
299 mais nenhum comentário. Se alguém tem algum comentário ainda está aberto, mas acho
300 que nós passamos então à proposta da Vice-Presidência. Eu pergunto se algum

301 Conselheiro tem alguma proposta. Proposta não só de redação ou se já tem uma
302 proposta de conceito para que discutamos como fica. Vamos lá. Artigo terceiro. Eu não
303 leio daqui de jeito nenhum, confesso a todos. **Heder Martins de Oliveira - Associação**
304 **Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - “Artigo terceiro. Integra o
305 CONASP: o Presidente de honra, Ministro do estado da justiça. O Presidente do
306 CONASP, Secretário Nacional de Segurança Pública. O Vice-Presidente e a Mesa
307 Diretora eleitos dentre os Conselheiros em Plenária. Os Conselheiros: Parágrafo
308 primeiro, a Plenária do CONASP, seu órgão máximo é constituída pelo Presidente do
309 Conselho e seus Conselheiros a que se refere o inciso quarto. Parágrafo segundo. O
310 Presidente do CONASP será substituído nas suas ausências ou impedimentos pelo Vice-
311 Presidente. Parágrafo terceiro. O CONASP contará com uma Secretaria-Executiva
312 subordinada à Mesa Diretora que exercerá a função de apoio técnico e administrativo e
313 integrará a estrutura da Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Agnaldo Augusto da**
314 **Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Só fazer uma ressalva. Por favor, digita lá no
315 inciso terceiro: “eleito entre os Conselheiros.” Agora está de acordo com o texto que o
316 Heder leu. Não é isso Heder? **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de**
317 **Entidades de Praças Militares Estaduais** - Dentre os Conselheiros. Ótimo. Parágrafo
318 quarto. “A secretária executiva ou secretário será escolhida pelo Presidente do
319 CONASP”. Tem que acrescer ao parágrafo quarto. A secretária ou secretário executivo,
320 entre parênteses o a, executivo ou executiva, será escolhido pelo Presidente do
321 CONASP. Deixa eu completar o quinto que são as proposições que surgiu naquele dia
322 que a gente não tinha o quorum por isso que não consta aí. Está parágrafo quinto e
323 parágrafo único. Mas vamos lá. É porque aqui está grafado assim. “O Senado Federal, a
324 Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do
325 Ministério Público e o Conselho Nacional de Defensores Públicos poderão indicar, cada
326 qual, um representante junto ao CONASP, com direito a voz e sem direito a voto.” Em
327 que pese não estar aqui eu me concordo que o Conselheiro Marcos Costa tinha chamado
328 a atenção em relação à OAB. Em que pese não estar inserido aqui foi a última fala.
329 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais –**
330 **CONDEGE** - A gente falou da suplência também, caso um dos representantes... Se caso
331 o representante não puder vir, que venha o suplente. A gente falou isso. **Regina Miki –**
332 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Eu tenho
333 algumas ponderações. Primeiro de tudo, quanto à Vice-Presidência eu não tenho
334 qualquer oposição e qualquer ponderação. Eu só gostaria que pusesse assim que é
335 redundante, mas entre os presentes. É redundante entre os Conselheiros presentes,
336 mas nós temos que escolher a Vice-Presidência daqueles que aqui estiverem na votação.
337 Então, é redundante, mas isso é uma coisa. Segunda coisa. Esse parágrafo quinto, tira o
338 único. Para mim ele está em local errado. Ele não está falando da Vice-Presidência, ele
339 está completamente distorcido aí. Não estamos falando nada de Vice-Presidência. Eu só
340 volto a este Conselho o seguinte. Por exemplo, a OAB. Eu sou membro da OAB. A OAB
341 perdeu a eleição para este Conselho. Nós vamos incluí-la aqui? Eu pergunto aos
342 senhores. Porque é o seguinte. Nós não podemos permitir em momento nenhum que o
343 Governo faça qualquer manobra, estou aqui para defender isso, mesmo sendo governo
344 eu estou aqui para defender isso, qualquer manobra contra a Sociedade Civil, contra os
345 trabalhadores e sou gestora. Eu acho também que não é justo. Nós promovemos uma
346 eleição, a OAB teve toda condição de concorrer, está aqui o Conselho Federal de
347 Psicologia representado aqui, porque ganhou legitimamente e aí nós vamos incluí-la
348 aqui? Contra o voto o que teve lá na ponta? Eu acho que temos que pensar muito bem
349 isso. Eu não acho que este Conselho tenha a legitimidade sobre um processo que foi
350 democrático. É só isso que eu queria ponderar, que este parágrafo quinto saia daqui, ele

351 não quer dizer nada da Vice-Presidência, ele não tem relação nenhuma com a Vice-
352 Presidência e tem que ir para outro local, se assim for. É com relação aos Conselheiros.
353 Ele é pertinente aos Conselheiros. Integra o CONASP. Gente, desculpa. **Aginaldo**
354 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Pela ordem dos inscritos,
355 Conselheiro Fernando, o Conselheiro Sá Ribas. Inscritos Conselheiro Sebastião, Sá
356 Ribas, Conselheiro José, Conselheiro Fernando e Conselheiro João Francisco. Solicito
357 que os Conselheiros, por favor, virem seu prisma para que a gente possa acompanhar.
358 **Fernando Antonio dos Santos Matos - Secretaria de Direitos Humanos da**
359 **Presidência da República** - Eu gostaria de concordar com o encaminhamento da
360 secretária Regina em dois pontos. O primeiro sobre essa questão da composição dos
361 órgãos do Senado, da Câmara, do Conselho Nacional porque no documento em que está
362 distribuído na pasta ele está no artigo quinto. "Poderão participar das reuniões como
363 convidados, observadores..." e foi para outra. Mas eu acho que o lugar dele é aqui nos
364 convidados, observadores porque eles não terão direito a voto. Apenas a voz e então eu
365 gostaria de colocar que permaneceu no artigo quinto. Com relação à OAB eu acho que a
366 secretária está corretíssima. A OAB apesar de ser uma autarquia federal, ela sempre é
367 contada dentro da Sociedade Civil. A OAB disputa eleições, disputa vagas e no caso
368 específico do CONASP, eu acho que ela fica numa situação totalmente distinta do CNMJ,
369 do CNP, da Defensoria Pública que são conselhos que representam aquelas instituições
370 e que tem todo o seu formato de escolha já definido por legislação. Eu acho que os
371 membros que poderão indicar como quase observadores, na verdade, direito a
372 acompanhar as reuniões, debater, mas não podem votar. Eu acho que são esses que
373 estão listados aqui e gostaria de defender realmente que a OAB seja contada entre os
374 membros da Sociedade Civil e que ela dispute a cadeira no voto como todos os outros.
375 **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública –**
376 **MJ** - Eu também tenho total isenção. Sou filiada à OAB e tenho total isenção. Eu acho
377 que voto é voto e vencido no voto que tente voltar para cá no voto. Inclusive relatar aos
378 senhores que na última mudança do Decreto houve uma tentativa de inclusão da OAB
379 por parte da Casa Civil inclusive. E eu bati muito forte nisso dizendo que a Casa Civil não
380 tinha o direito de mudar a composição do Conselho como estava sendo votado aqui. Eu
381 acho que é muito sério isso. Nós não temos o direito de mudar uma composição de um
382 Conselho após termos passado por um processo democrático como foi a conferência e
383 um processo democrático como foi a eleição, e aí simplesmente a gente senta aqui e
384 muda a composição do Conselho. Eu acho que é sério isso. **Sebastião Correia dos**
385 **Santos - Viva Rio** - Só concordar com o companheiro. O parágrafo quinto do artigo
386 terceiro passaria a compor o parágrafo quinto do artigo quatro. É isso, né? Como
387 convidado. Só mudaria isso. **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de**
388 **Entidades de Praças Militares Estaduais** - O que aconteceu? Quando nós terminamos
389 essa fase e foi aquela questão com o final do quorum, porque nós temos dois artigos que
390 falam basicamente a mesma coisa e a idéia era suprimir e essa idéia veio se não me
391 engano do Conselheiro Marcos Costa, de que fosse para este artigo terceiro, porque ele
392 compõe a estrutura do CONASP. Então a idéia era essa, e aí evidentemente que ele sai
393 do parágrafo quinto do artigo quarto. Porque como nós ficamos sem quorum não foi
394 possível retirar isso e deixamos o texto original, mas a discussão já havia sido
395 processada. Então, não foi votada a supressão dele aí e a sua movimentação para o
396 artigo terceiro. Então, por isso que nós o encontramos aqui no artigo quarto sendo o
397 parágrafo quinto e o encontramos em cima. Porque não houve quorum para deliberar e
398 ele não foi suprimido a época, por isso que estamos encontrando ele duas vezes, porque
399 agora precisa fazer esse ajuste. Só por isso. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos**
400 **Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - Na realidade, essa preocupação anterior que o

401 Conselheiro manifestou é de que essa menção ao Senado Federal, à Câmara e ao
402 Conselho Nacional de Justiça e etc, ela está também plenamente no parágrafo único do
403 artigo quinto. Então está repetida. A questão para nós é a seguinte. Aonde ela ficaria
404 melhor colocada? Fica aqui mesmo no artigo terceiro ainda que como parágrafo quinto no
405 que eu aí me permito discordar um pouquinho do enfoque feito pela Regina, porque o
406 artigo terceiro trata do CONASP como um todo e o inciso quatro trata justamente dos
407 Conselheiros. Então, ele não estaria inadequado do ponto de vista topográfico para ser
408 inserido aqui se os Conselheiros assim entenderem. Se não entenderem assim, aí seria o
409 caso de suprimir aqui, pura e simplesmente, e manter lá onde já está no parágrafo único
410 porque ele está repetido totalmente. Isso não altera de maneira nenhuma do ponto de
411 vista de mérito, porque a menção estará feita em um ou em outro lugar como os senhores
412 preferirem. O que não pode é ficar os dois do jeito que está. **Regina Miki – Presidente**
413 **do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Mas como o senhor
414 bem disse Conselheiro, o inciso quarto fala “ os Conselheiros”. Eles foram eleitos? Eles
415 são convidados. Eu volto a frisar novamente. Esse parágrafo não se refere a Conselheiro.
416 Eles não passaram pelo voto, eles não foram eleitos. Eles são convidados. Eles não têm
417 os mesmos direitos e as mesmas prerrogativas que um Conselheiro. **Marcos Fábio**
418 **Rezande Correia - Coletivo de Entidades Negras** - Os gestores não são eleitos.
419 **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - São
420 nomeados. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
421 **Segurança Pública – MJ** - Mas são Conselheiros pelo Decreto. Conselheiro Marcos, eu
422 pergunto ao senhor aonde está escrito no Decreto que tem isso aqui? O senhor me diga
423 se essas pessoas que serão convidadas aqui elas têm a mesma prerrogativa que o
424 senhor enquanto Conselheiro? **Marcos Fábio Rezande Correia - Coletivo de Entidades**
425 **Negras** - Essas pessoas sou eu. Essas pessoas sou eu. **Regina Miki – Presidente do**
426 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Então, o senhor está
427 entre os Conselheiros? O senhor se entende como Conselheiro nesse sentido. Aí eu
428 chamo a OAB e o senhor entende que ele tem a mesma prerrogativa que o senhor?
429 **Marcos Fábio Rezande Correia - Coletivo de Entidades Negras** - Daqui a pouco eu
430 defendo. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**
431 **Brasil** - Só para concluir então, de qualquer forma, o dilema que nós temos é: em que
432 ponto topograficamente falando, vai ficar essa menção uma vez que estamos propensos
433 a aceitar. O que não podemos é deixar que fique duplicado como está. **Heder Martins de**
434 **Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Essa
435 questão de estar duplicado eu vou mais uma vez. O que aconteceu? Ele foi removido do
436 cinco e trazido para a parte posterior. Então ele não foi deletado dessa parte porque não
437 tinha quorum. Exatamente, não tinha o quorum. Por isso que ele está nos dois lugares.
438 Só por isso que ele está. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares**
439 **Estaduais do Brasil** - Então superado esse aspecto, outra colocação que eu gostaria de
440 fazer é a seguinte. Quando nós temos no inciso 3, artigo terceiro a questão relativa ao
441 Vice-Presidente e a Mesa Diretora eleitos dentre os Conselheiros presentes com a
442 sugestão que a doutora Regina fez, tem um outro aspecto que eu queria colocar para ver
443 se há relevância ou não em levarmos isso em consideração. No caso da própria Mesa
444 Diretora que aí está também, nós tivemos o cuidado de estabelecer um período pelo
445 menos de atuação da Mesa Diretora e tivemos um outro cuidado de estabelecer uma
446 proporcionalidade no caso em representação em consonância com a própria estrutura do
447 CONASP. Aí a questão que eu coloco para os senhores pensarem juntos é: porque no
448 caso do Vice-Presidente se vamos elegê-lo, também vamos alinhar de uma maneira
449 bem sucinta e objetiva alguns desses critérios. Por exemplo, vamos ter a eleição do Vice-
450 Presidente assegurando a alternância de representatividade do próprio CONASP?

451 Poderia ser uma coisa interessante. E outro cuidado com relação ao tempo, ao período
452 de tempo, porque nós daí legitimariíamos através do processo de eleição do Vice-
453 Presidente aquilo que nós já temos consolidado no CONASP que é sua composição
454 tripartite. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança**
455 **Pública – MJ -** É, eu acho que tem mais uma coisa que a gente poderia acrescentar a
456 isso. Por exemplo, a Vice-Presidência seria votada para cada reunião? Só para a
457 reunião? Se ela é votada só para a reunião, assegurar que em cada reunião e que seja
458 garantida a rotatividade entre os segmentos. Então na reunião que estiver ausente o
459 Presidente foi a Sociedade Civil? Na outra seria o trabalhador e na outra seria o gestor.
460 Não sei, é uma hipótese. Mas só para a reunião? Como vai ser? Ou qual é a
461 periodicidade? Isso tem que constar sim, com certeza. **João Francisco da Mota Junior -**
462 **Secretaria-Geral da Presidência da República -** Isso não pode ser resolvido no
463 Regimento Interno em se tratando de Decreto? **Abelmídio de Sá Ribas - Associação**
464 **dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil -** Se o Decreto não disser, aí o Regimento
465 não pode especificar. **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da**
466 **Presidência da República -** Mas aqui está dizendo que vamos eleger o Vice-Presidente,
467 mas como vamos eleger? A forma, o período, tudo isso vai ser no Regimento. **Regina**
468 **Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -** O
469 Regimento pode sim. Ele só não pode ir contra o Decreto, mas o Regimento é para isso.
470 **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República -**
471 Então nós estamos dizendo que o Conselho vai eleger o vice. Agora qual é a forma, o
472 período que o vice vai ficar quem vai decidir é a Plenária, podemos colocar no Regimento
473 Interno. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**
474 **Brasil -** É só expressar isso na redação, que essas coisas ficam nos termos do
475 Regimento. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
476 **Segurança Pública – MJ -** Então vamos lá. Eu vou pegar quem está com a plaquinha
477 levantada. José Neves, depois Marcos Costa e desse lado aqui o João Francisco. **José**
478 **Roberto Neves - Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais -** Boa tarde, José
479 Neves, SINDAPEF. Bom, em relação à participação da OAB, eu entendo que são dois
480 momentos que estão sendo discutidos. Aquele que foi para se eleger um representante
481 da Sociedade Civil no qual ele perdeu evidentemente e que viria como Conselheiro. O
482 texto aqui está dizendo na possibilidade de vir como convidado e participar desse debate
483 dando suas contribuições e uma entidade importante que é eu imagino que seja bastante
484 interessante. Então, eu acredito que são dois momentos e não vai tirar nenhum mérito do
485 processo eleitoral. Eu quero defender essa questão da participação da OAB, e quero
486 também incluir aqui o Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias nesse
487 artigo como também um dos convidados permanentes. **Marcos Antônio da Silva Costa**
488 **- Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP -** Um ponto que eu queria colocar
489 do parágrafo quinto nesse dispositivo aí mesmo. Inclusive foi algo que nós conversamos,
490 a Tereza pela Defensoria Pública tem manifestado que é importante ter a previsão de ser
491 um titular e um suplente. O texto só conta um titular e um suplente. Esse artigo não trata
492 de convidado. Há um outro dispositivo no Decreto que fala de convidado. Esses são
493 aqueles Conselheiros atípicos que às vezes são chamados Conselheiros especiais que
494 não tem direito a voto, só a voz. Até pela própria dimensão da nossa experiência, eu sou
495 tratado como Conselheiro. Tereza também como Conselheira, embora o texto não faça
496 menção a representante. Mas a realidade é que nós somos tratados como Conselheiros.
497 Nós temos assento, temos direito a voz. A nossa única diferença é que nós não votamos
498 e essa é uma tradição que existe em vários conselhos e em alguns locais são chamados
499 de Conselheiros especiais. Só para ter essa dimensão, daí porque ter essa... **Regina**
500 **Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -**

501 Conselheiro, dá um aparte só, por favor. O senhor tem razão. Eu volto o que eu falei, o
502 senhor tem toda razão. Eu só digo ao senhor o seguinte. Por exemplo, a inclusão de
503 outros que não estão no Decreto. Eu concordo com o que o senhor está dizendo, eu volto
504 atrás naquilo que eu disse aqui sem qualquer problema, mas só pergunto ao senhor, a
505 minha posição. Para a gente os senhores são Conselheiros e sempre foram tratados
506 como tal mesmo e aqui participaram. Agora pergunto ao senhor. Dentro do âmbito
507 daquilo que está no Decreto a gente deixa isso, mas a inclusão da OAB e de outro
508 Conselho que não...Aí eu acho que nós estamos extrapolando qualquer processo
509 democrático que a gente fez aqui. Esse é o nosso problema. Desculpe, o senhor tem
510 razão, na primeira parte. Eu só acrescento essa segunda. **Marcos Antônio da Silva**
511 **Costa - Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP** - Em relação à AOB, eu não
512 desconheço essa temática de que ela participou e perdeu a eleição. Isso é algo que
513 modificar agora, talvez não seja o momento. Eu tenho conversado com o pessoal da
514 OAB, mas o que explico no momento é o seguinte: De todas as políticas públicas a única
515 política pública que o Ministério Público, o Judiciário e a Advocacia, inclusive a Advocacia
516 Privada e a Advocacia Pública representada pelos defensores são agentes é a política
517 pública criminal. Não existe acusação sem defesa. Não existe acusação sem defesa. A
518 OAB, ela faz parte dos principais conselhos deste país, especialmente os conselhos
519 constitucionais. Então, dentro do CNMB tem uma representação da OAB, porque se você
520 pegar entre os indicados, instituições consideradas essenciais à justiça, quer dizer, é um
521 Sistema Judicial Criminal, estão lá. O Ministério Público, o próprio Poder Judiciário,
522 Advocacia e Advocacia representada pela Advocacia Pública, pela Defensoria Pública e
523 pela Advocacia Privada. Nesse momento talvez a gente não precisasse realmente,
524 porque esse Decreto ele visa apenas consertar o Decreto anterior de dezembro de 2010.
525 Agora, já deixo pautado que não há futuro para discussão de justiça criminal nesse país
526 se não envolvermos a OAB. E ela, assim como aqui ninguém discute que tem que ter
527 representação do governo, a OAB tem que estar dentro desse Conselho, ainda que seja
528 a possibilidade. Se ela não mandar alguém, problema dela, mas ela tem que estar aqui
529 dentro. Nos principais conselhos ela sempre está. Nos principais conselhos relacionados
530 ao sistema judicial e o sistema judicial criminal não há debate em justiça criminal que não
531 deva envolver a OAB. É diferente de outros conselhos. Imaginem você ter um Conselho
532 Nacional de Saúde sem o CLEMP. Não existe o Conselho Nacional de Saúde sem
533 CLEMP, sem as representações das profissões que atuam na área de Saúde. É a
534 mesma coisa aqui. Então, o que eu deixo é pontuar isso para o futuro, levando em
535 consideração que esse Decreto que está sendo editado agora, ele não tenta inovar,
536 apenas tenta consertar o Decreto que foi editado no final de 2010. Mas assim, que é
537 importante que essa discussão perpassasse, eu acho que é fundamental nós envolvermos.
538 E, do ponto de vista, esses conselheiros dessa tipologia, eles não são eleitos, mas
539 também os do governo não são eleitos. Os únicos que são eleitos são os representantes
540 dos trabalhadores e da Sociedade Civil. Parte dos Conselheiros são eleitos e parte não
541 são eleitos. Então a eleição não é fato de discriminação entre os Conselheiros. Só uma
542 questão conceitual. Resumindo, eu suscitei essa questão da OAB, achei importante, mas
543 diante desse contexto e dificuldade para dizer que perdeu, não foi, eu acho que a gente
544 pode passar esse debate para um próximo momento, mas é importante. Porque eu
545 acredito, eu sempre tenho defendido aqui que eu ainda creio que faltam muitos setores
546 dentro de um CONASP. **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística** -
547 Primeiro as repetições, aquilo que o Elder já colocou com relação a inclusão desse. Eu
548 acho que o local é aqui e foi o debate que fizemos na última vez e trouxemos do artigo
549 quinto para cá. Só não apagamos lá por falta de quorum para votar. Então, para mim isso
550 já estava bastante sacramentado naquela oportunidade. Isso vai acontecer de novo no

551 parágrafo quinto do artigo quarto com relação à primeira parte do artigo quinto, que o
552 Elder inclusive naquela mesma discussão exterminaria o artigo quinto, porque ele já está
553 contemplado aqui e de forma até melhor do que está lá no artigo quinto. Então, isso que
554 foi a proposta colocada. E, só não apagamos lá porque não tínhamos quorum suficiente,
555 mas o debate tinha chegado a essa conclusão. Quanto à questão da OAB, eu acho que a
556 OAB tem que se fazer merecer estar aqui presente. Porque a OAB criou um status, um
557 patamar que ela acha superior aos demais. Ela não fez por merecer quando não
558 participou da CONSEG, apesar dos n convites que recebeu. Eu acho que ela não merece
559 e não podemos hoje, principalmente depois da participação deles na votação e por isso
560 que foram derrotados, porque não haviam participado e não fizeram merecer a
561 participação deste Conselho. Então, eu acho que é claro que é importante. A Defensoria,
562 o advogado é importante na questão judicial. É! Mas eles têm que fazer por merecer para
563 estar aqui. Eu acho que então a minha posição é contrária agora nós tentarmos inserir a
564 OAB exatamente pelo histórico que nós tivemos para a constituição deste Conselho.
565 **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública –**
566 **MJ - Conselheiro João Francisco. João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da**
567 **Presidência da República - Bem, o Conselheiro aqui está me trazendo situações e fato**
568 **novo. A princípio eu concordava e concordo ainda com o Conselheiro Marcos Costa**
569 **quando ele fala da importância da OAB neste Conselho. No entanto, tem que se levar em**
570 **ponderação e em consideração também o que o nosso colega Celito acabou de trazer.**
571 **Eu não sabia que desde a primeira ela tentou participar. Embora eu concorde e esteja**
572 **concordando com o Conselheiro e dizendo que também não vejo como trabalhar e tratar**
573 **o tema de segurança pública sem trazer todos os partícipes que envolve, todos os atores,**
574 **mas também tem que ser levado em consideração um fato novo que eu também não**
575 **sabia e agora soube que a OAB não participou sobre isso. Então voltando à questão do**
576 **Decreto e a parte que é do vice, a questão, por exemplo, Sá Ribas, a questão de rodízio,**
577 **de votação, da forma, eu estou fazendo uma sugestão, Presidente dizendo o seguinte. Lá**
578 **no artigo onze onde tem o Regimento Interno do CONASP, apenas nós acrescentaríamos**
579 **votações e eleições. Vejam lá por gentileza no artigo onze. Sá Ribas, para contemplar**
580 **todas as nossas questões, por exemplo, eu já colocaria também do Regimento Interno.**
581 **No parágrafo quarto do artigo terceiro está dizendo assim: “O secretário-executivo será**
582 **escolhido pelo Presidente do CONASP”. Já que o Presidente é para ausências e**
583 **impedimentos, seria o Presidente em exercício ou Presidente normal. É um ponto a**
584 **suscitar e colocar no Regimento Interno. Então, daí a minha sugestão seria no onze que**
585 **contemplaria todas as nossas eleições e ficaria o Regimento Interno do CONASP. Vejam**
586 **lá, acompanhem, por favor, no onze. “O Regimento Interno do CONASP aprovado**
587 **preferencialmente por consenso na ausência deste por maioria absoluta, disporá sobre**
588 **sua organização, funcionamento e atribuições dos seus membros”, e aí eu estou**
589 **sugerindo, “votações e eleições”. Porque aí contemplaríamos todas as questões de**
590 **eleições dentro do nosso Conselho. Como é que vai ser votado o Regimento que já está**
591 **aprovado no Decreto e está apenas contemplando hoje. Regina Miki – Presidente do**
592 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ - Coronel Mariano. Vicente**
593 **Antonio Maria Ferraz - Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias**
594 **Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares. Eu queria dar minha contribuição aqui**
595 **também. Primeiramente eu acho que a participação da OAB aqui, eu desconhecia que a**
596 **OAB não pode participar aqui porque ela perdeu as eleições. Eu desconhecia esse fato.**
597 **Isso para mim é novidade, mas eu não tenho dúvida nenhuma que a participação da OAB**
598 **no Conselho Nacional de Segurança Pública isso traria um enriquecimento inestimável**
599 **para o Conselho. Eu não tenho dúvida disso. Porque a OAB é realmente muito importante**
600 **em todas as decisões que acontecem no país a OAB sempre esteve atesta. E,**

601 principalmente na hora que a OAB vier saber que o CONASP rejeitou o nome dela, isso
602 não vai ficar muito legal, penso eu, politicamente não é bom. Eu acho que seria uma
603 medida política muito importante se o CONASP chegasse e apresentasse essa
604 possibilidade da OAB participar aqui, até mesmo como convidado. Eu penso que seria
605 muito importante. Com relação aos gestores, Marcos, porque você fala que os gestores
606 não são eleitos. Eu concordo com você. Mas eu tenho certeza que os gestores vão dar
607 exemplo aqui de rotatividade, porque nós não vamos ficar aqui mais do que dois anos. Os
608 gestores vão ficar sempre trocando e eu gostaria de propor isso para que todos os
609 Conselheiros aqui também ficassem no máximo dois anos. Eu não tenho nada contra o
610 Tião, nada contra o Marcos, por exemplo, mas eles vão ficar aqui quanto tempo eles vão
611 ficar aqui participando? Ninguém sabe. Então essa é minha sugestão para que tenha
612 rotatividade de todas as pessoas. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
613 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Depois eu estou inscrita, mas acho que eu sou
614 muito democrática. Desde que eles ganhem sempre, Coronel, eu não tenho nada contra
615 eles voltarem para cá. Eu acho que a memória também prevalece. A gente renova, mas
616 manter alguma memória faz bem. Cynthia. **Cynthia Maria Pinto da Luz - Movimento**
617 **Nacional de Direitos Humanos** - Eu acho que a questão da OAB não é uma questão de
618 corporativismo, mas é uma questão de constituição do sistema de justiça. A OAB ela
619 integra o sistema de justiça. Então eu acho que o problema que temos com a OAB, não é
620 a má relação que a gente teve com o Conselho Federal da OAB no período do CONASP
621 transitório. Apesar de todo o empenho daquela companheira advogada que me furta o
622 nome agora... a Rose! De trabalhar e etc, mas não havia comprometimento efetivo do
623 Conselho Federal da OAB. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
624 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Nem compareceram para votar. **Cynthia Maria**
625 **Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos** - Isso é um problema. Agora,
626 a OAB ela compõe o Sistema de Justiça sob a ótica constitucional. Então eu acho que o
627 problema que a gente tem é de vício já no início da composição do CONASP, aonde a
628 OAB nunca deveria ter sido uma candidata na vaga da Sociedade Civil, mas sim uma
629 convidada no mesmo patamar dos demais Conselheiros convidados, porque dizem
630 respeito diretamente à aplicação do sistema de justiça e segurança pública no país.
631 Então o nosso problema está lá e poderíamos reparar isso nesse Decreto. Deveríamos.
632 Até porque se a OAB quiser discutir a constitucionalidade desse Decreto pelo fato dela
633 não estar constante nele, ela vai levar, do ponto de vista jurídico. O Decreto é
634 inconstitucional se não prever a presença da OAB no campo do ente convidado. Não
635 como ente com as prerrogativas do Conselheiro eleito. Uma segunda questão. A questão
636 da vice-presidência do Conselho. Eu acho que se for para a gente ter uma vice-
637 presidência meramente figurativa para comandar a mesa da reunião do CONASP, nós
638 não precisamos. Porque a gente não precisa se revezar para aparecer na foto. Ou a
639 gente tem uma Vice-Presidência do CONASP que exerça as suas competências com
640 todas as prerrogativas que lhe são peculiares, isso significa substituir a Presidência do
641 CONASP no caso do impedimento, então nós não precisamos ter. Se vamos entrar
642 nessa esfera de democratizar com todas as letras, com ônus e bônus a coordenação do
643 Conselho Nacional de Segurança Pública, vamos fazê-lo direito. Senão a gente peca
644 pelo democratismo ou pelo ego exacerbado de querer sentar na Vice- Presidência para
645 apenas estar lá. Então, eu acho que a OAB deve ser incluída como convidada, jamais
646 como Conselheiro e acho que a Presidência do CONASP tem que ser eleita pelo pleno
647 com todas as prerrogativas que lhe cabem. **Regina Miki – Presidente do CONASP -**
648 **Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Bom, vou voltar de lá para cá,
649 porque o Fernando acabou de colocar. Elder. Então vamos seguir. Todo mundo vai falar.
650 Só para não ficarmos numa seqüência aqui. **Elder Costa Santos - Fórum Nacional de**

651 **Juventude Negra** - Tudo bem, eu fico feliz de ser chamado para falar agora porque vou
652 concordar com o que a Cynthia colocou em relação a participação da OAB. Eu acho que
653 juridicamente e politicamente não vejo motivo para a OAB não estar nesse Conselho. Eu
654 entendo a crítica que os demais Conselheiros fazem acerca da participação efetiva da
655 OAB neste Conselho, mas nós temos que tentar inaugurar uma nova era, uma era em
656 que o Conselho tenha todos os atores que façam parte da segurança pública do nosso
657 país. Então eu queria aqui manifestar o meu apoio para que a OAB seja convidada a
658 participar deste Conselho, assim como os outros integrantes do Conselho de Segurança
659 Pública. **Marcos Fábio Rezande Correia - Coletivo de Entidades Negras** - Eu entendo
660 que esse debate da OAB é um debate que é antigo, né? É antigo mesmo e a OAB foi
661 derrotada, gente. Aí é meio que no tapetão, né? Aí é tapetão. Bahia foi para a segunda
662 divisão, eu quero que volte para a primeira e a gente vai no tapetão e entra. Isso é coisa
663 muito séria isso. Nós estamos respirando novos ares da república e democracia nesse
664 país. Ou a gente de fato respira ares verdadeiros ou vai ficar falando que está respirando.
665 Problema da OAB se foi derrotada. Se organize, lute e venha fazer parte do campo de
666 batalha, companheiros, porque a Pauta está aí. Agora, se a OAB com toda a estrutura
667 que tem, porque tem muito mais do que qualquer entidade como o Movimento Negro ou
668 qualquer dessas outras entidades que a gente sabe. Não se organizou e não teve
669 interesse de vir votar e brigou o tempo todo quando estava dentro do Conselho, a briga
670 entre Rose e Presidente do Conselho ou quem quer que seja. Todo dia uma discussão. É
671 bem verdade isso. A gente vai ficar aqui falando que a OAB é importante? É, eu também
672 sou importante, mas ninguém me dá de graça não. E ninguém inclusive entende assim.
673 Então numa boa com todo respeito à OAB, volta lá, e vai ralar e lutar para voltar para o
674 Conselho. Mesmo porque eu acho que se nós queremos construir de fato um processo
675 de democracia nesse país, com respeito à diversidade, essas instituições que são
676 instituições importantes desse processo têm que mostrar o quanto vale a pena estar aqui.
677 Você Marcos é tratado como Conselheiro e a defensora Tereza é tratada como
678 Conselheira, porque vocês se impuseram para isso. Porque durante todo o processo
679 vocês mostraram a qualidade do trabalho e das ações que vocês fizeram e por isso hoje
680 até se vocês votarem ninguém diz que vocês não votam. É, porque se chegar num lugar
681 e você levantar a mão ninguém diz que você não tem direito a voto, não. Eu nem sabia
682 mais! Fiquei até feliz, você não vai votar mais do meu lado (risos)! Porque chega um
683 estágio em que a OAB esteve aqui dentro e não fez inclusive por merecer isso. Foi até
684 bom você ter saído Celito, porque você voltou melhor. E com relação à questão, também
685 penso presidenta, que nós não podemos usar dois pesos e duas medidas. Se nós
686 estamos tendo essa relação e esse pensamento com relação à OAB, esse mesmo
687 pensamento tem que ser conduzido com relação à Vice-Presidência do Conselho. Não
688 tem como ficar numa reunião a gente vota e resolve. Eu concordo com a Cynthia, a gente
689 faz uma eleição para Vice-Presidente do Conselho e esse Vice-Presidente vai ficar um
690 ano, seis meses? **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
691 **Segurança Pública – MJ** - Mas eu acho que não me fiz entender. Porque a Cynthia fez
692 uma fala que eu acho que eu não me fiz entender. Eu disse que tem que ser pactuada
693 pela sociedade. Eu não falei que é para a reunião. Veja bem, estou aqui com a maior
694 lisura possível e não estou com falsa, não sei nem qual foi a fala que a Cintia usou, falsa
695 democracia, sei lá, mas não é isso não! Eu só acho que a gente tem que dar pactuada à
696 regra. Vai ter periodicidade e transitoriedade? Porque votar só no geral ou a gente vai
697 pactuar três ou quatro meses? Eu não sei, é o tempo que for pactuado, mas a regra tem
698 que estar clara. Desculpa, quando eu falei de uma Presidência da reunião, era uma das
699 hipóteses. Não disse que o Vice-Presidente tem que ser só para a reunião. Mesmo
700 porque, meus queridos, eu acho que até o Presidente daqui um pouco tem que ser

701 votado, porque a condução ela tem um momento de afirmação. Posterior este Conselho
702 se constituindo dentro do Ministério da Justiça afirmativamente, essa cadeira tem que ser
703 votada Marcos. Até mesmo porque eu não acho que quem tem a execução tem que ter o
704 direcionamento da política, está ok? Eu não tenho qualquer problema com isso, acho
705 que nós temos que encaminhar e daí eu preservar o voto e a OAB, embora eu faça parte
706 da OAB, a OAB não pode no tapetão levar o que foi votado legitimamente por outros
707 aqui. **Marcos Fábio Rezande Correia - Coletivo de Entidades Negras** - Então
708 concordamos, fechou a fala. Meu Coronel, primeira vez concordamos, eu não acho que
709 temos que ficar aqui para sempre mesmo, não. Perfeito e inclusive isso já foi decidido
710 que parece que só poderia ser eleito e reeleito uma vez. Não é isso? Isso já está
711 colocado, isso já está posto. Isso já está posto, Coronel, já está posto. No primeiro
712 processo eleitoral, naquela composição da ACOM, um dos documentos que nós
713 assinamos coletivamente durante a Conferência Nacional de Segurança Pública e que
714 lemos publicamente foi justamente essa questão de um documento dizendo que aquela
715 ACOM e aquelas entidades só poderiam ser reeleitas uma vez. Diferentemente da Polícia
716 Militar que pode ficar *ad eternum* nós vamos ficar só uma vez. **Regina Miki – Presidente**
717 **do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Conselheiro Marcos
718 Costa. **Marcos Antônio da Silva Costa - Conselho Nacional do Ministério Público –**
719 **CNMP** - Eu tenho uma sugestão de redação que é utilizada pelo CONAMA. **Regina Miki**
720 **– Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Para
721 qual artigo? O quinto mesmo? **Marcos Antônio da Silva Costa - Conselho Nacional do**
722 **Ministério Público – CNMP** - É. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
723 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Coloca embaixo do que está lá, sobe o quinto, lá
724 onde a gente estava mesmo. É no parágrafo quinto, inciso quarto. É o quinto do quarto. É
725 isso, Conselheiro Marcos? Aí deixa aquele como está e faz a redação nova do
726 Conselheiro para depois a gente poder votar. Com um acréscimo ali que tem nesse
727 quinto aí, Flávia, você já colocou, por exemplo, o Conselho Penitenciário que tem que por
728 outra côr porque também está em discussão aqui, porque entra na mesma história da
729 OAB. É a mesma história da OAB, nós vamos ter que votar e tem que por em votação,
730 mas é a mesma história da OAB. Copia, cola e modifica a redação. Depois a gente faz
731 as votações correspondentes. **Marcos Antônio da Silva Costa - Conselho Nacional do**
732 **Ministério Público – CNMP** - “Integre também o Plenário do CONASP na condição de
733 Conselheiros convidados com direito a voz e sem direito a voto”... esse é o termo que o
734 CONAMA usa, “com direito a voz e sem direito a voto; que também indicarão os
735 respectivos suplentes”. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
736 **Segurança Pública – MJ** - Pronto, Conselheiro? **Marcos Antônio da Silva Costa -**
737 **Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP** - Pronto. Agora só em relação à
738 OAB, eu já tinha mencionado isso na última reunião, né? Eu estive com o Presidente da
739 OAB e com o Secretário Geral conversando sobre essa coisa e há uma mudança na
740 postura da OAB. Eu assumo claramente, eu trabalho porque eu acho que a OAB tem que
741 estar aqui dentro. Eu conversei com eles na época e inclusive foi na época que eu trouxe
742 aqui e mencionei claramente isso na Plenária que eu tinha conversado com eles sobre a
743 importância disso e a impressão é que houve uma mudança na nova gestão com relação
744 a esse tema. Eu acho que talvez fosse importante recebermos alguma indicação deles
745 clara para nós. Porque a inclusão da OAB um dia pode ser feita rapidamente. As
746 relações que a OAB mantém com Ministro da Justiça e outros poderes é uma relação
747 direta. Ela participa de quase todas as discussões sobre o Sistema Judicial. Aí
748 aproveitando o que Cynthia falou, é quase a recuperação de uma coisa porque a lógica
749 desses Conselheiros convidados é a seguinte: Esses Conselheiros convidados não
750 precisam se submeter à eleição, porque fazem parte de um Sistema Judicial Criminal e

751 devem estar aqui. Porque os defensores públicos que são advogados tem uma
752 representação e os advogados, que é OAB a qual os defensores públicos também estão
753 vinculados eles não têm uma representação. Mas talvez um encaminhamento que
754 possamos trabalhar seja o seguinte: Aguardar uma manifestação concreta perante o
755 CONASP do interesse da OAB que aí sim poderíamos nos debruçar sobre a inclusão. Se
756 eles estiverem com muito interesse de fazer a participação, é um processo de
757 construção. Esse Decreto na verdade nós estamos tentando retificar apenas o Decreto de
758 2010, sem perder esse contexto. Talvez o caminho de negociação é que a OAB
759 construísse perante o CONASP, porque ela deve estar aqui permanentemente. Acho que
760 talvez fosse um caminho. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares**
761 **Estaduais do Brasil** - Bom, em relação a essa questão da OAB, eu também me sinto
762 relativamente à vontade para falar a respeito porque eu sou também credenciado pela
763 OAB e faço parte da OAB, mas de qualquer maneira ainda que eu reconheça a
764 importância que a OAB tem e o quanto seria válida a sua participação, não está em
765 questão agora aqui para nós a importância da OAB que todos nós reconhecemos, mas o
766 que está em questão é que aparentemente até o estágio em que nós estamos, a OAB é
767 que não atribuiu importância ao CONASP. Essa que é a questão. Se tivesse atribuído a
768 importância adequada ao CONASP, a participação nesse processo teria sido mais
769 intensa e desde o início com mais força. Por outro lado, ainda que a OAB tenha toda a
770 importância que merece ter, não acho que o CONASP fique de alguma forma prejudicado
771 ou diminuído, se por enquanto, a OAB dele não participar. Num segundo momento, uma
772 vez havendo esses contatos preliminares para buscar esta nova integração, digamos
773 assim, da OAB com relação aos serviços da área de segurança pública, ela poderá vir
774 naturalmente. Essa é a minha percepção no que diz respeito à questão da OAB nesse
775 momento e no estágio em que nós nos encontramos. Com relação ao aspecto do Decreto
776 e a questão da Vice- Presidência e da Presidência, já que a nossa doutora Regina
777 comentou, eu quero cumprimentá-la pelo comentário, porque efetivamente a praxe
778 também recomenda que o cargo da Presidência também seja um cargo que seja eleito
779 entre os Conselheiros. É uma prática muito comum. Eu sou membro também do
780 Conselho de Administração da Paraná Previdência, por exemplo, no estado do Paraná, e
781 lá o processo é absolutamente normal e democrático com esta alternância na Presidência
782 absolutamente normal sem choque e sem trauma de nenhuma natureza. E por derradeiro
783 e só para contribuir, a despeito o nobre Conselheiro João Francisco da sua sugestão que
784 me parece interessante e se for acolhida será acolhida também com o meu apoio, mas
785 como eu já tinha escrito, só para não perder o trabalho, tinham feito sinal, rascunha para
786 a gente ganhar tempo e tal. Eu tinha rascunhado e quero deixar como sugestão, aí
787 evidentemente a Plenária define. Na questão da Vice-Presidência, eu tinha colocado no
788 inciso três a seguinte redação: O Vice-Presidente... **Regina Miki – Presidente do**
789 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Tenho uma sugestão. O
790 senhor passa para a mesa direto e a gente já lê na hora de votar. Passa o texto, é
791 melhor, já está escrito aí mesmo, a Flávia já acrescenta lá. Contemplado, Conselheiro?
792 **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** -
793 Feito. Está indo o texto. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional**
794 **de Segurança Pública – MJ** - Então vamos lá, Conselheiro Tião. Eu estou indo na
795 inscrição assim. A Raquel também se inscreveu e o Conselheiro Marcos Dias. Eu estou
796 inscrita também e vou seguir assim, não estou com preferência, não. **Sebastião Correia**
797 **dos Santos - Viva Rio** - Bom, vamos lá. Com relação à OAB, eu acho que nós temos
798 dois momentos muito importantes agora para a OAB demonstrar o seu interesse de estar
799 mais próximo do CONASP. Faço um apelo às pessoas que estão defendendo que tem
800 relação direta com OAB, com a Presidência da OAB e Secretário-Geral, enfim, que façam

esse *lobby* junto à OAB da importância da OAB se envolver desde já no processo de construção dos conselhos estaduais de segurança pública dos seus estados. Dois. Que se envolvam no processo que hoje está sendo deslanchado pelo CONASP na próxima conferência nacional. Certamente esses dois movimentos vão aproximar muito mais a OAB do que qualquer coisa que a gente faça aqui burocraticamente rompendo acordos que foram feitos para essa eleição que foi realizada no CONASP. Então essas duas recomendações. Com relação à questão da Vice-Presidência e da Presidência, eu acho que se é um acordo verbalizado pela Secretária, de que também a Presidência seja eleita pelo pleno do CONASP e já temos essa maturidade, deveríamos colocar então nesse Decreto. Senão para essa gestão que já está posta, para a próxima gestão também elegeríamos a Presidenta ou Presidente do Conselho Nacional de Segurança Pública, mas já constaria hoje como Decreto a indicação para a eleição. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Eu estou inscrita e completamente a favor. Inclusive eu acho que nós teríamos, o Tião como sempre e aí é onde eu pondero o acúmulo. O Tião como sempre vem com a voz da sabedoria, né? Eu tenho algumas coisas a falar e ponderar. Na minha opinião, ninguém em momento algum deve ter cadeira garantida aqui como em qualquer outro Conselho. Se assim o fosse seria impossível trabalhar no Conselho de Educação sem que a UNE tivesse uma cadeira. Eu acho que não temos que partir por esses pressupostos de que as pessoas ou que as instituições já tenham cadeira garantida. Talvez tenha sido isso que tenha levado a OAB receber inclusive uma senha para votar e dentro do período das oito até às cinco da tarde em que todos se mobilizaram para votar a OAB não passou esta senha para ninguém daqui de Brasília. E nós pedimos incessantemente no telefone, porque nós tínhamos quem tinha votado ou não e quem ficou na comissão sabe muito bem do que estou falando, na comissão eleitoral, nós chegamos a ligar na OAB pedindo que eles passassem a senha para seu representante aqui e que ele votasse ou que ele votasse pela Internet e nem assim eles votaram. Então, talvez essa certeza de que a OAB tem que compor determinados fóruns traga a ela o direito de não querer concorrer com outros que aqui se fizeram. E na mesma forma que o Tião, eu acrescento mais uma hipótese da OAB em dizer que quer este fórum. A OAB não tem em todas as suas seções uma comissão de segurança. Ao contrário do que a Conselheira Cynthia diz aqui que pertence ao sistema de justiça, eu concordo. Mas não ao sistema de segurança. A OAB não pertence ao sistema de segurança em si, mas de justiça. E coloco mais um adendo a isso. Hoje as Forças Armadas na fronteira elas têm poder de polícia, e então teriam que estar nesse fórum numa canetada? Estou só colocando no debate. Se a gente está dizendo que OAB tem cadeira fixa... Hoje, o maior problema nosso de segurança pública são jovens negros morrendo. Eles têm cadeira aqui ou tem que disputar? É isso. O movimento GLBT. Alguém tem dúvida que é o movimento mais descriminalizado e mais prejudicado no país em termos de segurança? Eles foram para a disputa e em nenhum momento eles disseram que aqui era cadeira cativa deles. Então, eu só peço aos senhores da mesma forma que me ponho completamente democrática e acho que tem que constar nesse Decreto que a presidência tem que ser eleita, e acho que todos que querem ter assento aqui têm que passar por um processo de eleição democrático. Eu concordo e acho que teve um momento de afirmação desse Conselho que era necessário inclusive que essa presidência estivesse na mão do Ministro da Justiça, porque nós tínhamos que incorporar este Conselho aos demais Conselhos do Ministério, isso transitou. É passivo. O Conselho Nacional de Segurança Pública tem assento dentro da SENASP, nos grupos de trabalho. É passivo, acabou. Deixem a Presidência de honra ao ministro ou à SENASP. Não tenho problema com isso, disputem a Presidência. Não tenho qualquer problema com isso. Acho até que a SENASP tem que ser Presidente de

851 honra mesmo e o Ministro tem que vir aqui, ele não é Presidente de nenhum Conselho,
852 deixa a SENASP como Presidente de honra, até mesmo para os senhores terem algum
853 contato comigo ou com o futuro secretário que lá estará, porque a única certeza que
854 tenho quando sentei lá é de que vou sair e então não tenho problema com cargo nenhum.
855 Então acho que é isso. Nós temos que votar. E aí eu proponho que essa eleição que aí
856 seja pactuada aqui a rotatividade também, a Sociedade Civil sente nessa cadeira. Sente
857 os trabalhadores, sente os gestores, na rotatividade e que a SENASP não tenha direito a
858 concorrer à cadeira, que seja mais um membro aqui. O Ministério da Justiça. Essa é
859 minha proposta e que faça parte desse Decreto de agora. Já que vai mudar, vamos
860 mudar tudo e acertar inclusive isso. Agora, não concordo com tapetão de espécie
861 alguma. Quem perdeu legitimamente que vá disputar. E também não concordo que
862 nenhum Conselho tenha assento aqui garantido. Nem o Conselho dos Penitenciários,
863 nem o Conselho de Pirataria do Ministério da Justiça, nem o Conselho de não sei o quê.
864 Não tem. Vá disputar. Vamos para a disputa. Quem tem base não tem medo de disputa,
865 gente. Vamos lá. **Marcos Antônio da Silva Costa - Conselho Nacional do Ministério**
866 **Público – CNMP** - Só uma questão de encaminhamento. Nós temos mais três temas e os
867 debates estão assim: OAB, Presidência e Vice-Presidência. Talvez a gente já pudesse
868 encaminhar para segmentar. Vamos terminar a discussão sobre Presidência? **Regina**
869 **Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** -
870 Mas eu acho que as pessoas têm direito a falar. **Marcos Antônio da Silva Costa -**
871 **Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP** - Terão direito de falar nos
872 respectivos temas, para a gente já avançar na votação talvez. **Regina Miki – Presidente**
873 **do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Conselheiro, eu
874 cálculo que tenham outros temas que talvez os Conselheiros queiram debater. Nós
875 tivemos a oportunidade de colocar nosso ponto de vista e acho que todos têm o direito de
876 colocar. É lógico que a gente vai tentando já ir fechando para isso, mas se tiver outro
877 ponto a ser levantado eu acho que não temos o direito de cercear o debate. Fernando,
878 depois... Espera um pouquinho, vamos só fazer o seguinte, quem quer falar levanta a
879 plaquinha e acabou. Vamos levantar todas as placainhas de quem quer falar e aí nós
880 vamos seguir sabendo que a Raquel que está ali não tem plaquinha e está inscrita. Mas
881 na Pauta anterior o André estava inscrito e não falou. Mas não fechamos, não tem lista,
882 Cynthia. Não fechamos o debate. Agora sim estou encaminhando para quem quer falar
883 levanta e quem não levantar, cale-se. Então levanta para garantir. Está levantado para
884 garantir? Então vamos embora. Então, vamos seguir a sequência aqui, tá bom André?
885 Fernando e depois a gente pega a Raquel ali atrás e vai embora. **Fernando Antonio dos**
886 **Santos Matos - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -**
887 **Secretária**, eu vou ser bem rápido, até porque eu não gostaria de ser repetitivo. Em
888 primeiro lugar eu volto a dizer que como colocou o Conselheiro Sá Ribas, a gente não
889 está discutindo aqui a importância da OAB. Eu tive a possibilidade de ser conselheiro
890 eleito duas vezes no estado de Pernambuco e de presidir a Comissão de Direitos
891 Humanos da ordem lá do estado, mas eu acho que como disse a secretária Regina, a
892 OAB tem constitucionalmente direito de estar nos Conselhos ligados no Sistema de
893 Justiça. Aí eu discordo da minha colega Cynthia. Eu acho que o Sistema de Justiça a
894 OAB tem que integrar. A questão do sistema de segurança pública, eu acho muito mais a
895 Defensoria Pública como representante da maioria dos nossos réus são aqueles
896 suficientes, a Defensoria tem muito mais legitimidade para estar aqui. Com relação à
897 atuação da OAB, eu sinto um exemplo extremamente positivo que é a atuação da OAB
898 no CDPH, tem representação do Conselheiro Percílio, que tem sido realmente um
899 exemplo de dedicação ao CDPH onde ocupa a Vice-Presidência e a OAB sempre se
900 empenhou em participar do CDPH, e eu não vi esse empenho aqui em relação. Volto a

901 dizer, eu não estou vetando a OAB. E acho que o Conselheiro Sebastião colocou que é
902 realmente importante. E minha última consideração é se a OAB achar tão importante, ela
903 deveria disputar até para ter direito a voto, porque ela ficar nessa categoria de
904 Conselheiro convidado e ter sempre vaga garantida, ela vai ter vaga garantida, mas não
905 vai ter direito a voto. Para a ordem para a dimensão que ela tem e pela estatura que ela
906 tem, ela deveria ter um mandato pleno para votar. **Raquel Willadino Braga –**
907 **Observatório de Favelas do Rio de Janeiro** - Eu também vou ser muito breve porque
908 me senti contemplada nas últimas intervenções. Só queria reiterar essa avaliação de que
909 o que a gente não pode fazer é deslegitimar um processo eleitoral. Então, se há um
910 reconhecimento da relevância da OAB para um espaço como o CONASP, eu queria
911 lembrar que nós também perdemos no processo eleitoral, outros atores muito
912 estratégicos para esse campo, e aí só para trazer um exemplo, por exemplo, no âmbito
913 da pesquisa, a participação do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, sem dúvida é
914 estratégica para um espaço como o CONASP. Foi uma perda? Foi uma perda, mas foram
915 para a disputa e perderam, tal como a OAB. Então, eu acho que a gente não pode
916 trabalhar numa perspectiva de ter dois pesos e duas medidas. E aí concordando
917 plenamente com o Tião, se esses atores entendem que o CONASP é um espaço
918 estratégico, eles têm muitos caminhos para construir esse envolvimento, contribuir no
919 caminho do processo da conferência, então vamos entender que não basta o nosso
920 reconhecimento de que são atores estratégicos, a gente tem aí um processo para que
921 eles mostrem e construam esse envolvimento e se legitimem para disputar no processo
922 eleitoral. Eu queria fazer um apelo a partir da memória do que a gente construiu aqui que
923 a gente não deslegitime a eleição que foi construída com tanto esforço por boa parte
924 desse grupo. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
925 **Segurança Pública – MJ** - Vamos lá, Coronel Mariano. **Vicente Antonio Maria Ferraz -**
926 **Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de**
927 **Bombeiros Militares** - Doutora Regina, desculpe aqui eu defender meu ponto de vista e
928 minha opinião aqui. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
929 **Segurança Pública – MJ** - Que desculpa! O senhor tem todo o direito de defender sua
930 opinião! **Vicente Antonio Maria Ferraz - Conselho Nacional de Comandantes Gerais**
931 **das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares** - A gente fala em função
932 do relacionamento que a gente tem com a OAB em São Paulo que eu posso testemunhar
933 que são os melhores possíveis. A OAB está sempre presente no comando geral, e a OAB
934 tem uma Comissão de Segurança Pública que se reúne mensalmente e nós temos
935 oficiais que todo mês se reúnem nessa comissão junto à OAB. A OAB participa da
936 Comissão de Polícia Comunitária, Comissão de Direitos Humanos. Então, o
937 relacionamento que nós temos em São Paulo com a OAB é fantástico e por isso que
938 estou testemunhando aqui e estou defendendo a OAB. Eu não tenho procuração para
939 isso, mas eu fico pensando... **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
940 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Eles vão ter um cabo eleitoral para a próxima
941 eleição. É um Coronel eleitoral, não é cabo! (risos). **Vicente Antonio Maria Ferraz -**
942 **Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de**
943 **Bombeiros Militares** - Mas eu fico pensando, doutora, fico pensando do ponto de vista
944 político quanto o CONASP, quanto o Ministério, quanto o Ministro e a senhora ganhariam
945 oferecendo a possibilidade da OAB participar no CONASP e o quanto o CONASP se
946 enriqueceria com a participação da OAB. **Regina Miki – Presidente do CONASP -**
947 **Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Eu ficaria mais satisfeita se eles
948 ganhassem no voto e eu pudesse dar um certificado para eles que eles ganharam no
949 voto. Quem é? Cynthia? **Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo - Conselho Federal de**
950 **Psicologia** - Tem alguém defendendo a inclusão da OAB? Tem a proposta? **Regina Miki**

951 – **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Tem!
952 Não se preocupe, Cynthia, essa culpa não é tua. Você tem outras culpas, essa não.
953 (risos) Nós temos as pessoas inscritas, terminando essa rodada já está todo mundo
954 inscrito. Os sem-teto estão sendo recebidos pelo Ministro da Justiça numa comissão com
955 o nosso pessoal e vão ser atendidos nos seus pleitos e já saíram do Ministério. Foram
956 para a parte de fora, mas a comissão já entrou e está na sala de retratos com o Ministro
957 da Justiça e o secretário de assuntos legislativos sendo recebidos. Como qualquer um
958 que lá chegar vai ser recebido. Não precisa invadir, pode pedir audiência que a gente dá
959 audiência. **Geraldo Soares Wanderley - Pastoral Carcerária Nacional** - Na verdade eu
960 acho que nós estamos sendo assim bastante repetitivos, né? A OAB eu acho que é
961 importante, se ela quiser participar desse fórum ela faz um documento e manifesta o
962 direito de estar aqui e a gente aprecia. Eu acho que o negócio é assim. Mas como a
963 democracia é dinâmica! Em pouco tempo este Conselho fez aqui um levante para o
964 Ministro e a Regina vir para cá e o Ministro assumir a presidência e etc. De um minuto
965 para o outro a gente amadurece e a gente já está quase elegendo o Presidente e Vice-
966 Presidente. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
967 **Segurança Pública – MJ** - E olha, por proposta da presidenta, hein? Olha só! **André**
968 **Luiz de Jesus Rodrigues - Instituto de Estudos da Religião – ISER** - Boa tarde. André
969 Luiz do ISER. Eu vou ser muito breve. Levantei minha plaquinha torcendo para que
970 minha fala tivesse sido contemplada, mas queria colocar dois argumentos pontuais para
971 discussão da OAB. A primeira trocando em miúdos, a inclusão como convidado
972 permanente representaria a despeito de toda discussão valorativa e crítica política à OAB
973 uma mudança de regra com o jogo em andamento. Eu acho que isso soa mal para o
974 Conselho. E em segundo lugar eu queria concordar e acrescentar o argumento da Raquel
975 o fato de que esse Conselho deve e é permeável, aberto, sensível a todas as instâncias
976 da sociedade que sejam estratégicas e importantes para o tema e que podem contribuir a
977 qualquer momento na medida em que manifestem interesse com o trabalho deste
978 Conselho. Então tem outras estratégias e formas de participação da OAB possíveis na
979 medida em que tenha o interesse de contribuir, que não a inclusão como membro cativo,
980 vamos dizer, do Conselho. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
981 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Conselheiro Marcos Dias. **Marcos Dias dos**
982 **Santos - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais** - Eu quero dizer que
983 já estou decidido, o meu voto está decidido. Eu vejo a fala se repetindo há um bom tempo
984 e eu já estou decidido. É claro que o meu voto, como não é voto secreto, posso revelar, o
985 meu voto é para que a OAB entre no processo eleitoral como era anteriormente. Isso até
986 valoriza a participação dela neste Conselho e ela não precisa deste Conselho para
987 discutir ou promover políticas de segurança pública. Ela está em pé de igualdade com o
988 Conselho que tem maior visibilidade no nosso país hoje que é o CNJ. Se for do interesse
989 dela, eu sei que ela inclusive eu sei que já tem coronéis eleitorais aqui, e então vai ser
990 fácil na próxima eleição ela garantir a presença dela. E Cynthia, se cuide. Vocês têm que
991 fazer um bom trabalho desde já. Cynthia Ciarallo do Conselho Federal de Psicologia. E
992 fiquei surpreso, Regina, com sua proposta de colocar aqui a eleição para Presidente do
993 CONASP. Eu também compartilho dessa idéia que a Presidência do CONASP tem que
994 ser eleita, embora eu ache que a gente precisa de alguns anos na frente. **Regina Miki –**
995 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Eu que
996 fico surpresa com sua postura agora. Eu coloco uma forma democrática e você
997 sindicalista voltar? Mas as coisas mudam. **Marcos Dias dos Santos - Federação**
998 **Nacional dos Policiais Rodoviários Federais** - Eu penso no Conselho ele crescendo
999 em relevância, ele crescendo em reconhecimento da Sociedade e em serviços prestados.

1000 **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública –**
1001 **MJ -** A melhor forma de crescimento de um Conselho é que ele seja democrático.
1002 **Marcos Dias dos Santos - Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais -**
1003 Com certeza, com certeza. A questão é o momento. É o momento. Mas tudo bem. Agora
1004 tem outros pontos que eu vi pactuando aqui que foram objeto de discussão no mês de
1005 março na Segunda Reunião Extraordinária. **Regina Miki – Presidente do CONASP -**
1006 **Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -** Mas nós ainda estamos
1007 prosseguindo naquela reunião e isso aí não é parto normal, é parto de mula se passar de
1008 hoje. No outro mês já será parto de mula. Aquela reunião era para por fim, mas até hoje
1009 não. Vamos por fim hoje, né? **Marcos Dias dos Santos - Federação Nacional dos**
1010 **Policiais Rodoviários Federais -** Eu espero. Ok, essa é minha fala. **Regina Miki –**
1011 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -** Aqui
1012 desse lado temos Marcos Costa. Então está bom, já está contemplado? **Marcos Antônio**
1013 **da Silva Costa - Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP -** São duas coisas.
1014 Em relação à proposta da OAB, eu no início disse que retirei para que a gente pudesse
1015 caminhar para uma abordagem perante à OAB e tudo o mais, mas talvez não precisasse
1016 ser objeto de votação. Porque eu acho que o caminho é esse e tudo o mais. **Regina Miki**
1017 **– Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -** Mas eu
1018 acho Conselheiro, já que foi colocado, que vale a discussão, né? **Marcos Antônio da**
1019 **Silva Costa - Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP** Alguém tem que dizer
1020 eu quero que vote. É porque alguém falou em voto, aí eu fiquei... **Regina Miki –**
1021 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -** Não, mas
1022 acho que não. **Marcos Antônio da Silva Costa - Conselho Nacional do Ministério**
1023 **Público – CNMP -** Outra coisa que eu queria pontuar e infelizmente Fernando Matos não
1024 está aqui, mas depois coloco pessoalmente para ele. Está aqui, Fernando? Eu
1025 particularmente trabalho com um conceito de segurança pública mais amplo. Eu sempre
1026 falo assim: O Sistema de Segurança Pública amplo abarca: Polícia, Ministério Público,
1027 Judiciário e Sistema Penitenciário. Esse é o conceito. As questões de violência e
1028 criminalidade não são apenas de polícia, dizem respeito diretamente ao Ministério Público
1029 e diretamente ao Poder Judiciário. E no âmbito do Poder Judiciário e Ministério Público
1030 tem dinâmica entre defesa e acusação. Então assim, a OAB e defensores públicos todos
1031 têm direito a estar aqui. E queria pontuar também sobre essa questão de ter ou não
1032 cadeia cativa. Aqui eu tenho uma visão um pouco diferenciada. Muitos dos conselhos
1033 têm cadeia cativa. Embora acontecendo o que Fernando bem apontou, se você opta em
1034 ser Conselheiro convidado, você perde direito ao voto, só tem a voz. Mas a presença do
1035 Senado, da Câmara, do CNJ, a presença do CNP, da Defensoria pública se faz aqui por
1036 uma decisão política de considerar que essas instituições deverão estar aqui e não se
1037 submeter à dinâmica de eleição. Da mesma forma como os gestores também. Os
1038 gestores também têm cadeia cativa aqui. Você não vai discutir política criminal se os
1039 gestores não tiverem cadeia cativa. Naturalmente não se pode garantir cadeia cativa
1040 para a quantidade de entidades dentro da Sociedade Civil ou dentro da classe de
1041 trabalhadores, por isso que tem um modelo, entendeu? Só pontuando isso, talvez para
1042 finalizar em relação à OAB o que eu vou conversar e não só eu, mas outras pessoas
1043 podem conversar com a OAB. Almir, por exemplo, eu tenho certeza que muito da
1044 mobilização que Almir vem patrocinando na nossa rede tem o apoio da OAB nos estados.
1045 Então assim, há vários exemplos de apoio e aí o que Tião falou. Eu acho que é
1046 importante que a OAB diga que tem o interesse, que conquiste novamente o CONASP e
1047 aí vai se discutir qual a posição dela, se vai entrar ou não. **Regina Miki – Presidente do**
1048 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -** Tem o Conselheiro José
1049 Neves que é o último inscrito. O Tião já está contemplado porque era para mandar a

1050 redação e foi para lá. Eu só vou comunicar que o "coffee break" está servido e que logo
1051 mais já chega o Rossini. Minha proposta é que José Neves fale, nós vamos para o
1052 "coffee break", voltamos e votamos. Ninguém mais abre a boca, nem de OAB e nem de
1053 mais nada, porque o Fabrício já está aqui do DEPEN, chefe do gabinete do doutor
1054 Rossini, e aí a gente tem encaminhamento, nós votamos e encerramos o Decreto. **João**
1055 **Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República - O**
1056 **problema é que o Tião está levando uma proposta que não foi colocada em discussão.**
1057 **Aquela questão que vinha 8 meses, da Presidência e Vice. Regina Miki – Presidente do**
1058 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ - Isso vai para o**
1059 **Regimento. João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da**
1060 **República - Não foi para o Decreto. Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
1061 **Nacional de Segurança Pública – MJ - Nós vamos pegar sem fala ponto a ponto. Vota**
1062 **isso e vota aquilo. Na hora que eu voltar nem vou perguntar para os senhores se estamos**
1063 **aptos a votar ou não. Eu concluo que todo mundo está apto a votar. E vamos passar**
1064 **ponto a ponto e votamos. José Roberto Neves - Sindicato dos Agentes Penitenciários**
1065 **Federais - Só um encaminhamento. Se vamos dar um tempo para ser preparado para a**
1066 **próxima apresentação e próximo ponto de Pauta. Por que não votamos logo? Regina**
1067 **Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ -**
1068 **Deixa -me só garantir a fala do Conselheiro. Então já vai preparando aí para votar. João**
1069 **Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República - Isso. E a**
1070 **questão de redação e conteúdo, foi que o Conselheiro Márcio, ele falou que não está**
1071 **inclusa a OAB, e então a questão da discussão da OAB perde o sentido. Regina Miki –**
1072 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ - Vamos**
1073 **ponto a ponto. Quando chegar no ponto, tirou, o que não é para votar. José Roberto**
1074 **Neves - Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais - Obrigado. José Roberto**
1075 **Neves. Em relação a essa proposta da OAB e a proposta que a gente formulou também**
1076 **de incluir o CNPCP aqui nesse espaço, eu acho que ela já está prejudicada porque o**
1077 **próprio Marcos ele retirou a proposta da manutenção da OAB. Então a primeira que está**
1078 **grifada de amarelo ela está prejudicada porque parece que estava atrelada. Então, eu**
1079 **retiro a proposta para facilitar a discussão. Mas eu quero salientar presidenta,**
1080 **Conselheiros de que esta insistência para a participação do CNPCP foi uma dificuldade**
1081 **que tivemos na nossa Câmara Temática no Sistema Prisional de Acesso à Justiça, por**
1082 **conta de que a gente entende que há de haver uma proximidade e a dificuldade de se**
1083 **discutir sistema penitenciário neste Conselho vem também da ausência aqui de um**
1084 **gestor penitenciário. Eu não sei se foi pensado na constituição do Conselho. Regina Miki**
1085 **– Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ - O**
1086 **DEPEN vai ter cadeira aqui a partir de agora. A outra vaga do Ministério da Justiça é do**
1087 **DEPEN. O doutor Rossini vai integrar este Conselho. José Roberto Neves - Sindicato**
1088 **dos Agentes Penitenciários Federais - Perfeito. Regina Miki – Presidente do**
1089 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ - Bom, encaminhamento.**
1090 **Conselheiro Márcio. Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas,**
1091 **Gays, Travestis e Transexuais – ABLGT - Márcio Marins. Só fazer uma consideração**
1092 **que eu acho que mesmo sendo um Decreto, não muda o mérito de nada repetindo aquilo**
1093 **que eu repito no grupo e já repeti aqui, eu tinha solicitado isso por Decreto da outra vez,**
1094 **utilizar a linguagem inclusiva aqui de gênero. Por favor. É o Presidente, o Vice-**
1095 **Presidente, nós temos a Presidência. Então a Presidência de honra, a Presidência do**
1096 **CONASP. Fica comum de dois. Eu já fiz todas as alterações aqui se quiser. Regina Miki**
1097 **– Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ - Observa**
1098 **embaixo para quando mandar para a Conjur que seja observado isso. Bom, eu**
1099 **pressuponho que estamos aptos a votar depois de tanta discussão. Então vamos lá.**

1100 Héder conduz e eu ponho em votação. Vamos permanecer na Plenária em silêncio,
1101 porque agora tem que subir artigo, voltar artigo, vamos prestar atenção nisso para que a
1102 gente possa votar. **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de**
1103 **Praças Militares Estaduais** - Em relação à questão que o Sá Ribas colocou de que está
1104 repetido o parágrafo quinto, a gente precisa superar, porque o primeiro diz o seguinte: O
1105 artigo quarto. O que ocorre? O parágrafo quinto do inciso terceiro do artigo quarto que
1106 diz ali, olha lá. Todo mundo por gentileza com os seus. Diz o seguinte: “Poderão ser
1107 convidados a participar das reuniões do CONASP representantes de órgãos e entidades
1108 públicas, privadas e técnicos sempre que da Pauta constar temas de sua área de
1109 atuação.” Vamos por gentileza no artigo quinto agora. O artigo quinto. Aí. Olha o que diz
1110 o artigo quinto. Isso é redação oficial. “Poderão participar da reunião do CONASP
1111 convidados e observadores sem direito a voto na forma estabelecida no Regimento
1112 Interno.” O que é a proposta? Retorna um pouquinho, por favor. Isso foi acordado e
1113 pactuado na última e não foi votado. É que seja suprimido o parágrafo quinto do inciso
1114 terceiro do artigo quarto e o artigo quinto evidentemente todos renumerados. É só pegar
1115 o papel, pega o documento. Aí vem a redação. Marcos, se pegar o documento, você vai
1116 ver que dizem a mesma coisa, lá tem que movimentar. A proposta é a redação nova:
1117 “Poderão ser convidados a participar das reuniões do CONASP representantes de órgãos
1118 e entidades públicas e privadas e técnicos sempre que da Pauta constar temas de suas
1119 áreas de atuação, bem como convidados e observadores sem direito a voto na forma
1120 estabelecida do Regimento Interno.” Porque o parágrafo quarto do inciso terceiro do
1121 parágrafo quinto é a mesma coisa do artigo quinto. Então é só suprimir um e deixar ele
1122 dentro. Porque se for dar um parágrafo para ele que se dê parágrafo se for deixá-lo
1123 como artigo. É só isso, é o que ficou porque não foi votado. Foi feita a supressão e não
1124 foi votado. **Marcos Fábio Rezande Correia - Coletivo de Entidades Negras** - Tião fez
1125 uma proposta para eleição do Presidente e do vice, pelo menos o que eu li ali. Mas tem
1126 uma proposta só para eleição do vice? Também tem, né? **Regina Miki – Presidente do**
1127 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Tem sim, Marcos. Então
1128 a gente deixa num parágrafo como está? Deixa o artigo quinto e suprime? Tá, então
1129 Flávia, o parágrafo quinto vira o artigo quinto e sai de lá, certo? **Heder Martins de**
1130 **Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Essa é
1131 a sugestão. Agora aonde ele vai ser, se ele vai ser um parágrafo ou artigo. **Regina Miki –**
1132 **Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Ele é
1133 artigo. **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças**
1134 **Militares Estaduais** - São duas coisas. Porque um parágrafo está dizendo a mesma
1135 coisa que o artigo. Olha na redação original no documento impresso. Esses são os
1136 convidados para vir palestrar discursar, não tem nada a ver com outros não. Esse não
1137 tem nada a ver com outros que estão garantidos, não. É o caso do DEPEN que vai vir
1138 aqui agora. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de**
1139 **Segurança Pública – MJ** - Esses são os que eu confundi quando eu falei... Pronto, já
1140 está. Vamos lá. Eu tenho fé que a gente vota. Vamos! **Heder Martins de Oliveira -**
1141 **Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Flávia, esse que
1142 você recortou coloca onde está no artigo terceiro. **Regina Miki – Presidente do**
1143 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Gente, vamos fazer uma
1144 reunião só, um Plenário só, é complicado votar isso, depois vai dizer que não votou, não
1145 sabe, não viu, não leu. **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades**
1146 **de Praças Militares Estaduais** - Então, Flávia, por gentileza, vou deixar a redação. Faz
1147 a supressão, por favor, do parágrafo quinto do inciso terceiro do artigo quarto. **Regina**
1148 **Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** -
1149 Deixa ele concluir a operação e depois a gente critica. **Heder Martins de Oliveira -**

1150 **Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - O artigo quinto é o
1151 que está de azul, correto? É o artigo quinto do inciso terceiro do parágrafo quarto. A idéia
1152 é que faça a supressão. Pronto. Pega esse que está em amarelo que está aí sugestão
1153 apresentada pelo Conselheiro Heder, recorta e ele daí e cola em cima do artigo quinto aí.
1154 Como sugestão aí. Em cima do artigo quinto. Isso aí passa a ser o artigo quinto. Agora
1155 verifiquem os senhores e senhoras que essa é a junção do parágrafo quinto do inciso
1156 terceiro do artigo quarto que substituiu. Se você olhar o documento você vai entender.
1157 Tira essa sugestão e pronto. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
1158 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Pronto? Já fez a adequação? Então vamos lá.
1159 Volta lá em cima. Volta lá no comecinho. Heder, agora você conduz a leitura e eu a
1160 votação. Bom, então vou fazer o seguinte. Para que a gente possa adequar tem uma
1161 proposta minha e do Tião de que não seja eleito somente o vice, mas o Presidente
1162 também. O Conselho, por favor, aqueles que concordarem com essa inclusão, levanten
1163 a mão. Por favor, a contagem. Veja bem, o prazo, tudo isso vai para o regimento. Nós
1164 estamos votando o prazo se vai ser para a próxima eleição, se vai ser para outra como
1165 propõe o Conselheiro Marcos Dias. O que nós estamos dizendo é o seguinte: Que para
1166 este Conselho, presidente e Vice-Presidente serão eleitos. Agora o prazo de adaptação
1167 disso vai tudo para o regimento. OK? Então, vamos lá de novo. Os Conselheiros que
1168 concordam com a inclusão da Presidência para ser votada, por favor, levante a mão.
1169 Doze votos. Os Conselheiros que não concordam, levanten a mão. Dez votos.
1170 Abstenção? Não. Então, será incluído ali, serão eleitos presidente e Vice-Presidente.
1171 Isso. Agora a forma dessa votação e tudo o mais, isso é regimento. Depois vocês vão
1172 pactuar isso, nós temos que agora imediatamente às mudanças aqui e que entrar em
1173 vigor tem que ser revisto o regimento, está bom? Vamos lá. A minha proposta é a
1174 seguinte: Que a gente vá lendo o que foi alterado e você vai pondo em votação já. Esse
1175 já foi. Próximo. **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de**
1176 **Praças Militares Estaduais** - Precisa fazer adequação. Você falou que o Presidente já
1177 foi eleito. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança**
1178 **Pública – MJ** - Isso morre. Gente, nós não vamos votar isso hoje, não. Estou perdendo a
1179 esperança já. Vai, Tião. **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Já está votado,
1180 gente. Já está votado e já há um acordo de que o prazo para isso vai ser feito pelo
1181 Regimento Interno. A pergunta é: A questão do rodízio entre o segmento também vai
1182 para o Regimento Interno? **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
1183 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - É regimento, a forma, votação, isso tudo é coisa
1184 de regimento. **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Há acordo da minha parte. Se
1185 o Plenário assim concordar, beleza. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria**
1186 **Nacional de Segurança Pública – MJ** - Pensem o seguinte: A mudança de um Decreto
1187 é muito difícil. De um regimento, o Plenário muda. Essas regras de eleição, essas regras
1188 básicas, fica a cargo do Plenário. Agora mudar um regimento vocês vão ver que é um
1189 parto para sair o regimento da Casa Civil depois. Então é isso, vamos lá com fé em Deus,
1190 não sei se vai ser mais outro parto de mula, mas vamos lá. Parto de mula, onze meses.
1191 **Heder Martins de Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares**
1192 **Estaduais** - Artigo terceiro, inciso três. Nesse caso como já foi dito que o Presidente será
1193 eleito ou a presidenta e no caso esse inciso terceiro passaria a ser somente a Mesa
1194 Diretora. Aí vai para o regimento também as condições. **Regina Miki – Presidente do**
1195 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ** - Agora eu sou obrigada a
1196 por isso. Por exemplo, o Presidente de honra vai ficar o Ministro da Justiça ou ficaria a
1197 Secretaria Nacional de Segurança Pública? Porque é complicado. Eu estou pensando
1198 que os outros conselhos não têm Presidente de honra. Não existe Presidente de honra.
1199 Se vocês querem tirar ali tudo bem também. Bom, vamos até o final e depois a gente

1200 volta aí. Mas é para pensar, estou só pensando alto aqui. **Heder Martins de Oliveira -**
1201 **Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - O outro inciso
1202 terceiro então em verde ficou prejudicado. Porque era só aquela proposta de Vice-
1203 Presidente. Esse terceiro também sai, ficou prejudicado. **Marcos Fábio Rezande Correia**
1204 **- Coletivo de Entidades Negras** - Eu preciso fazer uma declaração muito importante. Eu
1205 acho que essa questão, Regina, me desculpe, presidenta, mas ficou muito mal debatido
1206 isso aí. Estou sentindo no ar e nos olhares que tem uma coisa mal debatida que passou
1207 de Presidente e Vice-Presidente. Porque isso não estava no script no contexto geral. Nós
1208 fizemos aqui dez reuniões durante vários meses e o que estava no debate era a Vice-
1209 Presidência e de repente essa proposta chegou hoje em dez minutos e vamos aprovar.
1210 Eu sou meio cético quando tem uma proposta muito... É muito boa ou muito ruim, me
1211 assusta mesmo. Estou falando de governo e Sociedade Civil, não é Marcos e Regina. E
1212 por ser outro negócio eu acho que precisa refletir melhor sobre isso. Eu acho que temos
1213 que participar do "coffee break", dar uma pausa, entender melhor o que está no meio
1214 disso e depois a gente volta. Eu quero fazer essa proposta inclusive para o pleno para ver
1215 o que o pleno acha. Eu acho, porque não estava assim. **Regina Miki – Presidente do**
1216 **CONASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública – MJ**- Gente, de qualquer forma
1217 vou suspender a votação, não tem clima para a gente votar isso, mas de qualquer forma
1218 eu saliento que o pleno é pleno. **Marcos Fábio Rezande Correia - Coletivo de**
1219 **Entidades Negras** - E pode voltar atrás ainda mais na mesma reunião, é claro. E por ser
1220 pleno nós podemos voltar a Pauta agora inclusive, Regina. Ainda mais numa decisão
1221 dessa que foi doze a dez. **Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional**
1222 **de Segurança Pública – MJ** - Vamos pausar? "coffee break". **Intervalo para Coffee**
1223 **Break - Regina Miki – Presidente do CONASP - Secretaria Nacional de Segurança**
1224 **Pública – MJ** - Vamos lá, Conselheiros vamos retornar? Eu vou pedir licença aos
1225 senhores e até mesmo ao meu querido companheiro de governo, eu vou para uma
1226 reunião com o Ministro da Justiça. Nós temos que fechar um plano para apresentar
1227 amanhã na Casa Civil, mas eu acho que nós vamos dar a voz ao doutor Rossini que está
1228 aqui aguardando e logo depois o Augusto então ficará aqui no meu lugar e retoma essa
1229 discussão. Eu só quero deixar bem claro, mas bem tranquilo a todos que não tem
1230 nenhuma pegadinha da minha parte. Acho que eu excedi na minha democracia e vocês
1231 assustaram. Então eu peço a todos que reflitam. A minha proposta ela é no sentido de
1232 estarmos mudando um Decreto. Nós não estamos obrigando. A gente pode pactuar um
1233 prazo de transição se há receio da Sociedade Civil de que ainda haja algum perigo com
1234 relação ao CONASP, e achem necessidade disso permanecer na secretaria. Agora, lhes
1235 digo com muita tranquilidade. Eu venho para cá porque eu acredito nesse processo e
1236 ajudei a construir esse processo. Mas venho para cá, porque está na lei que eu sou
1237 Presidente. Viria como uma Conselheira sentar aqui e discutir política, mas está na lei,
1238 sou Presidente. Talvez, e posso ser eleita, talvez se eleita fosse viria para cá sabendo
1239 que pelo menos a maioria me queria como Presidente. Então assim, é uma coisa tão
1240 tranquila da minha parte, me desculpem. Não tem qualquer pegadinha, não se apavorem,
1241 eu não tenho problema com isso, é muito sossegado isso na minha cabeça. Processo
1242 democrático eu acho que todos nós temos que participar de um processo democrático.
1243 Os senhores por vezes para estarem sentados aqui participam de dois processos de
1244 eleição. Um deles quando ganha a instituição e outro dentro da instituição para saber
1245 quem vem para cá. Eu além de não participar, tenho duas funções aqui. A de Conselheira
1246 e de presidir o Conselho. Porque não participar de uma eleição direta? Não tem
1247 qualquer problema. E não darei mais ou menos peso dentro da Secretaria Nacional ao
1248 Conselho pelo fato de ser Presidente ou não ser Presidente. Faz parte da formulação da
1249 política a participação democrática que os senhores aqui representam. Então, não tenho

1250 qualquer problema com isso e não tem qualquer pegadinha, por favor. Não entendam
1251 como pegadinha. Eu farei o possível para amanhã no encerramento estar aqui de volta.
1252 Tem alguns questionamentos da Conselheira Tereza que eu gostaria que fossem
1253 colocados com muita tranquilidade e com muita atenção também da nossa equipe. Se
1254 saírem encaminhamentos aqui de ofícios, por favor, agilizem, deixem isso pronto, porque
1255 o funcionamento do Conselho depende da Secretaria-Executiva. Então, se houve erro,
1256 por favor, muita cautela na condução, mas tentem corrigir isso. Se precisar que eu
1257 assine alguns ofícios, preparem, já assino, já damos andamento a isso, mas para garantir
1258 o bom encaminhamento aqui do Conselho. É um prazer trabalhar na equipe com o doutor
1259 Rossini, eu não preciso dizer aos senhores quem é o doutor Rossini, ele é um membro do
1260 Ministério Público conceituadíssimo em São Paulo, um dos criadores do GAECO em São
1261 Paulo, um homem que trabalhou muito no social na Zona Sul de São Paulo, trabalhou
1262 junto com o Coronel Camilo, com o Coronel Mariano, com o pessoal da polícia e hoje a
1263 gente tem a honra dele integrar a equipe do Ministério da Justiça. Um olhar diferenciado
1264 para um problema tão sério que é o sistema prisional nosso. Eu acho que se todos nós
1265 hoje fechássemos a questão que iríamos juntar as mãos e resolver o problema prisional,
1266 nós sabemos, Sociedade Civil, trabalhadores e gestores que aqui estamos, nós não
1267 daríamos conta hoje disso. É um problema, realmente é, e impacta naquilo que o
1268 Conselheiro Marcos disse no sistema como um todo. É a ponta de lá do sistema, é
1269 gravíssimo e então eu gostaria que os senhores ouvissem atentamente o que o doutor
1270 Rossini tem a colocar. Será nosso Conselheiro e ele ocupará uma cadeira do Ministério
1271 da Justiça como Conselheiro até mesmo pela temática. É um questionamento do José
1272 Neves inclusive, do porque o DEPEN não está aqui como gestor. Então eu peço a todos
1273 os Conselheiros que o tratem já como Conselheiro, porque só não está aqui ainda como
1274 Conselheiro, porque não foi publicado e tenho nele o amigo que tenho. Muito obrigado e
1275 desculpe porque eu tenho que sair. **Augusto Rossini – DEPEN** - Só queria que você
1276 ficasse um segundinho para ouvir o meu agradecimento pela oportunidade na amizade e
1277 pela sensibilidade. Nós homens, por mais que nos esforcemos, não temos o sal da terra é
1278 a mulher na gestão, a gente sabe disso, no Brasil. Obrigado pela confiança e pela
1279 oportunidade. Se já estou indicado como Conselheiro, agradeço a oportunidade. É mais
1280 um Conselho que a gente compõe através da ponte com o PNPCP que também está no
1281 Conselho de Política Criminal e Penitenciária, e esse olhar holístico, horizontal também
1282 pode ajudar bastante na política criminal. Então Regina, muito obrigado e boa sorte lá na
1283 sua reunião. E na pessoa dela eu cumprimento a todos e todas. O doutor Agnaldo
1284 Augusto perguntou se eu queria que todos se apresentassem. Mas eu acho que não, nas
1285 intervenções e com a convivência nós vamos nos conhecer. Sei que o tempo meu e o
1286 tempo de vocês é bem mais precioso e eu vou tentar ser o mais objetivo possível, já
1287 cortei alguns slides dos 25 que nós tínhamos. A primeira idéia, aliás, eu tive na ENASP
1288 agora a defensora pública está aqui e para a senhora talvez seja cansativo, a senhora já
1289 viu o trabalho. O Ministro quando me convidou, eu sou promotor em São Paulo há 22
1290 anos. Vejo aí o colega de instituição que foi uma luta para consolidar minha autorização
1291 de saída e foi um novo olhar sobre o papel do Ministério Público, especialmente aqueles
1292 que depois de 88 ingressaram no concurso saíram no concurso e eu por alguns meses
1293 não ingressei. Até o concurso que eu fiz, a programação foi acontecer a posse depois. Ao
1294 que tudo indica parece que o próprio Ministério Público Federal também já nomeou o
1295 ouvidor da Secretaria Especial de Direitos Humanos tem hoje um membro da MP Federal
1296 ingressou depois de 88. Eu acho que está consolidado e obrigado ao Conselho. Esse não
1297 é o objeto da conversa, mas mostra que as coisas estão andando para o lado certo. Sou
1298 suspeito em dizer, mas acho que é assim. Então, nós ficaremos alijados de um processo
1299 político bastante importante. Bom, a primeira conversa que tive com o Ministro após o

1300 convite para assumir esse departamento, aliás, está sendo gravado e que bom que está
1301 sendo gravado porque o Ministro ligou em casa e perguntou se eu estava disposto a
1302 enfrentar uma encrência. Eu só não sabia o tamanho da encrência. Hoje nós temos uma
1303 realidade muito complicada e tentou estabelecer um compromisso para que cada centavo
1304 que vá para a segurança pública também vá para o sistema penitenciário. O sistema
1305 prisional, porque se nós falamos só penitenciário, vai se restringir ao cumprimento de
1306 pena e sabemos que o grande problema brasileiro não está no sistema penitenciário e
1307 sim no Sistema Prisional ainda na fase que antecede a condenação, por conta dos
1308 números que vou mostrar para os senhores e o desejo é esse, de que o sistema seja um
1309 só. Podemos segmentar o sistema de segurança aliado do sistema prisional. Não dá
1310 para se pensar uma sociedade justa, segura e igualitária sem pensar em todo o processo,
1311 desde o 190 até a extinção da punibilidade pelo cumprimento integral da pena. É toda
1312 uma plêiade de problemas que não pode ser visto segmentadamente. Então, a vinda do
1313 diretor do DEPEN para cá para este Conselho mostra essa preocupação. E, hoje, aliás,
1314 ontem, a Secretaria Especial de Direitos Humanos teve nomeado uma de suas
1315 integrantes como Conselheira do CNPCP, porque não dá para trabalhar
1316 segmentadamente. Então é nessa linha de trabalho que nós começamos a conversar e
1317 fomos chamados pelo Ministro para oferecer e pensar num projeto. Fomos em maio
1318 conversar com a presidenta e chegamos com onze slides. Saímos em agosto e depois
1319 de 43 reuniões na Casa Civil que ela determinou um grupo de gestão institucional, após
1320 43 reuniões com 164 slides. O nível de detalhamento foi um nível impressionante. Havia
1321 111 construções do DEPEN contratadas e já com recursos repassados das quais 44
1322 caíram por absoluta falta de compromisso do contratado. Não construiu. Isso já foi dito
1323 aqui. Havia 871 milhões de reais na nossa conta. Um dinheiro que o DEPEN tinha e
1324 esses 871 milhões parados nos estados para esperar a construção de 31 mil vagas no
1325 universo de 31 mil pessoas presas, isso era pouco, mas era necessário. Esse plano foi
1326 pensado, esse Programa Nacional de Apoio ao sistema Prisional foi pensado para dois
1327 pequenos ou dois pontos do grande problema que é a questão prisional. Cadeia pública,
1328 os presos em delegacia de polícia e as mulheres encarceradas. Esse programa de um
1329 bilhão e 100 mil reais ele tem esses dois escopos. Não estou falando de preso homem no
1330 fechado ou semi-aberto. Não estamos falando em reintegração social, nós estamos
1331 falando em penas alternativas e monitoração, estamos falando só em mulher
1332 encarcerada e em presos em delegacia de polícia. Mas e os estados... Não tem preso em
1333 delegacia de polícia. São fundamentalmente esses dois focos. Isso foi pensado e depois
1334 desse GGI ser montado por determinação da presidenta envolvendo quatro Ministérios. O
1335 Ministério da Justiça naturalmente, a Casa Civil, a Fazenda e o Ministro Jorge Hage da
1336 Controladoria Geral da União que nós imaginamos que ele ia ser agregado no programa,
1337 porque é melhor prevenir do que remediar. Então, ele construiu antes o programa
1338 conosco, todos construíram por volta de trinta pessoas nesse GGI, e a cada cinco ou seis
1339 reuniões desse grupo, nós validávamos com os Ministros e respectivos assessores. Isso
1340 tudo foi apresentado depois agora em julho e agosto à presidenta que validou o programa
1341 como um todo. Então os recursos vêm de várias fontes e isso que a gente vai falar agora.
1342 Esse é o cenário atual do déficit carcerário. Vão percebendo que tem um crescendo aí, e
1343 nós partimos de 2005. Havia trezentos mil pessoas presas. Com 175 mil vagas e esse
1344 déficit. Vamos falar de hoje. Esses dados são de abril, não são de junho. Nós estamos
1345 fechando para junho. Em abril, no último dia de abril havia 502 mil 285 pessoas presas
1346 nas unidades. Aí consideradas desde as carceragens até os presídios de segurança
1347 máxima. Todo o leque que se possa pensar. Detalhe: essas informações foram
1348 prestadas pelos estados. Nós não temos como checar isso. Delegacia de polícia também.
1349 Todo um leque que é alimentado pelos estados. Agora, se isso retrata a realidade no

1350 estado ou não, partimos do pressuposto de que é verdadeiro. E agora, mais do que
1351 nunca tem que ser verdadeiro, porque é a partir desses dados que nós formulamos a
1352 política. Os secretários de segurança de justiça que vão alimentar o sistema é
1353 conveniente, oportuno e imprescindível mesmo que se alimente corretamente porque nós
1354 tivemos um estado que não vem ao caso destacar dizendo, nós não temos presos em
1355 delegacias de polícia. Talvez por questão política. Bom, mas esse projeto vai ser
1356 prioritariamente destinado a de uma hora para outra 700 pessoas aparecerem na
1357 delegacia. É conveniente que a gente saiba o que é uma delegacia de polícia. Ou seja, o
1358 trato da informação é fundamental para que o destino do recurso seja bem feito. Não é só
1359 para sabermos quantos presos tem no sistema, também é para tentar enfrentar a
1360 questão. Nós temos aí o déficit de 223 mil vagas. Isso aí é uma conta astronômica. O
1361 governo federal, a não ser no Sistema Penitenciário Federal que se constitui de apenas
1362 quatro unidades, o governo federal não trata do custeio, ele tão somente ajuda a construir
1363 e alguns equipamentos, alguns recursos, mas a regra é que quem gasta muito com a
1364 questão prisional é o estado, é a unidade federada que ao longo de 70 anos a construção
1365 representa 5%. Fizemos esse cálculo. 5 % do preço em 50 anos é construção. O resto é
1366 custeio do estado. Ou seja, é um problema fundamentalmente da unidade federativa. E é
1367 o que está na constituição. Não é da união. Então é de apoio, de parceria, de
1368 cooperação, mas ao fim e ao cabo o problema cai no colo das unidades federativas. E
1369 esse plano, esse projeto que a gente está falando aí é para construção de unidade. Estou
1370 falando de equipamento e etc, embora os equipamentos o diálogo tenha sido feito para a
1371 construção das tipologias, são seis tipologias que a gente pede no chamamento público
1372 que saiu agora na semana passada, e que contemplem também nas cadeias públicas,
1373 nas unidades para presos provisórios, locais para equipamentos de educação, trabalho e
1374 saúde. Porque hoje o gestor do sistema penitenciário do estado sabe que a remissão
1375 pelo trabalho e estudo corresponde a dois dias de três trabalhados e efetivamente
1376 estudados. Ou seja, é o único no mundo com sistema de remissão de penas que contem
1377 a cada três dias se o encarcerado cumprir oito horas de trabalho ou quatro de estudo ele
1378 tem dois dias de remissão. Isso é muito. Tem que olhar isso como um aspecto de
1379 gestão, sistema penitenciário de gestão pública porque vai impactar. Então não dar isso
1380 para o preso provisório não é sensato inclusive em termos de orçamento. É fundamental
1381 e contemple as duas coisas. A dignidade da pessoa humana no primeiro momento, mas
1382 também o interesse do poder executivo em ter essa pessoa ressocializada o mais
1383 rapidamente. Certo ou errado esse é o sistema progressivo da regra 33 do Código Penal,
1384 é assim que funciona na regra 33 do Código Penal. Cenário de presos provisórios. Esse
1385 é o dilema brasileiro. A partir dessa conversa que tivemos longamente com a Presidência
1386 da República, leia-se com todo aquele contexto não se sabia que hoje no Brasil tem por
1387 volta de 230 mil pessoas presas sem a situação processual definida. Isso é uma tragédia
1388 para não dizer outros adjetivos. Isso é uma tragédia nacional. Pessoas sem condenação
1389 abarrotando as unidades prisionais. É um problema. E daí a determinação que a
1390 presidenta fez ao Ministro José Eduardo Cardoso de formular uma conversa republicana
1391 com os outros poderes. Natural que esse problema, embora não seja exclusivo do
1392 executivo, é quem fundamentalmente suporta o problema, porque é quem recolhe o
1393 encarcerado. **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Tem número dos que já
1394 cumpriram a pena? **Augusto Rossini – DEPEN** - Não, o executivo não tem esse olhar.
1395 Esse olhar é provavelmente do judiciário que tem que expedir o alvará de soltura.
1396 **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Estou perguntando se o executivo tem esse
1397 número. **Augusto Rossini – DEPEN** - Não temos, porque para nós partimos do
1398 pressuposto que todos estão com penas em cumprimento. Não partimos desse
1399 paradigma. Para nós são presos regulares. Partimos do pressuposto... Talvez seja o

1400 olhar que cada estado tenha que ter. Para nós, o que importa e longe pelo amor de Deus
1401 de não querer enfrentar o problema. Mas para nós é ter a vaga para essa pessoa. Este é
1402 o problema do executivo. Ter um local onde encarcerar com dignidade e perpassa
1403 necessariamente por todos aqueles... Esse é o problema que recai no executivo, mas ele
1404 não está no executivo. O problema do preso provisório, o problema daquele preso que
1405 teve a pena acima, a mais, a gente sabe que é em outro poder. Como está sendo
1406 gravado, eu prefiro que as inferências sejam feitas de cada um com o seu próprio talante.
1407 Não é fundamentalmente problema do executivo. **Marcos Antônio da Silva Costa -**
1408 **Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP** - É um problema do judiciário, um
1409 problema do Ministério Público e o Ministério Público tem que enfrentar isso. **Augusto**
1410 **Rossini – DEPEN** - Obrigado pelo aparte positivo. Eu que fui promotor do júri 16 anos eu
1411 nunca tive um aparte tão bom assim, tão pertinente. Isso é um problema nacional, dos
1412 poderes da união e dos poderes dos estados. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
1413 **Presidente do CONASP** - Eu gostaria que os Conselheiros quando fizessem uso da
1414 palavra fizessem no microfone porque está sendo gravado. **Marcos Dias dos Santos -**
1415 **Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais** - Eu acho que o senhor ia
1416 explicar talvez eu esteja me adiantando, mas ali onde está zero é porque não tem preso
1417 provisório ou por que não informou? **Augusto Rossini – DEPEN** - Não tem preso em
1418 delegacia. O dado da esquerda são os presos provisórios, as vagas e os déficits. O
1419 quadro nacional é preso em delegacias. Para nós, por exemplo, o senhor é de que
1420 estado? Mato Grosso está zero, porque o Mato Grosso nos informa que não tem preso
1421 em delegacia. O pacto é federativo e nós partimos do pressuposto. Agora, o que eu tenho
1422 que dizer para vocês? Se tem uma delegacia de polícia e tem uma carceragem, os
1423 policiais saem da delegacia de polícia e deixam a carceragem, isso não é delegacia de
1424 polícia mais, conceitualmente falando. Tem os órgãos de fiscalização que tem poder de
1425 ação civil pública que podem discutir isso no âmbito de sua unidade federativa. Não
1426 quero ensinar o pai nosso ao vigário, mas se o conceito muda porque está escrito em
1427 cima daquele lugar, eu acho que isso tem que ser discutido num ambiente próprio. Para
1428 nós não tem. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Conselheiros,
1429 por favor, vamos usar o microfone. Microfone para a Conselheira Tereza, por favor.
1430 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais –**
1431 **CONDEGE** - Só não posso adiantar porque a presidenta vai fazer anúncio desse plano.
1432 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Se os Conselheiros
1433 permitirem, eu gostaria de pactuar para que as perguntas fossem feitas ao final, até
1434 indicação aqui do Conselheiro Marcos, porque a gente desenvolve a palestra e no final as
1435 perguntas. No final as perguntas e voltamos a palavra ao nosso palestrante. **Augusto**
1436 **Rossini – DEPEN** - Sempre atento porque muitas observações podem ser colocadas,
1437 porque senão a gente não consegue. Mas enfim, vamos fazer um meio termo. **Agnaldo**
1438 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Quando houver alguma questão
1439 pontual daquele ponto, a gente fala. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho**
1440 **Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE** - Olha só, isto é publicizado. Eu acho
1441 que cabe aos estados também fiscalizarem. Então se, por exemplo, existe uma
1442 fiscalização dos setores comprometidos com a causa e existe uma informação no site do
1443 Ministério da Justiça nesse setor que está equivocada, a verdade está posta nos estados
1444 onde existe o problema. Então cabe à aquelas instituições. Por isso que eu estou
1445 dizendo que todas, as de defesa também têm que estar sendo fiscalizadas pela
1446 Sociedade, para que a gente possa estar cumprindo o papel que deve ser feito, tanto no
1447 sentido de saber dos fatos e de cobrar os fatos que estão postos. **Augusto Rossini –**
1448 **DEPEN** - Conselheira, eu digo mais. Também tem que prestigiar quem fez a lição de
1449 casa. Se não tem preso em delegacia é porque construiu unidades apropriadas para que

seus presos provisórios sejam acolhidos com dignidade. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE** - E o Ministro esteve aqui e falou que quem não alimentar isso corretamente, aí é que está, como é que vai saber que não alimentou. Se não alimentar não receberá recursos. Assim foi dito aqui no início. O problema é a transparência dessa fiscalização também para tranquilidade de quem executa ou de quem decide. **Augusto Rossini – DEPEN** - Conselheira, desculpa fazer um debate a látere aqui, mas já pensou se o DEPEN tiver que checar essa informação do estado? Então, partimos do pressuposto de que o diálogo é republicano e partimos do pressuposto de que é absolutamente verdadeira a informação. E eu imagino que seja. Eu imagino que seja. Eu tenho que formular política. Se eu tiver que me preocupar com o dado eu não vou fazer nunca política, só correr atrás dos dados. E por isso que é fundamental alimentação e órgãos de controle locais também olharem para isso, porque é assim que funciona. Senão eu ficaria só cuidando de dados e não partiria do pressuposto. Esse aí é o déficit feminino. A gente tem hoje no Brasil um drama dentro do drama maior que é o drama da mulher encarcerada. Ao longo dos últimos cinco anos houve incremento de 6, 8%. A mulher, embora ela não figure em cenários violentos em regra, elas ocupam para a nossa tristeza um espaço no tráfico muito forte. Isso se reflete no total de mulheres encarceradas. Hoje nós temos por volta de 35 mil mulheres presas, com todas as vicissitudes dessa condição. Com filhos pequenos ou não e nós temos um déficit de 17 mil vagas. Então esse olhar também é um olhar que partimos do pressuposto que a alimentação foi corretamente preenchida de forma que a partir desses dados se formulou uma missão, uma entrega e uma determinação da presidenta que se chegar o mais perto possível do déficit zero. Então, dentro de um universo de 520 mil pessoas é factível zerar o déficit carcerário feminino. Então isso é uma entrega que a Presidenta determinou para o fim do mandato dela. Até 2014 o esforço é nesse sentido deste plano aí. O objetivo, portanto deste programa é apoiar as unidades. Apoiar porque a contrapartida, a parte da unidade federativa também é de grande importância. Então na redução do déficit de vagas e no aperfeiçoamento do sistema. O primeiro eixo estratégico. A destinação de recursos para construção e ampliação de unidades prisionais. Sempre destacando que embora o Brasil e os estados não tenham pensado no aspecto de ampliação de unidade, para o gestor, para o estado, para nós, a vaga é muito mais barata, porque você já contempla e já resolve ou tem por resolvidos alguns problemas como a questão da área, o conflito com aquelas comunidades que não querem ver nas suas cidades, nos seus bairros unidades prisionais quando você já tem um estabelecimento prisional consolidado tendo um lugar para ampliar. E a idéia é ampliar naturalmente com todas as diretrizes do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciário além do custo e também além das estruturas ali pré existentes como a questão administrativa, alojamento de agentes penitenciários, a questão de cozinha e etc. Então o foco principal não é só de construção, mas também em paralelo quando der na ampliação das unidades prisionais. O eixo 2 é político. Não tem nada a ver com a questão de construção, mas tem tudo a ver com a questão do olhar sobre esse aspecto. Por exemplo, um dos pontos que o Sebastião Santos do Viva Rio levantou agora, que é o trato, a gestão prisional mesmo que perpassa não só pelo custo, mas qualidade do atendimento, porque se desvincular fundamentalmente o atendimento prisional que não é policial, é um outro olhar. Nos estados onde nós temos para nossa tristeza, policiais militares ou outros policiais cuidando dos presos há um rompimento da lógica, até porque a própria presidenta quer que os policiais trabalhem na atividade fim deles que é o previsto no artigo 144 da constituição e não cuidar dos encarcerados que essa não é a função da polícia. Até para melhorar. Então o objetivo desse programa também é tirar o preso da unidade policial para que a polícia possa trabalhar na sua atividade fim.

1500 Também isso foi falado e ficou muito claro nesse sentido. Daí o escopo fundamental de
1501 retirar os presos da delegacia de polícia. Não é lugar de ficar lá, porque não é adequado
1502 para o preso e não é adequada para quem cuida do preso. É uma instituição policial. É
1503 natural isso. Esse foi o esforço. São entregas factíveis dentro desses âmbitos e se
1504 atentarmos para o método talvez a gente consiga chegar ao fim desse mandato já com
1505 muita coisa encaminhada e construída. É fundamental para esse programa. Porque eu já
1506 disse no começo como pressuposto. Não estamos falando de preso definitivo em
1507 penitenciária. Não estamos tratando de penitenciária aí. A não ser para a mulher, porque
1508 para a mulher encarcerada também nós vamos se formos zerar o déficit da mulher
1509 encarcerada, nós temos que pensar na mulher não só presa provisória, mas também em
1510 presa definitiva. E, então para a mulher é factível a entrega de lugares adequados, até
1511 porque o custo, só um detalhe, para a mulher encarcerada de uma unidade prisional é
1512 maior. Porque você tem que ter berçário, você tem que ter lugares para as crianças
1513 poderem ficar. A questão da higiene da mulher é peculiar e tem que ser pensado
1514 arquitetonicamente. O que a gente percebe são arranjos ou rearranjos de lugares para
1515 homens e as mulheres. Estive agora esses dias conversando com uma arquiteta
1516 pesquisadora, que ela se constrange ao visitar a mulher encarcerada em
1517 estabelecimentos prisionais destinados para os homens não atenta para a questão da
1518 própria constituição física da mulher. Homem pode tomar banho com anteparo da cintura
1519 para baixo e a mulher não. A mulher tem seios. E é horrível ter um agente penitenciário
1520 homem olhando a mulher tomar banho. Isso é um problema seríssimo que pode gerar
1521 conflito na unidade prisional. Você tem que pensar em manter a segurança, mas manter
1522 a dignidade combinado com a segurança. São dois valores que nós temos que respeitar
1523 neste aspecto. Isso custa até na questão do projeto arquitetônico ou tipológico para
1524 chegar nesse derato. Essas são as diretrizes do programa. São três eixos principais.
1525 Para se conseguir reduzir o déficit carcerário. Eu adoraria colocar lá um verbo. acabar
1526 com o déficit carcerário. Mas não dá, porque o déficit carcerário também parte do esforço
1527 de outros poderes constituídos da república, como o próprio colega já se manifestou.
1528 Então, fundamentalmente ampliar os estabelecimentos como já disse, dispensa de busca
1529 de novos terrenos, aproveitar setores já existentes e o custo é menor. Nas cadeias
1530 públicas a busca é aumentar o número de vagas e retirada de presos de delegacias de
1531 polícia. Retorno de policiais de suas atividades de combate ao crime. De enfrentamento
1532 ao crime. É enfrentamento ao crime. Vamos ter que mudar aí. Estabelecimentos
1533 prisionais femininos. Oferta de unidades exclusivas para mulheres e não arranjo, não
1534 puxadinho e atendimento às garantias de creche e berçário. Isso está na LEP e foi
1535 recentemente alterado e inclusive uma deputada do Amapá que nasceu numa unidade
1536 prisional. Acho que ela não tem mais mandato, ela voltou para sua base, mas isso foi
1537 importante que foi agregado a LEP esse olhar de quem nasceu e cresceu ou esteve uma
1538 boa parte da sua infância numa unidade prisional. Tem que ter berçário e tem que ter
1539 creche sim. Esses recursos alocados é da ordem de um bilhão e cem milhões de reais
1540 entre os anos de 2011 e 2014. Nós temos aí três fontes principais. Nós conseguimos
1541 desse um bilhão e cem milhões de reais, 600 milhões de reais do PAC 2. Programa de
1542 Aceleração do Crescimento. E por quê? A presidenta se convenceu e ela tem esse olhar
1543 carinhoso com relação ao PAC, que é para a extirpação da miséria, a extinção da miséria
1544 e ela tem a clareza de que o preso é pobre e que estar preso atinge a família dele e uma
1545 das formas de extinguir a miséria também é dar condições dignas para que essas
1546 pessoas sejam ressocializadas. Sempre lembrando, a despeito de estar gravando aqui,
1547 que a nossa presidenta fez parte da população carcerária brasileira num determinado
1548 momento da sua vida e da história do país, e daí a sensibilidade dela com esse problema.
1549 Tanto que ela num debate bastante forte quando nós tentávamos explicar para ela a

1550 diferença estrutural de uma cadeia para uma penitenciária, ela disse que como presa
1551 política que fora, a diferença é que quando os presos políticos conseguiam chegar numa
1552 penitenciária, eles apanhavam de ser objetos de investigação, ou seja, apanhavam de ser
1553 submetidos à tortura. Então a garantia de não ser submetidos a tortura era ir para uma
1554 penitenciária. Essa é a diferença na vida do preso político naquele momento histórico. É
1555 de alguém que conhece o sistema e alguém que entende da coisa. É por isso que ela
1556 talvez nos dê mais recursos para conseguir resolver em boa parte o problema. Mas
1557 enfim, esse é o problema. Eu queria aproveitar isso, porque esse olhar é fundamental,
1558 não é emocional, é um olhar da história da vida dessa pessoa que é a nossa presidenta.
1559 Então, tem esse aspecto da oportunidade também. Ela não é o policial ou promotor que
1560 conhece a unidade prisional que passou lá, que visitou e perpassou por lá. Ela foi pelo
1561 menos três anos da vida dela. Então, quando ela foi para a penitenciária do carandirú
1562 feminina, ela se viu livre da opressão e da tortura propriamente dita. E destina-se esses
1563 600 milhões do PAC, mais 270 milhões do antigo jovem adulto e o restante do próprio
1564 Funpen, Fundo Penitenciário Nacional, advindos dos cancelamentos das construções por
1565 volta de 40 construções. Houve uma redução para 37 construções, mas que vão
1566 impactar numa recuperação de recursos da ordem de 240 milhões de reais, não é isso
1567 Fabrício. A somatória dessas três linhas de recurso, PAC, FUNPEN e o antigo PRONACE
1568 é chegar a esse patamar de um bilhão. E nós temos aí um problema. Inicialmente
1569 encaramos como um problema, mas pela primeira vez pelo menos uma vez o DEPEN
1570 partiu de um critério absolutamente objetivo e republicano. Nós levamos em consideração
1571 para a distribuição, como estamos falando nós estamos na GGI, estamos falando do
1572 déficit de vagas das unidades federativas. E por isso que, por exemplo, São Paulo
1573 recebeu uma importância dentro desse contexto que talvez para São Paulo não seja
1574 muito, mas para esse quinhão seja correspondente a 21% do total. Por quê? Porque
1575 hoje São Paulo conta com 176 mil presos e com déficit por volta de 70 ou 80 mil vagas.
1576 Nós levamos em consideração para a distribuição do recurso o critério republicano e
1577 objetivo essa linha. Tanto é verdade que dos três estados que foram contemplados com
1578 maior recurso são três estados que não são da base aliada e daí a clareza de
1579 distribuição, que é para São Paulo, Paraná e Minas. Só depois que vem Pernambuco
1580 que é da base aliada. Mostra claramente o desejo da presidenta de fazer uma distribuição
1581 absolutamente republicana como eu disse. Levamos em consideração no critério para
1582 distribuição o déficit de vagas e a questão feminina também foi bastante preponderante
1583 onde tem mais problemas femininos nós tivemos que aportar maiores recursos e
1584 gravidade da situação. Porque a gravidade da situação? Levou-se em consideração
1585 para manutenção dos antigos jovens adultos leia-se as unidades do então denominado
1586 jovem adulto em março nós já havíamos permitido a apresentação de projetos em
1587 substituição aos jovens adultos, mas mantendo a linha jovem adulto com esses recursos
1588 praticamente triplicamos o número de vagas originariamente destinados para essas
1589 unidades prisionais caríssimas e que no máximo contemplariam 421 vagas. De forma que
1590 hoje nós temos aí, mas também se levou em consideração, sei que estou sendo até meio
1591 cansativo, estou tentando ser rápido, porque o Brasil está lamentavelmente denunciado
1592 na corte interamericana de direitos humanos em quatro situações. Urso branco, aí entrou
1593 Pernambuco agora com animal Bruno. Em Rio de Janeiro com Polinter Neves. Qual era
1594 a última mesmo? Tem mais uma que está para entrar. Mas nós temos hoje... são
1595 unidades prisionais que estão denunciadas na corte interamericana de direitos humanos,
1596 só que nós temos pela nossa conta dezoito unidades lá. Em Espírito Santo. São
1597 unidades menores, mas também foi denunciado na corte e foi levado em consideração
1598 para isso. Nós temos dezoito unidades prisionais no Brasil e nós estamos sob o período
1599 de visita. Nós tivemos sexta-feira no palácio lá recebendo os representantes da ONU, o

1600 sub-comitê e a expectativa é que nós tenhamos mais denúncias na corte. Então esse
1601 também foi um critério, afinal de contas não é a unidade federativa que senta no banco
1602 dos réus lá na corte interamericana. Quem senta é o Brasil. Então se num primeiro
1603 momento o problema é do estado, logo em seguida quando é denunciado na corte isso é
1604 problema de todos e isso gera um desgaste político enorme. Agora, se nós fôssemos
1605 olhar com todo o critério do mundo, eu acho que todos nós teríamos mais de metade das
1606 unidades prisionais, com certeza. Então, aí o valor. Nós imaginamos que chegando em
1607 valores fechados para a vaga, a gente conseguiria baixar o preço. Isso já tem
1608 acontecido. Respeitada a LDO e o ano que vem a LDO é de cinco a 10% para aquelas
1609 regiões com necessidades especiais e de 10 a 20 para as unidades que não estão lá, por
1610 exemplo, SUDENE se esse ano é de 10 a 20 o repasse a contrapartida no ano que vem
1611 vai de 5 a 10. Respeitada a LDO a gente paga 250 por vaga de ampliação e 30 mil por
1612 vaga de construção. Há estado que fala que isso é muito pouco para construção, há
1613 estado que fala que dá para construir. Nós entendemos que fechamos num valor que
1614 todos os nossos problemas com construção de vaga estariam superados. 11 mil 250 por
1615 vaga de ampliação, cada vaga. Aliás, quando nós mostramos valores de vaga no Brasil,
1616 porque qual era a lógica no Brasil? O estado faz um projeto, o DEPEN aprova. Tem vaga
1617 de 68 mil e tem vaga de 25. Não dá para ter uma discrepância tão grande no valor vaga
1618 de construção de ampliação. Então, nós dissemos o preço que nós vamos pagar da vaga
1619 para romper com essa lógica perversa que não é lógica. Ter critério. O pior critério é não
1620 ter critério. Estabelecemos critérios de distribuição e de valor. O metro construtivo pré-
1621 fabricado. Tem um número pequeno de construtoras que fazem pré-fabricado. Não estou
1622 falando em caixote e contêiner. Estou falando em unidades já validadas pelo CNPCP e
1623 pela própria Secretaria de Direitos Humanos, e enfim, pelo MP também e a vaga estava
1624 altíssima. E a gente sabia que muito se aproximava de cartel. Detém a tecnologia e
1625 detém o preço, portanto. Então abrimos o leque, a oportunidade da concorrência para
1626 que a coisa baixe. Tanto é verdade e acho que está na sequência... **Sebastião Correia**
1627 **dos Santos - Viva Rio** - Só para tirar uma dúvida, esse valor é da união? **Augusto**
1628 **Rossini – DEPEN** - É o que nós vamos repassar. Quero deixar claro. Esse é o valor
1629 máximo que o DEPEN vai repassar para a unidade federativa. Se alguém chegar com o
1630 valor de vaga de ampliação de 18 mil reais e 250, quem vai pagar os 7 mil reais é a
1631 unidade federativa na contrapartida. É que nós já partimos do pressuposto, porque a
1632 vaga já custa em média 40 mil então nós já abatemos 25% do valor vaga, porque nós
1633 sabemos que no custo da construção a unidade federativa já sai com 4, 3% de imediato
1634 com terreno, hidrosanitário e fundação. 4,3 de uma construção já é de cara 5% da
1635 unidade federativa. Você faz o projeto você já gastou 5 % da construção inteira, então
1636 isso tem que ser levado em consideração. **José Roberto Neves - Sindicato dos**
1637 **Agentes Penitenciários Federais** - Não é nem um questionamento, é só mais uma
1638 contribuição para dizer que essa questão das vagas é uma questão da tentativa de baixar
1639 o valor do custo das vagas, se isso vai ficar por conta dos estados apresentar esses
1640 projetos, porque a grande preocupação que nós temos, aconteceu agora recentemente
1641 uma rebelião na casa de custódia de Maringá, uma penitenciária no interior do Paraná e
1642 uma penitenciária extremamente cara que foi colocado como um presídio modelo que
1643 custou muito caro, sem área de visita íntima, é um presídio para preso provisório. E foi
1644 totalmente destruído. As fotos mostram e depois a gente pode disponibilizar para os
1645 Conselheiros que os presos arrancaram aquele concreto armado com a mão. E aí nós
1646 estamos falando de um presídio extremamente caro, uma construção extremamente cara.
1647 Fico imaginando como pode acontecer a redução desses custos, como é que vai se dar
1648 esse processo de redução de custos sem afetar a questão das seguranças dos presídios.

1649 **Augusto Rossini – DEPEN** - Vou chegar lá. Nós que vamos oferecer os projetos
1650 construtivos. A gente detém essa missão no institucional. A idéia é garantir recursos para
1651 contratação de 53 mil novas vagas tanto de construção quanto ampliação e talvez chegue
1652 em cima disso por esses valores. Se eu não chegar lá, se eu não lembrar no detalhe,
1653 você me lembra, por favor. Nós já encerramos quinta-feira passada as reuniões
1654 diagnósticas com as 27 unidades federativas. Porque quem tem que dizer para nós se
1655 vai ampliar ou construir é o estado. A gente não pode impor isso. Por exemplo, Mato
1656 Grosso do Sul já apresentou três projetos de ampliação porque lá atrás o gestor da época
1657 já tinha pensado em ampliação. Então, já tem fundação para isso e ele vai sair
1658 praticamente na frente na obtenção do recurso, porque ele já pensou em ampliação,
1659 quem não pensou em ampliação vai ter que pensar nas ampliações, porque isso de fato é
1660 uma solução mais adequada. Só que tem estado que, por exemplo, já zerou déficit
1661 feminino. Maranhão, por exemplo, não tem déficit feminino, porque tem uma unidade
1662 nova lá e acolhe tudo e tem superávit. Então o olhar lá é para retirada dos presos em
1663 delegacia de polícia. Nós percebemos que a análise dos projetos dentro do DEPEN era
1664 um problema muito sério. Daí a oferta de projetos, vai ter um portfólio de pelo menos 48
1665 projetos, porque são seis tipologias. Nós vamos partir do pressuposto de duas tipologias
1666 femininas e quatro masculinas vezes as 8 regiões bioclimáticas. Não dá para pensar
1667 numa unidade para o Nordeste do Rio Grande do Sul. Tem que pensar em adequação
1668 arquitetônica para cada uma dessas realidades. Então, nós vamos oferecer para o projeto
1669 arquitetônico com método construtivo tradicional. Nós também estamos capacitando as
1670 equipes das unidades federativas e nesse sentido não só para a questão arquitetônica,
1671 mas de controle também e de monitoração. Nós temos certeza que existem novas
1672 tecnologias construtivas até para enfrentar a questão da qualidade, porque você vai fazer
1673 uma reforma na sua casa e você chega lá numa loja de material e você vê tecnologia, as
1674 feiras de tecnologia, e a questão prisional ela não é nem considerada arquitetura. Dentro
1675 da Universidade a arquitetura prisional não tem escopo. Então são poucas as entidades
1676 de ensino que olham para esse problema. Porque para se fazer um projeto arquitetônico
1677 você tem que perguntar como o usuário vai querer o projeto e a gente não tem como
1678 perguntar para o preso como ele vai querer o projeto. É um problema até de diálogo de
1679 co-autoria na construção. Então nós vamos ter que construir e esse diálogo nós
1680 começamos a fazer justamente com outros atores. SDH, o Ministério da Saúde. Estamos
1681 fazendo, né? Ministério da Educação, para poder já que não dá para perguntar para o
1682 preso como ele quer a cela dele, embora tenha estudos nesse sentido, nós vamos
1683 perguntar para quem vai dar os serviços lá, para os agentes penitenciários, porque ele
1684 tem idéias que muitas vezes o arquiteto, se você tem um arquiteto que só pensa em
1685 segurança e não pense na qualidade do serviço, você vai ter uma penitenciária, uma
1686 unidade prisional que não contempla a ressocialização. Por outro lado, se você tiver uma
1687 unidade que só pense na ressocialização, a questão da segurança fica a desejar e aí
1688 todo mundo foge. Aí nós temos que ter uma ponderação desses valores para chegar
1689 numa unidade que seja ideal. Tem as experiências estrangeiras também que estão
1690 sendo trazidas para cá, mas através de estudos. Utilizar sistema para monitoramento
1691 das obras. O Ministério da Educação criou o sistema chamado SIMEC. A presidenta usa
1692 o SIMEC na mesa dela. O SIMEC é um cadastro de obras, é uma monitoração que no
1693 DEPEN, ou seja, nessas obras aí, tanto aquelas remanescentes da 111. Quanto as novas
1694 vão ser alimentadas tripartite pela unidade, pela Caixa Econômica e validada por nós.
1695 Por quê? Porque nós percebemos que há uma discrepância muito grande na questão da
1696 fiscalização das obras e nós estamos convencidos de que só a Caixa Econômica fazendo
1697 a medição não basta. Nós temos quatro construções já entregues que para a Caixa ainda
1698 é construção não acabada, e ela vai ter por determinação da senhora Presidenta da

1699 República de fazer visitas semanais nas obras, problema da caixa. Porque a caixa
1700 também leva 2, 5 dos contratos como honorários ou como custeio do mandato. Então não
1701 é pouco dinheiro. Se parte do pressuposto que é um bilhão de reais. 2, 5% para a Caixa
1702 é uma fortuna. Então, para o mês que vem nós já estamos convocando, não sei se tem aí
1703 no seu pen drive como funciona o SIMEC, mas também se tiver interesse a gente passa.
1704 Nós estamos fazendo a qualificação das unidades para o SIMEC. E outra coisa, a
1705 presidenta nos autorizou a dizer para as unidades que o SIMEC pode ser cedido para as
1706 unidades como também sistema para os estados que não tem monitoração de obras já
1707 usarem para ela. Tem georeferenciamento e tem uma série de novidades importantes. É
1708 isso que nos parece dar qualidade. A monitoração doutor José Neves do sindicato vem aí
1709 na qualidade também. Porque não basta só ir visitar a unidade. Aliás, o próprio doutor
1710 Mário Bonsaglia que é membro do Ministério Público Federal e do Conselho Nacional do
1711 Ministério Público. O doutor Mário Bonsaglia mesmo em reunião com a Ministra Gleise
1712 se comprometeu a instaurar e a provocar nos Ministérios Públicos Federais, nas unidades
1713 federativas procedimentos contemplados na lei orgânica do Ministério Público de
1714 acompanhamento dessas construções, o monitoramento é nosso, DEPEN, Caixa e
1715 Unidade Federativa, sem prejuízo da monitoração, por exemplo, da MP federal que não
1716 precisa esperar que aconteça o problema no fim para tentar recuperar o recurso, mas em
1717 tempo real. Seria o ideal para nós, aliás, esse compromisso foi feito com o próprio CNMP
1718 ali na Casa Civil até porque tinha um assessor do CNMP, foi o próprio doutor Mário
1719 Bonsaglia que se comprometeu de instaurar procedimentos de acompanhamento de cada
1720 uma dessas construções para ver qualidade inclusive da construção para não ter o
1721 problema dessa unidade de você ter que fazer a medição do concreto e chegar e ele ter
1722 em dez MPAs quando as regras do CMPCP determinam 25 MPA. No método construtivo
1723 tradicional, isso é difícil você verificar se não estiver lá quando está chegando o caminhão
1724 de concreto ou logo em seguida, porque o concreto endurece, mas no método construtivo
1725 pré moldado isso é factível. Hoje as placas do pré moldado chegam a 80 MPA e esse 80
1726 MPA é ideal por quê? Porque não é a questão só de segurança, é questão de
1727 porosidade. Então uma parede que tem 80 MPA, ela não tem furo e não tendo furo não
1728 fica aquele cheiro característico de unidade prisional, a higiene é muito melhor. Não é só
1729 segurança que importa, é qualidade do material para reduzir o custeio lá na frente. Afinal
1730 de contas, a manutenção de uma unidade prisional é muito cara. Você sabe disso, você
1731 está trabalhando em unidade prisional, você é agente penitenciário não é isso? Então
1732 você sabe quanto custa uma reforma tão cara quanto ampliar. Aí vem o seu olhar, José
1733 Neves. Como a gente fala? É apoio. Nós dividimos. Nós fizemos um recorte no método
1734 construtivo. O convencional é aquele tradicional, construção de tijolo, etc. E ele demora
1735 em média dois anos para ser construído. Qual é o impacto disso? Impacto que você tem
1736 os aditivos e os estados são os entes que suportam o aditivo de pelo menos 20 a 25%.
1737 Então uma construção convencional se é mais barata na saída, ela é mais cara na
1738 chegada porque tem o aditivo. Não tem jeito. O pré-fabricado na saída é mais caro, mas
1739 na chegada continua com o mesmo preço, porque não tem aditivo. Você tem o valor
1740 fechado e então não tem por que ficar mais caro se faz a entrega da unidade pré
1741 fabricada. O que agrega isso? A unidade federativa em regra na contrapartida nos
1742 contratos existentes, as unidades fazem a parte da administração, alojamento etc, e a
1743 União entra com a aquisição dos módulos pré-fabricados. Qual é a diferença? Para o
1744 método convencional, nós vamos oferecer um portfólio de projetos que nós estamos
1745 contratando e que as unidades também estão doando. Eu imaginei que não haveria essa
1746 possibilidade, ou melhor, que essa possibilidade contemplada pela presidenta não iria
1747 acontecer, mas de fato está acontecendo. Muitos estados querem validar dentro do
1748 DEPEN os seus projetos bem sucedidos e nos fornecer projetos gratuitos. Então isso é o

1749 sonho de consumo de qualquer departamento penitenciário, tanto estadual como
1750 notadamente federal, que vai diminuir muito o nosso custo e o estado vai ter a validação
1751 da nossa engenharia. Eu já recebi em doação, nós já recebemos proposta de doação de
1752 pelo menos cinco modelos construtivos, o que vai ampliar. Se nós tivermos cem modelos
1753 para oferecer para o estado já pré-validados, isso vai ter uma redução operacional
1754 enorme, porque daí você evita o ir e vir da caixa. Fabrício, aí também nos slides tem a
1755 extirpação da cláusula e são dados importantes para esse destaque entre os senhores e
1756 senhoras. Qual era a lógica da construção do DEPEN? Nós mudamos, no lugar de
1757 cláusula suspensiva, nós colocamos cláusula penal. Por quê? Porque para a lógica
1758 antiga do DEPEN bastava chegar com um projeto arquitetônico que era aprovado no
1759 DEPEN e não necessariamente esse projeto arquitetônico era o projeto básico que ia ser
1760 apresentado na Caixa. Muitas vezes o projeto arquitetônico era apresentado apenas para
1761 garantir o recurso. O que acontecia? A unidade levava o projeto para a Caixa, a Caixa já
1762 começava a fazer a análise, só que permitia o repasse já do dinheiro para garantir o
1763 recurso antes mesmo que o projeto fosse aprovado na Caixa Econômica Federal. Isso
1764 gerava uma zona de conforto para a unidade e para a Caixa muito grande, porque o
1765 estado tinha garantia do recurso e a Caixa tinha garantia do recurso para incorporar o seu
1766 patrimônio. E aí nós temos dinheiro desde 2004 parado, por exemplo, na Caixa. Em
1767 2005, 2006, 2007, parado. Projeto não aprovado está parado lá. Esse dinheiro foi
1768 retomado, os projetos zero % nós derrubamos aqueles que estavam muito parados nós
1769 derrubamos para no lugar oferecer o projeto, oferecer a pré-aprovação e acabar com
1770 essa história de cláusula suspensiva. Prefiro devolver o dinheiro para o tesouro ao final
1771 do ano do que deixar o dinheiro e depois ter que recuperar num desgaste deste. Então o
1772 estado vai ter que entender que se não tiver o projeto aprovado na Caixa, ele não vai ter
1773 o dinheiro. Então o estado vai ter que correr. Nós estamos oferecendo os projetos
1774 praticamente pré aprovado, porque isso tudo está sendo validado junto à caixa também.
1775 Não dá para dizer que isso não vai entrar no SICONV, não vai entrar nos sistemas de
1776 detalhamento, não dos projetos, mas daquilo que compõe os projetos. Esse é o
1777 problema. Você tem que detalhar tudo. E nós estamos fazendo isso junto à Caixa. Então
1778 talvez a solução seja que nós estamos acreditando nisso, porque o grande desafio do
1779 estado, especialmente o estado que não tem um serviço de Engenharia e Arquitetura
1780 Prisional já pegar o projeto pronto e construir aquilo que deu certo. Mas não é o mesmo
1781 olhar com relação ao pré-fabricado. A própria CGU ficou atenta, o projeto pré-fabricado é
1782 problema da unidade federativa. Se vier aprovado na Caixa a gente vai fazer o repasse.
1783 Porque se a gente fizer, é impossível fazer portfólio de pré moldado. É impossível fazer.
1784 Por quê? Porque cada construtora de pré-moldado tem registrada a patente daquele
1785 encaixe e a patente daquela coisa. É impossível fazer isso então, não tem ABNT
1786 validando esses métodos construtivos. Cada uma é dona da sua. Rossini, isso é o
1787 problema de licitação. Aí a licitação é problema de estado. A presidenta... você viveu isso.
1788 Tem um quadro aí, Fabrício, temos o quadro aí dos recursos recuperados? Quadro do
1789 dinheiro que nós recuperamos das construções. 233 milhões mais a correção. São 233
1790 milhões que nós recuperamos para o tesouro. Mas então, ele vai voltar para o estado, só
1791 que não nessa forma. O que eu pensei num primeiro momento já que o senhor levantou
1792 essa oportunidade de me manifestar, mas tem estado que queria mesmo aplicar isso.
1793 80% dos projetos zero por cento, os estados falaram obrigado Rossini. Quem é que quer
1794 devolver dinheiro para a União. Ninguém. Só que eram projetos das outras gestões dos
1795 outros governos. Você pegava cadáver no armário. Então você tinha um projeto que não
1796 era bom e também a questão política. Todo mundo aqui. Você vai querer aprovar um
1797 projeto? Especialmente se você não é da mesma base aliada e política? Então nós
1798 resolvemos um problema para os estados que não começaram a construção, com a

1799 garantia que esse recurso vai voltar agora numa outra forma de gastar esse dinheiro.
1800 **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística** - A outra questão é a
1801 garantia, principalmente as construções novas que eu vejo que lá em Santa Catarina está
1802 o drama de uma mudança lá que cada semana aparece um terreno diferente, porque a
1803 prefeitura não quer, porque não sei quem não quer, a comunidade não quer. Quer dizer.
1804 se não tiver a garantia do terreno também não adianta liberar o projeto, porque eu acho
1805 que isso aí é outro gargalo. **Augusto Rossini – DEPEN** - Mas essas construções
1806 canceladas, os projetos já estão afetados para as unidades federativas para os
1807 respectivos estados. É um equívoco pensar que os municípios não querem construção de
1808 unidades nos seus territórios. Há sim uma polêmica, São Paulo levantou essa polêmica,
1809 mas o próprio Lourival Gomes nos disse, o senhor está falando do município de Palhoça
1810 que o governador de Santa Catarina falou, nós vamos construir lá 80 milhões em
1811 palhoça. O prefeito de Palhoça veio aqui. A depender da característica do presídio, por
1812 exemplo, Catanduvas teve um incremento em 18% de ICMS local. Dependendo da
1813 cidade, você tem um incremento enorme na economia local. A polícia militar tem que
1814 colocar pessoal lá, a segurança aumenta, a gasolina, alimentação, lavagem da roupa,
1815 casa para o agente penitenciário. Isso tudo gera economia. O sistema de segurança
1816 também impacta na economia local. Agora, é do estado a tarefa de tentar construir.
1817 Agora, eu já tive alguns prefeitos procurando DEPEN para falar: Nós temos terreno. Mas
1818 não é comigo. Mas eu quero. Tem unidade prisional, por exemplo, que já tem uma, em
1819 São Paulo mesmo no interior. Eu quero outra, viu? Tem terreno aqui. Porque além dos
1820 recursos que vem do INSS dos velhinhos que é uma fonte hoje para muitos municípios do
1821 interior do Brasil é o dinheiro que vem do INSS, é a questão prisional, a questão da
1822 segurança pública. A tropa precisa de lanche, vai comer aonde? Na comunidade. Então
1823 os agentes precisam de comer. É isso. Nós estamos fazendo um cálculo, ponderando
1824 pelas nossas contas o município que recebe tem um incremento de 18%. Isso é no
1825 repasse do ICMS, fora os outros impostos e não estou falando de salários que fica ali na
1826 cidade, estou falando sim do que se gasta em custeio. Material de construção, etc.
1827 **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - A
1828 União pode ceder terreno? **Augusto Rossini – DEPEN** - Eu pediria a ajuda dos senhores
1829 aqui. Eu tenho um sonho que eu acalento que aqueles imóveis das Forças Armadas,
1830 especialmente do exército, eu tenho para mim que aqueles quartéis desativados pelo
1831 Brasil afora por conta da redução dos custos eles são para mim semi-abertos pré-
1832 prontos. Tem tudo ali. Tem o terreno, tem a estrutura toda de alojamento, de cozinha, de
1833 tudo. E até de vivência. Teríamos condições de adequar a isso. Agora a conversa não é
1834 tranquila. Não é, seu Coronel? É e não é. Está afetado ao exército. Mas é evidente que
1835 se nós tivermos apontado os terrenos da União, a gente vai fazer um esforço grande de
1836 poder usar para isso. É natural que sim, agora a contrapartida da unidade federativa tem
1837 que ser compensada, é natural também, porque isso tem um preço. O pacto, para ir
1838 acabando já, entre o executivo, legislativo, judiciário e o Ministério. E o papel dos
1839 conselhos é um papel muito importante na construção desse pacto. Temos que reduzir os
1840 prazos processuais, não é concebível que hoje nós tenhamos hoje 214 mil pessoas pelo
1841 menos presas provisoriamente. Tem que dividir. Aliás, de lege ferenda ou dentro das
1842 resoluções do próprio CNJ que é o preso provisório com sentença condenatória em
1843 primeira instância e o que é o preso provisório sem decisão de tribunal. Porque para nós
1844 o trato, a execução provisória da pena a gente já tem condições de pensar em
1845 progressão quando não tem recurso da MP. A gente tem que tratar disso com carinho,
1846 porque o impacto de não tratar disso com carinho está aí na questão prisional. Estimular
1847 a adoção de penas e medidas alternativas. Aliás, eu pediria que esse Conselho pudesse
1848 também fazer uma reflexão e nos trazer as experiências em outro momento de como está

1849 sendo feita a monitoração eletrônica e qual é o papel da monitoração eletrônica nos seus
1850 respectivos estados. O CNPCP estabelece diretrizes que nem sempre são respeitadas.
1851 Para a nossa tristeza, eu tenho que ser franco e muito claro aqui, quando a verba é da
1852 União, as regras do CNPCP são respeitadas. Quando a verba, quando a construção é só
1853 do estado, ninguém olha para o CNPCP. Aí vem a denúncia na corte interamericana.
1854 Então as regras do CNPCP que são inspiradas nas regras da ONU, elas têm que ser
1855 para todas as unidades, não só para aquelas que têm recurso federal, porque isso vai
1856 bater de alguma maneira lá na frente. Fortalecer as políticas de promoção de direitos
1857 fundamentais, a reintegração social, os nossos índices de reincidência batem a casa de
1858 60 a 70%. É uma coisa assustadora, mas também a gente de outra parte vê que na
1859 Europa os índices de reincidência são de 40 a 50%. É uma opção pelo crime, também
1860 não podemos deixar de lado que nós temos que dar oportunidade de ressocialização,
1861 mas forçar a ressocialização não é uma coisa que a gente consiga, porque se o ser
1862 humano querer permanecer no crime, é assim que funciona. Eu não sou padre, sou
1863 promotor. Tem gente má, tem gente cruel que não pode voltar para o convívio social que
1864 vai cometer crime de novo. E é o cárcere, isso é no mundo inteiro. Tem gente ruim sim, a
1865 gente sabe. É muito pouco, mas tem. O nosso desejo é dar oportunidade. Eu fui claro
1866 aqui. O meu discurso não é ideológico. O estado tem que dar oportunidade para aquele
1867 que quiser se ressocializar e ter plenas condições de fazê-lo. Essa é a nossa missão. Se
1868 o sujeito não quer trabalhar na cadeia e não quer estudar na cadeia, alguém pode entrar
1869 com ação e obrigá-lo a fazer? Não pode. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho**
1870 **Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE** - Mas é aquela história: Se o sujeito está
1871 condenado e tem direito a regime semi-aberto e está no regime fechado... Eu estou
1872 falando assim, a pessoa é condenada e se alcançou o direito a esse regime, é porque se
1873 comportou. E se a gente fizer uma estatística aqui e possivelmente entrará, a gente vai
1874 ver até porque a gente vai ver que as pessoas que tem esse direito elas não estão sendo
1875 contempladas. Então mudar para quê? Aí vem exatamente aquela história por isso que a
1876 gente está aqui. **Augusto Rossini – DEPEN** - Sim, o nosso desejo é de ter condições,
1877 por isso que eu fiz uma exigência lá na minha equipe de na cadeia pública para o preso
1878 provisório ter local de trabalho e local de estudo. Porque ele tem que ter essa
1879 oportunidade. Querendo ou não. Se ele falar eu sou inocente e não vou estudar e não
1880 vou trabalhar. É direito dele. Agora, se ele falar, embora eu seja inocente, quero
1881 trabalhar. Se eu vier a ser condenado eu quero já remir esses dias. Ele tem direito disso.
1882 Porque o Ministério da Educação ele quer equipar esses espaços. O Ministério da Saúde
1883 quer equipar esses espaços, mas esses espaços não existem ainda. **Tereza Cristina**
1884 **Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE** - Estou
1885 falando assim, se essas políticas não são garantidas ainda, a pessoa não vai, é
1886 humanamente impossível colocar escola dentro do presídio. As pessoas vão começar a
1887 dizer, os meus direitos mínimos, eu estou falando na demanda do humano. daquelas
1888 pessoas que erraram e existem na perspectiva da defesa a gente vê que existe. A gente
1889 tenta. **Augusto Rossini – DEPEN** - E da perspectiva da acusação também a gente tem.
1890 Eu mesmo, eu tenho um homicida na minha sala. É um DAS 1. Ele tem o direito a se
1891 ressocializar. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores**
1892 **Gerais – CONDEGE** - Eu sei que o problema não é só do executivo, eu tenho
1893 consciência disso. **Augusto Rossini – DEPEN** - Mas são demonstrações claras, eu acho,
1894 do desejo sincero do Ministério da Justiça de chegar nisso. E a gente precisa da ajuda de
1895 todos aqui porque o olhar nosso pode também ser melhorado ou redirecionado por conta
1896 dos conselhos. Foi isso que eu falei. O Conselho é importante, porque a missão dele é
1897 aconselhar e a gente está esperando conselhos, porque muitas vezes o nosso desejo é o
1898 mais sincero possível de resolver o problema ou de ignorar o problema, né? Mas a gente

1899 precisa de outro olhar também porque é fundamental. Eu não saio de Conselho. Porque
1900 muitas vezes vem a ajuda ou auxílio, o amparo mesmo para a política pública. **Tereza**
1901 **Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE -**
1902 Por isso que eu queria fazer uma solicitação que o Conselho acompanhasse nos estados
1903 e na determinação e designação o acompanhamento da construção dessas obras. Por
1904 exemplo, no caso da mulher essa questão da parte do conhecimento, da parte de
1905 aperfeiçoamento tecnológico. Revista íntima é um absurdo, a gente tem que acabar...
1906 **Augusto Rossini – DEPEN -** Estou falando para o pessoal anotar como
1907 encaminhamento essa proposta da Senhora. **Tereza Cristina Almeida Ferreira -**
1908 **Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE -** Por exemplo, você falou na
1909 questão da Arquitetura. A gente sabe que isso está sendo pautado no CMP, sexta-feira
1910 vai ter uma reunião para definir e no final de outubro já vai uma decisão na política de
1911 Arquitetura, e pelo o que eu entendi me parece que já foi tudo definido antes. **Augusto**
1912 **Rossini – DEPEN -** Não, eu tive que garantir o recurso para fazer o chamamento. Estou
1913 querendo esclarecer. As tipologias vão ser construídas a partir do debate dentro do
1914 CNPCP. Eu sou Conselheiro lá e fui eu que pedi. Dentro do DEPEN também que nós
1915 queremos dialogar com outros Ministérios que de alguma maneira podem contribuir
1916 também com a definição tipológica. Por exemplo, a Secretaria Nacional de Mulheres, a
1917 Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres está lá. Ela está lá. Então ela está
1918 legitimada a nosso talante para fazer o olhar sobre essa questão. **Tereza Cristina**
1919 **Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE -** É por
1920 isso que esse Conselho acha fundamental a sua importância, e inclusive porque nós que
1921 representamos ou as instituições que nos colocaram ou entidades para que a gente
1922 possa pautar nos nossos estados de que essas políticas estão sendo concentradas, a
1923 responsabilidade de um Conselho Nacional que recomenda é dizer que essas questões
1924 detidamente nos espaços, por exemplo, as celas que estão sendo contempladas para
1925 quantos internos? 8. É um posicionamento que eu tenho de que a política do executivo
1926 dentro do pacto republicano tem que estar alinhavada com o Poder Judiciário e também
1927 com o Ministério Público e inclui as instituições de defesa. No caso a defensoria pública
1928 que atende a maioria do sistema prisional e a OAB para quem tiver condição de pagar
1929 advogado. Mas ali, por exemplo, é fundamental a gente estar atento e dentro dessa
1930 perspectiva a gente até viu que há uma preocupação da Defensoria Pública naquela
1931 questão de fiscalização do sistema, a gente inclusive identificar quem são os provisórios.
1932 Há uma decisão do CONDEJ e hoje foi pautada uma reunião lá de que a gente vai
1933 fiscalizar esse quantitativo que foi colocado no mapa para inclusive contribuir dentro
1934 desse pacto. Contribuir. Será que está batendo o zero? Não está. Por exemplo, os
1935 flagrantes que estão sendo entregues e que não mudou a Lei Federal até ter mudado a
1936 lei de prisão. Todas as delegacias do estado estão entregando via on-line para que as
1937 defensorias cumpram para aqueles que não têm e os familiares assim também tomem
1938 conhecimento. São questões que temos que intensificar de forma a assumir. **Augusto**
1939 **Rossini – DEPEN -** Eu parto do pressuposto que os conselhos estão legitimados. **Tereza**
1940 **Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE -**
1941 Claro e aqui a idéia é de construção. **Augusto Rossini – DEPEN -** É lógico. O CNPCP,
1942 por exemplo, quem compõe o CNPCP é o promotor, tem juiz, tem dois defensores, e aí
1943 os debates são feitos nesse ambiente porque esse é o órgão contemplado na LEP para
1944 fazer o Conselho ao Ministro. Esse é o último slide, Fabrício? Volta. Modernizar e
1945 profissionalizar a gestão penitenciária. Integrar bancos de dados de informações, isso
1946 aconteceu e vem acontecendo, e as novas tecnologias também que contemplem a
1947 dignidade da pessoa humana. Esses são os percentuais de distribuição dos recursos. A
1948 gente colocou por conta do número do déficit carcerário de cada estado. E aí a gente

1949 passa. Cada estado pode ver o seu. **Sebastião Correia dos Santos - Viva Rio** - Você
1950 pode mandar esse slide para nós? **Augusto Rossini – DEPEN** - Posso, mas depois que
1951 a presidenta... eu preciso de ordem! (risos) O diagnóstico com os estados a gente já fez.
1952 A gente já está fazendo os chamamentos todos. Pode encerrar. Obrigado, era isso.
1953 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Bom, Conselheiros.
1954 Gostaria de primeiro agradecer o doutor Augusto Rossini, primeiro pela gentileza de
1955 assim que convidado aceitar o convite e vir apresentar aqui no Conselho essa proposta
1956 que está sendo no Departamento Penitenciário Nacional. Nós temos alguns inscritos e
1957 gostaria de iniciar aqui pelo doutor João Francisco. Por favor, doutor João. **João**
1958 **Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República** - Parabéns,
1959 doutor Rossini pela apresentação. Eu só queria fazer na verdade uma solicitação ao
1960 Departamento Penitenciário. Teria como o departamento fazer ingerência ou incluir
1961 esses dados sobre o sistema carcerário às pessoas que estão nos grupos discriminados
1962 em relação à orientação sexual e identidade sexual? Porque nós sabemos quanto é de
1963 mulheres, sabemos quanto é de homens, mas não sabemos assim a questão de
1964 orientação e identidade. Porque esse público também eles vão precisar de um
1965 tratamento diferenciado dentro desse Sistema Prisional. Eu consultei o departamento
1966 para elaboração de políticas por este Conselho esses dados sobre esses grupos, tá? A
1967 outra situação eu queria indagar é a questão quando a defensora falou ali que eu não vi
1968 ali Defensoria pública na questão do pacto. Até mesmo porque agora a LEP ela teve
1969 alteração recente e, só a título de esclarecimento, a fiscalização do sistema prisional
1970 carcerário é bastante ampla. Então ele é de todo mundo. A própria LEP fala que quem
1971 tem que fiscalizar presídio entre o Ministério Público o próprio Juiz de ofício, a Defensoria
1972 pública agora com a lei nova. Existem os conselhos comunitários, existe um Conselho
1973 Comunitário na LEP e o próprio Conselho Penitenciário, o DEPEN também tem obrigação
1974 de fiscalizar esses sistemas e indiretamente no próprio estatuto da ordem fala a questão
1975 da ordem e além de que a LEP tem os departamentos penitenciários estaduais e outros
1976 órgãos que também tem essa fiscalização. Então, diante disso eu queria fazer essa
1977 solicitação ao departamento e incluir a possibilidade de inclusão defensoria pública até
1978 mesmo em face da alteração legislativa. **Augusto Rossini – DEPEN** - O SENESP vai
1979 contemplar. Não é barato mudar o IFOPEN não, porque é mudar com o carro andando. É
1980 a questão da orientação sexual, mas isso já era projeto antigo do DEPEN. Porque se
1981 você olhar o IFOPEN, você tem lá várias situações, várias características. Escolaridade, a
1982 declaração de... não tem opção sexual, até porque a orientação sexual é muito delicada
1983 no sistema penitenciário. A gente tem algumas vicissitudes e é pouco provável, talvez
1984 poucas pessoas possam se manifestar. Tem retaliação, tem uma série de coisas. Tem
1985 que ter unidades específicas. Em São Paulo eu sei que tem duas unidades específicas
1986 para isso, mas também os estados têm condição de fazê-lo na medida em que nós
1987 somos só um repositório de informações. Agora é um olhar que acho que já está aqui na
1988 mesa para que o IFOPEN também contemple isso. Acho que é factível. **João Francisco**
1989 **da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da República** - Não digo nem a
1990 questão mesmo de estabelecimentos porque eu acho que o público carcerário desse
1991 deve ser baixo, eu pressuponho ou presumo. Mas estou falando mesmo do próprio
1992 tratamento diferenciado, porque a questão do tratamento com o agente penitenciário, a
1993 própria separação de cela específica, o próprio tratamento. **Augusto Rossini – DEPEN** -
1994 Isso já é objeto nos treinamentos isso já acontece. Agora na verdade tem que ser uma
1995 reflexão profunda com relação a isso. Com relação à Defensoria pública, eu devo dizer
1996 que no slide nós esquecemos de colocar a OAB. O Presidente da OAB, não de Brasília,
1997 mas o Cavalcante ele também foi convidado para a reunião com a presidenta, mas isso
1998 não está alinhavado. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** -

1999 Conselheira Célia. **Célia Danta Gentile Rique - Gabinete de Assessoria Jurídica às**
2000 **Organizações Populares** - Boa noite. Eu sou Célia Rique representante da Sociedade
2001 Civil, uma entidade chamada GAJOP, filiada ao Movimento Nacional de Direitos
2002 Humanos. São duas questões que eu gostaria de observar. Pareceu-me muito clara a
2003 lógica da sua exposição à tese defendida e a busca de eficiência para dar conta desse
2004 universo que o senhor caracterizou tão bem como aquilo que é percebido como
2005 diagnóstico e o tamanho, a abrangência do problema sem enfrentar. Agora, a partir desse
2006 olhar de Sociedade, da Sociedade Civil, eu acho que nós temos outras reflexões a serem
2007 feitas quando a gente considera a garantia da questão da dignidade humana. Aí essas
2008 questões que estão postas aqui elas transcendem a questão dos limites colocados pelo
2009 próprio sistema carcerário e tem aquelas questões que merecem um aprofundamento,
2010 uma consideração a respeito daquilo que está delimitado em torno do departamento. As
2011 questões que estão fora e que nos dizem respeito diz respeito à questão da justiça social.
2012 Quer dizer, nós não podemos em nenhum momento pensar nossas intervenções que não
2013 tenha como foco a última questão da justiça social. E, se nós olharmos para essa
2014 população que está dentro, abrangendo pelo regime carcerário, nós vamos ver que as
2015 reflexões elas se reportam para uma questão muito maior na Sociedade, os processos de
2016 desigualdade, de discriminação social que alimentam toda essa população que se
2017 reproduz com determinado. No que diz respeito às questões que estão dentro da sua
2018 esfera de gestão e de suas propostas, me pareceram muito interessantes as propostas a
2019 serem conduzidas, a serem contempladas no novo plano. Eu acho que tem algumas
2020 coisas a serem garantidas. Um diálogo aqui no CONASP com os membros do CONASP,
2021 inclusive com as nossas bases. Uma delas é a questão da tortura. A gente sabe que o
2022 Movimento Nacional de Direitos Humanos tem um comitê permanente contra tortura,
2023 fazendo esse tipo de análise. Inclusive iniciativas do movimento levaram a uma
2024 solicitação e foi trazido um relator especial da ONU para tratar de questão da tortura, e
2025 ele fez visitas, o senhor deve saber disso, visitas a vários estados do Brasil, inclusive em
2026 Pernambuco. A outra coisa que nós gostaríamos de falar em termos da necessidade e
2027 aprofundamento é a questão, por exemplo, daquilo que o senhor chama de equipamento
2028 de saúde e de educação. Temos dentro da Sociedade Civil um movimento articulado com
2029 várias entidades, chamada Plataforma Dhesca Brasil que já se ocupou na questão do
2030 direito humano e educação um recorte especial de como o sistema prisional trata a
2031 educação. E a conclusão a que se chega é que os sistemas estaduais obstaculizam todo
2032 o processo a ser desenvolvido. É uma violação clara da Lei. E uma violação
2033 evidentemente à dignidade do ser humano que está ali. Inclusive, toda uma perspectiva
2034 que se discute em relação a isso, quer dizer, a pessoa passa a ter uma pena e cumpre a
2035 pena de dez, quinze anos e não sai sequer alfabetizado. Isso é uma questão a ser muito
2036 bem reconsiderada. Eu acho que é só. **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do**
2037 **CONASP** - Obrigada Conselheira. Celito. **Augusto Rossini – DEPEN** - Só quero fazer
2038 um registro. Eu fui pela MP de São Paulo e depois pela Sociedade Civil membro do
2039 Conselho Pró Vida de São Paulo e aprendi muito desde a época que a Anália lá atrás
2040 levou as coisas para a gente. Eu tenho muito respeito pela sua instituição até porque
2041 também fui diretor de uma Organização Não Governamental chamada CEDEP Centro de
2042 Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. Então, eu tenho aqui o meu
2043 respeito e esse olhar que é muito importante para a construção. Vou fazer o possível para
2044 que a gente consiga não trair todos aqueles princípios que a gente lutou tanto para ter
2045 estabelecidos. **Celito Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística** - Celito
2046 Cordioli, representando aqui a Associação Brasileira de Criminalística. Até essa história
2047 da Educação, só reportando há quase 30 e poucos anos atrás eu participei de grupos de
2048 alfabetização dentro do Sistema Penitenciário em Santa Catarina. Foram dois grupos que

2049 a gente conseguiu e realmente teve algum sucesso e aí até quando você falou que tem
2050 um homicida no seu escritório, os homicidas eram muito fácil da gente lidar. Tranquilo.
2051 Era um pessoal bem mais fácil de lidar do que a outra que não vou entrar no mérito. O
2052 que eu queria colocar que a gente já discutiu aqui, e quando a gente começou que foi
2053 com o CONSEG do sistema penitenciário estar aqui ou não. Esse debate. Num dos
2054 debates que surgia, é o agente penitenciário. O que é o agente penitenciário? Ele é um
2055 policial, um educador, um reeducador? Um segurança? Qual é o papel real? Como é que
2056 vocês vêem esse papel? E eu vejo a proposta deles inclusive de se tornarem polícia e
2057 estar incluída no 144 e está a PEC em tramitação e também não vai. Eu gostaria da sua
2058 opinião e como é que vocês vêem esse aspecto do agente prisional. **Augusto Rossini –**
2059 **DEPEN** - Eu já disse aqui e vou ser muito objetivo na minha fala. O agente penitenciário,
2060 na sua atividade fim, ele tem uma missão preponderante no aspecto do trato, a gente
2061 sabe disso. O olhar é outro olhar. É um olhar de tratamento mesmo. Por isso que nesse
2062 livrinho das resoluções tem a regulamentação da escola penitenciária federal. Acho que o
2063 mais importante do que discutir outras coisas ligadas à Segurança Pública, enfim, até já
2064 me manifestei, estamos estudando a questão da atividade administrativa, do agente
2065 penitenciário federal, está sendo uma discussão bastante grande, a questão do porte de
2066 arma, o Ministro vai ter que tomar uma decisão a partir dos nossos olhares. O agente
2067 penitenciário tem um papel híbrido. Ele é segurança pública, mas ele também é
2068 ressocialização. E mais fortemente na gestão penitenciária. A questão da gestão
2069 penitenciária está renegada, aliás, acho que como um instituto, porque o penitenciarismo,
2070 a gente confunde execução penal com penitenciarismo, são coisas interligadas, mas
2071 distintas como fundamento científico. São coisas distintas. Então, quando você fala em
2072 execução penal você está falando de uma coisa mais genérica que vai desde a sentença.
2073 Agora o penitenciarismo é uma outra linha de atuação que precisa ser trabalhada
2074 fortemente enquanto ciência, dentro da cultura penal, dentro da ciência penal você tem
2075 que entender qual é a missão do penitenciarismo. E é isso que tem que fomentar a gente
2076 mais do que dizer eles é que tem que nos dizer o que eles querem fazer e podem fazer
2077 para melhoria do sistema. Eu acho que essa resposta quem tem que dar aqui é o
2078 Presidente do Sindicato. É natural. Cada um tem um momento. Nós queremos mais ouvir
2079 do que falar, até porque você ficar restrito ao papel do agente na lei você vai reduzir a
2080 muito pouco. O papel deles é muito importante. Não é por outra razão que eu tenho
2081 dentro da linha de hierarquia do DEPEN um diretor, o meu diretor executivo é Agente
2082 Penitenciário Federal. Eu fiz questão de dentro da lógica do princípio da meritocracia
2083 nomear como diretor executivo um Agente Penitenciário Federal, até para poder
2084 participar da formulação da política. Acho importante isso. Não sei se fugi à sua pergunta,
2085 mas acho que é um tema tão candente que demandaria uma outra reunião. **Celito**
2086 **Cordioli - Associação Brasileira de Criminalística** - Só para entender como de fora.
2087 **Augusto Rossini – DEPEN** - Tem o diretor que cuida do recurso do DEPEN, é um
2088 agente penitenciário, o Júlio Barreto que está lá dando uma contribuição incalculável. Não
2089 acho razoável trazer alguém de fora, tanto que no DEPEN quando eu cheguei lá não
2090 trouxe ninguém de São Paulo. Todos os cargos de direção do DEPEN, todos sem
2091 exceção são de pessoas que trabalharam no sistema penitenciário, quer federal quer
2092 DEPEN. O Fabrício entrou como estagiário, o Cabana que é diretor de políticas entrou lá
2093 á seis anos atrás também como um DAS 2, 3, o Júlio Barreto é agente penitenciário,
2094 enfim está contemplado. E os agentes penitenciários têm dado uma contribuição muito
2095 forte e muito importante. Nós temos que definir claramente, e não é tarefa do diretor. Eu
2096 já fiz falas por aí claras no sentido que a gente espera deles. **Vicente Antonio Maria**
2097 **Ferraz - Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos**
2098 **Corpos de Bombeiros Militares** - Doutor Rossini, eu gostaria de cumprimentá-lo pela

2099 palestra e pela exposição. Eu acho que nós aprendemos muito com o que o senhor falou
2100 aqui até com riqueza de detalhes. E cumprimentá-lo pelo trabalho que o senhor vem
2101 desenvolvendo à frente do DEPEN. Eu acho que essa política de construção de novos
2102 presídios, de abertura de novas vagas, pode ter certeza que no Estado de São Paulo
2103 uma das causas para a queda da violência e da criminalidade foi o aumento de vaga nos
2104 presídios, a construção de muitos presídios e o crescimento acentuado de prisões que
2105 foram feitas pela polícia retirando do seio da sociedade os marginais que vinham fazendo
2106 mal. Então isso é um dos fatores quando se estuda a queda da violência e da
2107 criminalidade. Quando se fala em construção de presídio, doutor Rossini, logo se vê aí a
2108 participação da polícia e a Polícia Militar ela é chamada aí para fazer a guarda dos
2109 presídios. Em São Paulo nós trabalhamos muito forte também para que o policiamento
2110 fosse retirado dos presídios e a própria Secretaria da Administração Penitenciária
2111 assumisse a administração dos presídios. A minha colocação para o senhor é no sentido
2112 de que o que o departamento pode fazer para que seja definida essa política. Ou seja,
2113 constrói o presídio, mas evite-se colocar polícia lá. Porque quando se vai colocar a
2114 Polícia Militar isso precisa retirar efetivo que estão normalmente sendo empregados no
2115 policiamento. Desprotege a sociedade para ficar cuidando de preso. Então essa é uma
2116 questão que eu gostaria que o senhor abordasse. E para finalizar eu gostaria de
2117 cumprimentá-lo por essa parceria que o senhor tem com a OAB, porque eu acho que é
2118 muito importante a OAB estar participando desse processo aí. Meus cumprimentos.
2119 **Augusto Rossini – DEPEN** - Bom, comandante. Quando você olha para uma árvore
2120 você não conhece a floresta inteira. A gente vai no Estado de São Paulo, a briga, por
2121 exemplo, é para não estar dentro das unidades. Tem algum integrante do Rio Grande do
2122 Sul? Bom, no Rio Grande do Sul, por exemplo, no presídio central tem 370 homens
2123 cuidando do presídio central e eles não querem sair de lá. Até porque um soldado ganha
2124 1.200 reais na rua e ganha 3.600 lá dentro. Mas é uma realidade. O que eu quero dizer, o
2125 senhor me coloca numa tarefa que eu acho assim, o pacto federativo tem que ser
2126 respeitado. Cada estado tem uma peculiaridade e tem uma realidade. Isso tem que ser
2127 respeitado. Como eu diretor do DEPEN vou falar para o Michas que foi diretor do DEPEN
2128 e que tinha um olhar muito carinhoso com relação aos agentes. Michas tira esses caras
2129 da brigada militar de dentro do presídio central. Eu posso? Posso, mas tem que se definir
2130 delege ferenda e esse Conselho aqui tem poder para sugerir, não é assim? Aliás, a
2131 pergunta é minha, Coronel. Eu que lhe faço. **Vicente Antonio Maria Ferraz - Conselho**
2132 **Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros**
2133 **Militares** - Só acrescentando, inclusive está passando por mim essa semana. Nós
2134 estamos fazendo um convênio, a Polícia Militar com a Secretaria de Administração
2135 Penitenciária para treinarmos os agentes penitenciários. Até nisso nós estamos à
2136 disposição, mas nós queremos que essa função seja da Administração Penitenciária.
2137 **Augusto Rossini – DEPEN** - Nós temos essa clareza também porque achamos que a
2138 autonomia e aí eu volto a pergunta à consideração que o doutor Celito fez. É natural,
2139 porque são atividades fim distintas. A polícia quer colocar a pessoa na cadeia por uma
2140 questão do cumprimento do artigo 144. O agente penitenciário não tem que ter esse
2141 olhar. É trato penitenciário, é gestão, é acolhimento. Você tem uma outra perspectiva. Eu
2142 temo quando só se pensa excessivamente em segurança numa unidade. Lógico que tem
2143 que pensar na segurança. Mas a LEP é clara. Você também tem que dar oportunidade
2144 para ressocialização, até para que lá na frente não tenha que prender esse cara de novo.
2145 É uma tarefa difícil, eu sempre digo lá que o direito penitenciário ele é o médico e é o
2146 monstro ao mesmo tempo. Ao mesmo tempo em que pune, ele tem que limitar a
2147 opressão desse estado. Ele tem essa figura híbrida. Se conseguíssemos separar e fazer
2148 um recorte do que é atribuição de um e do outro, o José Neves pode falar, a gente tem

um desejo sincero que nossos agentes tenham qualificação. Tem que ter qualificação. Existem unidades da federação que o agente penitenciário ele toma posse e vai trabalhar. Não faz um dia de treinamento, de qualificação. Com quem ele vai aprender? Se aprender com o mais velho, tudo bem. E se tiver que aprender com o preso? A Escola Penitenciária Nacional, o DEPEN ao fomentar a construção das escolas penitenciárias estaduais está pensando exatamente nisso. Está pensando na qualificação do agente penitenciário que não tem só que saber dar tiro, mas saber fazer outras coisas que são importantes para refletir no seu trabalho lá na frente. A questão da saída temporária, quem é que vai sair, quem dá aquele atestado, aquela declaração de que o preso está apto ou não. Não tem mais exame criminológico. É o agente. Quem vai fazer uma anamnese naquele ser humano que tem que voltar ou não para o convívio social? Não é o juiz, não é o promotor. Quem é lá na ponta? Pergunta para o agente penitenciário velho de carreira, ele sabe. Está convivendo ali e tem que ensinar isso para os novos para qualificar. Um oficial da PM vai lá ele olhar a floresta, não vai olhar a árvore para saber se a árvore vai dar determinado fruto ou não. Esse é o olho principiológico que ele tem. Acho a questão da inteligência seríssima. A sua inteligência tem que estar ligada com a questão do sistema que é óbvio. A gente sabe que dentro do Sistema Penitenciário Brasileiro, porque nós juntamos pessoas desse tipo de convivência lá dentro. A gente sabe que para nossa tristeza a comunicação lá é cerceada, enfim, se a Segurança Pública não olhar o Sistema Penitenciário também ela está perdendo uma oportunidade inclusive de abrir mão de informações. Isso é uma coisa. O trato é outra coisa e a gente quer ter uma qualidade. Estamos fomentando, mas cada estado tem autonomia para decidir se vai colocar o policial na muralha ou não. E o judiciário está aí para decidir isso e tomar as providências. Contratar um advogado para entrar com a ação da OAB (risos)! **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Então, eu peço aos Conselheiros em razão do adiantado da hora que nós façamos o encerramento das inscrições. Estamos já com 7 inscritos. Ao final a gente fecha os encaminhamentos. Eu vou pedir à Secretaria-Executiva para anotar. Eu peço aos Conselheiros que sejam bem objetivos para que até nós possibílimos ao nosso palestrante que faça o resumo das perguntas para que ao final ele possa encerrar. **Augusto Rossini – DEPEN** - É uma questão de ordem. Eu vim falar do plano. Se eu soubesse que nós teríamos outras considerações, eu traria os representantes lá, os nossos profissionais do DEPEN da ressocialização, da Saúde, eu estando aqui a partir do mês que vem, acho que podemos nos aprofundar nas políticas em específico. Eu vim falar do plano do Projeto Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, o recurso. Essa é a entrega que eu tinha. Só isso. Agora me perguntam, eu falo. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Eu peço também a compreensão dos Conselheiros nesse sentido e logicamente também que como a doutora Tereza colocou ali agora, a sua presença para nós é motivo de grande importância e uma expectativa muito grande. O Conselho tem afinado o seu trabalho esse ano com relação à discussão. A discussão aprofundada de Política Nacional sobre Segurança Pública e Sistema Penitenciário também e tenho certeza que as perguntas são resultado de uma ânsia já que está sendo construída ao longo desse ano pelo menos. Então, logicamente, mas eu peço também aos Conselheiros que busquem focar as perguntas na apresentação. Muito obrigado, Conselheiro Geraldo, por favor. **Geraldo Soares Wanderley - Pastoral Carcerária Nacional** - Queria cumprimentar o diretor do DEPEN. É um prazer. Sou representante aqui na CONASP da Pastoral Carcerária Nacional. Eu gostaria de fazer um registro. Desde o primeiro ano do governo Lula a gente tinha uma parceria com o DEPEN, onde a gente se encontrava, a coordenação nacional pelo menos duas vezes por ano com o DEPEN e criamos também depois um hábito de nos encontrar com o Ministério da Saúde, depois da Educação, a

2199 Secretaria Especial de Direitos Humanos, nesse período em que nós estávamos aqui.
2200 Normalmente o Governo pagava as passagens e a gente custeava as outras despesas. E
2201 a gente aproveitava também para se reunir, porque a gente não tem recurso para se
2202 reunir. Mas este ano não houve nenhuma reunião. Então a questão do déficit de vagas. A
2203 gente sabe que não tem saída. Esse plano é realmente muito interessante, mas em três
2204 anos, 53 mil vagas, o sistema absorve 80 mil mais ou menos. Então é como construção
2205 de habitação popular, né? É uma demanda de um milhão por ano e o Governo em quatro
2206 anos constrói um milhão ou dois. Então esse negócio tem que definitivamente ter uma
2207 política diferente de prender menos. A gente viu o esforço do governo agora com essa lei
2208 das medidas cautelares, mas que também ela é muito pobre porque ela não vai produzir
2209 grandes resultados, porque quatro anos é uma margem muito pequena. Os pobres que
2210 são os presos mais comuns, a Segurança Pública quando prende bota neles três ou
2211 quatro artigos e não tem jeito para dar quatro anos. Além da revisão e etc da reincidência.
2212 Então, realmente é um grande desafio fazer essa política da questão do Sistema Prisional
2213 sem discutir efetivamente com a Segurança Pública desse país, sem discutir com o
2214 Judiciário, com o Ministério Público, sem dar valorização à Defensoria Pública para
2215 efetivar e sem mexer na legislação, inclusive mexendo também na lei de execução penal.
2216 Se não fizer essas reformas, nós não temos remédio. O sistema está absolutamente
2217 caótico. Inclusive nós achamos que aquelas 230 poucas mil vagas de déficit ela é muito
2218 mais. O Ministro quando esteve aqui falou em trezentos mil. Nós acreditamos nisso,
2219 porque na verdade os estados contam onde cabe 4 e tem 8 e conta aquela quantidade
2220 ali. De modo que a preocupação da gente assim é muito grande com relação a isso. A
2221 pastoral tem estado assim muito envolvida no Congresso Nacional, nas comissões de
2222 direitos humanos, nos conselhos, a questão dos conselhos da comunidade que a pastoral
2223 tenta incentivar a criação e participar no país inteiro. Mas a gente fica realmente pasmo
2224 com os resultados. Não tem saídas senão se adotar corajosamente grandes reformas
2225 nessa área. Não tem como. O Judiciário e o Ministério Público não ligam muito para isso.
2226 Esse fundo é outro fundo. Esse mundo é o mundo dos que atrapalham, dos inimigos do
2227 povo brasileiro que estão lá. Ou se mata ou se prende. Então é importante que o Governo
2228 seja mais audacioso com relação aos planos nesse campo. **Agnaldo Augusto da Cruz -**
2229 **Vice-Presidente do CONASP - Conselheiro Tião. Sebastião Correia dos Santos - Viva**
2230 **Rio -** Obrigado. Eu confesso que estava achando que nossa discussão com o DEPEN
2231 seria uma discussão mais ampla. É claro que os problemas são enormes e para nós do
2232 Conselho seria muito importante ir além desse plano de construção de mais presídios. Eu
2233 acho que entender melhor a política do DEPEN na sua totalidade talvez seja o anseio de
2234 todos. Claro que não desprezando nenhuma das questões aqui apresentadas. Sabemos
2235 da importância. Mas com relação a essa apresentação, fiquei com algumas perguntas. A
2236 primeira é porque os presos não podem ser consultados sobre a condição humana de
2237 permanência na prisão de construção? É claro que ninguém vai, não está se falando de
2238 segurança, está se falando de permanência do preso dentro das unidades. Então a
2239 pergunta um é essa. A segunda questão é que nós teremos a garantia de não haver
2240 superlotação nessas novas unidades ou elas serão feitas para virarem depósitos de seres
2241 humanos novamente? Porque não basta renovar na tecnologia, se não se garante ao
2242 preso as condições mínimas. Terceiro, só para dar um exemplo, nós temos 70 mil presos
2243 por envolvimento com drogas no Brasil. Perdão, 80 mil, dos quais 70 mil são presos
2244 primários, foram presos sem nenhum armamento e com pequeníssima quantidade de
2245 drogas e a maioria negros, jovens de periferia. Esses certamente vão ser colocados em
2246 celas sem nenhuma separação. Nessas novas construções se prevê algum tipo de
2247 separação de acordo com o grau ofensivo do crime ou todos vão estar no mesmo balaio
2248 como é comum se colocar hoje nas nossas prisões? **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**

2249 **Presidente do CONASP -** Conselheiro Sá Ribas. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação**
2250 **dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil -** Coronel Sá Ribas, Presidente da Ame
2251 Brasil. Inicialmente queria dizer que a gente fica efetivamente chocado quando toma
2252 conhecimento dos números de maneira global. Todos nós temos uma vaga idéia de que
2253 há esse caos como disse o companheiro no Sistema Prisional Brasileiro, mas a gente
2254 também imagina que tenha essa dimensão, porque a gente acaba ficando preso de uma
2255 certa forma à realidade local, daquilo que você tem no seu estado, com que você trabalha
2256 de maneira mais aproximada. Então os dados globais olhados assim eles chocam
2257 efetivamente as pessoas. Os números são dramáticos como disse o colega lá, ele definiu
2258 como um estado de caos. Só o déficit carcerário é na faixa de 233 mil. Fiz um cálculo
2259 rápido aqui doutor só para simular e ter uma idéia. É lógico que no caso desse programa,
2260 nós estamos tratando só da participação e do apoio do governo federal, não estamos
2261 levando em consideração a eventual contrapartida dos estados também na construção de
2262 outras unidades prisionais que seria de toda a responsabilidade deles. O que a União
2263 está fazendo é um esforço em dar mais apoio, no sentido de suprir e ajudar as unidades
2264 da federação a suprir essas deficiências. Mas considerando esses números só como
2265 curiosidade, eu fiz um cálculo e se entendi bem a idéia era de 31 mil vagas. **Augusto**
2266 **Rossini – DEPEN -** Lá atrás, nas construções já antigas. Havia aporte, por exemplo, no
2267 Rio de Janeiro, eu já aproveito para responder, tivemos que derrubar 7 unidades que
2268 tinha desde 2004 lá investido e não se construiu nada. Então talvez Tião, o seu esforço
2269 no sentido de cobrar do seu governo, nós tivemos que pegar de volta 40 milhões de reais
2270 só do Rio de Janeiro. Então, se está super populoso lá no Rio de Janeiro também é
2271 porque a... A gente tem que entender. Porque o recurso estava lá desde 2004. Não
2272 querendo fazer defesa, mas já fazendo. 871 milhões de 2004 a 2010. Caíram desses 871
2273 milhões, 240 milhões de reais. Porque nós temos as vagas novas, mas depois vou
2274 responder tudo. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais**
2275 **do Brasil -** E essas vagas então que não seriam de 31 mil, mas agora a estimativa seria
2276 com esse programa uma somatória de quanto? Tem idéia do quanto? **Augusto Rossini**
2277 **– DEPEN -** É que você me faz a pergunta. Eu ia me permitir a falar no final, mas vamos
2278 lá. Em 871 milhões, destes, você tira 240 milhões e você tem lá das 31, por volta de 16
2279 ou 18 mil vagas. Mas essas dependendo da construção, você vai ter quase 70 mil vagas,
2280 a idéia é essa. Mas a idéia não é só a questão do custeio, mas também do método que
2281 nos parece que mudando o método de contratação você constrói mais, mais rápido e com
2282 mais qualidade, é isso? **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares**
2283 **Estaduais do Brasil -** Perfeito, eu queria ter só uma idéia do número. **Augusto Rossini**
2284 **– DEPEN -** Mas é natural que esses números, se eu soubesse, mas eu trago na próxima
2285 reunião, natural. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais**
2286 **do Brasil -** É mera curiosidade, porque isso me permitiu fazer o raciocínio que quero
2287 expor. Fiz um cálculo só a título de curiosidade e com esses novos números a gravidade
2288 do problema é tão intensa e na eventual ausência de participação mais efetiva nas
2289 unidades da federação, que mesmo com esse programa que a gente reconhece como
2290 sendo bom e iniciativa louvável do Governo Federal, ainda assim precisaríamos
2291 aproximadamente de quinze anos para suprir esse déficit. Esse déficit. Fora o que
2292 eventualmente surja para frente. Eu não quis nem comentar também fiz uma anotação
2293 sobre os mandados de prisão que mostra também a gravidade e a dimensão do
2294 problema. Porque se hoje acontecesse, vamos pensar numa figura um tanto trágica ou
2295 irônica se preferirem, mas se as pessoas que tem hoje mandados de prisão para serem
2296 cumpridos, se elas resolvessem hipoteticamente hoje se apresentar à frente das
2297 delegacias e dos quartéis de Polícia Militar dizendo: nós estamos aqui temos mandato de
2298 prisão contra nós e queremos que vocês nos prendam. Os delegados e os comandantes

vão falar: Por favor, vão para casa, não venham, porque nós não temos onde pôr vocês. Se eventualmente fizessem isso. Hipoteticamente, é lógico que isso não vai acontecer. Pelo menos eu torço para que isso não aconteça, para a gente não pagar mais um vexame. Em se tratando disso. O segundo aspecto é relacionado com o seguinte. Me parece de fato e de extrema importância e quero manifestar no caso apoio a esse propósito no que diz respeito à qualificação dos casos de agentes penitenciários, porque essa é uma preocupação de vários outros segmentos envolvidos com a questão de segurança pública. O Coronel Mariano quando fez aquela colocação, seguramente fez porque sabe que as polícias militares brasileiras têm uma preocupação muito grande com relação a esse quesito. E até vejo com simpatia a colocação que foi feita, porque na prática nós estamos tratando também doutor do desvio funcional das categorias policiais. O senhor colocou muito bem o caso do desvio funcional dos policiais civis que deixam as investigações porque tem desvio de sua função para cuidar de preso. E aí a recíproca é verdadeira quando você precisa usar as forças militares por outras circunstâncias para guarda prisional desviando do policiamento ostensivo e preventivo que deveria ser sua prioridade constitucional. Considerando esse quadro, eu até queria sugerir, não sei se é cabível, mas aproveitando a ocasião que para nós é muito importante o contato que estamos tendo, talvez considerando esse aspecto da afinidade que há entre essa postura das instituições policiais de modo geral, sugerir que de repente alguém também dessas instituições que tem a visão geral do país como o senhor bem observou aspectos regionais diferenciados, então precisaria ser alguém que tivesse a visão geral do país, talvez vinculada ao CNCG, que é o órgão que coordena as instituições do plano nacional do país, pudesse haver também participação ou convite para que pelo menos um representante estivesse junto com aquele grupo e aquela comissão que compõe o Ministério Público e etc, na busca daquelas soluções, porque uma das soluções que o programa se propõe é justamente essa, de minorar ou evitar o desvio funcional das atividades profissionais. Era essa a sugestão e se possível fosse, eu agradeço. **José Roberto Neves - Sindicato dos Agentes Penitenciários Federais** - Boa tarde mais uma vez doutor Rossini. Para mim, pessoalmente enquanto Conselheiro e representante de uma categoria profissional que trabalha dentro dos presídios a gente fica muito contente com esse convite e agora essa proximidade do DEPEN com o CONASP. Isso vai de alguma forma fomentar esse debate sobre o Sistema Prisional que muitas vezes a gente negligencia fazendo o papel que o governo e que a sociedade às vezes faz de deixar para lá mesmo e não vir o tema para o debate, onde a mídia só dá a devida atenção quando há uma rebelião ou motim. É preciso que a gente apareça pelas coisas boas que fazem no Sistema Prisional. Preciso iniciar essa fala chamando atenção por uma questão que foi colocada ali e de imediato já agradeço o posicionamento dos colegas que fazem referência positiva à luta dos agentes penitenciários para ter sua profissão reconhecida constitucionalmente. É interessante que quando não se tem a regulamentação de uma profissão a gente trabalha muito com achismo e isso é muito ruim para o debate. E eu acredito mais uma vez que a presença do DEPEN vai qualificar esse debate aqui. O agente penitenciário ele não pediu para ser polícia. Há um desentendimento muito sério nesse sentido. A gente vai ter que combater isso aqui. Ele não pediu para ter atividade de Polícia Militar, porque não é atividade dele, assim como não é a atividade da polícia civil a atividade militar e como não é atividade dos policiais bombeiros a mesma atividade da polícia federal ou da polícia legislativa. Nós estamos pedindo um reconhecimento constitucional da profissão. Essa proposta da PEC 308 nasce de uma necessidade de liberar os policiais civis e os policiais militares da lida com o preso das guardas de muralhas. Ela não nasce de uma necessidade classista dos agentes penitenciários. E nós percebemos ali uma possibilidade de ser reconhecido, de

2349 aparecer como um profissional. Eu peço licença aqui para vocês para contar uma breve
2350 história que acontece diuturnamente e os agentes penitenciários não estão, em nível de
2351 Brasil, não sabem o seu lugar no sentido funcional, não sabem qual vai ser sua função
2352 dentro dos presídios e exige que a gente trabalhe na ressocialização, mas não nos dão
2353 qualificação necessária. Os estados hoje por falta de policiais militares estão treinando
2354 agentes penitenciários ou escalando agentes penitenciários para fazer a guarda externa.
2355 Então existem elementos importantes que a gente precisa debater para que esse serviço
2356 seja de qualidade. Sob o ponto de vista da valorização dos trabalhadores, a gente diz
2357 isso aí porque não há nenhum projeto social. Vocês, da Sociedade Civil, que militam, não
2358 há um projeto social de atenção ao preso que não passe pelo trabalho do agente
2359 penitenciário. Nesse sentido já encaminhando uma questão, eu quero dizer que a gente
2360 fica preocupado com essa política do DEPEN hoje, dessa discussão sobre a
2361 possibilidade de construção dos presídios. No Paraná vou citar como exemplo, nós temos
2362 lá o maior déficit de vaga carcerária. Nós temos 16 mil presos nas cadeias públicas. O
2363 mesmo valor que tem no Sistema Penitenciário tem nas cadeias públicas e a gente
2364 entende que lá precisa de recursos para construir presídios, mas uma solução imediata
2365 que está se tomando é que se construa outras vagas em presídios já existentes. Isso sob
2366 o ponto de vista de direitos humanos, qualidade do trabalho e qualidade de vida do preso
2367 e dentro do sistema penitenciário é ruim. E já está acontecendo isso. Então a gente
2368 entende que essa matriz que o DEPEN estabelece nacional para liberação de verbas
2369 também possa contemplar alguns condicionantes. Nós falamos aqui que as novas
2370 arquiteturas prisionais elas vão ser destinadas para o alojamento de presos. Mas não se
2371 falou que poderá construir mais duas ou mais três e ampliar as vagas das estruturas já
2372 existentes. Então nesse sentido pedimos essa atenção e pedimos também por fim, para
2373 tentar intervir nos estados onde existe um processo de parceria público privada. Porque a
2374 gente entende que é um processo de terceirização dos serviços penitenciários e
2375 entendemos que não dá para ingerir dentro dos estados, mas o DEPEN dentro da sua
2376 matriz política pode liberar recursos vinculados a essas políticas da garantia do sistema
2377 de segurança penitenciário nas mãos do governo ou do estado. **Aginaldo Augusto da**
2378 **Cruz - Vice-Presidente do CONASP** Conselheiro Marcos Costa. **Marcos Antônio da**
2379 **Silva Costa - Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP** - Caro Augusto
2380 Rossini, eu acho que vou tratá-lo como Conselheiro já. **Augusto Rossini – DEPEN** -
2381 Não, Fernando Henrique sentou na cadeira e o Jânio Quadros foi lá e higienizou. Vamos
2382 esperar as coisas acontecerem ao seu tempo. **Marcos Antônio da Silva Costa -**
2383 **Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP** - Primeiro destaco a importância de
2384 ter o diretor do Departamento do DEPEN no CONASP. O CONASP é um colegiado que
2385 está em processo de afirmação e que depende muito de como o executivo e
2386 especialmente o Ministério da Justiça lida com ele com o futuro que se espera. Aqui a
2387 gente tem várias discussões nesses últimos dois anos, três anos. Tem tentado trabalhar e
2388 pavimentar o caminho do CONASP, para que ele seja o que hoje já é o Conselho
2389 Nacional de Saúde para o Sistema de Saúde e o Conselho Nacional de Meio Ambiente
2390 para o Sistema do Meio Ambiente. A Política Nacional de Meio Ambiente e a Política
2391 Nacional do SUS e assim por diante. O CONASP ainda não é isso, mas depende muito
2392 da participação do gestor. Então, esse CONASP aqui depende que os principais gestores
2393 da Segurança Pública do Ministério da Justiça estejam sempre presentes aqui. Não
2394 sempre todo dia, toda hora. Tem questões de pauta e agenda, mas é importante que ele
2395 seja ungido com essa participação como gestor. Então é muito bom ver que o diretor do
2396 DEPEN queira estar aqui conosco. Isso eu acho que é um detalhe bastante relevante
2397 dessa construção, do CONASP ser um ambiente onde os gestores federais estão ali
2398 trabalhando e discutindo essas questões sob a Política Nacional de Segurança Pública.

2399 Pessoalmente tivemos uma discussão preliminar sobre isso e trabalho sempre o conceito
2400 de sistema. Eu trabalho com o Sistema Judicial Criminal. Vocês já ouviram isso mil vezes,
2401 mas vou repetir. Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Prisional. Esse é
2402 o sistema que nós temos que tradicionalmente segurança pública é sempre visto como
2403 um problema de polícia ou penitenciárias e esquece o meio, que o Ministério Público e o
2404 Poder Judiciário tem sim sua responsabilidade e sempre falo: Nós fiscalizamos tanto o
2405 Ministério Público como Poder Judiciário e outras políticas públicas, a única política
2406 pública que nós somos atores é a política pública criminal. Sobre a questão material, nós
2407 temos uma Câmara Técnica que trabalha com o Sistema Prisional, e aí será importante
2408 contar com a presença do DEPEN nessa Câmara Técnica para trocar experiências, afim
2409 de poder trazer indicações para o Plenário. É importante assim já finalizando, entender
2410 que o DEPEN tem um mandato. Ele tem um mandato legal e tem atribuições legais. O
2411 DEPEN é uma peça fundamental na solução desse problema, mas muitas coisas estão
2412 além das forças do DEPEN. Então estabelecer que tipo de crime vai levar as pessoas a
2413 serem presas ou não, como vai ser esse tratamento e o tipo de coisa isso não está no
2414 DEPEN, está no Congresso Nacional, mas nós podemos tentar trabalhar isso. Quer dizer
2415 o DEPEN tem um problema. Tem que gerenciar uma população. Mas eu acho que a
2416 participação nesse fórum é de extrema relevância e essa aproximação tanto com os
2417 profissionais da área, com a Sociedade Civil, faz com que a gente consiga pavimentar
2418 esse caminho. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Conselheiro
2419 Marcos Rezende. **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras** -
2420 Marcos Rezende do Coletivo de Entidades Negras. Tem uma frase de Nelson Mandela
2421 que ele dizia que para se conhecer a situação socioeconômica do país bastava visitar os
2422 pobres do presídio. Inclusive essa frase foi colocada no relatório da CPI do Sistema
2423 Prisional. Eu enquanto historiador gosto muito de tratar das coisas nessa forma, porque
2424 no Brasil parece que os debates são todos descontinuados. Não, foi em 2008, outra
2425 coisa, agora é o novo momento do novo sistema. E quando eu passei e dei risada falando
2426 então tomara que a Presidente Dilma veja logo isso para ver se autoriza, é porque nós
2427 estamos aqui desde o começo desse Conselho esperando que a Presidente Dilma
2428 autorize nós sabermos qual é o processo de Segurança Pública do Brasil que o Ministério
2429 da Justiça está criando. O Ministro conversou com a gente e disse que ia apresentar a
2430 Presidenta Dilma e depois trazer para a gente ver. Eu acho que ela não viu e não
2431 autorizou e tem mais ou menos um ano isso e enquanto isso os Conselheiros nacionais
2432 de segurança pública não sabem se existe um projeto de segurança pública para o Brasil
2433 ou não. Não sabemos se existe, quem deve saber é o Ministro, as pessoas que fazem
2434 parte do Ministério e a Presidente se topa ou não. A mesma coisa diz respeito agora ao
2435 DEPEN. Então, se não for isso depois o senhor vai poder falar e explicar porque a gente
2436 não pode ter acesso, porque isso tem que passar também pelas mãos da Presidente.
2437 Enquanto isso, ainda me assusta a fala. Digo ainda, porque há de chegar um tempo que
2438 de tanto ver aquele programa da polícia de São Paulo na televisão e ver o
2439 pronunciamento do nosso Coronel Vicente Mariano, eu vou começar a não me assustar
2440 mais com a idéia de que a situação da violência melhora porque a gente encarcera era
2441 pessoas, como ouvimos agora o Coronel colocar. Ali em São Paulo a gente tem
2442 avançado no âmbito da violência, e os estudos dizem isso porque a gente está
2443 prendendo as pessoas. Então, com o passar do tempo isso vai virando banal, as pessoas
2444 se acostumam quando na verdade não é bem isso. Para se ter idéia de que não é bem
2445 isso, basta olhar que no que diz respeito aos crimes do "colarinho-branco", isso também
2446 tem na CPI do Sistema Prisional, foram feitas mais de 216 ações por parte da Polícia
2447 Federal, operações que prenderam 3712 pessoas entre magistrados, promotores,
2448 delegados, políticos, empresários, advogados, contadores e servidores públicos em geral.

2449 Defensores não têm não. Parabéns, doutora. Até hoje. O promotor já lembrou. Então
2450 assim, apesar dessas operações representarem muitas coisa e serem caras e que o
2451 prejuízo para o Governo Federal ter representado segundo a Polícia Federal e a Receita
2452 Federal aproximadamente 18 bilhões de reais, destes, somente 265 ficaram realmente
2453 presos. O resto saiu em menos de 72 horas e outros 432 foram condenados e só 265
2454 ficaram presos e os outros saíram em menos de 72 horas. Certamente porque essas
2455 pessoas não eram tão nocivas para o nosso país. Afinal de contas, ser nocivo é
2456 justamente estar com um pacotinho de droga ou 50 gramas ou 30 e entre os 70 mil na
2457 sua maioria jovens e negros que fazem parte do Sistema Prisional e que não tem sequer
2458 sua sentença transitada e julgada e vai ficar lá mais 20 anos. Afinal de contas, quem são
2459 eles? Pouco interessa e pouco importa. Então, discutir essa questão aqui para nós é
2460 muito importante, mas é mais importante do que discutir essa questão é saber se nós
2461 temos, e aí para concluir, doutor Rossini, se o DEPEN tem interesse em mudar esse tipo
2462 de política. Porque o que acontece muitas vezes é que esse tipo de continuidade desse
2463 tipo de política e esse olhar que existe ainda das polícias com relação ao tratamento que
2464 é dado demonstra que o Sistema Carcerário e o Sistema de Segurança Pública vai à
2465 falência. Porque o que aconteceu em Nova York com o prefeito e sua política de violência
2466 zero, que hoje por absorver boa parte dos recursos de Nova York eles estão tendo que
2467 repensar, porque boa parte do dinheiro dos impostos estão indo para parcerias público
2468 privada para alimentar empresas do capitalismo. Então, quando a gente ouve aqui que o
2469 recurso vai para a Caixa Econômica Federal e fica lá durante anos e não se aplica é
2470 porque o gestor público lá do outro lado tem medo de aplicar, porque também tem
2471 aquelas empresas que ganham o processo, porque tem um sistema de presídio
2472 diferenciado, e diga-se de passagem, é verdade, normatizado e só eles têm exclusividade
2473 e o gestor público não tem coragem de assinar ali aquele documento repassando sem
2474 licitação 39 milhões de reais para determinada empresa, porque depois o Tribunal de
2475 Contas do estado vai para cima dele e depois de quinze anos ele vai ter que resto restituir
2476 os cofres públicos em 30 milhões de reais ou 40 milhões. Então, eu acho que temos que
2477 fazer uma reflexão muito séria acerca do Sistema Prisional, porque se nós ficarmos ainda
2478 acreditando que este modelo funciona, nós de fato estamos colocando a Segurança
2479 Nacional em risco, porque o que eu entendo, o meu olhar é este com relação ao sistema.
2480 Eu agradeço a presença do diretor Rossini que veio fazer a explanação para nós, ao
2481 mesmo tempo que informo que não concordo com o procedimento em como o DEPEN
2482 continua construindo essa política do Sistema Prisional e continua seguindo a mesma
2483 linha com uma série de distorções e equívocos, aonde quem fica encarcerado no Sistema
2484 Prisional são somente pobres, presidentes e de periferia. E, para concluir, é por isso que
2485 na Penitenciária Lemos de Brito em Salvador esse sistema e foi encontrado lá na porta
2486 do presídio é conhecido como sistema dez: Sistema desgraçado, desumano, destruidor,
2487 desligado, desfigurado, destemperado, desengonçado, desagregador, destrambelhado e
2488 desinformado. E a gente precisa mudar isso urgentemente, porque isso gera o caos que
2489 a gente vive hoje na Segurança Pública. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente**
2490 **do CONASP** - Obrigado Conselheiro. Conselheiro Elder. **Elder Costa Santos - Fórum**
2491 **Nacional de Juventude Negra** - Depois dessas palavras, acho muito pouco. Elder Costa
2492 Fórum Nacional da Juventude Negra. Queria dar as boas-vindas ao doutor Augusto
2493 Rossini que brevemente será também Conselheiro e dizer que... **Augusto Rossini –**
2494 **DEPEN** - Não sei não, hein? Já não sei, não (risos). Do jeito que ta eu vou ficar doente.
2495 **Elder Costa Santos - Fórum Nacional de Juventude Negra** - Pois é. Eu espero que
2496 sim. E que sua vinda para esse Conselho ajude a gente a fazer o debate com a amplitude
2497 que esse tema merece. Eu concordo com o Conselheiro Tião e fico um pouco frustrado
2498 pela especificidade da discussão que foi feita hoje que se resumiu apenas ao Programa

2499 Nacional de Apoio ao Sistema Prisional. O tema do Sistema Prisional nós temos que
2500 discutir o fenômeno do encarceramento que o nosso país enfrenta já há algum tempo e
2501 esse encarceramento tem endereço e está tendo um efeito muito particular na juventude
2502 negra. Porque nós costumamos dizer que o jovem negro hoje no Brasil ele tem quase
2503 que certeza de caixão ou de cárcere e isso está retirando de muitos de nós a perspectiva
2504 de vida. Então a gente tem que começar a refletir o que está por trás da elevação desse
2505 número de prisões da juventude negra. Só tem um dado aqui que a lei antidrogas que é a
2506 lei 11.343 de 2008, depois dessa lei tivemos elevação de 37% da população carcerária.
2507 Alteração de 89% das pessoas presas por acusação de tráfico de drogas. Uma lei que
2508 tinha no seu discurso que iria ajudar a tratar de maneira diferenciada o consumidor do
2509 traficante, mas essa lei tem um aspecto bastante subjetivo que o judiciário e o Ministério
2510 Público estão utilizando justamente para fortalecer o encarceramento da população pobre
2511 e da população negra. E então fica difícil a gente discutir aqui apenas as estratégias de
2512 construção de novos presídios, sendo que a construção desses novos presídios são para
2513 pessoas que estão sendo praticamente empurradas para esses presídios. Mas ainda
2514 fazendo a discussão das novas unidades prisionais, eu senti falta e não sei se foi por falta
2515 de atenção, mas eu senti falta do DEPEN estabelecer parâmetros mínimos para o
2516 repasse de recurso para os estados. Acho que não tem que se resumir apenas a discutir
2517 a questão quantitativa financeira e monetária das construções. Acho que o Governo
2518 Federal já tem acúmulo o suficiente para estabelecer parâmetros humanitários mínimos.
2519 A gente não pode tratar as pessoas como números. Então, tem algumas questões que
2520 acredito que esse departamento tem que estabelecer como parâmetro para que os
2521 estados apresentem para que sejam contempladas pelo repasse do recurso desse
2522 programa. Outra coisa que senti falta no programa é a relação com a Sociedade Civil nos
2523 estados. A Sociedade Civil está organizada nos estados e precisa ter algum tipo de
2524 interferência e algum tipo de influência no desenvolvimento do programa nos seus
2525 respectivos estados. **Aginaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP -**
2526 **Conselheiro Almir. Almir Laureano dos Santos - Rede Desarma Brasil -** Almir
2527 Laureano, Rede Desarma Brasil. Dizer ao doutor que aqui no Conselho Nacional de
2528 Segurança Pública a primeira impressão é a que não fica. Então fique tranquilo. Na
2529 segunda é que fica melhor. Essa aí não. Essa idéia de que a primeira impressão é a que
2530 fica, não vá com essa idéia. Mas como a gente já conheceu outros gestores que tem
2531 contribuído com seu conhecimento em tecnologia a respeito desse tema e como nós não
2532 somos técnicos e nem da área, mas aqueles que vivem na sociedade envolvidos
2533 tentando trazer a contribuição, eu pelo menos comprei a época dessa semana e aqui fala
2534 de alguns gestores de penitenciária. Eu fiquei impressionado com isso aqui. Ou seja,
2535 algumas penitenciárias nossas têm esses diretores intra que não é de um sistema de
2536 ressocialização de justiça, mas um novo paradigma dentro, e se a gente vai construir
2537 muito mais presídio e a gente acha que isso é necessário por causa da demanda,
2538 certamente essa questão também se ampliará. Nós estamos fazendo a campanha de
2539 desarmamento no Brasil, a mobilização e tivemos em várias cidades no nosso país e
2540 tivemos algumas experiências. Eu gostaria de saber do nosso diretor e nosso Secretário
2541 Nacional do DEPEN se conhecem APAC, porque eu conheci, sou leigo nessa questão,
2542 conheci uma unidade chamada APAC no Estado de Minas Gerais em Itaúna e fiquei
2543 impressionadíssimo com o processo de ressocialização, humanização, sem que tivesse
2544 tantos gastos que pelo menos foi o que eu vi lá. Fui para o Rio Grande do Norte e vi uma
2545 célula dele funcionando lá em Macau, estava lá com o Geraldo Wanderley e comecei a
2546 perceber que esse momento aqui é importante para levantar essas questões, e as
2547 construções são necessárias, deve-se gastar dinheiro, mas eu pergunto ao doutor
2548 Rossini se instituições como a APAC ou semelhantes e assemelhados não poderiam ter

2549 pelo menos o apoio, não é investimento maciço, mas pelo menos apoio que possa dar
2550 continuidade a um processo que eu vi que é profundamente pacificador e humanizador e
2551 tem os três regimes pelo o que eu pesquisei lá. É o regime fechado, o regime semi-aberto
2552 e o regime aberto. Então, como eu não conheço profundamente isso, eu queria fazer
2553 essa pergunta e o desejo do senhor dar uma atenção a essa dimensão. **Augusto**
2554 **Rossini – DEPEN** - Bom sei que estão todos cansados. Wanderley, quero fazer a defesa
2555 do DEPEN, que eu falei com o Padre Valdir algumas vezes e com a irmã Maico outras
2556 tantas vezes, não só aqui no DEPEN como em São Paulo e inclusive naquele coletivo de
2557 mulheres que nos inspiro ou fortemente com relação ao olhar sobre a mulher
2558 encarcerada. Então, se o DEPEN não está pagando a passagem é porque teve um
2559 Decreto presidencial que limitou os gastos com passagens. Então, nós criamos
2560 oportunidades para conversar com a pastoral dentro das nossas andanças e visitas, e
2561 talvez a gente tenha que pensar agora no fim do ano se pelo menos tem uma
2562 institucionalizada, mas as conversas aconteceram sim aqui em São Paulo, inclusive, eu
2563 estive com um coletivo da pastoral quando o Conselho Nacional de Política Criminal e
2564 Penitenciária esteve numa audiência pública em São Paulo, inclusive apresentei ao
2565 próprio do CNPCP, e isso está em Ata, trazendo a para reunião fechada para discutir
2566 questões que a própria pastoral tem levantado. Aliás o trabalho da pastoral é fundamental
2567 para a gente. Aliás, nesse sentido se falou aqui, eu acho que o doutor João Francisco, ele
2568 falou que MP visita, defensor visita, OAB visita, juiz visita, Conselho de Comunidade
2569 visita. E porquê está assim? Estou dizendo que todas as instituições visitam. Geram
2570 documentos. Geram relatórios. CMP tem um padrão de relatório. CNJ tem padrão de
2571 relatório. Bom, a pergunta é: Tem muita gente visitando. E por que continua assim?
2572 Parece-me que algumas ações constitucionais poderiam ser propostas também, para tirar
2573 do patamar do ambiente de discussão e colocar em outro patamar. Eu imagino que a
2574 gente está falando e não está avançando em algumas discussões em outro nível.
2575 Quando fala em ações constitucionais a gente fala de ação civil pública, a gente fala de
2576 ação popular e a gente fala de outras ações coletivas de interesses difusos que não é só
2577 MP e Defensoria que estão legitimados por lei complementar, mas as associações
2578 também estão aquelas com mais de um ano de vida. E eu, aliás, falei com Marivaldo
2579 ontem, sobre se colocar na lei de ação civil pública e inclusive não só meio ambiente,
2580 mas direitos humanos como uma das possibilidades jurídicas da ação civil pública. Certo?
2581 Isso é fundamental, porque não está de forma clara lá. E há Juiz que rejeita ação civil
2582 pública, justamente por não estar tratando daqueles assuntos relacionados na ação e
2583 entende que aquele rol é taxativo. E não é taxativo ao meu talante. Mas isso são outras
2584 coisas. Então Geraldo, essa é a primeira defesa que eu queria fazer. E também já dar um
2585 fecho. De fato não dá para resolver o problema na sua inteireza. Mas é o que dá para
2586 fazer. Também ficar parado e não fazer nada é o pior dos mundos. Foi o primeiro
2587 departamento desse governo que foi à mídia de forma positiva. Nós temos programas
2588 sim. Nós temos projetos sim. Eu já alertei no começo que esse é um de vários projetos. É
2589 um para mulher e para preso em delegacia. Nós não estamos falando em penitenciária,
2590 em regime aberto, em regime semi-aberto, nós temos fé que o método seja aplicado,
2591 porque o nosso problema é também interno, de ter o projeto rapidamente analisado e etc,
2592 para podemos fazer a entrega. Não é concebível, eu vou ser franco, não é concebível
2593 que estados tenham 20, 40, milhões e nada faça. Talvez a explicação que o historiador
2594 Marcos tenha dado possa ser uma delas. Eu acho também que tem muito de falta de
2595 vontade política. Falta de vontade política também. Tem uma série de fatores. Esse
2596 problema é uma tragédia. O Brasil tem 1700 unidades prisionais. Não estou falando de
2597 quinze. Eu recebi aquela comissão, o sub-comitê para a questão da ONU, aquela ilha lá
2598 que tem um observador que é uma ilha pequenininha no pé da Itália. Gente, eles têm

2599 600 mil pessoas morando lá, isso é o que a gente tem de população carcerária. É meio
2600 milhão. É meio milhão de pessoas e habitantes neste país. É um problema enorme.
2601 Então assim, Tião, ajuda a gente também a fiscalizar as construções do Rio, porque o Rio
2602 está deixando de pegar dinheiro e tem projetos muito bons que poderiam ser construídos
2603 lá. Eu acho que a divisão das responsabilidades, esses olhares, talvez eu venha buscar
2604 muito mais do que trazer aqui. Agora, não tem como garantir que os presos não sejam
2605 amontoados. Não tem. O que eu posso lhe garantir é que na construção dessas unidades
2606 prisionais a gente segue as regras do CNPCP. As regras do CNPCP que limitam para o
2607 preso provisório oito pessoas por cela, e assim que nós vamos construir oito camas. Se
2608 vão colocar 16, é questão de lá no seu coletivo... É a área contemplada pela LEP em
2609 metros quadrados. Essa é a idéia. Essa é a idéia do projeto. É assim que as tipologias
2610 estão sendo construídas. Então nós olhamos o projeto arquitetônico e depois executivo
2611 para ver se isso está sendo respeitado ou não. Agora, se o diretor da penitenciária vai
2612 mandar o agente colocar 30 lá dentro, veja, como é que o DEPEN vai fazer isso? Porque
2613 também o pacto é federativo. É só para preso provisório. Eu estou tentando alerta-los
2614 desde o começo. Nós não estamos falando de penitenciária que pode ter mais recurso.
2615 Temos um projeto para preso semi-aberto que a vaga é baratíssima, tem um gargalo de
2616 44 mil vagas no fechado. Eu estou falando de mulheres e delegacia de polícia, só.
2617 Mulheres e delegacia de polícia só! Reitero, mulheres e delegacia de polícia. Sem deixar
2618 de levar em consideração aquelas vagas, nesse aspecto é o que a gente pode fazer na
2619 análise da tipologia. Isso é fundamental ficar claro. É natural que se esse projeto for bem
2620 sucedido outras coisas virão, e é natural que a legislação tem que ser alterada também. A
2621 gente percebe a primeira crise do Ministério da Justiça foi relacionada à questão de
2622 drogas, não foi? Pois é, eu não vou falar mais. Mas é um assunto que tem que ser
2623 debatido aqui. Eu não vou fugir ao debate, mas também é natural que tem que ser
2624 debatido, só que esse debate tem que ser feito no Congresso Nacional, porque é deles a
2625 tarefa também legitimada pelo voto de alterar o texto da lei. Agora eu quero lhes trazer
2626 que foi no mandato da presidenta Dilma que foi aqui observada, que se alterou a LEP
2627 para ter remissão pelo estudo, não estudo tem outra alteração, e as medidas cautelares,
2628 que foi uma atitude corajosa desse governo sim. Que se diga isso! Porque mal ou bem,
2629 houve uma redução do incremento. Está aumentando? Tá, mas em número menor. Se lá
2630 na ponta o promotor, juiz, delegado ou advogado, tem que ser reconstruído através do
2631 diálogo e das medidas judiciais cabíveis. O que nós temos são 214 mil pessoas presas
2632 sem condenação. Isso é fato. Sá Ribas, me choca também, eu não tinha idéia dos
2633 números e imagino que os estados tenham que investir fortemente nesse assunto,
2634 porque o problema vai estourar no colo dos estados. Eu falei isso no começo da minha
2635 fala. Quando você pensa em dez mil reais para base da polícia comunitária, tem que
2636 pensar em dez mil reais para unidade prisional. Quando você pensa em dois milhões de
2637 reais para compra de viatura, você tem que pensar em dois milhões de reais para
2638 Sistema Prisional, porque você vai incrementar. Foi isso que falei para o Ministro. Aliás foi
2639 neste Conselho que foi falado o Plano de Fronteira que vai gerar um incremento muito
2640 grande nas fronteiras de prisão e o que vem para o Sistema Penitenciário? Tem que
2641 pensar e nesse Conselho tem que se fazer a questão propositiva. É natural. Então tem
2642 que se pensar nisso. O José Neves falou da questão das unidades prisionais. José,
2643 quando o nosso engenheiro do DEPEN, e aliás, eu queria destacar aqui que o Coronel
2644 Augusto se empenhou ao máximo para que seis engenheiros policiais venham trabalhar
2645 no DEPEN a partir dessa semana agora, porque nós temos dois engenheiros no DEPEN
2646 agora. O mercado da construção civil está cooptando todos os nossos profissionais,
2647 porque não paga bem. Então nós estamos sem profissionais e eles estão mandando seis
2648 e nós estamos com a idéia de ter quinze. Para que a análise desses projetos tipológicos

2649 respeitem sobremaneira a questão do CNPCP, que é o paradigma, queira ou não é o
2650 paradigma. E foi por conta de uma solicitação do DEPEN que tanto o CONSEG que é o
2651 Conselho do Secretário de Justiça quanto o CNPCP estão discutindo a Resolução
2652 número 3 de 2005, que trata da questão prisional sim. Então veja, se você tiver
2653 sugestões, nos faça, porque é fundamental. É a nossa limitação. Agora, quando a Caixa
2654 vai fazer o monitoramento dessas regras não vai repassar. Por isso nós acabamos com
2655 a cláusula suspensiva. Ou seja, ou o projeto está pronto para ser aprovado ou não vai
2656 receber um centavo. Acabou com a brincadeira de pré projeto alguma coisa como
2657 arremedo de projeto. Para entrar na Caixa para receber o nosso dinheiro, vai ter que
2658 estar aprovado integralmente, e então acho que a coisa mudou um pouco em termos de
2659 metodologia. O Marcos Rezende que é do Coletivo de Entidades Negra, eu queria fazer
2660 para os dois companheiros que tratam da questão. O Conselho, o CNPCP a nosso
2661 pedido também, acabou de reformular, é um olhar, a questão da religião nas unidades
2662 prisionais. Parece-me uma coisa que tem que ser definida fortemente até por conta de
2663 forças religiosas que podem entrar e outras não podem nas unidades prisionais. O Almir
2664 que é Secretário de Justiça da Bahia. Eu falei: Almir me dê a experiência pelo amor de
2665 Deus, como você resolve a questão das religiões afrodescendentes, porque a pastoral
2666 carcerária tem uma linha da igreja Católica. E como é que você vai fazer quem é do
2667 candomblé, quem é da umbanda vai fazer uma cerimônia numa unidade que não entra
2668 marafa, não entra a cachaça, não entra cigarro formalmente. Nós temos que pensar
2669 nesse aspecto e tem a ver também com a luta. Tem que pensar numa solução, se eu
2670 professo a fé mulçumana eu não posso comer carne de porco e eu tenho que ter um
2671 tratamento prisional para isso também. É detalhe? Não, teve um sujeito que no sistema
2672 prisional federal fez greve de fome, porque não queria alimentação de lá porque não tinha
2673 sido pensado nisso. São olhares que temos que construir no diálogo. É natural que você
2674 pode achar uma porcaria esse projeto, mas foi o que melhor nós fizemos. Você pode falar
2675 não gostei. E o que você tem no lugar disso? Você pode pensar! Agora falar para mim,
2676 se eu tenho interesse em mudar a política? Tenho, tenho mesmo. Tenho muita vontade
2677 de mudar a política e dentro dos ditames da lei aí, a lei está posta. Eu tenho limitações e
2678 limitações constitucionais e limitações legais, inclusive da função. Eu sou órgão auxiliar
2679 do Ministro da Justiça. O DEPEN é órgão auxiliar do Ministro da Justiça. Essa pergunta
2680 que o senhor tem que fazer é para o Congresso Nacional, tem a lei de iniciativa popular
2681 que tem que ser pensada também. Quer mudar? Vai lá na sua base e 5% do eleitorado
2682 dá para mudar. Não dá? Tem que pensar também deleja ferenda. Eu não sei, quer
2683 discutir a questão? Vamos discutir. Eu quero mudar, me dê sugestões. Agora, tenho que
2684 mudar esse recurso imediatamente porque nós temos um déficit carcerário violentíssimo
2685 para ser diminuído. O ótimo é inimigo do bom. É ótimo discutir a questão, agora eu tenho
2686 que resolver, não vamos fazer as coisas em paralelo. Espero as suas propostas honesta
2687 e sinceramente. E não é otimismo nem arrogância, não. É porque você pode ter uma
2688 solução que eu nunca pensei, como historiador que é. Por isso que no DEPEN, a
2689 pergunta que você fez José Neves, porque a arquitetura prisional não é considerada
2690 arquitetura. Essa não é afirmação do DEPEN. É uma afirmação das faculdades de
2691 arquitetura, que se recusam em pensar em funções tipológicas e arquitetônicas porque
2692 não entendem que isso é arquitetura. Não é nem arquitetura, porque arquitetura é parte
2693 do diálogo entre quem vai construir e quem vai usar. E aí quem é que compõe o CNPCP?
2694 Uma moça que se chama Suzana Cordeiro que é professora da Universidade Federal de
2695 Alagoas que fez uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado indo pesquisar lá
2696 dentro. O livro dela é: De perto e de dentro. Ela está no Conselho porque o Ministro
2697 entendeu trazê-la para o Conselho, porque esse olhar com relação ao preso tem que ser
2698 levado em consideração. Agora, você vai em qualquer Universidade Federal ou Estadual

2699 ou particular de Arquitetura, você não tem uma pessoa que fale sobre Arquitetura
2700 Prisional, e por isso temos que fomentar o debate nas academias para pensar em
2701 soluções tipológicas, porque não tem no mercado. Tem três ou quatro universidades que
2702 algum professor dá uma cadeira numa especialização sobre esse assunto. Nós vamos ter
2703 que bater aonde? Nos Estados Unidos? É isso que a gente quer? Não, porque lá é lei e
2704 ordem. Ou vamos lá na Alemanha que tem uma população carcerária de quinze mil
2705 pessoas ou Portugal de dezessete. Nós temos que ter consciência de empoderamento
2706 nacional para poder resolver nossos problemas. **José Roberto Neves - Sindicato dos**
2707 **Agentes Penitenciários Federais** - Você fez algumas menções aqui, embora esteja
2708 ocupando uma vaga aqui do SINDAPEF Sindicato de Agentes Federais, eu sou Agente
2709 Penitenciário do Estado do Paraná, e há 20 anos, portanto, sofro bastante com essa
2710 questão da superlotação e entendo um pouco o ponto de vista da segurança prisional. E,
2711 o senhor disse da necessidade de consultar as pessoas que militam e que trabalham nos
2712 presídios e agora está tendo um debate importante para reformular as diretrizes do
2713 CNPCP. E, a gente gostaria de estar participando nesse debate no sentido de dar nossa
2714 contribuição da experiência, mas todas as outras questões em que os CNPCP junto ao
2715 DEPEN vem debatendo. Só para dar esse alerta, porque eu sei que os agentes federais
2716 já estão muito bem representados lá dentro do DEPEN, por conta da proximidade com a
2717 instituição, mas nós enquanto agentes penitenciários dos estados que temos sofrido com
2718 as mazelas das estruturas Brasil afora, gostaríamos de ter essa oportunidade. **Augusto**
2719 **Rossini – DEPEN** - Queria falar também para o Marcos Rezende a questão da
2720 presidenta. É uma questão de educação. Ela gostaria de divulgar. É uma questão de
2721 educação da minha formação. Eu acho que ela sendo a Presidente da República e sendo
2722 dela a caneta é dela a tarefa de divulgar. Agora, eu também não posso ficar esperando
2723 perpetuamente, por isso que eu já vim aqui na ENASP falar disso, apresentei esse
2724 projeto, falei no Coletivo, falei no Conselho Nacional de Política e falamos para os 27
2725 estados, porque não podemos esperar para implementar a política que a presidenta
2726 lance. Agora, dentro do que nós podemos fazer nós vamos fazer. Agora, eu espero que
2727 essa sua observação não me imponha quebrar as regras de hierarquia, foi assim que ela
2728 determinou. Eu sou escravo da lei e acho que como diretor do departamento
2729 penitenciário, eu tenho que me submeter a hierarquia. Se eu não quiser eu volto para o
2730 MP de São Paulo e vou me submeter à hierarquia do meu chefe lá de São Paulo o
2731 Procurador Geral de Justiça. Enquanto eu estiver aqui no DEPEN eu atendo as
2732 determinações. E ela falou eu gostaria de fazer o lançamento. É só por isso. Agora a
2733 publicidade não se dá tão somente com a entrega da cópia da apresentação ou com
2734 documentos. Acho que eu também estou dando publicidade e acho que como diretor do
2735 DEPEN e agente de política que sou de alguma maneira o senhor está contemplado com
2736 as informações que não estão na sua inteireza, até porque eu fui convidado aqui e
2737 também dentro da lógica da educação que eu devoto como princípio, eu fui convidado
2738 para falar do programa. Adoraria ter falado com mais profundidade de outros assuntos.
2739 Traria um arquiteto, traria um educador. Enfim, eu acho que isso é o que eu quero, é
2740 discutir contigo. Discutir fortemente essas questões. Então como eu fui convidado para
2741 falar de um tema, talvez eu não tenha me preparado, ou não tenha cabedal suficiente...
2742 **Marcos Fábio Rezende Correia - Coletivo de Entidades Negras** - Só estou preocupado
2743 com o prazo. Porque o mesmo prazo que é para gastar o recurso, eu tenho um prazo e
2744 tenho que gastar, então é o mesmo prazo que talvez sirva para a gente dizer para a
2745 presidenta também. **Augusto Rossini – DEPEN** - Mas o projeto, saiba disso, eu esqueci
2746 de dizer, o GGI impôs um cronograma e nós estamos dentro do cronograma. Não dá para
2747 uma criança nascer com três meses de gestação, ela tem que nascer com nove ou oito.
2748 **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais** –

2749 **CONDEGE** - Doutor Rossini, veja bem, nesse diapasão a nível de encaminhamento foi
2750 pensado por esse Conselho tudo aquilo que o senhor está colocando. Eu não sei se
2751 lamento, de em setembro final do ano depois de ter se iniciado há muito tempo esse
2752 Conselho e se pensado que a sua presença esteja aqui, de há muito a sua excelência
2753 estivesse aqui presente para dialogar sobre a nossa angústia. A nossa Câmara solicitou
2754 sua presença para começar um debate nessa questão, porque entendemos que para a
2755 gente pautar as recomendações e aprovar no pleno a gente tem que conhecer e
2756 contribuir e participar. Nesse diapasão de encaminhamento que a gente colocou até na
2757 perspectiva específica da questão das construções, se a gente podia, enquanto
2758 CONASP, vai no todo. Essa Câmara Técnica tem necessidade da formação de um
2759 Comitê Técnico que está inclusive no nosso regimento, e de há muito a gente já colocou
2760 da sua presença e inclusive solicitamos que fosse encaminhado esse material para que
2761 vossa excelência pudesse estar conosco numa reunião específica. Logicamente que não
2762 inviabiliza a sua presença, porque a gente pensou de uma indicação, mas que você
2763 viesse. Todos os pontos aqui vão ser pautados e vão ser encaminhados para uma
2764 decisão. A minha preocupação é de que as políticas estão sendo implementadas e a
2765 gente está sendo praticamente assim: o carro andando e a gente pensando. Porque a
2766 gente poderia estar contribuindo também, mas é bom que se coloque que não houve
2767 omissão desse conselho em dialogar as proposições ligadas ao sistema. Há um interesse
2768 nosso sim de contribuir e sim de pensar a política e a gente sabe que nem tudo é
2769 contemplado. Agora, não se deve pensar também que a gente quer nas nossas áreas de
2770 atuação e aí eu reputo também na questão do sistema de justiça, da responsabilidade
2771 dos presos provisórios de que a gente tem que pautar e é responsabilidade nossa, minha,
2772 do Marcos, do CNJ que está aqui e lamentavelmente não tem se feito representar por
2773 conta de algumas demandas, mas a gente quer dizer que é fundamental para ontem. Por
2774 exemplo, a gente já solicita a marcação de uma reunião que precisa acontecer para a
2775 gente pautar essa execução dessas proposições, porque o que estou achando é que
2776 essas políticas estão sendo discutidas nos espaços CNPCP e por aí vai. E, nós, que
2777 temos uma Câmara Técnica preocupada com essa questão, a gente não poder primeiro,
2778 pensar, segundo, trazer para esse pleno, pautar recomendação e contribuir, porque
2779 existe um encaminhamento que todo Conselho tem, principalmente esse que é diferente
2780 um pouco da ENASP, que é o que eu sinto, de que não tenha membro do CONASP
2781 dentro da ENASP, e se assim tivesse já teria trazido essa solicitação. É só uma demanda
2782 contributiva para a gente poder implementar o que tem de ser feito. **Agnaldo Augusto da**
2783 **Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Retorno a palavra ao doutor. **Augusto Rossini –**
2784 **DEPEN** - Olha, eu não queria entrar por esse caminho, mas eu acho que o gestor não
2785 tinha que ser Conselheiro, não. Eu no CNPCP me abstenho de votar, porque eu não
2786 posso ao mesmo tempo ser Conselheiro e ser gestor concomitantemente. É o meu ponto
2787 de vista. Desculpa se eu contrariei alguns aqui e até a Regina, mas acho que o gestor tem
2788 que ter assento com direito a voz sem direito a voto. É o ponto de vista no meu Conselho
2789 lá, eu me abstenho, porque eu acho que quando eu ocupo um espaço no Conselho eu
2790 estou tirando uma vaga de um movimento social ou instituição que poderia estar aqui.
2791 Porque você tem uma limitação no número. Esse é o meu ponto de vista do Rossini, e já
2792 assumi o compromisso assim que sair do DEPEN saio do CNPCP, só estou lá por essa
2793 condição. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores**
2794 **Gerais – CONDEGE** - A presença do DEPEN é na Câmara para consulta. **Augusto**
2795 **Rossini – DEPEN** - Entenda a minha situação, todas as vezes que o DEPEN foi
2796 convidado para fazer diálogo, com quem quer que seja a gente veio de peito aberto e de
2797 cara limpa. Nós também nos legitimamos. Nós precisamos ser convidados, mas se eu
2798 vier como Conselheiro, venho por uma questão inclusive regimental. Tenho que estar

2799 aqui e tenho que dar satisfação para o meu superior. Professor Almir. A gente já aportou
2800 recursos para os APACs do Brasil. Tem linha de crédito de ressocialização, de
2801 alternativas penais e tantas outras que num outro momento em sendo convidado eu vou
2802 falar delas. Aguardo a oportunidade. Acho que é isso, obrigado. (palmas). **Agnaldo**
2803 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Bom, em razão do adiantado da
2804 hora, gostaria de em nome da Secretaria-Executiva da FENASP agradecer ao doutor
2805 Rossini, nós sabemos da quantidade de demandas que possui em sua agenda
2806 principalmente nesse momento, e mesmo assim gentilmente ele atendeu nosso pedido.
2807 Inclusive também respondeu as questões que não estavam afetas à sua questão.
2808 Logicamente temos uma expectativa de revê-lo novamente, eu agradeço a presença do
2809 senhor e solicito aos Conselheiros só um minuto para que possamos fazer algum
2810 encaminhamento administrativo na noite de hoje. **Augusto Rossini – DEPEN** - Obrigado
2811 e a gente pode pedir para que Deus nos proteja em todos os momentos. **Agnaldo**
2812 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Bom, algumas questões
2813 administrativas, até solicitei ao doutor Rossini para que nós não o acompanhássemos. E
2814 respondendo à doutora Tereza, a Câmara Técnica concretizou o trabalho na penúltima
2815 reunião, e então é interesse nosso que a gente convoque outras autoridades e outras
2816 pessoas de Brasília para as câmaras técnicas. Doutora Regina inclusive disse que já está
2817 pronta a assinar os ofícios das câmaras dos convites. Outro encaminhamento é com
2818 relação à votação do Decreto e também o encaminhamento feito pelo Conselheiro
2819 Marcos Rezende, seria interessante que nós deliberássemos aqui para ou votarmos
2820 amanhã ou continuarmos. A sugestão que a mesa faz em razão até do adiantado da
2821 hora, é que amanhã pela manhã nós retomamos o Decreto e já de imediato nós
2822 possamos deliberar ou não com relação ao encaminhamento feito pelo Conselheiro
2823 Marcos Rezende. Continuidade do Decreto amanhã ou agora? Amanhã. Conselheiro
2824 Marcos Rezende sua deliberação também amanhã ou agora? Amanhã? Então amanhã
2825 as oito horas pontualmente nós daremos início aos trabalhos. Boa noite a todos e até
2826 amanhã.

2827
2828 **13ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**
2829 **BRASÍLIA, 05 DE OUTUBRO DE 2011**

2830 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Enquanto a Verônica
2831 vê essa questão, eu acho que a gente podia, por uma questão de respeito,
2832 principalmente a Conselheira Célia que chegou na hora. Nós que chegamos na hora.
2833 Inclusive eu não sou de entregar ninguém, mas teve uma amiga minha do estado de
2834 Goiás que veio dois minutos depois do horário. (risos) Vamos lá então, nós estamos com
2835 um problema no som. Mas eu acho que a gente pode iniciar, até para que a gente tenha
2836 um merecimento ao horário que estipulamos. Nossa previsão para hoje é um tanto
2837 quanto apertada. Nós teremos hoje ainda agora pela manhã pelo primeiro horário a
2838 discussão do encerramento do Decreto. Nós vamos discutir. Nós teremos a discussão da
2839 proposta que foi encaminhada pelo Marcos Rezende da criação do núcleo e depois disso,
2840 nós vamos passar para a apresentação das Câmaras Técnicas. Algum dos grupos da
2841 Câmara Técnica está em condição de começar a apresentação, dos presentes? **Eliana**
2842 **Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** - A nossa não pode ser
2843 agora por conta da conferência. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
2844 **CONASP/MJ** – Bom, deliberar nós não podemos, porque não há quorum ainda. Eu
2845 pergunto novamente. Então sua Câmara Técnica qual é? **Sebastião Santos – Viva Rio** -
2846 Minha não dá. Márcio? **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de**
2847 **Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais – ABGLT**

2848 São recomendações que o pleno tem que aprovar. Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-
2849 Presidente do CONASP/MJ – André? Simone? A Câmara Técnica da senhora tem
2850 condições? Célia Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às
2851 Organizações Populares – GAJOP - Só tem eu. Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-
2852 Presidente do CONASP/MJ – Bom, então nós temos duas opções. Ou nós iniciamos
2853 agora e suspendemos até dar o quorum ou nós tocamos com alguns desses pontos que
2854 temos aqui. Nós temos além da pauta prevista para hoje, nós temos a autonomia da
2855 perícia, o DEPEN que foi ontem. Apresentação logicamente não pode ser agora, terá que
2856 ser na parte da tarde. E informes gerais. Aprovação da ata não tem quorum. Não
2857 podemos ter nenhuma atitude deliberativa. Tião salvou o dia aqui. Conseguiu ligar o som.
2858 Ou seja. Não estamos sendo gravados aqui, mas o senhor trouxe aqui um gravador
2859 auxiliar que nos permite a gravação. Então sugestão? Algum dos presentes tem
2860 condição de fazer apresentação ou de apresentar informes? A idéia é de obedecer o
2861 horário previsto. Muito bom, André, você salvou. Agora, só a título de curiosidade, eu tive
2862 uma grande surpresa conversando com a dona Célia. Ela não é advogada. A senhora viu
2863 a surpresa? Sentiu que não fui só eu. André, você poderia sentar nessa aqui, porque aí
2864 você fala daqui e já usa o microfone que está aqui. Bom, aos que estão chegando, só
2865 para que todos continuemos no mesmo barco, nós demos início à reunião. O Conselheiro
2866 André gentilmente irá fazer a apresentação da sua Câmara Técnica. Como o Conselheiro
2867 Almir perguntou, nós não temos quorum para deliberação e então vamos dar segmento
2868 aos trabalhos que não demandam deliberação para darmos segmento à reunião. Tem
2869 condições? Então ótimo. Com a palavra, o Conselheiro André para fazer apresentação
2870 da Câmara Técnica. André Luiz de Jesus Rodrigues – Instituto de Estudos da Religião –
2871 ISER - Bom-dia a todos e todas. Em primeiro lugar eu queria já pedir desculpas em nome
2872 da Câmara Técnica, mas o nosso trabalho foi um pouco prejudicado pela questão do
2873 quorum. Antes tinha dois Conselheiros só, eu e Alexandre que também não estávamos
2874 tão à par dos trabalhos anteriores apesar de acompanhar o trabalho dele, apesar de
2875 acompanhar e dialogar com o Alexandre, ele estava esse ano à frente dos trabalhos do
2876 CONASP. De qualquer maneira a gente tentou avançar um pouco na reformulação do
2877 nosso quadro do plano de trabalho, sobretudo no que diz respeito a uma reformulação
2878 que precisamos fazer em função da reformulação da apresentação do Michael na última
2879 reunião e a gente tinha como uma das metas o acompanhamento da formulação do PPA
2880 e início dos prazos de tramitação do PPA estarem estouradas, a gente teve que substituir
2881 essa meta do acompanhamento da formulação por uma meta que dissesse respeito ao
2882 acompanhamento da sua realização, vamos dizer assim. O acompanhamento da
2883 execução do PPA. A gente também fez um trabalho de arrumação de outras duas metas.
2884 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – O senhor me permite
2885 um aparte? Eu acho que é interessante. O senhor é de Brasília ou do Rio? **André Luiz**
2886 **de Jesus Rodrigues – Instituto de Estudos da Religião – ISER** - Sou do Rio. **Agnaldo**
2887 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – O Alexandre é de Brasília. Eu
2888 pergunto e conclamo aos Conselheiros àqueles que tiverem interesse, na sexta-feira foi
2889 citado pelo doutor Augusto Rossini aqui um sistema que o MEC desenvolveu e está
2890 utilizando que é de acompanhamento de projetos. Estão fazendo para obras. Permite
2891 acompanhamento on-line de toda a execução no Brasil. O Governo Federal tem buscado
2892 esse sistema como paradigma. A Presidência da República já adotou e possivelmente
2893 vamos adotar no âmbito da CONASP com a previsão do Ministério da Justiça acoplar e
2894 pegar para que todo o Ministério também acompanhe. Na sexta-feira depois de amanhã
2895 nós teremos às quinze horas uma apresentação na SENASP do pessoal do MEC sobre
2896 esse sistema, o que é esse sistema e como ele funciona. É do MEC. Eu não entendi. Oi?
2897 Sexta-feira. **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**

2898 **Travestis e Transexuais – ABGLT** - Apesar da sigla, não tem nada a ver com educação.
2899 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Na verdade não tem
2900 nada a ver com educação. É um Sistema de Acompanhamento e Monitoramento da
2901 Execução de Projetos. Ele está sendo utilizado hoje para construção. Quem o usa hoje é
2902 o MEC. O MEC acompanha, salvo engano do número em torno de nove mil construções
2903 no Brasil on-line todas elas linkadas. Então, esse sistema permite quem está contratando,
2904 quem recebeu o dinheiro do Governo Federal e quem recebeu é obrigado a
2905 periodicamente alimentar o sistema e acompanhar. A Caixa Econômica Federal é
2906 obrigada a alimentar e acompanhar e o Ministério é obrigado a acompanhar. O TCU
2907 também acompanha o desenvolvimento dos projetos. Nós estamos buscando esse
2908 sistema para implantar na SENASP. Então fizemos o convite ao MEC e o MEC enviará
2909 na sexta-feira, técnicos para fazer apresentação desse sistema. Nessa sexta-feira agora.
2910 Então, eu convido aos Conselheiros aqueles que tiverem disponibilidade, só confirmar
2911 aqui o horário exato. Será na sala 500 da SENASP. Isso mesmo, na sexta-feira. Então
2912 aqueles que tiverem disponibilidade contatem, porque eu acho interessante vocês
2913 conhecerem. E também, caso a Câmara julgue interessante, nós podemos trazer aqui
2914 para o CONASP ou para a Câmara a apresentação do sistema. **André Luiz de Jesus**
2915 **Rodrigues – Instituto de Estudos da Religião – ISER** - Eu, particularmente, acho super
2916 interessante e acho que é bom a gente colocar isso na hora dos informes e colocar algum
2917 encaminhamento para o pleno. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
2918 **CONASP/MJ** – Peço à Secretaria-Executiva que anote esse encaminhamento para que
2919 possamos viabilizar. **André Luiz de Jesus Rodrigues – Instituto de Estudos da**
2920 **Religião – ISER** - É a Câmara de Política, Segurança e Financiamento. A gente então
2921 elaborou um quadro que tem uma quantidade mais enxuta de metas, afim de também
2922 estabelecer um plano de trabalho mais exequível, mas também não abrindo mão de duas
2923 dimensões fundamentais que a gente considera para o trabalho da Câmara Técnica que
2924 é uma dimensão da produção de diagnósticos e informações que sejam consistentes
2925 para nortear o trabalho da Câmara de acompanhamento do financiamento das políticas
2926 públicas em nível nacional, também com um olhar para um quadro das realidades dos
2927 estados. Então a gente elaborou duas metas relacionadas à produção de diagnóstico, e
2928 aí já queria colocar a ressalva de que essas duas metas em termos de organização aqui
2929 do nosso plano elas vem separadas, mas só por uma questão de clareza analítica, mas
2930 na prática elas caminham juntas e são dois diagnósticos, ao que me parece, atrelados.
2931 Também queria dizer que antes de entrar especificamente nessas metas, queria dizer
2932 que esse quadro ainda é um quadro por conta da quantidade de Conselheiros presentes
2933 na nossa reunião da nossa Câmara Técnica, provisória, e acho que a proposta é que a
2934 gente tem encaminhado isso para o e-mail dos outros Conselheiros que fazem parte da
2935 Câmara Técnica, que recolha comentários, opiniões, correções desses Conselheiros pelo
2936 menos nessas duas próximas semanas para que em breve a gente possa encaminhar
2937 para todo o Conselho por e-mail uma versão mais definitiva e mais consistente. Mas eu
2938 acredito que a gente caminhou bem nessa reformulação em vista dos horizontes dos
2939 cenários que foram colocados pela visita aqui do Michael na última reunião. E a
2940 provisoriedade desse quadro diz respeito, sobretudo, à distribuição de responsabilidades
2941 dentro da Câmara Técnica, porque obviamente é impossível a gente distribuir
2942 competências sem todos presentes, não adianta combinar que o Alexandre vai ficar
2943 encarregado de uma coisa sem ele estar aqui para dizer se pode e outros Conselheiros
2944 também. E em relação às datas também que nós colocamos, são mais indicativos, mais
2945 uma pauta de horizonte para prazos dessas ações do que horizonte mais concreto de
2946 execução. É muito rápida a apresentação. São três métodos. Pois não. **Célia Dantas**
2947 **Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares –**

2948 **GAJOP** - Como não dá para enxergar, você fala em duas dimensões fundamentais, uma
2949 é essa de diagnóstico analítico, qual é a outra dimensão? **André Luiz de Jesus**
2950 **Rodrigues – Instituto de Estudos da Religião – ISER** - A outra é do acompanhamento
2951 mesmo da execução orçamentária, que é a última meta do nosso quadro. Talvez se
2952 desligar a luz lá fique um pouquinho melhor para enxergar daqui. Vê se melhorou. Não?
2953 Bom, mas eu vou ler pausadamente uma a uma para que fique bem claro para todos e
2954 todas. Bom, a primeira meta seria um diagnóstico dos programas prioritários de
2955 Segurança Pública dos governos federal e estadual. E aí já digo que essas duas
2956 primeiras metas são divididas assim, porque uma tem um olhar mais para questões de
2957 Políticas de Segurança e a outra tem um enfoque maior na questão do financiamento das
2958 políticas, já que nossa Câmara Técnica é de políticas públicas e de financiamento. Mas
2959 um diagnóstico depende do outro e acredito que na sua execução eles possam ser feitos
2960 de maneira a casar e complementar. Bom, essa primeira meta prevê quatro ações. Uma
2961 seria estabelecer parcerias com IPEA ou outros órgãos produtores de informação para
2962 realização do diagnóstico. A gente acredita que esse tipo de estudo ainda que
2963 fundamental depende desse tipo de parceria para produção do dado confiável,
2964 qualificado, bem levantado que é fundamental para esse tipo de ação. A outra seriam
2965 levantamento e análise orçamentária federal e estadual bem como dos programas de
2966 Segurança Pública prioritários dos governos federal e estaduais. A gente discutiu se
2967 deveria manter o estadual, por conta de uma realidade que já é conhecida da dificuldade
2968 de obter informações dos estados, mas a gente achou por bem manter o enfoque
2969 estadual, porque em termos da construção desse olhar diagnóstico, se a gente não parte
2970 com essa perspectiva de reunir informações dos estados, a gente tem um quadro
2971 incompleto. Então, por mais que a gente não consiga na execução um conjunto de
2972 informações que cubra todos os estados, tendo essa perspectiva de tentar conseguir
2973 informações no nível estadual para confrontar com as prioridades e desenho das políticas
2974 públicas no nível federal, a gente pode formar um quadro um pouco mais consistente de
2975 diagnóstico. A terceira ação dessa meta seria verificar articulação dos programas
2976 estaduais em relação às diretrizes federais. Confrontar aquilo que está desenhado nos
2977 estados e ver qual o nível de consonância e divergências em relação à aquilo que está
2978 pautado e previsto no nível federal. E, por último a análise do desenho do impacto dos
2979 programas e ações relacionados. Quer dizer, essas duas dimensões que a gente colocou
2980 na ação anterior. Bom, os prazos como eu disse são bastante provisórios ainda,
2981 dependendo de uma discussão mais aprofundada da Câmara, mas seria começar já de
2982 agora pelo menos com humor horizonte de até março tentar firmar essa parceria com o
2983 instituto de pesquisa, seja IPEA, seja outro instituto. A partir de março, isso tentando um
2984 horizonte mais realístico, conseguir uma parceria agora para o mês que vem, tendo a
2985 parceria de pesquisa em março, começar o levantamento e todas as outras etapas desse
2986 diagnóstico em termos concomitantes de março até setembro de 2012. Vocês vão
2987 observar que os prazos da meta 2 são iguais aos da meta 1, da primeira meta que a
2988 gente desenhou, por conta daquilo que eu falei anteriormente de que esses dois estudos
2989 devem ou tendem a caminhar juntos. São duas dimensões de análise no mesmo escopo
2990 e no mesmo estudo de diagnóstico que pode ser feito concomitante com essas duas
2991 dimensões. O outro diagnóstico que a gente prevê é um diagnóstico das necessidades de
2992 financiamento das Políticas Públicas de Segurança. Das Políticas de Segurança Pública.
2993 Esse diagnóstico, como eu disse, tem um enfoque mais na questão do financiamento,
2994 não só do desenho dos programas, mas no desenho do financiamento. A primeira ação é
2995 igual à primeira ação da outra meta, que é começar pelo estabelecimento de parceria
2996 com estudos que possam contribuir para esse trabalho. Em firmada essa parceria o
2997 primeiro passo desse diagnóstico seria realizar um diagnóstico das questões prioritárias

2998 de Segurança Pública por estado, porque não tem como avaliar o desenho do orçamento
2999 sem saber quais as demandas concretas, quais os temas, quais as questões de
3000 Segurança Pública por estado de prioridade. O critério de avaliação do desenho
3001 orçamentário, parte do critério de avaliação da sua adequação em relação às questões e
3002 problemas de Segurança Pública que tem que ser enfrentados pelas Políticas Públicas de
3003 Segurança. Depois disso, levantar fontes de financiamento da Política Nacional de
3004 Segurança Pública. Quer dizer, é olhar para o que tem em termos de montantes e de
3005 fontes para financiar essa política; e em seguida confrontar esses temas prioritários por
3006 estado com as previsões orçamentárias existentes e também quando a gente bota ali
3007 resultado da meta 1, quer dizer, os temas e as questões prioritárias vão aparecer também
3008 no trabalho do diagnóstico que está lá previsto na primeira meta. E, depois, por último,
3009 submeter ao CONASP esses resultados junto com uma proposta de financiamento da
3010 Política Nacional de Segurança Pública. Aí a gente coloca lá entre parênteses para não
3011 ficar muito redundante uma meta com a outra que vai junto com os resultados. São dois
3012 estudos complementares que servem para balizar essa apresentação para o pleno com
3013 uma proposta de financiamento para que seja deliberada e aprovada aqui para este
3014 Conselho, afim de que esse Conselho possa interferir nas Políticas Orçamentárias de
3015 Segurança Pública. A última meta que a gente previu é acompanhar... Essa sim é uma
3016 meta que a gente procurou desenhar em substituição da meta que nós tínhamos
3017 desenhado anteriormente de acompanhamento da formulação do PPA. A gente está
3018 tentando estabelecer mecanismos de controle e de acompanhamento da execução
3019 orçamentária, do PPA também. A gente coloca aqui: acompanhar a proposta e execução
3020 orçamentária das políticas de Segurança Pública do Governo Federal. Bom, essa meta
3021 consiste em: começa agora, tem um horizonte mais curto porque é um trabalho que a
3022 Câmara pretende começar imediatamente. Primeira coisa é mapear quais mecanismos já
3023 existentes em monitoramento e acompanhamento e aí vai de encontro com isso que o
3024 Augusto colocou aqui. Ver o que já tem disponível como mecanismo de controle e
3025 acompanhamento da execução orçamentária, dos programas de governo. Toda vez que
3026 a gente faz um trabalho de monitoramento, a gente não pode achar que a gente tem que
3027 partir sempre do zero e reinventar a roda para que não tenha redundância para que a
3028 gente possa utilizar recursos já disponíveis. E aí mapeados esses mecanismos, criar
3029 mecanismos próprio de monitoramento e acompanhamento da política orçamentária por
3030 essa Câmara Técnica, que pode consistir tanto na criação de outros mecanismos quanto
3031 na apropriação de mecanismos já existentes com o desenho específico para
3032 acompanhamento dessa Câmara Técnica. A outra ação que já está um pouco em prática,
3033 e aí eu já vou antecipar um informe que pretendo também voltar a falar dele no momento
3034 dos informes aqui, mas é estabelecer canais de diálogo e parceria com comissões
3035 legislativas afetas ao tema e nesse sentido o Alexandre informou que o INESP está
3036 tentando uma reunião com a Comissão de Segurança Pública da Câmara, uma reunião
3037 do CONASP com essa comissão para falar de políticas orçamentárias, para falar do PPA
3038 e para acompanhar a execução da política orçamentária. Ele está tentando isso junto
3039 com o deputado Domingos Dutra. Se esse ofício não for aprovado, ele vai tentar, nós
3040 vamos tentar ver outros canais para esse tipo de interlocução. Então, essa ação já está
3041 um pouco em andamento, o Alexandre está à frente desse diálogo com as casas
3042 legislativas e com as comissões afetas ao tema. Em seguida apresentar ao pleno do
3043 CONASP sugestões de revisão dos programas de Segurança Pública do Governo
3044 Federal como resultado do trabalho de monitoramento. Essa sim seria um passo
3045 importante para interferência do Conselho na política orçamentária, no desenho da
3046 Política Nacional de Segurança Pública. E, por último, contribuir com a formulação dos
3047 programas e ações de Segurança Pública, que é o produto final da atuação dessa

3048 Câmara Técnica. Os prazos para isso, como eu disse, são um pouco mais curtos do que
3049 o prazo para o trabalho de diagnóstico, pertencia a um quadro mais amplo e começa
3050 agora acho que a idéia de mapeamento pode começar já de imediato e até dezembro a
3051 gente tem mapeado quais são os mecanismos existentes de controle e de monitoramento
3052 da política orçamentária. Até março um trabalho de criação dos mecanismos próprio de
3053 controle e acompanhamento por parte da Câmara Técnica. Até março também a
3054 consolidação desses canais de diálogo com as comissões legislativas afetas à questão
3055 da Segurança Pública, e até maio apresentação de uma proposta de revisão já em vista
3056 do trabalho constante de acompanhamento, um trabalho cotidiano de acompanhamento
3057 da política orçamentária. Então é isso que a gente preparou. Então, mais uma vez digo
3058 que esse é um quadro ainda por mais que já esteja com o nível de detalhamento bom,
3059 tem detalhes aí que a gente tem que acertar com outros Conselheiros, mas foi o avanço
3060 que conseguimos fazer nas reuniões de ontem e de anteontem. Obrigado. **Agnaldo**
3061 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Eu gostaria de agradecer ao
3062 Conselheiro André pela gentileza de iniciar a apresentação. Eu abro a palavra aos
3063 senhores e senhoras Conselheiras caso haja alguma pergunta a fazer para a Câmara
3064 Técnica. Então muito obrigado ao Conselheiro André. Em razão de que nós já possuímos
3065 quorum suficiente para deliberação, eu passo a palavra ao Conselheiro Heder para que
3066 nós possamos prosseguir com essa discussão do Decreto. **Heder Oliveira - Associação**
3067 **Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Bom-dia a todos e todas. Pelo
3068 o que nós encerramos a reunião de ontem acerca do Decreto e provocado pelo
3069 Conselheiro Marcos Rezende, acho que a gente precisa retomar aquela discussão da
3070 questão da presidência, que eu acho que é o ponto divergente não consensuado. E aí eu
3071 quero me permitir, já que nós vamos retomar a discussão sobre a presidência do
3072 CONASP, eu gostaria de, em que pese ter tido a oportunidade já de me manifestar e não
3073 fiz à época, porque era um fato superado e achei que não deveria retomar porque esse
3074 Decreto, eu acho que para todos nós é um motivo de constrangimento e já tivemos uma
3075 reunião extraordinária para discutir Decreto, tivemos outras reuniões e a gente não tem
3076 conseguido avançar, até porque o pleno qualifica o debate e as divergências ajudam na
3077 construção de uma proposta mais sólida e que de fato deve ser respeitado. Eu gostaria
3078 de chamar atenção preliminarmente para três questões que em razão de ontem não ter
3079 sido solucionadas em relação a este ponto em específico. Porque o Decreto 16950 que
3080 foi o primeiro na constituição o artigo primeiro dizia que o Ministro era o seu Presidente. O
3081 secretário nacional o vice-presidente e vinham os demais Conselheiros. No Decreto 7413
3082 que foi o que gerou toda essa perspectiva e possibilidade de mudança, ele não diz quem
3083 será o Presidente, mas diz pessoalmente que o vice-presidente será escolhido pelo
3084 Ministro de estado da justiça. E aí a gente fazendo um detalhe, aí me permitam, talvez
3085 seja uma decisão equivocada minha, mas no diálogo com aqueles que entenderam que a
3086 gente eleger o Presidente e o vice-presidente estaria enfraquecendo o CONASP do ponto
3087 de vista político, esta foi a percepção que eu tive é que nós estamos tomando discussão
3088 do artigo terceiro. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Com
3089 a palavra o Conselheiro Sebastião Santos, questão de ordem. Inscrito o Conselheiro
3090 Marcos Dias. **Sebastião Santos – Viva Rio** - Sem querer prejudicar a fala do
3091 companheiro Conselheiro Heder, me parece que no encerramento de ontem havia sido
3092 levantada a possibilidade ou não da retomada da votação. Eu acho que procede a gente
3093 primeiro verificar isso, se o pleno vai retomar a votação ou não. Se retomando a votação,
3094 se reabre a discussão, mas isso é prioridade de encaminhamento. **Agnaldo Augusto da**
3095 **Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Acolhido pela mesa. Peço atenção dos
3096 senhores e senhoras Conselheiros em relação à observação e questão de ordem
3097 levantada pelo Conselheiro Sebastião Santos, no sentido de que na tarde de ontem foi

3098 levantada a questão da discussão sobre a eleição do Presidente e isso tem que ser
3099 decidido pelo Conselho antes do encaminhamento. Nós temos uma questão de ordem a
3100 ser resolvida. Peço aos Conselheiros inscritos que resolvamos primeiro a questão de
3101 ordem e a seguir será concedida a palavra. Pergunto aos Conselheiros se estamos todos
3102 em condição de deliberar? Sim? Com a palavra o Conselheiro coronel Vicente Mariano.
3103 Conselheiro, peço que o senhor, por favor, utilize o microfone. Deixe um de cá e outro de
3104 lá. Conselheiro, então o senhor por favor poderia? **Vicente Mariano – Conselho**
3105 **Nacional de Comandantes Gerais das PM's e dos Corpos de Bombeiros Militares –**
3106 **CNGG** - Bem, eu achei bastante oportuna a colocação do Tião, só que antes eu acho que
3107 tem uma coisinha antes do que o Tião propôs aí, uma vez que nós já votamos isso
3108 ontem. Esse assunto foi votado e decidido ontem. Então, eu acho que precisa ser
3109 colocado é porque nós estamos retomando a discussão. **Agnaldo Augusto da Cruz –**
3110 **Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Eu creio que nós estamos fazendo o seguinte
3111 encaminhamento antes até desse esclarecimento, Conselheiro. Nós temos um
3112 encaminhamento no sentido de se nós retomamos ou não a votação desse ponto. Eu
3113 acho que já dados os encaminhamentos feitos ontem e de tudo o que se discutiu, eu
3114 creio que é interessante que nós deliberemos o debate. Eu acho que já aconteceu ontem
3115 e creio que todos têm condições de votar e então vamos deliberar se retomamos a
3116 votação ou não. Essa é a deliberação que a Plenária deve fazer. O senhor questiona o
3117 esclarecimento com relação a esse ponto? Conselheiro Marcos Rezende, pois não,
3118 Conselheiro. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** - Como é algo
3119 que vai ser votado também no próprio Regimento fala quando há divergências há uma
3120 exposição de defesa e outra contra, e aí vota. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
3121 **Presidente do CONASP/MJ** – Na verdade não é o mérito que está se discutindo, eu
3122 queria só de fazer uma ressalva com relação a esse ponto e a mesa fará a solicitação de
3123 lançamento em ata dessa posição. Até gostaria de não tocar nesse assunto em razão de
3124 não influenciar na votação, mas como o Conselheiro citou o Regimento de que esse
3125 ponto foi votado em dois turnos na reunião de ontem. Perdão, foi votado em duas
3126 oportunidades. Na primeira oportunidade foi aprovado com quinze votos e na segunda
3127 oportunidade foi aprovado com doze votos pelo Conselho. Depois da votação retomou-se
3128 a opinião de que deveria ser votado novamente. Foi votado por duas oportunidades. O
3129 Regimento diz que questões deliberadas não serão discutidas novamente. Então, estou
3130 fazendo essa ressalva pela posição do Conselheiro Marcos Costa. Só pela ordem das
3131 falas, eu pergunto até aos Conselheiros inscritos, o Conselheiro Marcos Dias foi o
3132 primeiro inscrito e pergunto ao Conselheiro Marcos Rezende se ele fala primeiro ou o
3133 senhor quer esclarecer primeiro? Quer um aparte minha? Pois não. **Marcos Rezende -**
3134 **Coletivo de Entidades Negras** - É justamente porque na verdade é bom talvez ver essa
3135 questão na ata, porque só foi votado uma única vez, não foram votadas duas vezes.
3136 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Se o senhor me
3137 permite foi votado duas vezes numa primeira votação quinze votos aprovaram e depois
3138 disso houve um pedido para retomar a votação. **Marcos Rezende - Coletivo de**
3139 **Entidades Negras** - A primeira votação foi OAB. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
3140 **Presidente do CONASP/MJ** – Foi a questão da votação. Pediu-se nova votação. Foi
3141 isso. **Marcos Rezende - Coletivo de Entidades Negras** - Então não foi considerado.
3142 Então é bom a gente rever isso na ata para não ficar parecendo... foi confusa. Para não
3143 constar na ata dessa forma, para não ficar forçando. Só isso. **Agnaldo Augusto da Cruz**
3144 **– Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Tranquilo. Conselheiro Marcos Dias está inscrito.
3145 Só por questão de ordem, é um esclarecimento que o Conselheiro Marcos Rezende faria
3146 com relação à uma questão de ordem levantada pelo Conselheiro Mariano. Eu retomo
3147 aquela fala. Nós temos condição de retomar a votação ou vamos abrir às falas? Foi o

3148 encaminhamento do Conselheiro Tião. É que antes de nós começarmos o debate, nós
3149 teríamos que discutir se voltaríamos ou não a essa discussão. Conselheiro Sebastião,
3150 **Sebastião Santos – Viva Rio-** Uma vez esclarecido que o Regimento estabelece que
3151 não se volta votação já feita, eu acho que essa matéria está vencida. Ou vamos rasgar o
3152 Regimento? **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –**
3153 Conselheiros, por questão até de organização aqui, em razão de que nós estamos
3154 encaminhando, Conselheiros, eu peço atenção. Só um instante, por favor. Nós tínhamos
3155 um encaminhamento de deliberar com relação a esse ponto. O Conselheiro Tião levantou
3156 agora uma posição de que nós não devemos deliberar. Em razão disso, por questão de
3157 justiça, vou abrir a fala aos inscritos. Conselheiro Marcos Dias, Conselheiro Sá Ribas e
3158 Conselheiro Marcos Rezende. Questão de ordem com o Conselheiro Marcos Costa.
3159 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público -** Só uma questão de ordem.
3160 Veja bem. A Plenária pode, digamos assim, tomar qualquer decisão. Agora, ela também
3161 tem o Regimento que tem que ser observado. Ela pode tomar uma decisão que se nós
3162 não observarmos o Regimento alguém entra para impugnar essa decisão. Essa questão
3163 aqui vai ser submetida a uma deliberação, e aí o Regimento diz que não pode voltar atrás
3164 esse é o argumento que vai ser colocado. O que sugiro é que se abra um debate sobre
3165 se vamos... **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –** Foi
3166 acatado pela mesa. Faremos isso. **Sebastião Santos – Viva Rio -** Duas inscritos para
3167 cada posição. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –** O
3168 Conselheiro Tião faz o encaminhamento que hajam duas inscrições. Nós temos aqui
3169 quatro inscritos e eu apresento a proposta para o Plenário para que fiquem esses
3170 inscritos, eles se apresentam e não temos mais inscrições. Tudo bem? Então com a
3171 palavra o Conselheiro Sá Ribas. Perdão, pela ordem, Marcos Dias, Sá Ribas, Marcos
3172 Rezende e Celito. **Marcos Dias – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários**
3173 **Federais – FENAPRF -** Bom-dia a todos. É difícil avançar, né? Porque desde março da
3174 segunda reunião extraordinária que nós estamos elaborando um novo texto para o
3175 Decreto. Em nenhum momento nós discutimos a eleição da presidência. Aí ontem isso é
3176 colocado infelizmente a Regina não está aqui, eu gostaria que ela estivesse para não
3177 parecer que estou me aproveitando da ausência dela, mas justamente pela pessoa que
3178 está presidindo colocou uma questão que é crucial, muito importante para esse Conselho,
3179 para continuidade desse Conselho sem que fosse dado o espaço ou o tempo adequado
3180 para que nós realmente pudéssemos fazer as devidas reflexões sobre essa mudança. É
3181 uma mudança muito séria. Essa questão de que não pode voltar aquilo que foi votado,
3182 isso já foi feito várias vezes e em nenhum momento isso daí foi alvo de alguma
3183 impugnação. E depois o seguinte, o que vai ser deliberado é o resultado final do que foi
3184 votado ontem com o que foi votado hoje. Então na verdade nós estamos voltando a uma
3185 decisão. Porque o decidido é o que vai ficar finalizado em ata. E essa mudança, estou
3186 defendendo ainda voltar a votação. Se nós realmente atendermos a essa questão de que
3187 a presidência seja votada, nós temos que repensar todo esse Decreto, inclusive coisas
3188 que já foram decididas aqui. Com relação ao vínculo da Secretaria-Executiva, com
3189 relação a se esse Conselheiro vai ficar à disposição do Ministério da Justiça, se vai
3190 receber uma DAS para ele se situar aqui em Brasília se for alguém que mora fora. Porque
3191 é muito mais tranquilo hoje termos uma Presidente que é uma Secretária-Executiva ou
3192 que é secretária da SENASP que pode alocar recursos para o funcionamento desse
3193 Conselho agora, do que termos qualquer outro Conselheiro. Então, acho assim, voltamos
3194 a essa discussão, fazemos nova votação e, é claro, vamos ter que rever todo o Decreto
3195 se for aprovado, se esse pleno decidir que realmente a presidência seja eleita. Eu
3196 lamento que isso não tenha sido colocado lá no início, porque foi negado para nós e foi
3197 postergado ao máximo a discussão desse Decreto. Esse Decreto só foi aceito discutir

3198 depois da presença do Ministro, quando ele citou Jânio Quadros, dizendo: Para que
3199 existem os Decretos a não ser para serem mudados? Então só depois disso é que houve
3200 uma abertura maior para discussão desses Decretos. Então lá no início quando quisemos
3201 mudar o Decreto ou antes mesmo de ter editado esse Decreto sete mil e pouco aí, eu
3202 acho que seria o tempo adequado para a gente poder até se preparar para ter essa
3203 autonomia, que ela é bem-vinda, mas no momento infelizmente não é oportuno. **Agnaldo**
3204 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Conselheiro Sá Ribas com a
3205 palavra. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**
3206 **Brasil** - Eu tenho impressão que o Conselho está sofrendo aí de um probleminha aí de
3207 personalidade, vamos dizer assim, se nós pudéssemos assim dizer. Porque é
3208 impressionante como o nosso Conselho tem idas e vindas. Parece que tem um pessoal
3209 indefinido, não sabe direito o que quer nem exatamente nas coisas que são até
3210 aparentemente simples. Nesse caso em particular relacionado com a presidência que é o
3211 único fato novo que não foi conversado anteriormente, eu considere a iniciativa da
3212 Regina uma coisa extraordinária, porque eu estou acostumado a ver as pessoas se
3213 apegarem à condição que tem para se auto valorizarem. E em todos os conselhos dos
3214 quais eu participo no estado, inclusive isso é praxe, é uma regra elementar de que haja a
3215 eleição do Presidente entre os seus pares, entre os Conselheiros. Não há nada demais
3216 nisso. E, na forma como foi prevista, o João Francisco foi muito feliz ontem ao
3217 complementar uma sugestão que foi dada aqui, os detalhes todos esses e que precisam
3218 ser melhores avaliados, evidentemente na seqüência, mas iriam para o Regimento
3219 Interno e definir com precisão aquilo que seria mais adequado. Mas o que é importante
3220 nisso tudo? É que esta nova premissa que aí está colocada, ela mais uma vez valoriza a
3221 condição do Conselheiro. Porque nós vamos ter mais uma prerrogativa que até aqui não
3222 era sequer aventurada. E, dentro das nossas competências pessoais, como Conselheiros
3223 que somos. Segundo aspecto, senhores, é o seguinte. Não vejo coerência em se voltar a
3224 discutir assuntos que já foram votados pela Plenária. Enquanto essas coisas estão em
3225 nível de Câmara Temática, enquanto estão antes da votação tudo é aceitável. Agora
3226 votado, voltar atrás? Esta é uma das razões no meu modo de entender pelas quais o
3227 nosso Conselho está patinando há muito tempo e não abordou ainda questões que são
3228 estruturais no contexto da Segurança Pública, porque nós nos perdemos nessas
3229 discussões estéreis desses assuntos simples que podem ser superados com rapidez.
3230 Terceiro e último aspecto. Por uma questão estritamente formal como o Regimento já
3231 define isso com clareza, será que nós Conselheiros não somos capazes nem de
3232 obedecer e cumprir o nosso Regimento? Nós mesmos fizemos e também votamos aquilo
3233 que decidimos aqui dentro e aí não seguimos aquilo que nós mesmos deliberamos?
3234 Como é que nós queremos que lá fora eventualmente dêem caráter de seriedade as
3235 deliberações do nosso Conselho quando não conseguimos cumprir aquilo que votamos
3236 aqui? Por essas três razões senhores, eu acho que o assunto não deve sequer voltar a
3237 ser discutido. A votação foi feita ontem e está concluída. Vamos prosseguir com os
3238 trabalhos e ver se evoluímos um pouquinho e parar de patinar. Esse é meu
3239 posicionamento. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Com
3240 a palavra Conselheiro Marcos Rezende. Passa, por favor, José Neves. **Marcos Rezende**
3241 **- Coletivo de Entidades Negras** - Bom-dia a todas e todos. Dentro da minha religião tem
3242 um mito em que os homens se reuniram certa vez os orixás para discutir todos os
3243 problemas do mundo e acharam pouco importante colocar alguns outros no meio, porque
3244 não eram de relevância e nisso fez com que Oxum, orixá das águas doces e dos rios
3245 ficasse do lado de fora. Tudo bem, eles decidem tudo, os homens resolvem tudo. E em
3246 determinado momento ela ficou no cantinho dela e começou a não florescer mais as
3247 coisas, e começou a não ter mais uma plantação com alimentos para todo mundo,

3248 começou a faltar água, as mulheres não conseguiam mais parir porque no útero também
3249 precisava ter todo o elemento vital que é a água, e aí as pessoas começaram a secar, as
3250 idéias começaram a sumir, aquilo que é terreno muitas vezes fértil começou a ficar infértil.
3251 Aqueles homens que se entendiam tanto não conseguiam ficar tão bem, e de repente
3252 aquelas reuniões que aconteciam de mês em mês começaram a deixar de existir e de
3253 repente tiveram que chamar Oxum de volta para que as coisas comesçassem a acontecer
3254 e as águas voltassem a correr. Estou falando sobre isso, porque muitas vezes quando se
3255 toma decisões açodadas, porque o Regimento também coloca que para se tomar
3256 decisões tem que ter debates. E me desculpem os Conselheiros aí, eu até pensei
3257 bastante Conselheiro Sá Ribas sobre o que o senhor colocou agora e da importância do
3258 que foi dito, porque senão realmente a gente pode passar adiante e pensar nisso no
3259 Regimento. E ontem conversando com o Conselheiro Elder nós pensávamos sobre isso.
3260 Mas eu acho que o Conselho ainda no momento não tem condições de se estruturar se
3261 não tiver a certeza do Ministério da Justiça das condições necessárias para que isso
3262 aconteça. Eu vou dar somente um exemplo aqui que eu acho importante. Alguns meses
3263 atrás nós também decidimos que as reuniões seriam itinerantes e resolvemos isso. Não
3264 sei por que voltou atrás, todo mundo voltou e ninguém se lembrou disso. Não, tem que ter
3265 a reunião da Bahia, nós decidimos. Esse Conselho está patinando, isso é um absurdo, é
3266 um desrespeito. E a gente mobilizando as pessoas no estado. Mas o Conselho entendeu
3267 que naquele momento, não é verdade, o Conselho está se fragilizando, não é bem isso, é
3268 melhor não ter essas reuniões e voltamos para Brasília. Aí os interesses, inclusive os
3269 meus, diga-se de passagem, de que tivesse reunião em Brasília, foi colocado de lado
3270 para o bem do Conselho e nós entendíamos que aquela Resolução para concluir era para
3271 o bem do Conselho. Nós entendemos que por bem do Conselho, como esse debate não
3272 foi feito durante meses e ontem ele entrou, não foi debatido como também pede o
3273 Regimento, esse assunto não foi debatido e de repente votamos e votamos juntos.
3274 Porque inclusive para mim a votação foi feita errada, porque se tínhamos várias
3275 propostas, inclusive propostas sem a presidência e somente o vice, porque nós não
3276 falamos proposição A, eleição do Presidente e do vice. Proposição B, eleição do vice-
3277 presidente. Não era assim que fazíamos no passado? E ontem não votamos por parte,
3278 botamos tudo numa carretilha só e falamos é isso. E a eleição foi feita por doze a dez. E
3279 já aconteceu muitas vezes neste mesmo Conselho, a parte de ser historiador é isso é que
3280 quando as eleições eram apertadas a gente falava vamos votar de novo? Eu acho que
3281 não deu para fazer esse debate direito e por isso pedi o retorno da votação para
3282 podermos amadurecer melhor a idéia. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
3283 **CONASP/MJ** – Conselheiro, se o senhor me permite um aparte eu gostaria de pedir um
3284 aparte esse defeito formal da votação de ontem eu sou obrigado em nome da mesa a
3285 refutar. Não houve o cerceamento do debate. O debate aconteceu, a possibilidade do
3286 debate foi permitida pela mesa, só isso. Com a palavra o Conselheiro Celito. **Celito**
3287 **Cordiolo - ABC - Associação Brasileira de Criminalística** - Eu questiono os dois
3288 Conselheiros inscritos, o Conselheiro Geraldo e João Francisco, nós havíamos suspenso
3289 as inscrições com quatro inscrições. Foi feito encaminhamento que haveriam duas falas,
3290 uma pró e uma contra. O Conselheiro Marcos Dias falou pró, o Conselheiro Marcos
3291 Rezende pró. Conselheiro Sá Ribas contra. Conselheiro Celito vai falar contra,
3292 respeitando a votação de ontem. Então peço a gentileza aos Conselheiros que
3293 infelizmente em razão dessa regra que foi estabelecida. Mas eu acho que infelizmente
3294 pela dinâmica, Conselheiro Celito. **Celito Cordiolo - ABC – Associação Brasileira de**
3295 **Criminalística** - Estou com o nosso Decreto aberto aqui na frente, artigo 44. “É vedada
3296 nova votação sobre matéria vencida.” Está muito claro aqui, acho que não existe dúvida.
3297 A oportunidade de debate. O Regimento Interno. Não é Decreto, é o Regimento Interno.

3298 Desculpe. Publicado no dia 13 de dezembro de 2010. Nós aprovamos, nós votamos, nós
3299 discutimos ativamente e chegamos a essa conclusão que matéria votada é matéria
3300 vencida e acabou. E, principalmente numa mesma reunião. Daí é inaceitável. Três ou
3301 quatro meses depois a gente refleta novamente, tudo bem. Se houver um fato novo, que
3302 justifique isso. Aí você volta ao debate. Agora aqui dentro da mesma reunião, você voltar
3303 o mesmo assunto, eu acho que a oportunidade de debate houve e essa proposta de... o
3304 Marcos Costa já colocou mais de uma vez da importância que outros conselhos têm,
3305 onde a presidência é eleita e nem por isso tem dificuldades ou mais facilidades. Primeiro,
3306 a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem assento neste Conselho. Hoje é a
3307 secretária, mas amanhã um secretário, não sei quem. Não sei até quando como a própria
3308 Regina disse que a única certeza que ela tem é que vai sair. Essa cadeira que tem aqui é
3309 da Secretaria Nacional de Segurança de Segurança Pública que tem assento aqui neste
3310 Conselho. Então, quem estiver ocupando a cadeira poderá se candidatar. Este Conselho
3311 poderá por aclamação eleger. Então, eu acho que tem n artifícios para se manter este
3312 mesmo vínculo. E quem assumir a presidência, sendo referendado por este Conselho, eu
3313 acho que tem muito mais credibilidade perante até o Ministro de chegar lá e dizer eu fui
3314 eleito pelos meus pares para estar aqui representando o Conselho. Eu acho que isso
3315 também é outro nível que a gente tem que levar em conta, para quem assume a
3316 presidência sendo eleito pelo Conselho. Então tem um outro valor. Eu acho que não
3317 podemos voltar atrás, começar toda uma discussão que nós não vamos terminar hoje e
3318 todas essas outras nuances que foram levantadas tem o Regimento Interno que nós aqui
3319 podemos discutir e modificar ao tempo que nós acharmos necessário. Obrigado.
3320 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Conselheiros, após a
3321 discussão, questiono a todos se temos condição de entrar em regime de votação. Em
3322 regime de votação. Estamos deliberando com relação à decisão que foi tomada ontem,
3323 se nós anulamos a decisão e retomamos ou não. Aqueles Conselheiros que concordam
3324 com a manutenção da decisão de ontem, por favor, levantem o braço. Sete votos. Os
3325 Conselheiros que não concordam com a manutenção ou que concordam com a retomada
3326 da discussão, por favor, levantem o braço. Vamos retomar a discussão da pauta. Está
3327 aberta a palavra. Conselheiro Sebastião com a palavra. **Sebastião Santos – Viva Rio** -
3328 Só para que a gente não se perca em infinitas discussões, podíamos estabelecer um
3329 número de inscritos para que a gente possa fazer o debate num prazo razoável para não
3330 ficarmos aqui nessa discussão. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
3331 **CONASP/MJ** – Consulto a Plenária, três inscritos? Quatro? Cinco inscritos? Houve um
3332 novo encaminhamento por parte do Conselheiro Almir de que o debate seja aberto. Só
3333 um instante, Conselheiros, por favor. Pela ordem. Coloco em votação. Os Conselheiros
3334 que concordam que deverá haver um limite. Por favor, Conselheiro Marcos Costa.
3335 **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**- Um encaminhamento da
3336 votação. Se for para ter limite, que seja limite pelos segmentos e aí dentro dos
3337 segmentos, lembrar dos Conselheiros convidados que seria um quarto segmento. Se for
3338 para ter. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** –
3339 Encaminhamento da votação. Primeira proposta. Nós não teremos limite de inscrição.
3340 Segunda proposta. Nós teremos limite de inscrição, com paridade entre os segmentos. O
3341 Conselheiro Almir retirou a proposta dele com relação a que houvesse debate amplo. Eu
3342 pergunto à Plenária. Há mais algum Conselheiro que defende a não limitação do debate?
3343 Todos concordam com a limitação por segmento? Então dois inscritos por segmento ou
3344 um inscrito por segmento. Dois inscritos? Todos concordam? Então está feito o
3345 encaminhamento então. Dois inscritos por segmento. **Marcos Costa – Conselho**
3346 **Nacional do Ministério Público** - Uma questão de ordem. Marcos Costa. Questão de
3347 ordem. Eu cheguei no final, mas eu me lembro que tinha um expediente de sair um

3348 pouquinho, os segmentos conversar e depois volta. Então assim, a gente podia passar
3349 para questões formais agora e depois do café, tem um brack do café. Dá cinco
3350 minutinhos e aí voltaria. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
3351 – Cinco minutos para o café e depois retornamos. **(Pausa para o Café)** **Agnaldo**
3352 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Conselheiros e Conselheiras,
3353 vamos retomar? Vamos retomar? Podemos retomar? Com a palavra o Conselheiro
3354 Heder para retomarmos a discussão do Decreto. Ótimo. O Conselheiro Heder está
3355 fazendo a ressalva aqui que acho justa e positiva. Foi acertado antes de nós sairmos
3356 para o café que as inscrições seriam limitadas a dois inscritos por segmento. Então,
3357 nessa ordem eu proponho Conselheiros, que nós façamos o seguinte. Conselheiro Heder
3358 fará a exposição do que a gente precisa deliberar. Ele inclusive já está inscrito pelos
3359 Trabalhadores e após a fala do nosso relator nós abriremos para inscrição de dois por
3360 segmento. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** - Só uma
3361 questão de ordem. E também para o Heder. Como o Heder vai fazer talvez a exposição
3362 pudesse ser feita pela mesa. A exposição do texto é feita pela mesa e Heder entra...
3363 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Ele tem interesse
3364 então, né? Eu passo a palavra aqui para a nossa Secretária-Executiva para fazer
3365 apresentação do texto. Só confirmando com todos os senhores e senhoras, haverão dois
3366 inscritos por segmento. Cada segmento tem direito a todos inscritos. Os Conselheiros
3367 convidados, salvo engano, Tereza e Marcos Costa, não sei se acordaram entre eles
3368 também. Não? Ótimo, o Conselheiro Marcos Dias com a palavra. **Marcos Dias –**
3369 **Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF** - Nós já vamos
3370 partir para a discussão para depois a votação? Eu acho assim, a gente pode até
3371 economizar tempo, porque os segmentos já discutiram e já foi superado por segmento
3372 talvez fosse interessante votar por segmento. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
3373 **Presidente do CONASP/MJ** – O Conselheiro Marcos Rezende solicitou... Vamos para a
3374 discussão. **Marcos Dias – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais –**
3375 **FENAPRF** - Então retiro. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**
3376 – Conselheiros, a mesa foi instada inclusive pelo Conselheiro Marcos Rezende que
3377 ontem não houve discussão de uma posição. Com a palavra do Conselheiro Tião nós
3378 vamos à discussão e caso não haja inscrições, por questão *sine qua non* nós vamos à
3379 votação. Conselheiro Almir. **Almir Laureano – Rede Desarma Brasil** - Eu queria solicitar
3380 um bom senso dos nossos segmentos para a gente perceber que apesar de não haver
3381 concordância como o Tião falou, o objeto da nossa discussão programada era da Vice-
3382 Presidência. Um fato novo surgiu ontem que agora a gente pode até se colocar e coloca
3383 aí a presidência. Esse foi um fato novo. O que está programado, o que vim da Paraíba
3384 programado e dormi, sonhei, discuti, foi a Vice-Presidência. Então por ordem eu acho que
3385 a gente já está consensuado com os Trabalhadores e a maioria. A idéia é que a gente
3386 não vá debater e discutir novamente uma coisa que já está consensuada. Vamos para o
3387 ponto central. Nossa discussão é sobre a Vice-Presidência e não a presidência. A ordem
3388 é essa. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Bom, então
3389 nós vamos abrir a palavra à nossa Secretária-Executiva para que apresente as questões
3390 pendentes, e a partir daí nós então possamos deliberar. Com a palavra nossa Secretária-
3391 Executiva. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Artigo terceiro. Só
3392 um informe. Nós estamos com a Gabriela aqui que é do IPEA, e ela vai reaplicar o
3393 questionário que foi aplicado ano passado do IPEA para o acompanhamento que eles
3394 fazem sobre o nosso Conselho. Então ela vai deixar a pesquisa com os senhores e
3395 senhoras e conforme termine de responder, devolvam para ela, por favor. Vamos lá,
3396 artigo terceiro. "Integram o CONASP. A presidência de honra, o Ministério da Justiça. O
3397 Ministro de Estado da Justiça, a Secretária Nacional de Segurança Pública. O Presidente

3398 e o vice-presidente do CONASP serão eleitos dentre os Conselheiros presentes em
3399 Plenário e terão um mandato de oito meses, sendo garantido o rodízio entre as
3400 presidências e entre os segmentos”. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
3401 **CONASP/MJ** – Eu vou abrir então a discussão. Senhoras e senhores, eu vou abrir agora
3402 a discussão e está aberta a palavra. Conselheiros, eu peço à Secretaria-Executiva, por
3403 favor, que nos auxilie aqui nas falas dos Conselheiros. Inscritos pelos Trabalhadores:
3404 Heder e Sá Ribas; pela Sociedade Civil: Tião e Cynthia; pelos Gestores: João Francisco.
3405 Quem é outro gestor? Só João Francisco? E pelos convidados? Marcos Costa. É isso,
3406 Conselheiro Marcos Costa? Ótimo, então. Com a palavra Conselheiro Heder. **Heder**
3407 **Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** Mais uma
3408 vez, Bom-dia a todos e todas. Sargento Heder, representando a Associação Nacional dos
3409 Praças. Primeiro só um registro que quando nós iniciamos o debate a palavra me foi
3410 tomada, porque era um aparte e não me retomou. Então só para fins de registro, me
3411 pediram um aparte, a discussão ficou e não me retomaram a palavra. **Agnaldo Augusto**
3412 **da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Me permite só um aparte? Uma questão
3413 formal que a mesa tem que infelizmente intervir. Na verdade o que aconteceu? Na fala do
3414 Conselheiro Heder o Conselheiro Tião levantou a questão de ordem da votação e depois
3415 disso a Plenária solicitou o intervalo, foi isso que aconteceu. O Conselheiro Tião levantou
3416 também a possibilidade que o Conselheiro Heder não usasse a palavra, porque ele vai
3417 defender o texto. Perdão, o Marcos Costa, foi isso que aconteceu justificando o
3418 procedimento da mesa. **Heder Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças**
3419 **Militares Estaduais** Porque o Tião me tomou a palavra debateu todo mundo e eu fiquei
3420 aqui. Mas tudo bem, só para registro. Eu acho que precisamos entender um pouquinho
3421 desse contexto. Nós vamos ter o que? Três minutos? A princípio, como eu estava
3422 dizendo, queria dar uma contextualizada, eu não sei porque cargas de água no Decreto
3423 169 vinha dizendo que o Ministro de Estado é o Presidente do CONASP, o secretário
3424 seria o vice-presidente e parava por aí. O Decreto 7413 disse que o vice-presidente seria
3425 eleito, e aí o Conselho cria dentro da administração pública a condição de um Ministro de
3426 estado ser Presidente de honra de um Conselho. Coisa que a só vê isso na iniciativa
3427 privada. Aquilo foi criado por nós Conselheiros, eu não sei em que momento. Eu posso
3428 concluir o meu raciocínio? Bom, esse é o primeiro ponto. Nós criamos uma condição em
3429 que o Ministro de Estado é Presidente de honra. A despeito de tudo isso, aí ontem surge
3430 a possibilidade de elegermos o Presidente do CONASP dentre todos. Basta reportarmos
3431 um pouquinho não muito distante que este mesmo Conselho na última reunião do Rio de
3432 Janeiro, eu vou usar uma palavra muito forte, ele provocou, consta em ata que o
3433 Conselho só se reuniria ordinariamente se na próxima reunião nós contássemos com a
3434 presença do Ministro e da Secretária Nacional. Por quê? Porque sentíamos que algumas
3435 coisas não avançavam em razão da ausência ou do Ministro ou da Secretária. E o certo é
3436 que houve a Reunião Extraordinária com a presença do Ministro e da Secretária e as
3437 questões evoluíram. Na discussão do Decreto o que se estava em debate e que surgiu
3438 quase no final da discussão era a possibilidade de eleição do vice-presidente. Não estava
3439 em discussão a eleição do Presidente. Então o que era consensuado o que era defesa é
3440 que deveríamos eleger o vice-presidente. Hoje, com todas as dificuldades que nós
3441 percebemos na concessão de passagens, na concessão de diárias, as dificuldades
3442 burocráticas, tendo a doutora Regina hoje Secretária Nacional que tem um diálogo
3443 permanente com o Ministro, que está à disposição, assim como está o coronel Augusto
3444 que é o nosso vice-presidente e encontra as dificuldades de âmbito administrativo que
3445 impedem muita coisa de evoluir no Conselho. Agora, imaginem os senhores partindo do
3446 pressuposto de uma eleição para Presidente coloca por A mais B no campo das
3447 hipóteses nós podemos ir por onde quisermos, correto? Aí elege um sargento de polícia

3448 para ser o Presidente do Conselho, ele vai conseguir o quê? Se eu não consigo nem
3449 dentro do quartel. Mas isso é a realidade. Isso é a realidade! O processo em si é
3450 perfeito, é democrático, mas penso que não é oportuna agora a escolha do Presidente
3451 que não o secretário em razão da necessidade de consolidar o Conselho. A Vice-
3452 Presidência nós defendemos. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do**
3453 **CONASP** Conselheiro Sá Ribas com a palavra. **Abelmídio de Sá Ribas - Associação**
3454 **dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - Bem, vou tentar ser bem objetivo, porque
3455 eu acho que quanto às justificativas para essa ou para aquela posição, todo mundo já
3456 ouviu, todos nós já fizemos. O fato é que o passo seguinte que foi dado e agora concluído
3457 foi a busca de consenso entre os diferentes segmentos para nós podermos evoluir e
3458 progredir independentemente das posições que foram aqui defendidas. O que vai
3459 prevalecer evidentemente é aquilo que foi consensuado, até para que os trabalhos
3460 andem, porque nós estamos aqui patinando por muito tempo e isso é prejudicial para o
3461 Conselho como um todo no meu modo de entender. Não só para um ou para outros do
3462 segmento, mas para o Conselho que vai perdendo credibilidade à medida que fica nessa
3463 lenga, lenga, de maneira que não evolui de maneira nenhuma. O segmento dos
3464 Trabalhadores ao debater essa questão consensou-se o seguinte. Se nós podemos
3465 eventualmente entender como fato novo alguma coisa do que aconteceu aqui,
3466 efetivamente foi a inserção da presidência em algo que não tinha até então sido
3467 colocado, quando todos os quesitos anteriores tinham sido alvo de ampla análise e amplo
3468 debate. Então considerando esse aspecto o fato novo à luz do Regimento, nós
3469 consensuamos entre nós que preferimos votar a questão da Vice-Presidência que essa
3470 foi discutida, analisada e vamos primeiro encaminhar isso para que as coisas não fiquem
3471 paradas e deixamos a questão da presidência como está, porque o Decreto já diz hoje
3472 que a presidência é da Secretária Nacional de Segurança Pública, então deixemos assim
3473 porque por enquanto não há nenhum tipo de prejuízo ou risco com o qual eventualmente
3474 qualquer dos segmentos possa se preocupar. E se for o caso de eventualmente mudar os
3475 critérios com relação à presidência, vamos trazer o tema em voga novamente para
3476 discutir e analisar isso com mais cuidado. Então a decisão final dos Trabalhadores é votar
3477 a questão da Vice-Presidência e dar encaminhamento a isto para não ficarmos patinando.
3478 E a questão da presidência que seria o fato novo, deixamos isso para o momento que o
3479 pleno considera adequado. Esse é o posicionamento. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
3480 **Presidente do CONASP** - O senhor quer apresentar uma proposta de texto? É aquela
3481 lá. Nós temos uma proposta de texto que nós vamos deliberar em cima dela e nós
3482 precisamos então de uma proposta. Coronel, o senhor podia fazer o seguinte. **Abelmídio**
3483 **de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - É que é tão
3484 curtinho ali. É só fazer o seguinte. Vê se a terceira contempla. Para mim está de bom
3485 tamanho. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Ótimo.
3486 Conselheiro Tião com a palavra. **Sebastião Santos - Viva Rio** - Primeiro, eu queria
3487 agradecer aos meus pares por permitir que uma posição minoritária dentro do segmento
3488 da Sociedade Civil possa se expressar. Agradeço, mas ao mesmo tempo reconheço que
3489 não poderia ser diferente de quem vem das lutas que a gente vem não permitir que uma
3490 posição minoritária pudesse se expressar. Mas de qualquer forma agradeço aos meus
3491 pares. Em segundo lugar, eu acho que o texto da proposta que elege o Presidente ou a
3492 presidenta, ele é muito claro quando diz que quem vai regulamentar isso é o Regimento
3493 Interno. Então o tempo que for necessário para que o Conselho amadureça, para que
3494 possamos a partir daí ter um Presidente eleito, será garantido pelo Regimento Interno.
3495 Outra preocupação colocada pelos meus pares e creio que também outros discutiram, é a
3496 questão de como funcionaria esse Presidente se não tem dotação orçamentária para
3497 isso. Eu acho que da mesma forma que se garante hoje para que a presidência seja

3498 exercida, também seria garantido para que o Presidente eleito seja de quem fosse
3499 também pudesse ser garantido. Então, acho que nós temos todos os elementos para
3500 acompanhar aquilo que vem acontecendo dentro do Conselho, que essa é a maturidade
3501 que nós estamos adquirindo. Quando fizemos no Rio de Janeiro e eu fui uma das
3502 pessoas que incentivou e propôs que a gente não teria outra reunião de Conselho se não
3503 tivesse aqui a presidência, o Ministro, não foi o cargo de Presidente nem do Ministro que
3504 fizeram com que eles estivessem nas reuniões anteriores. Ao contrário, eles não
3505 estiveram nas reuniões anteriores. Foi a mobilização, a força, a coerência do Conselho e
3506 a maturidade que fez com que aquilo acontecesse. Então eu acho que hoje nós temos
3507 total maturidade para dizer num texto maior. Lembro-me que em 88, e os mais velhos
3508 também se lembram, nós lutamos pelo país inteiro para garantir uma constituição
3509 democrática, avançada, moderna e com muitos temas polêmicos que nós sequer
3510 tínhamos maturidade para estar querendo que estivesse constando na constituição e nós
3511 lutamos por isso, para que depois essa lei maior pudesse ser regulamentada dando
3512 garantia às nossas lutas e nossos anseios. O Decreto é isso, é uma garantia de que no
3513 futuro, seja ele quando for, seja ele quando esse Conselho achar conveniente, ter á
3514 oportunidade de eleger seu Presidente a partir dos seus próprios Conselheiros. Então eu
3515 acho que é uma oportunidade única, prefiro ser essa metamorfose ambulante a ter
3516 aquela velha opinião formada sobre tudo e prefiro que a gente tenha essa capacidade e
3517 essa possibilidade do que negar esse momento histórico do Conselho. **Cynthia Maria**
3518 **Pinto da Luz - Movimento Nacional de Direitos Humanos**
3519 Eu acho que a gente toma atitudes maduras e comprometidas quando a gente consegue
3520 refletir sobre isso que se faz, né? Consenso quase que unânime, com exceção do nosso
3521 querido companheiro Sebastião de que nós não estamos nesse momento preparados
3522 para modificar o comando da direção do CONASP. É uma proposição totalmente nova
3523 que nos tomou de assalto nesse momento, que não foi debatida nas nossas bases com
3524 as nossas referências e aqueles aos quais a gente representa aqui e que seria no mínimo
3525 uma atitude atabalhoada de se modificar na contramão da direção uma situação pela qual
3526 a gente lutou para conseguir, para garantir. Nós achávamos que o CONASP perdia sua
3527 legitimidade na medida em que a Presidente do CONASP não tinha tempo para vir até
3528 ele e dar encaminhamentos adequados. E isso a gente já fazia e falava na época do
3529 Ricardo, do anterior. Já era constantemente todas as reuniões havia essa discussão,
3530 esse incômodo, esse desacordo com o fato de que a gente não conseguia despachar
3531 diretamente com o secretário. Não é aqui, o caso da gente achar se a democracia tem
3532 um perfil ou outro perfil ou se a Sociedade Civil abre mão de reivindicações históricas do
3533 ponto de vista da democracia participativa. Cabe aqui a gente analisar quais seriam as
3534 consequências disso, e se nós estamos preparados para essa discussão hoje. E a
3535 Sociedade Civil, acho que de uma forma muito coesa, muito madura e muito numa linha
3536 de pensamento muito concreta, expressou rapidamente ali fora que isso não está na
3537 nossa pauta e que vamos discutir apenas a Vice-Presidência do Conselho. Nós não nos
3538 sentimos legitimados pelas nossas bases e nossos segmentos representativos para fazer
3539 essa discussão nesse momento. E, aliás, faço um reparo, ela não deveria ter sido
3540 colocada dessa forma na reunião do CONASP. Ela deveria ter sido preparada. Se alguém
3541 tinha a vontade de levantar essa proposta, mesmo que seja a Regina, ela deveria ter sido
3542 preparada no coletivo para a gente, né? E só para finalizar, isso tem a ver também com a
3543 nossa sensação de impotência no Conselho, aonde a gente não está conseguindo
3544 traduzir em políticas públicas de Segurança Pública aquilo que a gente discute aqui. A
3545 gente ainda não está conseguindo detectar o nosso nível de eficácia junto à sociedade de
3546 uma forma geral e as ações que são adotadas pelas forças de Segurança Pública. Então
3547 esse é um outro motivo, talvez mais forte, para que a gente tenha cautela. Canja e caldo

3548 de galinha, essas coisas, não fazem mal para ninguém. **Agnaldo Augusto da Cruz -**
3549 **Vice-Presidente do CONASP** - Por ordem de inscrições, João Francisco. **João**
3550 **Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República** - Veja só,
3551 a verdade é que eu não queria fazer nenhuma proposta aqui e nem defender posições,
3552 só queria trazer um pouco da experiência da Secretaria-Geral da Presidência como um
3553 órgão de diálogo do Governo Federal. Então praticamente todas as comissões, comitês e
3554 conselhos, a Secretaria-Geral da Presidência participa, e vejo essas discussões aqui
3555 como legítimas para o Conselho, até mesmo porque nós estamos procurando o nosso
3556 fortalecimento e estamos buscando nossa identidade e nossa afirmação. Então vejo isso
3557 como legítimo, completamente louvável. Há muitas inseguranças e anseios e então
3558 talvez qualquer coisa nos deixa perplexos ou sem saber como vai dar andamento a esta
3559 entidade. O que poderíamos tentar porque estamos num espaço bastante democrático,
3560 poderia tentar chegar num consenso ou uma forma de pacto onde a Segurança Pública
3561 possa ser vista em primeiro lugar ou pelo menos buscamos essa tentativa. A
3562 representatividade desse Conselho é muito ampla e louvável. A própria Secretaria-Geral
3563 da Presidência reconhece a importância desse Conselho e qualquer solicitação ou
3564 ingerência será ouvida não só pela secretaria, mas tenho certeza que antes disso pelo
3565 próprio Ministro do Ministério da Justiça. Enquanto o Decreto, esse novo projeto nosso a
3566 proposta não for emitido está valendo o atual e não sabemos até quando a presidência
3567 vai todo o trâmite que se tem para se ter esse Decreto. Volto a dizer por essas
3568 experiências que a presidência do Conselho sendo eleita, isso já é um fato que tem
3569 muitos conselhos no âmbito nacional e dos trinta e quatro que nós temos pelo menos
3570 nacionais de que tem a participação social em torno disso. E tiro o exemplo do CONSEA
3571 que funciona dentro da própria Presidência da República e a presidência é eleita
3572 basicamente da Sociedade Civil e funciona, é um dos conselhos do Brasil que funciona
3573 muito bem, é o CONSEA. Vejam que qualquer alteração, nós não tínhamos que ter o
3574 risco de não ter ou vocês quererem colocar a cadeira cativa da SENASP, considerando
3575 uma proposta de retirar a presidência, se eleita ou não, se vocês querem colocar ou não
3576 o SENASP nesse processo, tem que ter cuidado com isso. E, por fim, só queria dizer que
3577 naquela proposta que está lá, eu já falei com o Tião ontem, se vocês colocaram lá a
3578 questão de prazo de oito meses, mas creio que já está superado desde ontem. Quando
3579 você colocou ali e a Suelen leu, oito meses, então isso já estaria superado. Apenas isso.
3580 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Obrigado. Conselheiro Hott.
3581 **José Lopes Hott Junior – Departamento de Polícia Rodoviária Federal** - Bom-dia a
3582 todos. Minhas palavras são mais para ratificar as palavras do Conselheiro Tião e do
3583 Conselheiro João Francisco, no sentido que a gente entende que a presidência eleita terá
3584 como lastro para sua legitimidade os 30 Conselheiros que aqui votam. Então eu acredito
3585 que essa questão da possível falta de legitimidade por conta de não ser a secretária ou o
3586 Secretário Nacional de Segurança Pública ou outra autoridade do Ministério da Justiça a
3587 exercer a presidência seria facilmente superada pelo lastro e o Conselho daria para o
3588 exercício da presidência. Como já bem colocado nós não estamos deliberando o
3589 processo de escolha, mas somente a possibilidade de que o Presidente seja eleito. Todo
3590 esse debate do processo, do período de mandato e como vai ser feita a escolha, seria
3591 numa discussão posterior após a execução do Decreto. Porque eu acredito que o texto
3592 ideal seria exatamente na forma que está no inciso terceiro, mas a presidência e a Vice-
3593 Presidência eleita dentre os Conselheiros, sem entrar em mais detalhes. Acho que os
3594 receios quanto à limitações de ordem orçamentária, a possibilidade de reunião e etc, são
3595 pertinentes, mas na minha opinião não seriam factíveis, porque é da política de governo
3596 e do Ministério da Justiça o fortalecimento dos conselhos. Como o João bem colocou são
3597 34 conselhos no Governo Federal. Não vejo como uma possibilidade palpável o Governo

3598 esvaziar um Conselho com a importância que tem o CONASP, com a Segurança Pública
3599 precisando cada vez mais dessa construção coletiva e das entidades aqui representadas
3600 somando esforços para traçar verdadeiramente a Política Nacional de Segurança Pública.
3601 Era só isso. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Obrigado,
3602 Conselheiro. Conselheiro Marcos Costa. **Marcos Costa – Conselho Nacional do**
3603 **Ministério Público** - Em relação à proposta sobre a presidência ser eleita ou não, eu
3604 trago aqui a experiência de outros conselhos. Há conselhos em que a presidência é
3605 eleita. Há conselhos em que a presidência não é eleita. Então existem esses modelos.
3606 Alguns conselhos já consolidados como o Conselho Nacional de Saúde tem uma
3607 presidência eleita, mas por exemplo o CONAMA por Lei, a Lei que criou o CONAMA o
3608 Presidente é o Ministro do Meio Ambiente. Então você tem vários modelos. E aqui
3609 realmente uma coisa focando um pouco o Regimento Interno, nós temos que lembrar que
3610 essa discussão sobre o Decreto começou lá atrás, houve um primeiro estudo por Marcos
3611 Dias que mostrou que estava incompatível e tudo o mais. E a possibilidade da eleição da
3612 presidência no longo percurso que veio nessa discussão nunca foi suscitada pelo
3613 Ministério da Justiça. E isso realmente não foi pautado para essa reunião. Isso é algo que
3614 temos que olhar para o Regimento Interno que também tem essa peculiaridade. Aí uma
3615 coisa assim. Se é realmente para a gente dar esse pulo, está na hora de dar um pulo
3616 maior e está na hora do Governo Federal, e aí é importante que Marcos leve para a
3617 Secretaria-Geral da Presidência e a mesa leve para o Ministro da Justiça que está na
3618 hora de se pensar uma Lei simples criando o Conselho Nacional de Segurança Pública.
3619 Porque esse Conselho não é criado por Lei, como muitos dos outros conselhos são
3620 criados por Lei, e é uma Lei muito simples que diz as atribuições e tudo o mais. Se é para
3621 jogar realmente com seriedade, está na hora desse Conselho passar a influenciar no
3622 orçamento de Segurança Pública, porque o CONAMA influencia e decide sobre o Fundo
3623 Nacional de Meio Ambiente. E aí eu quero ver a proposta de uma presidência eleita. Isso
3624 sim é algo que nós precisamos discutir profundamente. Então, não é só uma eleição que
3625 se trata aqui. Eu acho importante trabalhar numa possibilidade de eleição e tudo o mais,
3626 inclusive nesse contexto deixar claro que apesar de ser eleito, ser definido entre os
3627 Conselheiros, tais e tais órgãos do Governo Federal devem comparecer. Então no caso
3628 de uma eleição de um Presidente para o CONASP, no Decreto ou na Lei diz assim: “Tem
3629 assento obrigatório no CONASP a Secretaria Nacional de Segurança Pública. Então
3630 assim, há muitos temas, que tipo de apoio, qual é a colocação desse Presidente no
3631 contexto da organização pública como servidor, qual o tipo de apoio que ele terá, qual o
3632 tipo de secretaria que ele terá, porque é um Presidente que não manda na Secretaria-
3633 Executiva, então não é Presidente. Presidente não é só estar aqui, não. Presidente não é
3634 só presidir as nossas reuniões. Presidente é muito mais do que isso. Então, realmente
3635 acho que precisamos caminhar e como há talvez um consenso, tirando talvez a opinião
3636 que deve ser sempre respeitada da minoria representada por Tião. Então acho que a
3637 gente está caminhando para amadurecer um pouco mais essa temática. **Agnaldo**
3638 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Bom, nós temos então três
3639 propostas. Vai até o início do caput. Então nós temos três propostas sobre esse artigo
3640 terceiro. Creio que quanto à primeira não há polêmica. Quanto à segunda... Só um
3641 instante, por favor, Conselheiro. Flávia, nós temos na verdade o inciso segundo ele
3642 contradiz o inciso terceiro, aquele verde. A proposta apresentada ontem pela presidência
3643 do CONASP foi o inciso em vermelho? Foi a proposta. Essa é da Conselheira Regina, foi
3644 do Tião e da presidenta. Então eu creio que a votação que temos que fazer é com
3645 relação ao inciso 2 e ao texto vermelho. É isso? Tião com a palavra. Microfone, por favor.
3646 **Sebastião Santos – Viva Rio** - Não, eu acho que é uma questão de mérito que está
3647 independente do texto que é se a gente elege o Presidente ou não. Em se votando isso,

3648 aí vê. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - É, na verdade são
3649 duas questões que estão postas. Eu tentei colocar uma questão para já votar. Primeira
3650 votação Presidente ou não, segunda votação, vice-presidente ou não. **Marcos Costa –**
3651 **Conselho Nacional do Ministério Público** - Mas eu tenho um encaminhamento de
3652 votação. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Pois não,
3653 Conselheiro Marcos Costa. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** -
3654 Pelo o que eu percebi do que foi mais ou menos consensuado não é que está dizendo
3655 que o Conselho não quer eleger seu Presidente, mas nós achamos que este não é o
3656 momento de se discutir essa temática. Então a proposta não é que não queremos eleger
3657 o Presidente. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Não, com
3658 todo o respeito que o senhor merece, senhor Conselheiro. Mas nós estamos decidindo
3659 com relação ao Decreto. O texto do Decreto tem que constar ou não essa possibilidade
3660 de votação. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** - Não vai
3661 constar no Decreto, com certeza, e a questão da presidência nós vamos discutir
3662 posteriormente. Isso é um encaminhamento. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
3663 **Presidente do CONASP** - Espera aí, organização da mesa, muita calma nessa hora. A
3664 primeira questão que nós vamos decidir é se consta ou não no Decreto. Esse
3665 encaminhamento que o senhor colocou muito bem lembrado pelo Conselheiro Marcos
3666 Rezende deve ser lançado na ata. Porque na verdade o que estou dizendo é o seguinte.
3667 Agora nós estamos deliberando se será eleito no Decreto. A ressalva é pertinente na ata.
3668 Que os Conselheiros entendem, isso é ata. Não é aqui agora. Então primeiro
3669 encaminhamento que eu acho que essa é a votação para a gente realmente continuar
3670 seguindo é a possibilidade de eleição ou não do Presidente. Até para facilitar a votação,
3671 para que seja mais rápido, nós vamos dividir em dois blocos então. No primeiro bloco nós
3672 vamos decidir se inserimos ou não a possibilidade de eleição do Presidente aqui no
3673 Decreto. Então, nós temos duas opções. Deixa só essas duas opções. A primeira opção
3674 que é o inciso dois na letra verde e a segunda na letra diferente, na vermelha. Na
3675 primeira opção a presidência será o Secretário Nacional de Segurança Pública. Na
3676 segunda opção peço que retire a questão do vice-presidente, só para a gente encaminhar
3677 a votação e do tempo também. Só a possibilidade do Presidente ser eleito ou não. A
3678 verde contradiz a vermelha. Os Conselheiros estão em condições de votação? Pois não
3679 Conselheiro. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** - Eu tenho
3680 uma proposta. A proposta materialmente não muda o resultado dela, mas na forma como
3681 é colocada, na forma como é dita e registrada muda. Não é depois na Ata, não. Eu acho
3682 que a decisão que o Plenário irá tomar é o seguinte. Neste momento não mudamos o
3683 Decreto. Isso não é questão de respeito não Agnaldo. Isso aqui é uma proposta que tem
3684 que estar escrito lá. Não é questão de encaminhar o que estou propondo a ser votado
3685 não. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Com todo respeito que
3686 o senhor merece, esse tema já havia sido discutido quinze segundos antes e houve
3687 consenso de que na verdade seria lançado na ata. Pessoal, vamos organizar as coisas.
3688 Não é falta de respeito, por isso que falei com todo respeito que ele me merece. Quando
3689 o Conselheiro levantou a pauta, a mesa encaminhou o seguinte, que esse tema nós
3690 definimos materialmente que consta no Decreto e essa proposta e essa orientação seria
3691 lançada na ata. Isso foi tido como positivo. Depois, quinze segundos depois, acho que
3692 houve um posicionamento consensuado, quinze segundos depois o Conselheiro
3693 apresentou nova proposta. Por isso que eu pedi o respeito que ele merece. **Marcos**
3694 **Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** - Agnaldo, há uma proposta que eu
3695 tenho o poder de colocar ali. Agora o que estou falando, que é só encaminhamento, que
3696 materialmente não muda, a única coisa é que a decisão deste Plenário é a seguinte que
3697 neste momento, é isso que estou falando que fique claro que a decisão neste momento o

3698 Plenário entende que deve ser mantido e a questão da presidência será discutida
3699 posteriormente. A decisão é essa. Para não sair uma decisão dizendo que o CONASP
3700 não quer eleger seu Presidente, porque isso vai ser suscitado lá na frente. **Agnaldo**
3701 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Flávia, coloca uma observação no
3702 texto. Coloca um asterisco de observação que a Plenária decide por discutir a questão da
3703 eleição da presidência ou não em outro momento. Contemplado? Conselheiro Marcos
3704 Dias, questão de ordem. **Marcos Dias – Federação Nacional dos Policiais**
3705 **Rodoviários Federais – FENAPRF** - Eu acho o seguinte. Nós já estamos aqui discutindo
3706 e já foi encaminhado desde ontem. O encaminhamento já existe. A questão é se a
3707 presidência vai ser eleita ou não e a questão da Vice-Presidência, eleição ou não. Esses
3708 são os encaminhamentos. Se a cada momento aqui surgir um novo encaminhamento,
3709 nós vamos sair daqui hoje à noite sem definir. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
3710 **Presidente do CONASP** - Está resolvido, Conselheiro. **Marcos Dias – Federação**
3711 **Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF**- Peço serenidade até para o
3712 Conselheiro Marcos Costa. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** -
3713 Nós temos duas opções. Os Conselheiros aptos a votar? Todo mundo apto a votar? Os
3714 Conselheiros concordam com a opção primeira em letra verde? Agora aqueles que
3715 concordam com a letra verde, por favor, levantem o braço. Perdão, vou esclarecer,
3716 Conselheiros. A primeira opção diz que a presidência do CONASP será do Secretário ou
3717 Secretária Nacional de Segurança Pública. A segunda opção, a proposta diz que a
3718 presidência do CONASP será eleita dentre os Conselheiros presentes no Plenário sendo
3719 garantido o rodízio entre as presidências e os segmentos. Proposta do Conselheiro Tião
3720 e da Presidente Regina. **Almir Laureano – Rede Desarma Brasil** - Um
3721 encaminhamento. Que essa observação vá para o item 1. **Agnaldo Augusto da Cruz -**
3722 **Vice-Presidente do CONASP** - Coloca, por favor. Tudo bem. Não vai mudar nada,
3723 vamos seguir. Então todos aptos a votar? Todos a bordo? Então vamos lá. Opção 1,
3724 aqueles que concordem com ela, por favor, levantem o braço. Dezessete votos. Os que
3725 optam pelo item 2, por favor, levantem o braço. Quatro votos. Então vencido, senhores e
3726 senhoras. Vencida. Por questão de ordem na mesa declaração de voto do Conselheiro
3727 Celito. **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira de Criminalística** - Celito
3728 Cordioli, representando a ABC. Pelas discussões que já houveram e essas retomadas eu
3729 não vejo como continuar nesse CONASP, não vejo sentido a gente continuar porque a
3730 gente está nessa marcha todo esse tempo tendo já deliberado na mesma reunião voltar a
3731 discussão. Eu sou pela eleição da Presidente deste Conselho. **Agnaldo Augusto da**
3732 **Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Por favor, coloque um asterisco que o Conselheiro
3733 vai fazer a declaração do voto dele. Eu proponho tendo em vista os próximos pontos.
3734 Vamos definir a nossa Vice-Presidência e depois a gente passa. Eleição ou não da Vice-
3735 Presidência. Eu creio que quanto a esse ponto não há discussão. A Vice-Presidência
3736 eleita dentre os Conselheiros presentes. Retira todo o restante e deixa só a questão da
3737 Vice-Presidência aí. Creio que haja consenso. Não há nenhuma proposta paralela. Em
3738 condições de votação? **Heder Oliveira - Associação Nacional de Entidades de Praças**
3739 **Militares Estaduais** - Só precisava acrescentar o que o Conselheiro João Francisco havia
3740 dito, conforme estabelecido no Regimento Interno. Porque não consta lá. Porque está no
3741 artigo onze, vai sanar votações e eleições. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente**
3742 **do CONASP** -Consenso? Em condições de votação? Em regime de votação. Os
3743 senhores Conselheiros que concordem com o texto, por favor, levantem o braço. Só um
3744 instante, por favor. Questão de ordem. **Marcos Rezende - Coletivo de Entidades**
3745 **Negras** - Quando fala em alternância da Vice-Presidência dos segmentos representativos
3746 nós estamos falando da Sociedade Civil, Trabalhadores e Gestores ou somente
3747 Sociedade Civil, Trabalhadores? Porque quando o Gestor está na Presidência, então o

3748 Gestor também vira Vice-presidente? Eu queria esclarecimento. **Agnaldo Augusto da**
 3749 **Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Esclarecimento da mesa. **Marcos Rezende -**
 3750 **Coletivo de Entidades Negras** - Com a votação que foi tida agora inclusive eu acho que
 3751 tem um processo de alternância que se o gestor vai ser o Presidente então quando nós
 3752 falamos de alternância, nós estamos falando de Sociedade Civil e Trabalhadores, haja
 3753 vista que nós não vamos alternar o gestor da presidência até se mudar o Decreto. Caso
 3754 isso venha a ser mudado, então não teria sentido e nem seria honesto em determinado
 3755 momento nós termos um gestor e outro gestor. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
 3756 **Presidente do CONASP** - Questão de organização. Flávia, cópia o texto. O Conselheiro
 3757 Marcos Rezende fez a observação no seguinte sentido, de que para a eleição de vice-
 3758 presidente que não podem participar os Gestores. Essa é a observação que ele fez. Que
 3759 o texto segmentos, então tira a palavra segmentos do item de baixo, Flávia. Só a palavra
 3760 segmento. Entre os representantes dos Trabalhadores e Sociedade Civil. Essa é a
 3761 proposição do Conselheiro representante dos Trabalhadores e da Sociedade Civil,
 3762 componentes do CONASP. Esse é o encaminhamento do Conselheiro Marcos Rezende.
 3763 Conselheiro Marcos Costa. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público -**
 3764 No dispositivo que foi eliminado tinha mesa diretora. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
 3765 **Presidente do CONASP** - Nós vamos falar sobre ela. Todos compreenderam? Na
 3766 primeira proposta todos os segmentos Trabalhadores e Gestores concorrem e na
 3767 segunda proposta apresentada pelo Conselheiro Marcos Rezende somente
 3768 Trabalhadores e Sociedade Civil concorrem à Vice-Presidência. Eu pergunto se algum
 3769 dos Conselheiros deseja fazer uso da palavra. Nenhum? Em condições de votação?
 3770 São duas propostas. Então palavra com o Conselheiro Vicente Mariano. **Vicente Mariano**
 3771 **– Conselho Nacional de Comandantes Gerais das PM's e dos Corpos de Bombeiros**
 3772 **Militares – CNGG** - Eu não entendi Marcos. Eu gostaria que você pudesse esclarecer um
 3773 pouco mais, porque os Gestores ficam alijados aí desse processo? **Marcos Rezende -**
 3774 **Coletivo de Entidades Negras** - O entendimento é que os Gestores não ficam alijados a
 3775 esse processo. A partir do momento em que nós já estamos garantindo aqui para o
 3776 gestor a presidência, inclusive sem fazer parte de um processo de votação, significa que
 3777 nós já estamos dando um poder muito grande aos Gestores. E ainda tem outro elemento,
 3778 os Gestores aqui eles não concorrem às cadeiras, eles são indicados pela Presidente, ou
 3779 seja, não existe um processo eleitoral com relação aos Gestores. Eles são como os
 3780 biônicos outrora. E então por não ter um processo eleitoral que traz os Gestores para cá
 3781 e como os Gestores inclusive já estão ocupando a presidência desse processo, eu acho
 3782 que não seria justo e vou concordar com o Tião, nem democrático nós ainda assim
 3783 elegermos os Gestores. Somente por conta disso. **Vicente Mariano – Conselho**
 3784 **Nacional de Comandantes Gerais das PM's e dos Corpos de Bombeiros Militares –**
 3785 **CNGG** - Eu entendi o que você está falando, só que eu não posso concordar com essa
 3786 afirmativa sua de que há uma continuidade. Muito pelo Contrário. Justamente entre os
 3787 Gestores é que há um rodízio. Eu estou substituindo o Coronel Mello Rezende e daqui
 3788 um ano vem outro no meu lugar, assim como vai acontecer com os outros Gestores.
 3789 Então esse processo de rodízio e essa alternância e essa demonstração aí de uma
 3790 democracia representativa está mais caracterizada entre os Gestores. **Marcos Rezende -**
 3791 **Coletivo de Entidades Negras** - Então agora eu gostaria de um esclarecimento. Vocês
 3792 do Conselho Nacional são encaminhados ou vocês na verdade são eleitos dentro do
 3793 processo? **Vicente Mariano – Conselho Nacional de Comandantes Gerais das PM's e**
 3794 **dos Corpos de Bombeiros Militares – CNGG** - Eu sou representante do Conselho. Eu
 3795 sou representante do Conselho. **Marcos Rezende - Coletivo de Entidades Negras -**
 3796 Mas é eleito? É eleito, então você é um trabalhador, não é isso? **Vicente Mariano –**
 3797 **Conselho Nacional de Comandantes Gerais das PM's e dos Corpos de Bombeiros**

3798 **Militares – CNGG** - Não, eu represento a instituição. **Marcos Rezende - Coletivo de**
3799 **Entidades Negras** - Sim, mas representa uma instituição com voto. Na verdade só
3800 esclarecendo. Eu entendi a pergunta do Conselheiro Marcos Rezende. O Conselho
3801 Nacional de Comandantes Gerais a presidência é eleita entre os Comandantes Gerais
3802 das Polícias do Brasil. É uma instituição. O que o Conselheiro está perguntando é o
3803 seguinte. Nesse ato aqui ele não representa a entidade, ele representa a Instituição
3804 Conselho Nacional de Comandantes Gerais. Voltando ao ponto da nossa discussão nós
3805 temos duas propostas e gostaria até para a gente encaminhar que a gente focasse
3806 nessas duas questões postas, porque nós já estamos no sentido de buscarmos a votação
3807 e deliberação para continuarmos seguindo. O Conselheiro Almir mantém o pedido de
3808 palavra? **Almir Laureano – Rede Desarma Brasil** - Só mantenho porque o coronel tem
3809 reforçado isso desde ontem, e eu acho que na condição pela minha percepção com todo
3810 respeito, se o coronel superior mandar ele novamente ele não vai dizer que não veio,
3811 não. Agora, ele pressupõe, existe o pressuposto de que o coronel pode mandar outro
3812 representante. Isso pode ser. Agora que ele decide isso, acho que não. **Vicente Mariano**
3813 **– Conselho Nacional de Comandantes Gerais das PM's e dos Corpos de Bombeiros**
3814 **Militares – CNGG** -
3815 Só acrescentando, esse mandato é de um ano apenas. Então todo ano muda. Todo ano
3816 muda. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP**- Conselheiros, eu
3817 gostaria que nós focássemos a discussão com relação ao ponto. Conselheiro Celito.
3818 **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira de Criminalística** - Só buscando
3819 esclarecer para o Marcos, por exemplo, os representantes dos Gestores da perícia, eles
3820 têm o Conselho. Este Conselho a cada ano elege um Presidente que neste ano é o Celso
3821 Porteli que é de São Paulo. O representante indicado pelo Conselho que foi eleito lá é o
3822 meu amigo da Paraíba, o Humberto. E o Sílvia é o suplente indicado pelo Conselho das
3823 Entidades Gestoras da Perícia Oficial. A mesma coisa acontece com os comandos. Os
3824 comandantes das polícias e da Polícia Civil também tem essa mesma estrutura. Então
3825 ele não é simplesmente indicado por alguém para estar aqui. Ele representa um
3826 Conselho de Gestores e acho que eles deveriam participar da eleição sim. **Agnaldo**
3827 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Pela ordem das inscrições, nós
3828 temos inscrito o Conselheiro Tião, o Conselheiro Almir e Conselheiro Marcos Costa. Eu
3829 pergunto à Plenária sem razão desse tema ser bem objetivo, nós já suspendermos as
3830 inscrições nesses três. Precisamos encaminhar. Todos concordam? Então estão
3831 suspensas as inscrições com esses três inscritos. Tião. **Sebastião Santos – Viva Rio** -
3832 Eu concordo plenamente com o companheiro Marcos Rezende. Em primeiro lugar porque
3833 é claro que há rodízio nos nossos segmentos. Amanhã pode ser que esteja aqui um outro
3834 companheiro do Viva Rio, e não eu. Mas estamos falando de rodízio entre os segmentos
3835 na Vice-Presidência. E nesse caso acho que o Marcos tem toda razão uma vez que já
3836 está contemplado como Presidente é o setor dos Gestores, então eu acho que o rodízio
3837 deve ser feito pelos dois segmentos, Trabalhadores e Sociedade Civil garantindo os
3838 mesmos direitos no exercício da presidência do vice-presidente aqui eleito.
3839 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Conselheiro Marcos Costa
3840 abriu mão da fala. Conselheiro Almir também abriu mão. Então vamos à votação. 1 e 2,
3841 Flávia, por favor. Conselheiros, pela opção número 1 nós temos que a Vice-Presidência
3842 será eleita entre os Conselheiros presentes em Plenária assegurada a alternância entre
3843 os segmentos representativos dos componentes do CONASP. Na opção 2 a Vice-
3844 Presidência eleita entre os Conselheiros presentes em Plenária, assegurada a alternância
3845 entre os representantes dos Trabalhadores e da Sociedade Civil componentes do
3846 CONASP. Todos em condições de votar? Em regime de votação. Por favor, eu solicito
3847 que verifiquem a questão do quorum. Os Conselheiros que concordam com a opção

3848 número 1, por favor, levantem o braço. Seis votos. Conselheiros que concordam com a
3849 opção número 2, por favor, levantem o braço. Onze votos. Então venceu a opção número
3850 2. Com relação ao restante do texto, eu creio que não haja tanta controvérsia. Eu solicito
3851 que a Suelen faça a leitura geral e caso haja algum apontamento ao final, nós façamos a
3852 devida discussão. Com a palavra nossa Secretária-Executiva. **Suelen Sales –**
3853 **Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - “Integram o CONASP: A presidência de honra,
3854 o Ministro de Estado da Justiça. A presidência do CONASP, o Secretário ou Secretária
3855 Nacional de Segurança Pública”. Eu quero ler o que já foi decidido. “A Vice-Presidência
3856 eleita dentre os Conselheiros presentes na Plenária assegurada a alternância entre os
3857 representantes dos Trabalhadores e da Sociedade Civil componentes do CONASP.”
3858 Quarto. “Os Conselheiros: Parágrafo primeiro. A Plenária do CONASP, seu órgão
3859 máximo, é constituída pela Presidência do Conselho e pelos Conselheiros a que se refere
3860 o inciso quarto.” Parágrafo segundo. “A Presidência do CONASP será substituída nas
3861 suas ausências ou impedimentos pelo Vice-Presidente.” Parágrafo terceiro. “O CONASP
3862 contará com uma Secretaria-Executiva subordinada à mesa diretora que exercerá a
3863 função de apoio técnico e administrativo e integrará a estrutura da Secretaria Nacional de
3864 Segurança Pública.” Parágrafo quarto. “O Secretário-Executivo será escolhido pela
3865 Presidência do CONASP.” Parágrafo quinto. “O Senado Federal, a Câmara dos
3866 Deputados... **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Seria
3867 interessante que anotasse no final que a gente faz no coletivo. **Agnaldo Augusto da**
3868 **Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Então neste ponto ela faz a leitura geral e depois
3869 a gente discute ponto a ponto e vota ponto a ponto. É só ajuste de texto. **Suelen Sales –**
3870 **Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Então apaga essa parte que já foi vencida.
3871 Retira o vermelho. Sem OAB. Ótimo. “Integram também o Plenário do CONASP na
3872 condição de Conselheiros convidados com direito a voz e sem direito a voto um
3873 representante do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, o Conselho Nacional de
3874 Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Defensores
3875 Públicos que também indicarão os respectivos suplentes.” Artigo quarto. “São
3876 Conselheiros do CONASP: Primeiro. Nove representantes governamentais dos Governos
3877 Federal, Estadual e do Distrito Federal e Municipal, além do comando ou direção das
3878 forças policiais; nove representantes de entidades representativas de Trabalhadores da
3879 área de Segurança Pública e doze representantes de entidades e organizações da
3880 Sociedade Civil, cuja finalidade seja relacionada com as políticas de Segurança Pública.”
3881 Parágrafo primeiro. “Os representantes descritos no inciso 1 serão designados pelo
3882 Ministro de Estado da Justiça, mediante indicação de respectivos órgãos ou entidades.”
3883 Parágrafo segundo. “Cada membro titular previsto nos incisos 1 a 3 possuirá um suplente
3884 que somente será convocado no impedimento justificado do respectivo titular, sendo
3885 garantido em qualquer caso seu livre acesso às reuniões do CONASP. **Heder Oliveira -**
3886 **Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Como não havia a
3887 previsão de que os membros do Conselho... Se bem que não paga. Porque agora nós
3888 colocamos para os defensores que haverá o suplente. Mas o que está falando? Cada
3889 membro titular possuirá, porque está falando 1 a 3. Aquele lá é o parágrafo quinto.
3890 **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Sobe lá, Flávia. Só para a
3891 gente tirar a dúvida. Ali está escrito. Ele fala quem são os convidados embaixo que
3892 também indicarão respectivos suplentes. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente**
3893 **do CONASP** - É porque está em outro artigo que se refere somente aos Conselheiros do
3894 CONASP. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Não os convidados.
3895 Essa sugestão do Conselheiro João Batista já foi vencida também, né? Parágrafo
3896 terceiro. “A escolha de representantes prevista nos incisos 2 e 3 será aberta a todas as
3897 entidades e organizações, cuja finalidade seja relacionada com as políticas de Segurança

3898 Pública, conforme convocação pública e critérios objetivos previamente definidos pelo
3899 CONASP.” Parágrafo quarto. “O mandato dos integrantes do CONASP descrito nos
3900 incisos 2 e 3 será de dois anos.” Aí tem uma sugestão. **Heder Oliveira - Associação**
3901 **Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais** - Isso foi votado no passado,
3902 pode tirar. O mandato é da instituição e não do Conselheiro. **Agnaldo Augusto da Cruz -**
3903 **Vice-Presidente do CONASP** - Conselheiros, eu solicito que todas as ressalvas sejam
3904 feitas no final, senão não vamos encaminhar. Pode seguir. **Suelen Sales – Secretaria-**
3905 **Executiva do CONASP/MJ** - Na verdade é porque foi votado. Então tira o texto de cima.
3906 É que o mandato está falando que é do integrante, mas é da instituição. **Agnaldo**
3907 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Eu gostaria só que não
3908 polemizássemos muito e que a gente seguisse. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do**
3909 **CONASP/MJ** - Parágrafo quinto. Os Gestores que compartilham cadeiras serão
3910 submetidos às mesmas regras da Sociedade Civil e Trabalhadores. Espera só um pouco,
3911 por favor. Conselheiro João Francisco. **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-**
3912 **Geral da Presidência da República** - Eu peço esclarecimento sobre esse tema aí. Eu
3913 estou sem entender. Os Gestores serão eleitos também? “Os Gestores que
3914 compartilham cadeira no caso do Hott e no caso da Polícia Federal e Polícia Rodoviária.
3915 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Só esclarecendo, é o
3916 seguinte. Esse parágrafo foi inserido em razão de que, por exemplo, quando não fosse
3917 custeada passagem para o suplente, os Gestores que compartilham cadeiras também,
3918 um dos dois só será custeada um dos dois. E todas as questões de acesso e
3919 participações no CONASP, os Gestores que compartilham cadeira terão em todas elas a
3920 mesma simetria que os titulares e suplentes de Trabalhadores e Sociedade Civil. **João**
3921 **Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República** - Mas
3922 como está aí dá idéia também que serão eleitos, porque a Sociedade Civil e
3923 Trabalhadores são eleitos. A redação, porque a redação como está aí, está dizendo que
3924 as mesmas regras da Sociedade Civil e Trabalhadores. **Agnaldo Augusto da Cruz -**
3925 **Vice-Presidente do CONASP** - Caput do artigo Flávio. “Os representantes serão
3926 designados pelo Ministro de Estado da Justiça.” Conselheiros, pela sistemática do artigo,
3927 na verdade esse artigo ele comenta, ele define, delinea toda a participação dos
3928 Conselheiros *latu sensu* no Conselho. Então simetricamente não se refere
3929 especificamente à eleição. Ao contrário, ele faz de forma holística toda a participação dos
3930 Conselheiros. Pois não. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ**- Essa
3931 sugestão foi aprovada também. “Poderão ser convidados a participar das reuniões do
3932 CONASP representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, técnicos, sempre
3933 que a pauta constar temas de sua área de atuação, bem como convidados observadores
3934 sem direito a voto na forma estabelecida no Regimento Interno.” Então este aí é o texto
3935 que ficou que foi o caso, por exemplo, do DEPEN ontem. Artigo quinto. “Poderão
3936 participar das reuniões do CONASP. Não, isso daí já sai. Esse daí também, porque já
3937 está lá em cima. O artigo quinto é lá em cima. “Poderão participar das reuniões do
3938 CONASP, convidados e observadores cm direito a voz e sem direito a voto.” Aí pode
3939 apagar também. Tudo o que está em azul, Flávio. Artigo sexto. **João Francisco da Mota**
3940 **Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República** - Uma questão também de
3941 esclarecimento. Lá no parágrafo quinto está lá dizendo Senado e aqueles, mas vai
3942 impedir outros convidados? Não ficou na redação. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva**
3943 **do CONASP/MJ** - Ficou. Sobe um pouquinho, Flávio. Desce. É onde está em vermelho.
3944 Desce. **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da**
3945 **República** - Perfeito. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - “O
3946 CONASP reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre extraordinariamente sempre que
3947 convocado por sua Presidência, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço dos

seus membros.” Parágrafo Único. “As reuniões ordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 20 dias úteis com pauta e respectiva documentação encaminhada juntamente com a convocação.” Artigo 7. “O CONASP formalizará suas deliberações de caráter normativo por meio de resoluções sujeitas à homologação do Ministro de Estado da Justiça e publicadas no Diário Oficial da União.” Parágrafo Único. “As deliberações que não possuam caráter normativo independem de homologação ministerial.” Sugestão de acréscimo, a gente inclui isso aí? **Celito Cordiolo - ABC – Associação Brasileira de Criminalística** - Foi aprovado, obrigando que seja publicada no site. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Tá, tira esse de cima e fica valendo o de baixo.

Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP - Está colocado ali já. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Oitavo. “O CONASP poderá instituir grupos temáticos, comissões temporárias e câmaras técnicas destinadas a subsidiar a Plenária sobre temas específicos.” Parágrafo Único. “Os grupos temáticos e comissões poderão convidar para seus trabalhos quaisquer representantes de órgão e entidades públicas e privadas, bem como outros técnicos ou especialistas que tenham afinidade com a matéria tratada.” Artigo nono. “A participação como Conselheiro do CONASP é considerada serviço público relevante e não será remunerada.” Aí foi aprovada essa de baixo, foi isso Heder? Para todos os efeitos, quando convocada pela Secretaria-Executiva do CONASP a participar das reuniões ordinárias e extraordinárias e ou eventos, este será considerado pelo respectivo ente federado ao qual o servidor está vinculado como ato de serviço para todos os fins.” Foi isso que foi aprovado ontem. Artigo décimo. “As despesas com o funcionamento do CONASP ocorrerão por conta de recursos orçamentários consignados no orçamento do Ministério da Justiça.” Artigo Onze. “O Regimento Interno do CONASP aprovado preferencialmente por consenso ou na ausência deste por maioria absoluta disporá sobre sua organização, funcionamento e atribuições de seus membros, votações e eleições e será aprovado por Resolução, observadas as disposições deste Decreto.” Artigo doze. “No prazo de dois anos a contar da publicação deste Decreto, o Ministério da Justiça providenciará a atualização do rol de órgãos e entidades aos quais se referem o inciso 1 a 3 do artigo quarto, especialmente no tocante aos representantes governamentais, de modo a incluir os órgãos federais que mantenham competências relacionadas com a política de Segurança Pública.” Artigo 13. “A atuação do CONASP deve levar em consideração expressa e motivadamente, as deliberações da Conferência Nacional de Segurança Pública.” Artigo 14. “Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se o Decreto 7430 de 30 de dezembro de 2010. fechou? **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Então eu abro a palavra para que os Conselheiros apresentem suas proposições no texto, caso haja alguma retificação, sugiro que aquelas questões que não se referem ao mérito, ou seja, mudar o sentido ou a proposta, que seja só revisão de ortografia, retificação de uma palavra que está errada, uma palavra nova colocada, sejam encaminhados para a Secretaria-Executiva para que a gente faça a correção do texto e a distribuição entre os Conselheiros. Nós vamos analisar agora e peço aos Conselheiros que tenham essa atenção, questões de mérito que nós tenhamos que mudar. Até pelo encaminhamento e o adiantado da hora que nós temos as câmaras, eu pergunto o seguinte: Há questões de mérito a reavaliar? Conselheiros Marcos, Marcos Costa não? Questão de mérito? **Marcos Dias – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF** - Na verdade não é mérito. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Então se o senhor permite. Conselheiros, logicamente que sem que isso seja feito de uma forma atabalhoada, mas pressupondo que nós todos lemos e relemos essa proposta várias vezes e que ela está circulada entre nós e também o adiantado da hora, a mesa

3998 faz o encaminhamento que nós fazemos a aprovação em bloco e aquelas revisões de
3999 texto que têm que ser feitas, sejam encaminhadas à Secretaria-Executiva via e-mail, a
4000 Secretaria-Executiva faz uma revisão geral do texto e redistribui aos Conselheiros para
4001 que a gente confirmando... É isso. E aí, para que até haja uma legitimidade entre nós e
4002 que todos saibamos o que vai acontecer. O próximo passo, conclusão dessa revisão
4003 ortográfica pela Secretária-Executiva e o encaminhamento para a Consultoria Jurídica do
4004 Ministério da Justiça. Então todos os Conselheiros em condição de votação? **Marcos**
4005 **Dias – Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF** - Posso
4006 fazer só uma observação? Só um detalhe. É que esse parágrafo sexto do artigo quarto
4007 onde fala: “Os Gestores que compartilham cadeira sejam submetidos às mesmas regras
4008 da Sociedade Civil.” Aí eu confio em quem vai distribuir o texto que só explicita o que
4009 quer dizer isso aí que é em relação a passagens, diárias e a voz. **Agnaldo Augusto da**
4010 **Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Mas esse esclarecimento foi feito. **Marcos Dias –**
4011 **Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – FENAPRF** - Ou na forma do
4012 Regimento, pronto, já contempla. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do**
4013 **CONASP** - Só o resgate desse parágrafo foi colocado com o seguinte sentido. Havia e aí
4014 faço um mea culpa com relação a isso, houve uma discussão aqui no Plenário e alguns
4015 dos Conselheiros fizeram isso. Foi até o Conselheiro Marcos Rezende que apontou isso.
4016 E os Gestores que compartilham cadeira que tenham o mesmo tratamento dos
4017 Trabalhadores da Sociedade Civil. Esse artigo historicamente nasceu disso. Eu creio que
4018 se nós deixarmos de forma ampla haverá simetria geral e se nós especificarmos e
4019 fizermos um detalhamento maior pode ser que alguma coisa fique fora disso e é
4020 interessante que seja global. **Marcos Dias – Federação Nacional dos Policiais**
4021 **Rodoviários Federais – FENAPRF** - Minha preocupação é porque nós estamos
4022 construindo o texto para os outros lerem. Então quando isso chegar lá na sessão que vai
4023 tratar de assuntos legislativos pode não compreender e simplesmente cortar isso daqui.
4024 Só isso, gostaria que ficasse explicitado mas não acho que é questão de mérito. **Agnaldo**
4025 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Todos os Conselheiros em condição
4026 de votação? Em regime de votação. Os Conselheiros que concordam com o texto
4027 proposto, por favor, levantem o braço. Unanimidade. Aprovada mais uma página vir
4028 virada do CONASP que é a questão do Decreto. (palmas) Eu pergunto aos Conselheiros
4029 membros de Câmara Técnica que a mesa faz o encaminhamento. Em razão da
4030 especificidade do tema e do adiantado da hora, que nós tenhamos como a primeira
4031 apresentação a Câmara Técnica de Articulação da Conferência. Perdão. Pela ordem,
4032 revisão da mesa aqui. O Conselheiro Marcos Rezende tinha feito um encaminhamento e
4033 antes de qualquer coisa é necessário que a gente defina sobre isso. Conselheiro Marcos
4034 Rezende com a palavra. **Marcos Rezende - Coletivo de Entidades Negras** - Então,
4035 Conselheiros. Como é sabido por parte de vocês, eu coloquei na lista do CONASP, isso
4036 para quem teve acesso ou leu, uma série de casos que vem acontecendo no que diz
4037 respeito ao âmbito da intolerância religiosa. Inclusive no Rio de Janeiro na semana
4038 passada houve até uma caminhada que reuniu aproximadamente 250 mil pessoas,
4039 justamente voltada para o diálogo e respeito à liberdade religiosa. Nós temos vivido aqui
4040 no nosso estado, no estado brasileiro, o avanço de religiões neopentecostais, e
4041 infelizmente pela forma como algumas dessas lideranças ou das pessoas que estão
4042 veiculando seus programas ou na mídia televisiva ou no rádio, tem causado por parte dos
4043 seus fiéis, talvez pelo entendimento equivocado, não porque esses líderes incentivam
4044 isso, atos de intolerância em outros espaços religiosos. E as religiões de matrizes
4045 africanas cotidianamente, no nosso país, tem sido violentada a garantia dos seus direitos.
4046 Não só por conta dos fiéis de outras regiões neopentecostais, mas também por Gestores
4047 públicos que utilizam da sua prerrogativa de gestor e confundem a laicidade do estado

4048 com o cargo que ocupam para fazer da sua função de gestor público uma função para
4049 que a sua denominação religiosa que sua fé ou sua crença esteja acima das demais. Isso
4050 fere o dispositivo constitucional da liberdade religiosa, e tem feito com que vários
4051 acontecimentos surjam em vários locais. Aí para ser breve e concluir posso dar vários
4052 exemplos do que nossa entidade tem feito com relação a isso. Nós iniciamos um
4053 processo político de conscientização dos religiosos de matrizes africanas iniciando uma
4054 caminhada das religiões de matrizes africanas que aqui nesse Conselho inclusive em
4055 alguns momentos eu divulguei e tivemos até ajuda através do Gonzaga e Márcia um
4056 apoio institucional para que fizéssemos isso. E reunimos mais de cinco mil religiosas de
4057 matrizes africanas de Salvador e do Brasil inteiro. Fizemos também uma cartilha que
4058 mostrei também nesse Conselho mostrando todos os dispositivos constitucionais acerca
4059 da garantia à liberdade religiosa. Também nossa entidade fez um mapa mostrando casos
4060 de intolerância religiosa que vem acontecendo no Brasil. Temos um site inclusive voltado
4061 para isso, para que as pessoas denunciem, que é o www.mapadaintoleranciareligiosa.com.org.br. Também fizemos um dossiê e apresentamos no Senado Federal de
4062 intolerância religiosa no Brasil. Enfim, nós estamos convencidos que apesar de todas
4063 essas ações, esse Conselho pode nos ajudar a pelo menos mudar alguns quadros que
4064 vem acontecendo no Brasil, a exemplo do que aconteceu nesse final de semana em São
4065 Paulo em que alguns religiosos de matrizes africanas para fazer seus cultos foram
4066 impedidos ou foram tentados a não fazê-lo, porque estavam carregando no carro animais
4067 vivos e agora tem uma Lei no Estado de São Paulo que proíbe carregar animais vivos no
4068 carro. E aí o policial viu e quis proibir que esses animais entrassem no terreiro e ficou
4069 dizendo que iria entrar no terreiro. Se não fosse por um religioso de matriz africana que
4070 era advogado, e falou assim: Tudo bem você traz o mandato e entra ou senão você vai
4071 ter que justificar porque você vai fazer isso aqui. Teria entrado. Inclusive eu não quero dar
4072 outro exemplo do Estado de São Paulo para não ficar parecendo que é uma ação
4073 deliberada, mas também tem o exemplo da polícia 190, que acho bom comandante dar
4074 uma olhada, porque já aconteceu com religioso de matriz africana, e a forma como foi
4075 colocada no programa desqualifica a nossa religião. Aquelas brincadeirinhas que é uma
4076 coisa muito séria para nós. Então, falei de São Paulo, mas em Salvador também tem
4077 acontecido isso e na Bahia tem acontecido em que uma orixá foi desrespeitada, e
4078 também denunciemos nesse conselho, foi colocada em cima de um formigueiro para
4079 afastar o espírito do diabo que estava nela e nós mostramos as fotos, dialogamos,
4080 conversamos e demos entrada em todas as instâncias e não tivemos nunca qualquer
4081 resposta com relação ao caso. E, por conta desses casos e outros casos que vem
4082 acontecendo no Brasil inteiro, nós precisamos e acreditamos que seria necessário
4083 construir dentro desse Conselho uma comissão para poder quando do surgimento desses
4084 casos ou da denúncia de casos de intolerância religiosa como esse, nós podermos nos
4085 deslocar para um local e conversar com atividades competentes acerca do que está
4086 acontecendo e tentarmos deliberar rapidamente sobre essas violências. Porque também
4087 entendemos que não adianta só denunciar e já denunciemos e não houve avanço nesse
4088 caso. E então acreditamos que a necessidade dessa pauta é para fazer com que esse
4089 debate seja levado a cabo com a seriedade que precisa. Nós percebemos que a
4090 intolerância religiosa tem feito em vários países do mundo. Nós vimos isso acontecer em
4091 vários países do mundo e não podemos dizer que isso é só lá, porque está acontecendo
4092 aqui também na nossa porta e tem matado pessoas. Inclusive dia 21 de janeiro é dia
4093 nacional de combate à intolerância religiosa porque Maria Lorixá morreu vitimada por um
4094 ato de intolerância de um evangélico que adentrou no terreiro depois dela ser mostrada
4095 na folha universal como uma vilã e bateu com a Bíblia na cabeça dessa pessoa e essa
4096 pessoa veio a falecer uma semana depois no hospital, por causa justamente deste
4097

4098 ataque. Então foi sancionado pelo presidente Lula o dia 21 de janeiro como Dia Nacional
4099 de Combate a Intolerância Religiosa. Por percebermos que isso tem avançado, tem
4100 aumentado e por ser uma religião de matriz africana e viver isso cotidianamente e por
4101 esse segmento entender que esse é um espaço adequado para debater uma situação
4102 como essa, eu venho por solicitação dessas representações fazer esse apelo para que o
4103 Conselho entenda a importância de nós criarmos uma comissão e que essa comissão
4104 possa acompanhar esses casos e fazer com que as autoridades locais competentes
4105 possam agir de forma mais rápida e mais cuidadosa no trato dessas questões. E eu sei
4106 que estou tomando tempo, mas é muito importante para nós, é muito importante e nós
4107 muitas vezes temos paciência com outros Conselheiros que aqui se pronunciavam. Como,
4108 por exemplo, um jovem de 14 anos que vai fazer uma obrigação religiosa, a polícia entra
4109 no terreiro no local sagrado e diz: Ele é menor e está sendo molestado. E o jovem que está
4110 na igreja Católica que está fazendo curso de primeira eucaristia, ninguém diz que esse
4111 jovem está sendo molestado quando ele fica quatro horas lá ou uma semana que fique
4112 num seminário ou num encontro católico de jovens, mas quando é no terreiro é tratado
4113 como cárcere privado. E vão se utilizando da Lei para destruir uma religião e o estado
4114 garante essas manifestações religiosas. E, inclusive a inviolabilidade desses espaços de
4115 culto sagrado. Então é por isso eu venho aqui pedir para que os Conselheiros, os nobres
4116 Conselheiros aqui entendam isso e possamos criar uma comissão para que eu possa
4117 mostrar quantos casos de intolerância vem acontecendo no Brasil, para que possamos
4118 fazer visitas de esclarecimentos com cursos, para que as pessoas mudem esse
4119 comportamento, porque senão nós percebemos que vamos viver uma guerra santa aqui
4120 nesse país, e a gente está fazendo que não existe ou mostrando que basta eu não clicar
4121 naquela televisão que não é comigo. Basta eu não assistir aquele canal que não é
4122 comigo. Mas aqueles que assistem invadem outros espaços. E é muito ruim uma criança
4123 e tem acontecido muito em vários estados do Brasil, que estão dentro das escolas
4124 públicas serem perseguidas, molestadas como aconteceu agora no Maranhão uma
4125 criança de três anos que foi molestada por um pastor de uma igreja e também bateu com
4126 a Bíblia na cabeça dessa criança de três anos, porque estava lá andando com o povo do
4127 diabo e depois vai para a escola e os professores têm feito orações para que aquela
4128 pessoa saia daquela religião que está ligada ao diabo. Imagine a criança de seis ou sete
4129 anos com uma conta no pescoço tendo que passar por essas questões. São coisas
4130 sérias que tem criado constrangimentos para essas pessoas inclusive com casos de
4131 depressão em professores em relação a essas questões. Era isso que queria tratar.
4132 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Então o Conselheiro
4133 encaminha a criação de uma comissão para interesse no caso de intolerância religiosa.
4134 Com a palavra o Conselheiro Vicente Mariano, Conselheiro Márcio inscrito também,
4135 Conselheiro João Francisco, Conselheira inscrita? **Vicente Mariano – Conselho**
4136 **Nacional de Comandantes Gerais das PM's e dos Corpos de Bombeiros Militares –**
4137 **CNGG** - Eu concordo com o que o Marcos está falando e inclusive na viagem que eu
4138 estive ontem veio junto comigo, porque a gente tem uma amizade muito forte um pai de
4139 santo de São Paulo, ele veio porque tinha uma audiência, segundo ele ia falar com o
4140 Ministro da Justiça sobre esse caso específico. O que quero dizer é o seguinte. A polícia
4141 não vai lá por iniciativa própria. Provavelmente ela foi chamada para ir lá, alguém
4142 incomodado com alguma coisa chamou e denunciou e a polícia foi lá e atuou. Toda vez
4143 que há desvio, isso não tem a menor dúvida. Desvio por parte da conduta do policial, se
4144 exorbitou, agiu de força desnecessária, nós reprimimos e não compactuamos com o tipo
4145 de atitude que desvirtua a finalidade. Isso é um ponto bastante importante. Já que você
4146 falou a questão do programa, e eu até aproveito aqui para convidar a todas as pessoas,
4147 aqueles que não tiveram oportunidade de assistir o Programa Polícia 24 horas, que passa

na Rede Bandeirantes, às quintas-feiras, a partir das 23 horas. Porque lá vocês vão ter realmente uma noção do trabalho da polícia. E, para vocês verem a dificuldade do nosso policial no dia-a-dia no atendimento dos mais diversos tipos de ocorrência na paciência que o policial tem de atender os tipos mais pitorescos tipos de casos que ocorrem na cidade de São Paulo. Inclusive em termos de audiência o produtor do programa esteve com a gente dizendo que está quase igualando com a Grande Família. Gente já está mudando de canal para a bandeirantes. Aproveitando nessa linha do Marcos, eu gostaria de defender aqui dois assuntos importantes. Eu tenho falado já anteriormente e acho que fui voz vencida aqui sobre a questão do trânsito. Milhares e milhares de pessoas morrem diariamente no país por conta do trânsito. O CONASP deveria ter alguma coisa, alguma temática, essa temática precisava ser discutida aqui, ninguém está falando isso. E, inclusive eu vi ontem uma propaganda na televisão aqui de Brasília falando do trânsito. Em São Paulo também nós já estamos com uma propaganda lá, a Polícia Militar está fazendo no sentido de conscientizar as pessoas à questão do trânsito. E nós temos enfatizado fiscalização também para ver se consegue reduzir o número de pessoas que morrem acidente de trânsito. E aproveitando, Augusto, outro assunto que eu acho que é muito importante e até agora não se falou no CONASP, que é a questão da copa do mundo. É um assunto muito sério. Só para vocês terem uma idéia nós recebemos o chefe da delegação americana no mês passado em São Paulo e a comunidade americana esteve na África do sul com cerca de 500 mil americanos e a previsão só de americanos para vir ao Brasil em 2014 é um milhão de americanos. E o CONASP precisa entrar nessa temática e precisa discutir o que tem sido feito e como o Brasil está se preparando para receber toda essa população que vem visitar. Obrigado. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Conselheiros, nós temos ainda cinco inscritos. Conselheira Eliana não cansa de olhar para mim atravessado, porque a apresentação dela está pronta e ela está querendo iniciar e em razão do encaminhamento do Conselheiro Marcos Rezende que creio que é bem objetivo, eu pergunto aos Conselheiros se eles continuam com a palavra. Eu solicito então, sem querer ser aquele que cerceia a fala, mas infelizmente em razão do cargo às vezes já o sendo, gostaria de fazer dois encaminhamentos. Primeiro. Nós suspendamos as inscrições e ficam só as que já estão. O segundo dele é o seguinte, que os comentários sejam especificamente sobre a proposta encaminhada pelo companheiro Marcos Rezende, ou seja, constituição da comissão. Esse ponto. Se possível me permitirem, mais um. Que nós sejamos o mais breve possível, sob pena de entrarmos no horário de almoço. Conselheira Tereza com a palavra. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE** - Só queria referendar, até por direito a voz que a defensoria faz questão de participar dessa comissão. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Ótimo. Conselheiro André. **André Luiz de Jesus Rodrigues – Instituto de Estudos da Religião – ISER** - Vou ser muito breve. Na verdade só dizer que esse tema é um tema de grande relevância mesmo, e eu como representante do ISER Instituto de Estudos da Religião não poderia deixar de me manifestar como de acordo com a criação dessa comissão e também me colocando à disposição para contribuir com os trabalhos dessa comissão. E o tema é um tema de Segurança Pública sim e é um tema que infelizmente parte do conflito entre códigos culturais distintos que acaba culminando em dinâmicas de violência, esses conflitos podem ser interceptados, tratados, e a perseguição a religiões de matrizes africanas brasileira obedece a mesma dinâmica de segregação racial no Brasil, que se esconde atrás de um código de pluralidade religiosa, que na verdade não é tão concreto assim na prática, e o ISER se dispõe a participar dessa comissão e reafirma aqui a importância desse tema e lamenta o fato da gente ter tampouco tempo para

discutir um assunto de tamanha relevância aqui. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Conselheiro Márcio Marins. **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais** - Bom, é o seguinte. Primeiro é reforçar o que o Márcio falou os casos de intolerância religiosa estão crescendo cada vez mais no Brasil. Nós temos no Estado do Paraná, mais de quatro terreiros, acho que são seis, quatro estão denunciados já no Fórum de Religião de Matriz Africana do Estado, porque foram invadidos, depredados e queimados. Tocaram fogo, não sobrou nada e tinham pessoas dentro. Tocaram fogo com pessoas dentro. Ninguém saiu ferido, mas tinha um grupo de fundamentalistas que gritava do lado de fora: A casa do satanás está pegando fogo, está queimando. Uma igreja vizinha onde foram pedir socorro. Sobre a criação da comissão. Eu acredito que seja necessário um grupo de pessoas interessadas em se debruçar sobre esse assunto, mas que seja por dentro da Câmara de Combate à Discriminação. Tem uma Câmara constituída para tratar desses assuntos. É o combate à discriminação. Isso não vai tirar o peso ou a importância da comissão e também não limita a participação só de quem é da Câmara de Combate à Discriminação. E outra fica tão bem aqui, não sei como podemos reportar, mas na última reunião nós tivemos a oportunidade, deixaram um prazo de quinze dias, de interferir naquela cartilha, naquele guia de direitos humano que é utilizado pelas polícias e não tinha nenhuma referência à minorias religiosas. Era uma reforma da cartilha e lá tinha a questão geracional, a questão racial, de gênero e não tinha minorias religiosas. Eu encaminhei a proposta, mas eu temo que ela não entra porque não era um tema que estava sendo reformado, reformulado, é um tema novo. Acho que tem que ficar aqui um reforço no CONASP, enfim, uma maneira da gente interferir e garantir que entre, porque lá tem um tema bem específico que são minorias religiosas. Como é que as polícias devem proceder com minorias religiosas. Ficam os dois encaminhamentos aqui. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Conselheiro Tião com a palavra. **Sebastião Santos – Viva Rio** Eu quero concordar com o companheiro Márcio, acho que é um papel da Câmara Técnica de Discriminação, não só essa questão religiosa, mas qualquer outra questão de discriminação, acompanhamento efetivamente. Quero só sugerir à Câmara Técnica a comissão que tem um tema que é de responsabilidade do Ministério da Justiça que é a questão do uso de propaganda, da televisão, enfim. Nós sabemos o papel e a importância que tem a mídia nessas questões. Eu acho que o Brasil tem que de alguma forma tratar esse tema, sob pena de continuarmos com os mesmos problemas. Não é admissível que concessões públicas em nome da Sociedade Brasileira sejam utilizadas para esses fins. Você tem canais de televisão utilizados apenas para proselitismo religioso de maneira desigual aonde quem tem mais recurso faz o que quer, põe o que quer no ar sem nenhuma interferência da sociedade, causando os efeitos que a gente está vendo no Brasil de hoje com relação às discriminações. Então, que essa comissão de alguma forma possa procurar o órgão responsável pelo Ministério da Justiça para tratar dessa questão de alguma forma interferir nisso também. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP.** Com a palavra o Conselheiro João Francisco. **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República** - Minha fala é só ratificando a importância do tema e já que fui contemplado por todos apenas ratificar que vejo desnecessário construir essa comissão quando já existe a Câmara Temática de Discriminação. E até mesmo na nossa Resolução, Marcos Rezende existe a questão da intolerância religiosa, discutimos e foi votado nessa Plenária aqui e o enfrentamento à intolerância religiosa é um tema da nossa Câmara Temática. O meu encaminhamento é no sentido que essa problemática seja tratada dentro da Câmara Temática, incluindo e com a possibilidade assim como a de outros Conselheiros participarem desse tema.

4248 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - A Conselheira Raquel
4249 pediu a palavra. **Raquel Willadino Braga – Observatório de Favelas do Rio de Janeiro**
4250 Muito brevemente numa tentativa conciliatória, eu acho que é um tema extremamente
4251 relevante que precisa ser enfrentado pelo Conselho, a gente tem uma estrutura que é a
4252 Câmara Técnica que pode pensar com maior consistência, mas queria propor que a
4253 gente mantenha a comissão vinculada à Câmara Técnica na linha do que o Márcio
4254 Marins tinha sugerido e que ela possa incorporar outros Conselheiros que fortaleçam
4255 esse debate e queria me colocar à disposição. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
4256 **Presidente do CONASP** - Com a palavra o Marcos Rezende finalizando as falas.
4257 **Marcos Rezende - Coletivo de Entidades Negras** - Gente, eu concordo com o que o
4258 João Francisco colocou, principalmente nessa colocação que a Raquel fez. A grande
4259 questão é que quem está sendo expulso de casa como já aconteceu na Bahia, porque foi
4260 expulso do terreiro. Dezoito pessoas expulsas. Você está fora daqui. Eles não podem
4261 esperar a Câmara Técnica decidir. Não, vamos nos debruçar sobre o papel. Eles
4262 precisam que o Ministério da Justiça encaminhe uma comissão e ligue para o Secretário
4263 de Justiça do estado e vá para cima e diga: O que é isso que está acontecendo no nosso
4264 país? O Conselho curador da Empresa Brasileira de Comunicação emitiu um parecer
4265 proibindo a veiculação de programas religiosos e tem lá uma bancada parlamentar na
4266 Câmara dos Deputados se posicionando contra para derrubar isso e o que o Conselho
4267 curador pediu foi para que todas as religiões fizessem um programa de diálogo inter
4268 religioso. E católicos se juntaram dizendo que tem que ter missa Católica e os
4269 evangélicos se juntaram dizendo que tem que ter programas evangélicos, e nós religiosos
4270 de matrizes africanas não temos a menor estrutura para fazer um programa. E todo
4271 mundo fala o espaço está aqui, vem e faça seu programa. E quando a gente vai com a
4272 nossa Câmara humilde não tem qualidade necessária para estar sendo veiculado. A
4273 gente tem que entender que nós estamos aí destruindo determinado segmento que tem
4274 história nesse país. Então, mais uma vez eu concordo que é um ato de racismo ligado
4275 também a esses elementos e precisamos ter efetividade. Concordo que esteja dentro da
4276 Câmara, acho fantástica a idéia, mas que seja uma comissão, e aí Presidente em
4277 exercício, multi, é bom que tenha Gestores. Eu sou gestor e quero estar nisso, porque ele
4278 pode falar com o Comando da Polícia Militar da Bahia, inclusive quem não é da Câmara.
4279 Alguém da Presidência da República é excelente, alguém do Ministério da Justiça para
4280 que eles entendam um trabalhador como o Heder que possa falar: Amigo, eu sou praça
4281 como vocês, está errado isso. Na verdade precisamos ter deslocamento ágil, dar
4282 resposta e chamar comissões aqui no Ministério, grupos que foram violentados nesses
4283 atos para vir ao Ministério e ter reunião com o Ministro, publicizar isso, porque assim eu
4284 acho que as pessoas que estão lá na ponta começam de um lado a ter medo e dizer: O
4285 pessoal está conversando com o Ministério da Justiça, isso vai dar bronca, né? E do
4286 outro lado nós fazemos fazemos a função inversa, para que aquelas pessoas voltem a
4287 ter segurança nos seus locais onde vivem. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente**
4288 **do CONASP** - Você me permite um encaminhamento, Marcos? Eu acho que seria
4289 interessante o que o Márcio colocou então, talvez em contato com a Câmara Técnica,
4290 mas que a Câmara Técnica em conjunto com o Marcos crie essa composição, várias
4291 instituições foram voluntárias a participar e que na próxima Plenária então já se traga
4292 essa comissão vinculada. Então já circula. Está criada no âmbito e circulem só a
4293 comissão ou já vamos definir quem vai compor? Leia Márcio, por favor, quem são os
4294 componentes e veja se tem mais algum interessado em participar dela. **Márcio da**
4295 **Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais -**
4296 Marcos Rezende, Márcio Marins, Tereza da Defensoria, Raquel. **Marcos Rezende -**
4297 **Coletivo de Entidades Negras** - Quero fazer uma proposta. Vamos criar um Grupo

4298 Temático vinculado à Câmara, porque a gente garante dentro da Câmara esse Grupo
4299 Temático. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Eu creio até que
4300 essa seja sem posição regimental, porque isso tem que ser deliberado pela Câmara, mas
4301 que a Câmara avalie não sei esse Grupo Temático, mas pelo menos uma pauta
4302 permanente sobre esse assunto na Câmara. **Marcos Rezende - Coletivo de Entidades**
4303 **Negras** - É uma força tarefa do mesmo jeito que o pessoal vai lá para a fronteira. O que
4304 está acontecendo? Eu estou em casa duas da manhã e alguém me liga e fala assim:
4305 Marcos, como você é do Conselho Nacional de Segurança Pública do Ministério da
4306 Justiça, a polícia entrou aqui, o vizinho entrou aqui, quebrou meu terreiro todo e tacou
4307 fogo. É? Está certo, e faço o quê? Vou ligar para vocês às três da manhã? **Agnaldo**
4308 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** Como a título até de esclarecimento,
4309 acho que cabe à presidência e mais até na função aqui representando o Ministério da
4310 Justiça, eu acho que o trabalho dessa Câmara ou desse Grupo Temático, nós temos que
4311 fazê-lo, fazer uma descrição e até uma definição de atividades e tarefas até para que ele
4312 tenha efetividade nas suas ações, que esse grupo seja empoderado de determinado
4313 conhecimento e principalmente esclarecido sobre o rol de atuação. O que estou querendo
4314 dizer com isso? Primeiro, que ele tem que saber quais os mecanismos que ele pode
4315 acionar. Mecanismos do Estado, da União, aí circula dos mecanismos do Estado, o
4316 Ministério Público estadual, Federal, Corregedorias, principalmente Ouvidorias e
4317 logicamente no âmbito do Ministério da Justiça também. Eu creio que sejam essas duas
4318 questões. Para que a gente não tome muito tempo, eu sugiro que a gente encaminhe
4319 logo para a composição, porque a gente identifica outros que querem participar. **Márcio**
4320 **da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e**
4321 **Transexuais - ABGLT** Os membros da Câmara Técnica já estão envolvidos, não precisa
4322 nominar. E outras pessoas que se manifestaram foi Marcos Rezende, eu acho que ali é
4323 legal pôr o nome do que a instituição. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do**
4324 **CONASP** Vamos relacionar todos e depois a gente vê. Heder, Almir, André, Raquel e
4325 Tereza. É isso? **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas,**
4326 **Gays, Travestis e Transexuais - ABGLT** E vamos tirar logo um compromisso de acordo
4327 com o indicativo aqui do coronel Augusto de criar um fluxo. Nós temos que fazer um
4328 fluxo. Fora aquele plano de trabalho para onde é que a gente encaminha, como é que a
4329 gente denuncia. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** Nós vamos
4330 encaminhar, eu concordo com o Marcos. Agora tem algum gestor aí? Não tem gestor?
4331 Algum dos senhores Gestores tem interesse de participar desse grupo? O João está na
4332 Câmara, está contemplado. Trabalhador está contemplado. Vamos colocar em votação.
4333 Os senhores Conselheiros concordam com a criação da Câmara Temática, por favor?
4334 Levantem o braço. O Grupo Temático. Aprovado em consenso. Com a palavra então a
4335 Conselheira Eliana para fazer sua apresentação da Câmara Técnica. Eu solicito à
4336 Plenária autorização para que o Conselheiro Márcio Marins assuma a presidência por uns
4337 instantes. **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
4338 **Travestis e Transexuais - ABGLT** Bom, companheira Eliana nós vamos proceder
4339 agora... Ainda sobre a Câmara? **Elder Costa Santos – Fórum Nacional de Juventude**
4340 **Negra – FONAJUNG** Não, não é sobre o que foi tratado nem sobre a apresentação da
4341 Eliana. Eu queria solicitar da Secretaria-Executiva informação para a tarde, porque nós
4342 aprovamos quatro recomendações nesse ano, e aí a gente quer uma informação sobre o
4343 andamento das deliberações aprovadas por essas recomendações com ênfase à
4344 recomendação que nós tratamos sobre a violência voltada à juventude negra que
4345 estipulava que os Ministérios seriam acionados e que iria ser constituído um grupo
4346 interministerial para tratar essa questão e nós não estamos percebendo uma celeridade
4347 nesse processo. Então eu queria satisfações aí da mesa a respeito desse tema na parte

4348 da tarde. **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** Então,
4349 gente, vamos tentar concentrar para a gente fazer essa discussão da Câmara Técnica de
4350 Mobilização em relação à segunda CONSEG, de uma maneira objetiva e relativamente
4351 rápida, porque ontem a gente fez uma tentativa de já discutir nas câmaras para poder
4352 justamente antecipar essa discussão e a gente poder render naquilo que efetivamente
4353 possa contribuir para melhorar o projeto que a gente trabalhou. Na realidade eu queria só
4354 falar que essa proposta é uma proposta preliminar trabalhada dentro da Câmara de
4355 Mobilização. Nossa idéia é que o pleno de uma maneira completa se envolva da forma
4356 mais orgânica possível nesse processo de construção da segunda CONSEG, e que
4357 apesar da gente ter essa responsabilidade como Câmara, a gente acha que todos têm
4358 que de alguma maneira se implicar nesse processo. E acho que olhando para esse
4359 projeto vocês vão poder se colocar. Então poderia passar. Podemos? Eu queria pedir a
4360 atenção de vocês, tá? Bom, o primeiro ponto do projeto... Isso aqui é tão sério quanto
4361 tudo o que a gente estava conversando até agora. A questão dos antecedentes e
4362 justificativa, foi sugerido pela Câmara da gente fazer um resgate do que foi implementado
4363 e do que foi feito até agora em relação às diretrizes da primeira CONSEG. E então a idéia
4364 é a gente fazer um pouco um balanço do que foi trabalhado até agora, e a Luiza que é a
4365 técnica do Ministério está conosco trabalhando essa questão e aqui vai entrar essa
4366 questão. A gente vai apresentar isso para vocês depois. Bom, dentro do item 2 que é a
4367 identificação, a primeira questão é o lema da conferência. A gente fez uma proposta que
4368 seria Segurança Pública, Direito Humano Fundamental. Qual vai ser a dinâmica? A
4369 gente vai apresentar tudo e depois as pessoas vão fazer sugestões de mudança? Qual é
4370 a proposta da secretaria? **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de**
4371 **Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - ABGLT** Eu acho que é melhor apresentar
4372 tudo, anotar os pontos, cada destaque e a gente volta, senão não vamos avançar. **Eliana**
4373 **Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** Tá, então em relação ao
4374 lema, quem tiver alguma questão, a gente está propondo que seja Segurança Pública:
4375 Direito Humano Fundamental. Bom, comissão organizadora. Na verdade a gente acha
4376 que tem que ser o Conselho Nacional de Segurança Pública, envolvendo a Câmara
4377 Temática de Mobilização e o pleno do CONASP. Na verdade a gente quer reforçar essa
4378 questão de que a responsabilidade pela coordenação da Segunda Conferência Nacional
4379 de Segurança Pública é do pleno e a Câmara Técnica tem uma questão específica, mas
4380 ela tem que trabalhar com o conjunto do pleno e o Ministério da Justiça. Bom, as
4381 instâncias organizativas. As instâncias nacionais que na verdade a instância maior
4382 organizativa seria o CONASP, e aí na verdade a gente fez uma descrição dentro dessas
4383 instâncias nacionais o que a gente precisa contar para que a gente possa fazer
4384 plenamente a conferência. Então as instâncias nacionais contarão com apoio das
4385 coordenações específicas envolvendo as seguintes áreas: Infra-Estrutura, comunicação,
4386 mobilização, metodologia, formação e sistematização. Uma questão que foi acrescida
4387 nesse item depois das conversas com as câmaras foi a idéia da gente contatar além dos
4388 técnicos do Ministério da Justiça nos estados, nas regiões também, porque na primeira
4389 conferência o Ministério contratou mobilizadores locais que foram consultores e atuaram
4390 nos estados. A proposta agora é que aonde haja funcionários e pessoas do Ministério da
4391 Justiça trabalhando, que essas pessoas se envolvam desde o início desse processo e
4392 houve a sugestão de além dos técnicos do Ministério da Justiça a gente também
4393 contatasse técnicos dos estados da Secretaria de Segurança Pública para também estar
4394 nesse processo. Além dos Conselheiros que são referências nesses estados. Uma
4395 explicação **Célia Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às**
4396 **Organizações Populares – GAJOP -** Esclarecimento. Não será pensado em cada
4397 estado uma comissão organizadora com essa composição? **Eliana Sousa – Associação**

4398 Redes de Desenvolvimento da MaréSim. Célia Dantas Gentile Rique – Gabinete de
4399 Assessoria Jurídica às Organizações Populares - GAJOPNão resolveria aqui? Que
4400 função outra teria esta pessoa contratada? Eliana Sousa – Associação Redes de
4401 Desenvolvimento da MaréNão se contratariam pessoas. Na realidade o que se via é que
4402 na primeira CONSEG o Ministério contratou pessoas que ficavam nos estados na
4403 mobilização e você tinha outros técnicos do Ministério que não sabiam do assunto que
4404 estava se tratando. Então a idéia é que haja uma articulação com os técnicos que já
4405 existem. Dessa vez a proposta é não ter contratação de técnicos, tá? Isso em nível
4406 nacional. Nas instâncias estaduais a proposta é que aonde haja Conselho Estadual de
4407 Segurança Pública em funcionamento, esses seriam estimulados a promover a
4408 organização e a implementação das conferências estaduais, respeitando a
4409 proporcionalidade de 40% da Sociedade Civil, 30 Gestores e 30 de Trabalhadores. Nos
4410 estados em que o Conselho ainda não foi instalado, a Secretaria Estadual encarregada
4411 das Políticas de Segurança Pública terá a prerrogativa de convocar as etapas estaduais e
4412 fomentar a constituição de comissões organizadoras estaduais envolvendo a Sociedade
4413 Civil, Gestores e Trabalhadores na área a partir dos parâmetros nacionais. E, ainda no
4414 caso do poder executivo estadual não convocar no prazo previsto a Sociedade Civil e os
4415 Trabalhadores da área da Segurança Pública, poderão fazê-lo com o apoio do CONASP.
4416 Esse processo deve contribuir para fomentar a instalação de Conselhos Estaduais. É da
4417 comissão organizadora. Vamos descer. Bom, em relação ao número de participantes da
4418 Segunda Conferência, na realidade a tentativa foi tentar articular os principais
4419 responsáveis envolvidos na questão da Segurança Pública atendendo a todas as
4420 categorias. E aí dentro disso tentou-se respeitar a questão da diversidade desses
4421 segmentos, dessas corporações, garantindo uma proporcionalidade presente no próprio
4422 CONASP. Nesse sentido os quantitativos por segmento ficaram da seguinte forma. 600
4423 representantes da Sociedade Civil, 447 Trabalhadores da área da Segurança Pública;
4424 447 Gestores; e cem convidados; o que totaliza 1.594 participantes. A proposta dessa
4425 Segunda Conferência é praticamente a metade da primeira, tá? Vamos lá. Público a ser
4426 atingido: os Trabalhadores da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário e Gestores
4427 da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário e Sociedade Civil atuante no campo da
4428 Segurança Pública. Destaque para José Neves e Márcio. Objetivo geral. Esse eu vou ter
4429 que ler porque a gente já incorporou as contribuições para ver se todo mundo concorda.
4430 “Aprofundar a reflexão sobre a Política Nacional de Segurança Pública com participação
4431 ativa da Sociedade Civil, dos Trabalhadores da área e dos Gestores públicos, visando
4432 garantir os possíveis avanços dos princípios e diretrizes já pactuados na primeira
4433 CONSEG e efetivar os princípios da segurança como direito humano fundamental de
4434 todos os brasileiros e brasileiras.” Tudo bem? Quem quiser destacar destaca que eu vou
4435 seguir. Tem destaque? A gente já incorporou. A gente incorporou. É só olhar se
4436 contemplou quem fez o destaque. Objetivos específicos. “Propiciar o encontro, a troca de
4437 experiências e o debate político entre os segmentos da Sociedade Civil, Trabalhadores e
4438 Gestores públicos atuantes no campo da Segurança Pública e do Sistema Penitenciário.
4439 Objetivo específico 2. “Definir prioridades para a Política Nacional de Segurança Pública
4440 a partir dos eixos temáticos escolhidos para a Segunda Conferência Nacional de
4441 Segurança Pública, afim de subsidiar a formulação do Plano Nacional de Segurança.”
4442 Objetivo 3. “Mobilizar diferentes órgãos do poder público e a sociedade de modo geral
4443 sobre a necessidade de se efetivar o conceito de Segurança Pública como direito
4444 humano fundamental.” Quarto. “Fortalecer e qualificar a participação social no debate
4445 sobre as Políticas de Segurança Pública.” Quinto. “Fomentar a criação de Conselhos
4446 Municipais e Estaduais de Segurança Pública.” Sexto. “Construir a metodologia...Márcio
4447 da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais -

4448 ABGLTSó um instante, Conselheira. Destaque.Eliana Sousa – Associação Redes de
4449 Desenvolvimento da Maré“Construir a metodologia sobre as estratégias de
4450 implementação, monitoramento e avaliação das resoluções da segunda CONSEG, de
4451 forma que os participantes possam deliberar recomendando definições para as Políticas
4452 Públicas a serem realizadas nos Municípios, Estados e em nível federal.” Vamos agora à
4453 metodologia. Bom, a metodologia é um pouco complexa. “Tendo em vista o lema e os
4454 objetivos específicos propostos para a segunda CONSEG, o projeto metodológico da
4455 Segunda Conferência deverá ter como pressupostos a criação de espaços de diálogo
4456 intra e inter segmentos, a priorização de princípios e diretrizes para a Política Nacional de
4457 Segurança Pública, a produção de subsídios que qualifiquem o debate público sobre o
4458 tema e a construção de estratégias de implementação de seus resultados, envolvendo
4459 canais de diálogo entre os três níveis de governo. Também será fundamental a dimensão
4460 pedagógica, visando um processo de preparação e qualificação dos representantes dos
4461 estados que virão para a etapa nacional. Nessa perspectiva, serão desenvolvidas etapas
4462 preparatórias e eletivas de caráter mobilizador, formativo e propositivo, a partir dos eixos
4463 temáticos priorizados e do texto base.” Bom, em relação à questão dos eixos temáticos, a
4464 questão é a seguinte. As discussões que já aconteceram nas câmaras, e aí é para a
4465 gente na verdade definir aqui, a Câmara Técnica de Mobilização trouxe uma proposta
4466 inicial de termos quatro eixos temáticos e na discussão ontem de algumas câmaras
4467 houve a sugestão de um eixo temático desmembrado. E então a gente tem que olhar
4468 agora para esses eixos pensando nessa sugestão de incluir mais um eixo, o que ao
4469 incluir mais um eixo isso significa ter mais três diretrizes. Então isso em relação aos eixos
4470 temáticos. Em relação ao texto base, a proposta é que a gente faça a construção do texto
4471 base a partir de um encontro que seria um seminário em dezembro em que a gente faria
4472 a partir da discussão dos eixos, definidos esses eixos a gente viria para estar fazendo
4473 essa discussão e construindo essa proposta do texto base já em dezembro. Célia Dantas
4474 Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares -
4475 GAJOPAntes que a gente comece a discussão sobre os eixos, a questão da metodologia,
4476 eu acho que eu não sei qual é o lugar nem a redação, mas veja, tem uma questão que
4477 nós vamos ter que enfrentar... Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da
4478 MaréÉ porque tem que destacar e na hora falar. Destaque para a Célia na metodologia,
4479 por favor. A gente vai ver o primeiro eixo temático que eu acho que esse foi consensuado
4480 para ser o eixo. Esse não teve questão. “O texto base será produzido a partir de diretrizes
4481 consensuadas pelo CONASP, podendo contar com a consultoria de especialistas em
4482 cada um dos eixos temáticos.” Em relação aos eixos temáticos a perspectiva é propor um
4483 número menor de temas, quatro ou cinco, com uma delimitação clara que possibilite
4484 aprofundar o debate e avançar nas propostas. A partir desses eixos serão extraídas três
4485 diretrizes por eixo, totalizando doze diretrizes ou no caso de serem cinco eixos quinze
4486 diretrizes. O número de princípios seria equivalente ao número de eixos. Um por cada
4487 eixo. Eu já falei isso, que a gente agora tem que definir se vai ser quatro ou cinco eixos.
4488 Vamos para o primeiro eixo. Primeiro eixo seria gestão democrática e funcionamento da
4489 Política Pública de Segurança. E aí aqui a gente foi colocando alguns sub-itens
4490 justamente para ver se a gente está dando conta do que seria relevante para ser
4491 pontuado nesse eixo e relevante para a própria questão da consultoria geral da segunda
4492 CONSEG. Então como conteúdo e sub-item já foram acrescentadas as contribuições das
4493 câmaras. Então seria compartilhamento da gestão da informação envolvendo a produção,
4494 o processamento e a utilização pelos órgãos de Segurança Pública nas três esferas
4495 federativas. Nós temos no eixo gestão democrática e financiamento da Política Pública de
4496 Segurança. Democratização e publicidade dos dados de Segurança Pública para a
4497 sociedade. Financiamento da Segurança Pública a partir de um paradigma que

4498 considere uma perspectiva preventiva e que priorize a efetiva implementação dos
4499 princípios e diretrizes da segunda CONSEG. Gestão participativa e compartilhada do
4500 Sistema de Segurança Pública. Fomento à criação de Conselhos Estaduais e Municipais.
4501 Nesse caso, pelo o que eu compreendi, esse eixo foi consensuado, e o que a gente
4502 poderia estar fazendo é contribuir na questão do próprio conteúdo e dos itens que
4503 precisam ser observados na discussão desse eixo. Tudo bem? Tem algum destaque
4504 nesse eixo? Então vamos ao eixo 2. Sistema Prisional, acesso à justiça e direitos
4505 humanos. Conteúdo e sub-itens. Políticas de Segurança e mudança no paradigma do
4506 encarceramento. Sistema de Justiça e Segurança e Direitos Humanos. Medidas
4507 alternativas à prisão. Seria uma discussão mais forte sobre o acesso à justiça. Na
4508 verdade esses itens vocês vêem que eles precisam ser melhor elaborados. Tem
4509 destaque aqui? Tá, então tem destaque aí. Ela vai fazer contribuições ao eixo. Célia
4510 Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares -
4511 GAJOPÉ nas sugestões. Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da
4512 MaréEntão no conteúdo precisa ser observado no eixo. Então vamos para o terceiro. O
4513 terceiro é nesse eixo que houve a sugestão de que haja um desmembramento.
4514 Originalmente o eixo 3 veio: cultura de paz, prevenção à violência e combate à
4515 discriminação. Tendo como conteúdo violência e discriminação étnica e racial,
4516 intergeracional, de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, população de rua,
4517 povos e comunidade tradicionais. Redução de efeitos sociais da violência armada.
4518 Violência armada, controle de armas de fogo e munições, enfrentamento das questões
4519 relacionadas no contexto das drogas, mortes violentas no Brasil, extermínio da juventude
4520 negra, mídia grupos discriminais e Segurança Pública. Aí teve a proposta de
4521 desmembramento. Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP Conselheiro
4522 Celito tem destaque? Mortes violentas no BrasilEliana Sousa – Associação Redes de
4523 Desenvolvimento da MaréBom, qual é a proposta que veio de algumas câmaras? Que a
4524 gente deixasse o eixo 3. Você pode voltar lá por gentileza? Com cultura de paz. A gente
4525 teve que construir um texto, uma escrita, cultura de paz e prevenção à violência e o
4526 combate à discriminação fosse eixo específico e alguns desses subitens desceriam para
4527 esse quarto eixo temático, não é isso? Seria extermínio da juventude negra, a violência e
4528 discriminação étnica racial, grupo discriminado de segurança pública. O conteúdo lá de
4529 cima que está junto viriam alguns para cá e esse seria o quarto eixo. Todo mundo
4530 compreendeu, gente? Na verdade vai ter que decidir se vai ser isso ou se junta. O
4531 próprio nome do eixo precisa ser melhor formulado. Tem destaque aí, né? Porque essa é
4532 exatamente a questão. Então vamos para o quinto. Instituições policiais, valorização
4533 profissional e controle social. Conteúdo: formação dos operadores da Segurança Pública
4534 e sua relação com o cidadão. Qualidade de vida do operador e operadora da Segurança
4535 Pública, considerando a saúde mental, a drogadição e deficiência adquirida no exercício
4536 do trabalho. Combate às práticas discriminatórias institucionalizadas tais como racismo,
4537 homofobia, machismo e outros. Política de Controle da Violência Institucional. Efetivar o
4538 Sistema Único de Segurança Pública com estabelecimento de marco legal. Políticas de
4539 melhoria das condições de trabalho dos operadores da Segurança Pública. Bom, agora a
4540 gente vai para uma fase dentro da metodologia que seria a questão das etapas
4541 preparatórias e eletivas. Nessa questão também a gente tem objetivamente foram
4542 levantadas questões a proposta original. Todo mundo entende que o processo de
4543 mobilização vai envolver etapas preparatórias e etapas eletivas. A grande questão que
4544 originalmente a gente havia proposta que o município estivesse nas etapas preparatórias
4545 e na realidade surgiram a partir dessa proposta algumas propostas questionando essa
4546 questão do município. Porque tem um número que está balizando a participação do
4547 município para ser eletivo ou ser só preparatório. Eu vou ler as propostas, mas esse é um

4548 ponto que vamos precisar aprofundar. Marcos Leôncio Sousa Ribeiro - Associação
4549 Nacional dos Delegados de Polícia Federal Fica difícil fazermos uma apresentação, se
4550 vocês virem a quantidade de Conselheiros que já saíram da mesa e que depois vão
4551 votar, é complicado, acho que a mesa deve providenciar o retorno dos conselheiros,
4552 porque depois vão levantar questões... Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do
4553 CONASPNós estamos com quorum, Conselheiro. Na verdade não há deliberação. Esse
4554 texto, todos já tiveram conhecimento dele e ele já foi apresentado em cada uma das
4555 Câmaras Técnicas. Eu também não entendi. Eliana Sousa – Associação Redes de
4556 Desenvolvimento da MaréÉ porque ele está questionando, porque essa questão tem uma
4557 dispersão e depois isso acaba gerando discussões. Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-
4558 Presidente do CONASPNesse ponto eu concordo com o Conselheiro e peço inclusive
4559 que na medida do possível permaneçamos aqui na sala. Agora, mesa, há quorum? .Há
4560 quorum. Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da MaréMas agora é
4561 justamente o momento das divergências. Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do
4562 CONASPO que o Conselheiro colocou e eu concordo plenamente com ele, é que o
4563 Conselheiro que não está acompanhando agora para votar terá dificuldades, porque o
4564 texto é bem denso. Solicito aos Conselheiros, porque daqui a pouco vamos ter que
4565 suspender a reunião por falta de quorum, não é nem questão de educação com quem
4566 está apresentando, vai ser falta de quorum mesmo. Agora creio que não há mais quorum,
4567 né? Temos 16. Por um. Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
4568

4569 Então vamos lá. A proposta 1. As etapas preparatórias não elegem representantes, mas
4570 enviam propostas diretamente para a etapa nacional. A validade das etapas preparatórias
4571 estará condicionada à discussão do texto base, observação da proposta metodológica
4572 da segunda CONSEG e envio de relatório de acordo com o modelo e prazo
4573 estabelecidos. Os métodos devem ser os mais abertos possíveis para favorecer a
4574 participação. Será elaborada com uma recomendação que potencialize a territorialização
4575 dos debates. A proposta 2. O critério para que as propostas sejam enviadas para a etapa
4576 nacional será dois terços de aprovação. Esse critério visa reduzir o volume e qualificar as
4577 propostas que chegarão até a Conferência Nacional. Proposta três. Todas as propostas
4578 provenientes das etapas preparatórias devem passar pelo crivo da etapa estadual. Dentre
4579 as etapas preparatórias propõem-se a realização das seguintes modalidades de
4580 atividades: Conferências livres, seminários temáticos, conferência virtual e etapas
4581 municipais livres preparatórias, nos casos das cidades com menos de 200 mil eleitores.
4582 Proposta 2. Supressão das etapas municipais preparatórias. Todas as conferências
4583 municipais seriam eletivas. Isso é uma proposta objetiva. Proposta 3. O critério para as
4584 municipais eletivas será os municípios mais violentos. Aí já é o critério para definir e não
4585 esse parâmetro de 200 mil leitores. Bom, é óbvio que aqui tem um destaque, porque tem
4586 uma questão para a gente decidir qual o papel do município nessa conferência, se vai
4587 mudar o que se propôs até então. Seria o caso de se colocar essas três propostas em
4588 amarelo para a gente depois fazer destaque. Destaque na conferência virtual, porque na
4589 verdade a Câmara trouxe uma proposta de não ter e houve esse acréscimo. A gente
4590 precisa discutir. Vamos lá? Bom, as conferências livres elas não mudam do ponto de
4591 vista do que elas já foram na primeira CONSEG, e eu não vou ler isso para repetir. Tem
4592 algum destaque em relação a isso? Em relação aos seminários temáticos. A proposta é
4593 que a gente faça inicialmente eram quatro seminários, mas já foi acordo em todas as
4594 câmaras, nos dois grupos que debateram inicialmente a gente fazer cinco seminários, um
4595 por região e cada seminário discutir todos os temas. Eu acho que isso também já foi um
4596 acordo e a gente até incorporou isso, mas quem tiver destaque em relação a isso, tudo
4597 bem. Bom, aqui é a explicação de como seriam as etapas municipais que tem a ver com

4598 aquela discussão lá de cima. A gente primeiro vai ter que decidir qual o papel do
4599 município nessa segunda CONSEG, se a gente vai obedecer esse critério de 200 mil
4600 eleitores, se só vai ter etapa eletiva municípios que estão acima desses ou os municípios
4601 mais violentos. Essa discussão aí precisa estar linkada à discussão lá em cima. É só um
4602 destaque, não vou precisar ler. Isso aí vai ser reformulado em função da decisão que a
4603 gente tiver lá. Em relação à etapa eletiva, a proposta são municípios com mais de 200 mil
4604 eleitores que poderão realizar etapas municipais eletivas, e aí dentro disso, se a gente
4605 não for manter essa questão dos 200 mil leitores, a lógica que chegou aos 1500
4606 participantes vai ter que ser reformulada, porque aí municípios antes que não elegiam
4607 passam à eleger e aí essa lógica da conta vai ter que ser diferente. Também tem a ver
4608 com a questão lá de cima. A etapa estadual, ela não muda em relação ao que a gente já
4609 teve, ao formato que a gente já teve anteriormente, então eu acho que também não
4610 precisa ler e também não teve nenhuma questão em relação a isso. Alguma dúvida,
4611 gente? **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** É uma dúvida aqui o
4612 seguinte. O Conselheiro Márcio está me colocando aqui que ontem após a apresentação
4613 todos os dois grupos já haviam colocado destaque. A dúvida que estou tentando
4614 descobrir aqui o motivo, porque hoje nós voltamos a inserir os destaques? **Eliana Sousa**
4615 **– Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** Porque teve gente que não estava
4616 participando da Câmara Temática, e aí o pleno agora é a apresentação para o pleno.
4617 **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** Porque a metodologia que a
4618 gente tinha discutido seria que a Câmara Técnica iria trabalhar e depois ela iria para as
4619 Câmaras Técnicas, discutiria nas Câmaras Técnicas como o Márcio colocou que ele
4620 apresentou inclusive o destaque dele e depois nós viríamos para a Plenária. É isso?

4621
4622 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** É, mas não deu
4623 tempo. **Raquel Willadino Braga – Observatório de Favelas do Rio de Janeiro** Era
4624 isso, para agregar a gente teve que fazer a consolidação ontem à noite, então o texto que
4625 circulou, porque eu acho importante esclarecer, o texto que circulou foi encaminhado pela
4626 Suelen um pouco mais cedo ainda não incorporava essas contribuições provenientes das
4627 câmaras, porque o que está no papel é diferente do que está na tela. O que está na tela
4628 agrega as contribuições.

4629 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré**
4630 Bom, a questão dos representantes e envio de propostas também está condicionado a
4631 discussão primeira e na verdade a proposta não muda muito do que o que a gente já fez
4632 na primeira CONSEG. Bom, a gente está falando o que vai ser a metodologia das
4633 discussões e no que a gente vai estar se baseando. Na verdade a proposta é que a gente
4634 possa construir esse texto base, definidos os eixos definir os princípios e as diretrizes, e a
4635 partir disso a gente trabalhar esse conteúdo e se qualificar justamente para ser o que a
4636 gente vai estar levando para a segunda conferência. E tem uma questão ali em relação
4637 ao que vai ser aprovado na segunda CONSEG, que foi uma proposta do Leônicio, porque
4638 hoje você tem dez princípios e 40 diretrizes. Muitos desses princípios eles se contrapõe.
4639 Você aprova uma coisa e outro diz uma coisa exatamente diferente tanto para princípio
4640 quanto para diretriz. Então a proposta é que fosse feita uma avaliação depois que foi
4641 aprovada a segunda CONSEG, de modo que haja um coeficiente que está propondo ali
4642 para avaliar se de fato aquela diretriz vai ser considerada ou não para o caderno final ou
4643 se valeria para uma parte do documento que seriam as recomendações para serem
4644 formuladas para a terceira CONSEG. Acho que vocês viram isso ontem também. Vamos
4645 lá então. Bom, aqui também é uma questão polêmica que também independe daquela
4646 discussão lá em cima, porque a proposta que foi feita foi uma proposta também baseada
4647 no que a primeira CONSEG considerou do ponto de vista de representação de número, e

4648 aí me parece que na Câmara que eu estava isso não foi levantado como destaque, mas
4649 me parece que no outro grupo houve muitas discussões em relação a isso, mas essa
4650 discussão também ela está relacionada à discussão lá de cima. Então a gente tem que
4651 pegar isso aí para repassar para avaliar. Rever a tabela, enfim. Vamos lá? Teve muitos
4652 destaques. **Raquel Willadino Braga – Observatório de Favelas do Rio de Janeiro** - Só
4653 fazer um esclarecimento. Esse foi de todas as ponderações da Câmara, esse é o único
4654 ponto em que a gente ainda não traz uma proposta nova. Só colocamos as observações.
4655 Na realidade tiveram duas discussões fortes. A necessidade de fazer uma revisão da
4656 tabela equacionando melhor o equilíbrio entre a participação dos estados e ao mesmo
4657 tempo assegurando a representação de todas as categorias. Então, só para dizer que
4658 está indicado, mas a gente ainda não fez um novo desenho para a discussão hoje. **Eliana**
4659 **Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** - Também isso aí vai ser
4660 mexido em função da discussão do município. Outra questão. A questão do voto. As
4661 câmaras que estavam no grupo que eu estava, a gente propôs que o voto fosse cruzado
4662 como foi na primeira CONSEG, mas me parece que o outro grupo não chegou a discutir
4663 se era voto cruzado ou voto intra segmento. Bom, em relação à questão da avaliação a
4664 gente incorporou a sugestão de utilizar o sistema do SIMEC, a gente teria que elaborar
4665 sobre isso para estar acompanhando como é que as diretrizes estão sendo
4666 implementadas do ponto de vista de política pública. Esse foi o sistema que foi sugerido
4667 no grupo onde eu estava, e a idéia é que a gente sabe que houve por parte do Ministério
4668 a formação de um grupo de pessoas que pegou e sistematizou essas diretrizes. O que a
4669 gente está propondo ali é que haja um grupo permanente de trabalho que de fato vá
4670 tentar fazer essa mediação junto aos diferentes órgãos, para que essas políticas, essas
4671 diretrizes elas sejam implementadas. Que haja um trabalho, que vire um grupo de
4672 trabalho permanente, junto com o CONASP para a gente estar acompanhando isso
4673 desde o início. Acabou a conferência, que isso possa estar sendo encaminhado. Além
4674 desses sistemas que outras pessoas poderiam estar sugerindo do ponto de vista de
4675 tecnologia aí. Bom, os resultados, eu não sei se a gente precisa ler. Vamos lá. Os
4676 produtos que é o portal e informativos, publicações em caderno temático, relatório final
4677 registro fotográfico em vídeo. E o programa financeiro que na verdade é uma previsão em
4678 função da experiência da primeira conferência, e esse orçamento também em função do
4679 que a gente decidir, ele vai incidir sobre o repasse, sobre os convênios que o Ministério
4680 faz de repasse para os estados. E eu queria chamar a atenção assim, porque eu
4681 pessoalmente fiquei muito surpresa com o valor gasto para se fazer uma conferência e
4682 acho que quando a gente olhar esses números a gente tem que pensar a
4683 responsabilidade que de fato uma ação como essa tem que gerar do ponto de vista da
4684 Segurança Pública, porque é um dinheiro muito significativo e que a gente tem que levar
4685 muito a sério o sentido disso que a gente está propondo, para que de fato objetivamente
4686 traga um resultado. E acho que a gente deveria pensar, olhar orçamento, pensar e
4687 sugerir formas de diminuir um pouco, racionalizar um pouco esse orçamento, porque de
4688 fato é um absurdo o que a gente gasta, esse valor e depois a gente pegar o que ficou
4689 disso, além da mobilização obviamente que acontece, mas me preocupa que o dinheiro
4690 público seja gasto e a gente não pense efetivamente no que vai resultar. Então, uma
4691 tarefa nossa como Conselho é estar pensando o que de fato a gente vai estar gerando
4692 com esse trabalho da Segunda Conferência. Acho que é isso. **Aginaldo Augusto da Cruz**
4693 **- Vice-Presidente do CONASP** - Bom, pela regra que foi pactuada então, então voltamos
4694 ao início e vamos discutir os destaques. Palavra do Conselheiro Marcos Costa. **Marcos**
4695 **Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** - Eu acho que seria importante sair
4696 para o almoço, mas não era esse o encaminhamento. É porque a convocação, o
4697 CONASP propõe a convocação. E o que nós estamos aprovando não está muito claro

4698 para mim se é uma exposição de motivos que será encaminhado à Presidência da
4699 República ou para o Ministério da Justiça quem vai convocar essa presidência, porque
4700 depois nós teremos o regulamento da Conferência Nacional como é feito e que detalhará
4701 basicamente essas regras. Então não está claro para mim o que a gente está discutindo
4702 aqui nesse momento na Plenária. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do**
4703 **CONASP** Estamos discutindo uma proposta, a visão do CONASP sobre como deve
4704 acontecer uma conferência. É um projeto da Segunda Conferência Nacional de
4705 Segurança Pública. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** Então
4706 como projeto, muito do que está aí a gente pode ter duas discussões. Discutir
4707 materialmente essas questões e depois detalhar no regulamento artigo por artigo, todos
4708 esses temas. Então é algo que materialmente a gente pode antecipar, talvez seja essa a
4709 idéia, antecipar materialmente quais são os regramentos principais da coisa e haverá
4710 outro momento em que a Plenária terá que aprovar um regulamento. **Almir Laureano –**
4711 **Rede Desarma Brasil** - Eu queria fazer um encaminhamento, Presidente, porque a
4712 importância dos destaques que foram feitos, além das sugestões que já foram
4713 incorporadas, o tempo que a gente tem que aprovar o projeto para que isso dê condições
4714 de realização, eu acredito que pela nossa pauta hoje, pelo o que estou visualizando da
4715 nossa pauta, hoje à tarde não daria para a gente fazer esse trabalho. Não dá. Nós temos
4716 uma pauta. Eu sugeriria que a gente fizesse se houvesse possibilidade uma
4717 extraordinária para isso o mais rápido possível que a gente pudesse fazer para que a
4718 gente pudesse contribuir para a realização dela, que ela pudesse fazer isso. Porque vejo
4719 com maior boa vontade de todos aqui a gente não vai vencer isso agora em alguns
4720 minutos e fazer isso de modo atabalhado. Eu acho que deveríamos aprovar uma
4721 extraordinária para trabalhar a questão da CONSEG, e seguir a pauta que também talvez
4722 se a gente não cuidar, não dá tempo. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do**
4723 **CONASP** - É, eu acho que é assim, Conselheiro. Eu acredito que realmente a pauta
4724 nossa hoje é extensa, creio que em uma Reunião Extraordinária, franca e sinceramente,
4725 se nós não tivermos o compromisso e devido encaminhamento, inclusive a partir de hoje,
4726 nós não vamos resolver isso na extraordinária também. Eu creio que nós todos nós
4727 assumimos e fazemos um pacto de que todas essas observações e destaques que nós
4728 colocamos ali que nós já encaminhamos para a Conselheira Eliana e sua equipe via e-
4729 mail de forma preliminar as sugestões que ela possa acoplar e sintetizar todas essas
4730 informações e que já esteja condensado o texto, para que quando nós venharmos para a
4731 reunião extraordinária específica para esse assunto, nós não tenhamos mais a
4732 necessidade dessa discussão tão polarizada, sob pena de nós novamente como
4733 aconteceu com o Decreto. O Decreto tem 8 meses. Sob pena de nós participarmos de
4734 uma extraordinária e lá também nós não conseguirmos resolver. E aqui eu tenho que
4735 fazer uma ressalva aos senhores e senhoras que nós estamos caminhando contra o
4736 tempo. Então cada dia perdido será um dia que nos faltará no futuro. Então é
4737 interessante, Conselheira Eliana, que a partir de agora a senhora traga a metodologia
4738 que a senhora quer que todos nós aqui sigamos. Essa é a sugestão que eu fiz que os
4739 destaques sejam encaminhados via e-mail para que a senhora já acople, para que a
4740 Câmara acople todos eles ao texto e que quando nós venharmos na extraordinária, que
4741 nós vamos trabalhar por isso, a senhora estava até dizendo que é uma das nossas metas
4742 agora, para quando nos reunirmos novamente para discutir esse assunto, que nós já
4743 tenhamos um texto condensado e assim vamos partir para a discussão. Pois não. **Eliana**
4744 **Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** - É realmente sincero por
4745 parte da nossa Câmara. a vontade que todo mundo contribua e a gente viu como foi
4746 importante juntar com duas câmaras ontem. E então eu pediria mesmo de coração que
4747 vocês olhassem item por item e colocassem uma sugestão que possa melhorar aquela

4748 palavra, se aquele conceito não está bem colocado e principalmente na questão dos
4749 eixos temáticos onde a gente pode estar objetivamente amarrando conteúdo que possam
4750 entrar diretamente na vida da Segurança Pública. Eu acho que seria interessante
4751 realmente partir desse primeiro trabalho que a Câmara fez, vocês levarem isso para casa,
4752 olhar isso e trabalharem também no sentido de contribuição escrita para ser incorporado
4753 a esse projeto, para ser realmente um trabalho do pleno. Se a gente vai fazer uma
4754 extraordinária, o que eu acho ótimo para fazer essa discussão, que o prazo seja dado
4755 uma semana antes. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Dez
4756 dias é um prazo razoável? **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** Aí a gente incorpora e trabalha dentro da câmara e a gente vai trazer a
4757 sistematização objetiva para a discussão aqui. A gente fica com esse papel. **Agnaldo**
4758 **Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** Conselheiro Marcos Costa com a
4759 palavra. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** Nessa linha eu
4760 tenho uma proposta de encaminhamento. Você tem uma reunião extraordinária, você
4761 convoca uma reunião anterior da Câmara Temática com a mesa diretora. Antes tem o
4762 prazo de apresentação das propostas e materialmente eu acho que para a gente ganhar
4763 tempo já coloca isso em formato numa proposta de regulamento. Porque se você pegar o
4764 regulamento da Décima Quarta Conferência Nacional de Saúde, tem um documento
4765 aprovado lá pelo Conselho Nacional de Saúde onde eles colocam tudo isso que está ali,
4766 o título, já coloca num formato com apoio da Secretaria-Executiva, já colocam no formato
4767 de uma proposta do regulamento. Então essa proposta que eu encaminho é basicamente
4768 isso. Extraordinária, uma reunião da Câmara Temática, não sei se toda ou uma parte dela
4769 com a mesa diretora. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** - Se
4770 acaso a Câmara Técnica reunir. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério**
4771 **Público** - Mas é que isso vai ser feito no formato de uma Resolução que nós vamos
4772 aprovar. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** Mas a mesa
4773 diretora é pauta, não tem necessidade da mesa diretora, pelo contrário **Marcos Costa –**
4774 **Conselho Nacional do Ministério Público** Mas vocês têm assessoria jurídica para
4775 escrever isso. **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-Presidente do CONASP** Uma é a
4776 presidência, a outra é a mesa diretora. A estrutura da Secretaria-Executiva já está à
4777 disposição **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** Certo, mas veja
4778 bem, estou sugerindo que isso já venha num formato de regulamento **Eliana Sousa –**
4779 **Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** Na verdade a gente já tem isso da
4780 conferência anterior **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** Então que
4781 coloque como regulamento **Raquel Willadino Braga – Observatório de Favelas do Rio**
4782 **de Janeiro** Eu ia dizer exatamente isso, a gente já tem o trabalho que foi realizado da
4783 primeira CONSEG como uma referência, mas para avançar num processo de
4784 consolidação e de elaboração tem algumas decisões que são estruturais. Se o município
4785 é eletivo ou não, tem alguns pontos a serem resolvidos que são fundamentais para o
4786 avanço do projeto. Então, eu acho que só teria sentido a gente trabalhar efetivamente na
4787 construção do regulamento com essas coisas resolvidas. **Agnaldo Augusto da Cruz -**
4788 **Vice-Presidente do CONASP** Sim, o regulamento na verdade é posterior à elaboração do
4789 projeto. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** É que a gente vai
4790 perder dois tempos. Veja bem, o Decreto não tinha também questões estratégicas que
4791 vieram para cá que foram pautadas? Temos dúvida se o Presidente vai ser eleito e tudo
4792 mais. O fato é que vamos ter que ter um regulamento e se a gente não aproveitar isso no
4793 mesmo momento, vão ser duas discussões. Vai voltar de novo essa discussão. Então o
4794 regulamento já botando nos formatos do regulamento, você já avança, você não tem
4795 duas discussões, porque aconteceu a mesma coisa com o Decreto. Você tinha lá os
4796 artigos, mas as dúvidas pontuais surgiram em determinados artigos e posições
4797

4798 divergentes do que vai ser feito ou não aqui. **Eliana Sousa – Associação Redes de**
4799 **Desenvolvimento da Maré** - Posso fazer uma sugestão de mediação aqui? A proposta
4800 é a seguinte. Que a Câmara Técnica receba as contribuições em relação às
4801 contribuições. Eu queria falar o seguinte. A gente dá um teto um dia, determinar aqui um
4802 dia que essas contribuições virão e no dia a gente não vai aceitar contribuição de quem
4803 não responder naquela data. Eu queria acordar isso com vocês, porque senão é
4804 complicado, primeiro para quem fez o dever de casa chegar aqui e a segunda é o
4805 seguinte, fazer essa questão que o Marcos está sugerindo, a gente fazer o nosso
4806 trabalho como a gente vem fazendo e em paralelo se ele se dispõe a estar pegando o
4807 material que a gente está fazendo e transformando já num Regimento, eu queria propor
4808 que ele ficasse com essa tarefa. Pode, Marcos? **Agnaldo Augusto da Cruz - Vice-**
4809 **Presidente do CONASP** - Só pela ordem para deliberar duas coisas. O prazo de dez
4810 dias é um prazo razoável? Dez dias é um prazo razoável? **Suelen Sales – Secretaria-**
4811 **Executiva do CONASP/MJ** - É que dia quinze dá um sábado. **Agnaldo Augusto da**
4812 **Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Então até o dia 17. Conselheiros, por favor
4813 pela ordem. Então o prazo até o dia 17 é um prazo razoável? Dezesete de outubro.
4814 Doze dias. Olha só, nós logicamente por isso que eu pedi pela ordem. Nós vamos
4815 estabelecer doze dias então, dia dezesete é um prazo razoável. A partir do dia
4816 dezesete, qual a data sugerida para a extraordinária? Uma semana depois disso. Uma
4817 semana? Conselheiros, dia dezesete de outubro, segunda-feira. Dia 25 de outubro,
4818 terça-feira. 26 de outubro a extraordinária? 26 de outubro? Conselheiros, pela ordem. Só
4819 um instante. Dia 24, segunda-feira. Dia 25, terça-feira. 26, quarta-feira. **Suelen Sales –**
4820 **Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Essa semana inviabiliza a presença de dois
4821 membros da Câmara, estava solicitando que fosse na seguinte. Na seguinte. **Agnaldo**
4822 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ**. Nós estamos deliberando. Se nós
4823 deixarmos para 31 de outubro, 31 é uma segunda-feira. Feriado é quarta-feira. Segunda-
4824 feira não é feriado. Terça-feira não é feriado. Quarta-feira é feriado. 31 é segunda-feira.
4825 Conselheiros, então vamos mais à frente. Dia 27, só um instante, por favor,
4826 Conselheiros. Dia 27 de outubro, quinta-feira. Véspera de feriado. **Raquel Willadino**
4827 **Braga – Observatório de Favelas do Rio de Janeiro** - Desculpa, é porque a gente está
4828 trabalhando na elaboração do projeto, por isso que estou fazendo essa interferência.
4829 Quais são as datas possíveis nessa semana? **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
4830 **Presidente do CONASP/MJ**. Se nós estabelecermos um prazo fatal dia 17, então nós
4831 teríamos que talvez reduzir o prazo para dia 14, sexta-feira. E aí a Reunião Extraordinária
4832 seria 20, quinta-feira ou 21, sexta-feira. Aí ficaria muito curto o prazo para a Câmara
4833 Técnica trabalhar. Conselheiros, eu peço só um instante. **Marcos Rezende - Coletivo de**
4834 **Entidades Negras** - Vamos trabalhar com prazos e não agendas. **Suelen Sales –**
4835 **Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Dia 24. Eu proponho 24. 17 e 24. **Agnaldo**
4836 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** - Então a data é 24 de outubro.
4837 Vamos trabalhar essa data então. Dia 24 de outubro e aí o Conselheiro Marcos Rezende
4838 tem razão. Data provável, dia 24 de outubro. A questão que a Conselheira Eliana
4839 colocou, só para a gente encaminhar esse ponto também, sugestão é o Conselheiro
4840 Marcos Costa e Conselheiro Almir como relatores do regulamento da conferência. Os
4841 senhores aceitam a indicação? **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do**
4842 **CONASP/MJ** Nós estamos acompanhando, a Secretária-Executiva do CONASP tem
4843 acompanhado as reuniões da Presidência da República com as conferências, e nós já
4844 estamos elaborando um quadro comparativo dos Regimentos internos que estão sendo
4845 utilizados nas conferências que já estão na rua, e então nós já iniciamos esse trabalho. E,
4846 inclusive comparativo com o Regimento Interno da conferência anterior nossa e então
4847 isso a gente pode auxiliar e muito, porque a gente tem muito documento que diz respeito

4848 a isso também. Eu posso apresentar uma versão preliminar. **Marcos Costa – Conselho**
4849 **Nacional do Ministério Público** - A lógica que eu vejo é a seguinte. Eu posso cooperar
4850 com o trabalho e Almir também pode cooperar, mas a Secretaria-Executiva e a
4851 presidência assumir esses tipos de compromisso fazem parte, porque você orienta a
4852 dinâmica da aprovação e tudo mais. Então você tem um trabalho todo pronto atrás,
4853 entendeu? Eu não vou precisar reescrever uma coisa. Eu dou uns pitacos, entendeu?
4854 Mas a liderança fica com a presidência e com a Secretaria-Executiva. **Agnaldo Augusto**
4855 **da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** Sem problema. Conselheira Eliana, mais
4856 algum ponto? Conselheiros que pediram a palavra continuam querendo? É a última
4857 versão. Conselheira Célia está com a palavra. Garanto a fala da Conselheira Célia. **Célia**
4858 **Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares**
4859 **– GAJOP** - A iniciativa adotada por Suelen, eu acho uma coisa ótima, mas pelo menos
4860 que nós tivéssemos alguma contribuição dos estados a respeito de que a despeito de
4861 existir uma normatização de um Regimento, a gente poderia oferecer aqueles elementos
4862 que foram críticos. Do ponto de vista de Pernambuco a gente pode mandar, não é
4863 Marcos Costa? É o que foi conflitante apesar do Regimento para a gente tentar superar.
4864 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** –Inclusive vamos ter a
4865 oportunidade disso agora, Conselheira, que na nossa primeira hora da tarde, nós teremos
4866 representação de três conselhos do estado que já estão funcionando. E isso é
4867 interessante até que possamos pautar isso com os conselhos. Senhores e senhoras
4868 então vamos ao almoço. Voltamos às 14 horas. Uma e meia nós retornamos. Só um
4869 instante o Conselheiro Marcos Rezende pediu a palavra. **Marcos Rezende - Coletivo de**
4870 **Entidades Negras** - Só um minuto. Sei que está todo mundo com fome. No retorno do
4871 almoço, eu gostaria que nós tivéssemos pelo menos cinco minutos ou em algum
4872 momento para a gente discutir algo muito sério que é essa questão das passagens
4873 aéreas. Parece que não, mas tem causado muitos constrangimentos. Depois do almoço.
4874 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Nos informes. **Marcos**
4875 **Rezende - Coletivo de Entidades Negras** - Nos informes não tem mais ninguém. É só
4876 saber quem resolve. Quem resolve é Ana Maria. Porque só fazer documento para a Maria
4877 do Gabinete do Ministro, ou para João. Saber como é que é isso. **Agnaldo Augusto da**
4878 **Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Vamos ao almoço. Às 13h40min nós estamos
4879 aqui de volta. **Intervalo para Almoço - Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
4880 **CONASP/MJ** – Conselheiras e Conselheiros, por favor. Conselheiras e Conselheiros.
4881 Existe a solicitação por parte de algumas Conselheiras e Conselheiros de nós
4882 começarmos já, visto que não precisamos de quorum para as apresentações. De acordo
4883 a Plenária? Então para dar continuidade da nossa programação, nós vamos agora fazer
4884 a apresentação dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública. Estão conosco do
4885 Conselho Estadual de Segurança Pública de Alagoas, o Presidente do Conselho o senhor
4886 Paulo Breda. Senhor Paulo Breda, por favor. O Secretário-Executivo do Conselho
4887 Estadual de Segurança Pública do Ceará, CONESP, Sargento Sales. E o Secretário-
4888 Executivo do Conselho de Segurança Pública do Estado do Pará, CONSEP; e também o
4889 Secretário-Executivo do COMEN, Conselho do Meio Norte, o Coronel Raimundo Nonato.
4890 Então, para iniciar eu vou passar a palavra para a Secretária-Executiva, a Suelen, para
4891 fazer um panorama do contato que foi feito pela Secretaria-Executiva do CONASP com
4892 os estados. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Bom, nós enviamos
4893 conforme foi solicitado na última reunião do CONASP, nós enviamos ofício para todos os
4894 estados solicitando informações sobre a existência de Conselhos Estaduais de
4895 Segurança Pública. Na Região Norte, Amazonas, Roraima e Rondônia não responderam
4896 nossos ofícios. O Acre possui fóruns municipais e fórum estadual, está aguardando mais
4897 orientações nossas para que o Conselho seja implementado. O Amapá não possui e

4898 também solicitou informações junto ao CONASP para implementação. O Pará possui
4899 conselho, está aqui o Coronel Raimundo Nonato que vai fazer uma apresentação de
4900 como é que funciona. Tocantins possui Conselho e foi criado pela Lei, mas não está em
4901 funcionamento. E, tem o COMEN da Região Norte, Meio Norte que são os estados que
4902 tem o Conselho Interestadual COMEN. Da Região Nordeste, Alagoas possui o Conselho,
4903 é um Conselho novo, foi criado há pouco tempo. Está aqui o representante. A Bahia o
4904 Conselho foi constituído desde 1983 e tem Regimento Interno e tudo, mas não funciona.
4905 O Ceará possui Conselho, também está em funcionamento e também estamos com o
4906 representante aqui. Esses são os únicos três conselhos que existem no Brasil. Um no
4907 Norte e dois no Nordeste. Maranhão possui o Conselho criado, um Conselho Superior de
4908 Segurança que foi constituído, mas como não tem Sociedade Civil, então a gente
4909 mantém como um Conselho como o nosso. Paraíba não respondeu, Pernambuco não
4910 respondeu, Piauí não possui e pediu ajuda também do CONASP para montar um
4911 Conselho. Rio Grande do Norte não respondeu o memorando, mas entrou em contato
4912 com a gente e diz que tem interesse em constituir um Conselho e espera orientações
4913 nossas também para auxiliá-los. E inclusive o Secretário de Segurança de lá na reunião
4914 que nós fomos, no Rio de Janeiro, foi uma das pessoa que procurou a gente e disse que
4915 tem interesse e ele é o Presidente do Conselho, o Secretário-Executivo do Rio Grande do
4916 Norte. Sergipe não respondeu. Centro-Oeste. Distrito Federal não respondeu, Goiás não
4917 respondeu, Mato Grosso do Sul possui um Conselho, mas é composto só por autoridades
4918 policiais locais. Mato Grosso tem um Conselho formal constituído, mas ele está inativo.
4919 Esse ano não funcionou, não teve nenhuma reunião. Sudeste, Espírito Santo possui
4920 Conselho, mas está em fase de revisão legislativa e não tem reunião nem marcada e
4921 nem prevista e nem teve reunião esse ano. Minas Gerais não respondeu. São Paulo não
4922 possui Conselho, Rio de Janeiro não respondeu, mas a gente sabe que está em processo
4923 de construção o Conselho do Rio de Janeiro. Região Sul, Rio Grande do Sul, Paraná e
4924 Santa Catarina também não responderam. Nós mandamos ofício, depois nós mandamos
4925 por fax, mandamos escaneado por e-mail e depois ligamos para cada Secretaria de
4926 Estado de Segurança Pública. Então nós ligamos e fizemos contato direto com eles e
4927 essas foram as respostas que nós tivemos. Eu acredito que a gente criando uma forma
4928 de incentivar a criação de conselhos, uma cartilha ou algum documento que oriente essa
4929 formação, é possível sim a gente conseguir ampliar e muito este número. Nós tínhamos a
4930 informação que cinco conselhos estaduais existiam e estavam funcionando, e aí nós
4931 tivemos uma desagradável surpresa, que são três. Os outros dois que a gente contava
4932 era Espírito Santo e Paraná. Paraná não está funcionando, não funcionou esse ano,
4933 Espírito Santo está em revisão legislativa e também não funcionou esse ano e não tem
4934 Secretaria-Executiva, está meio abandonado. O do Paraná não funcionou desde o dia
4935 em que foi assinado o Decreto. Quero lembrar também que sexta-feira foi o dia da
4936 secretária e ninguém me deu os parabéns. (risos) Obrigada. **Agnaldo Augusto da Cruz**
4937 **– Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Conselheiras e Conselheiros, eu queria pedir um
4938 pouquinho de atenção. Solicitaram que nós baixássemos o som aqui, então não dá para
4939 vir conversa paralela que a senhorita que está fazendo a ajuda da memória não está
4940 conseguindo ouvir. Solicito silêncio e atenção. Vamos iniciar a apresentação pelo
4941 Conselho de Segurança Pública do estado de Alagoas. O Presidente Paulo Breda, por
4942 favor, a palavra é sua. **Paulo Breda - Conselho de Segurança Pública do Estado de**
4943 **Alagoas** - Muito obrigado, Senhor. Presidente. Boa tarde a todos e todas. É um prazer
4944 muito grande estar aqui, poder compartilhar experiências e conhecer também de perto o
4945 Conselho Nacional de Segurança Pública e trazer a experiência de Alagoas. Procurarei
4946 ser breve e procurar passar de maneira bem objetiva como funciona o Conselho Estadual
4947 de Segurança Pública e o que isso vem representando nas forças com defesa social do

4948 meu estado. O Conselho de Alagoas ele funcionou desde o ano de 2001 como um
4949 Conselho meramente consultivo. Existia o Conselho, o Conselho se reunia, mas era um
4950 Conselho mais simbólico, um Conselho meramente consultivo. A partir de 2007 é que foi
4951 criado um Conselho, inclusive com a participação na gestação desse novo Conselho de
4952 muitos integrantes do poder judiciário que sugeriram ao Governador então esse modelo e
4953 esse modelo foi implantado, que é um modelo que se molda no que é hoje o Conselho
4954 Nacional de Justiça, guardadas as devidas proporções de exemplo de controle externo
4955 sem ser externo com a participação interna muito grande. Então, o Conselho teve
4956 evoluções e hoje ele é formado por 14 pessoas com a seguinte representação. Um juiz
4957 de direito indicado pelo Tribunal de Justiça do Estado. Um membro do Ministério Público
4958 indicado pelo colégio de procuradores de justiça. Um Procurador do Estado indicado pelo
4959 Conselho de Advocacia Geral do Estado. Um delegado da Polícia Civil indicado pelo
4960 Delegado Geral da Polícia Civil. Um coronel indicado pelo Comandante Geral da Polícia
4961 Militar e um coronel indicado pelo Comandante Geral do Corpo de Bombeiro Militar. Um
4962 advogado indicado pelo Presidente da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil. Um
4963 representante indicado pela Assembléia Legislativa com formação em direito ou
4964 parlamentar no exercício de mandato Deputado Estadual. Três representantes indicados
4965 pelo Governador do Estado com formação em direito de reconhecida capacidade jurídica
4966 e moral ilibada. Um representante do Conselho Estadual da Defesa dos de Direitos
4967 Humanos indicado por seu colegiado. Um representante da Defensoria Pública Geral do
4968 Estado indicado pelo seu Conselho Superior. Um representante da Secretaria de Estado
4969 da Defesa Social indicado pelo Secretário da Defesa Social. Essa é a formação do
4970 Conselho que tem como atribuições participar do estudo, formulação e deliberação da
4971 Política de Segurança Pública no Estado; apoiar e participar de iniciativas que permita a
4972 dinamização das ações dos órgãos de Segurança Pública, visando a proteção das
4973 pessoas e do patrimônio, a garantia dos direitos individuais e promoção e repressão da
4974 criminalidade, promover a Conferência Estadual de Segurança Pública, apreciar de ofício
4975 ou mediante provocação a legalidade dos atos administrativos praticados por integrantes
4976 do quadro da Secretaria de Defesa Social, podendo recomendar sua desconstituição e
4977 revisão para que sejam adotadas as providências necessárias ao cumprimento da Lei.
4978 Zelar pelo cumprimento das leis podendo expedir atos regulamentares no âmbito de sua
4979 competência ou recomendar providências. Zelar pelo cumprimento dos deveres
4980 funcionais servidores integrantes da Defesa Social, podendo agir de ofício ou por
4981 provocação quando tiver conhecimento de fatos passíveis e sanções disciplinares
4982 garantidos os princípios constitucionais de contrato de ampla defesa. Receber e conhecer
4983 das reclamações contra membros integrantes dos órgãos da Secretaria de Estado da
4984 Defesa Social sem prejuízo das competências disciplinares e correccional das
4985 Corregedorias próprias, podendo avocar processos administrativos disciplinares em curso
4986 e determinar o afastamento temporário da função e aplicar sanções disciplinares
4987 previstas na legislação dos servidores civis e dos militares, exceto a pena de demissão e
4988 perda de patente do oficial militar que serão recomendadas ao Governador do Estado
4989 assegurando-se sempre os princípios constitucionais de ampla defesa do contrato.
4990 Representar ao Ministério Público no caso de crime contra a administração pública. Rever
4991 de ofício ou mediante provocação processos administrativos ou disciplinares de
4992 servidores dos órgãos e Secretaria de Estado da Defesa Social. Leia-se aí Polícia Civil,
4993 Polícia Militar, Bombeiro, Perícia, DETRAN. Elaborar relatório anual propondo as
4994 providências que julgar necessária sobre a situação dos órgãos de defesa social e
4995 atividades do Conselho, o qual deve ser entregue ao Governador de Estado. Então esse
4996 formato trouxe a partir de 2007 uma mudança radical na gestão da Segurança Pública do
4997 Estado. Quando nós passamos por um momento de concentração do poder de decisão

4998 num Secretário de Defesa Social que antes não era, na década de 80 não era assim.
4999 Havia o Secretário de Segurança Pública que era o chefe da Polícia Civil e o
5000 Comandante da Polícia Militar, ambos com status de Secretário do Estado. E isso foi
5001 unificado na Secretaria de Estado da Defesa Social. Passou a ter status de secretário de
5002 estado era uma pessoa única comandando toda força de Segurança Pública ou Defesa
5003 Social do Estado. Com a criação desse Conselho de 2007, isso levou um choque muito
5004 grande para a gestão, porque passou a haver realmente um controle onde não havia.
5005 Dessa finalidade do Conselho de ser controle, ele passou a ser um controle até maior do
5006 que se esperava pelo poder correccional que tem esse Conselho, por essa natureza
5007 punitiva desse Conselho que passou por conta disso a ter uma respeitabilidade muito
5008 maior e ter suas decisões respeitadas com mais precisão, a ter suas opiniões formadas
5009 com muito cuidado, com muito zelo. Então, notamos isso em todos os quadros da defesa
5010 social que fazem questão de mostrar detalhadamente ao Conselho cada um dos projetos,
5011 cada um dos passos que tem que dar e uma reação que houve desde a criação para cá
5012 de enfrentamento, de tentativas políticas de modificar novamente a feição do Conselho,
5013 tornando de novo um Conselho consultivo e homologador de Políticas Públicas de
5014 Segurança. Nós temos na história recente do Conselho o afastamento de vários policiais
5015 da função. Demissão, a recomendação da demissão que foi cumprida pelo Governador
5016 do Estado de quase uma dezena de policiais em casos emblemáticos em que as
5017 Corregedorias tinham grande dificuldade de agir por conta de interferência política muito
5018 grande dentro das forças policiais e os processos se arrastavam nas Corregedorias e foi
5019 resultado de um trabalho inicial no ano de 2007 de levantamento dos casos em
5020 tramitação nas Corregedorias. E o Conselho avocou todos os processos que tratavam de
5021 acusação de homicídio por parte de policiais. Todos os policiais estavam mesmo
5022 acusados de homicídio, alguns já condenados no exercício da função policial. E foi
5023 preciso que o Conselho avocasse todos esses processos e os seus membros fossem
5024 relatores e instruísem as sindicâncias pendentes e abrissem processos administrativos
5025 disciplinares, respeitando todos os trâmites legais dos estatutos dos servidores e
5026 fizessem o julgamento e a punição de casos emblemáticos no estado. Como exemplo de
5027 um soldado de polícia acusado de uma chacina que cumpria pena por essa chacina no
5028 presídio militar recebendo salário como policial. Ninguém sabe exatamente a motivação,
5029 mas na sentença que o condenou não havia a recomendação do desligamento da
5030 corporação e por conta disso ele não só cumpria pena fora do sistema prisional, dentro
5031 da unidade do presídio militar, quando não foi militar o crime que ele cometeu, foi crime
5032 comum e continuava recebendo salário e com a patente. Então, o Conselho foi que
5033 avocou esse processo e esse foi um dos exemplos de muitos e muitos casos. Nós
5034 notamos, inclusive historicamente, uma melhoria no funcionamento das Corregedorias já
5035 pensando na existência do Conselho e na prática que o Conselho tem de avocar esses
5036 processos disciplinares. Também serviu esse poder disciplinar de punir como um
5037 elemento para que se consiga passar as idéias da sociedade ali representada sobre
5038 Segurança Pública. Nós sabemos das divergências que existe sempre em quem está no
5039 dia-a-dia, na linha de frente da ação, como é diferente da visão do cidadão comum de
5040 quem está do outro lado. E o Conselho tem muito isso. Apesar de ter isso em seu quadro
5041 a composição dos policiais de quem está na linha de frente, o Conselho tem uma
5042 representação da sociedade muito forte que tem sido muito marcante. Isso tem levado a
5043 embate interessantíssimo, sempre embate muito técnico, porque os Conselheiros
5044 exercem mandato e não podem ser demitidos, há um mandato que, portanto, conferem
5045 uma independência. Os cargos são meramente honoríficos, não há acusação de cabide
5046 de emprego e nem nada disso. Os Gestores do Conselho não são sequer Gestores de
5047 despesas, propositadamente feito dessa forma para que não haja qualquer tipo de

5048 acusação ou de mácula a pairar sobre administração do Conselho, todas as despesas do
5049 Conselho são geridas pelo gabinete civil, é um órgão ligado ao gabinete do Governador,
5050 apesar de ter o mandato e ter todas essas atribuições. O Conselho tem também a função
5051 de oferecer um parecer de mérito em todos os processos legislativos na área da Defesa
5052 Social. Então, o Conselho recomenda ao Governador a passar ou não passar ou alterar
5053 qualquer mudança legislativa nessa área. E, isso trouxe nos últimos anos muitas
5054 mudanças na Política de Segurança Pública no Estado que tem vivido desde 2003 ou
5055 2004 índices altíssimos de homicídio, hoje é a capital mais violenta do país e isso levou
5056 inclusive a uma mudança no projeto de Defesa Social e Segurança Pública para a
5057 implantação do modelo de Polícia Comunitária que tem uma resistência enorme contra o
5058 da própria corporação policial. Os policiais não acham que Polícia Comunitária seja
5059 trabalho de polícia. Eles acreditam que Polícia Comunitária é coisa para Assistente
5060 Social. Essa resistência grande dentro da corporação foi vencida com a participação do
5061 Conselho, fazendo com que isso não viesse de cima para baixo ou tivesse a participação
5062 dele nisso. Nem sempre o gestor tem essa noção de trazer para as discussões quem
5063 deve participar dela para quebrar a resistência e o Conselho tem tido essa missão.
5064 Outras questões também emblemáticas, como carga horária das escalas de trabalho.
5065 Todas as escalas no estado de Alagoas eram de 24 horas ininterruptas de trabalho. E
5066 nós sabíamos que a idéia era poder permitir o bico de 72, de 48. Esse tipo de coisa
5067 acontecia com estado pobre e tinha seu efetivo reduzido e diminuía mais o seu efetivo
5068 por conta de escala de trabalho. E quem estava na chefia da Polícia Civil, na chefia do
5069 Sistema Prisional, na chefia da Polícia Militar na liderança, se partisse de uma dessas
5070 pessoas a alteração desse sistema, ele perderia o comando, perderia a liderança
5071 necessária para o combate do dia-a-dia, o trabalho policial. Isso foi feito como? Através
5072 do Conselho. O Conselho representativo, diluído, em que a força de um setor não é
5073 decisiva para resolver, e então o comandante ficava até cavalheiro para resolver. Olha,
5074 quem está mudando a escala não sou eu, é o Conselho, não posso fazer nada.
5075 Mudamos a escala de praticamente todos os setores da Defesa Social do Estado para
5076 doze horas. Isso aumentou o efetivo em um percentual extremamente significativo sem
5077 precisar gastar absolutamente nada. Logicamente, enfrentando as resistências, mas
5078 tratando as ações com responsabilidade, ouvindo as associações de policiais, ouvindo
5079 entidades representativas da sociedade que não tem participação no Conselho. O debate
5080 durou mais de três meses em várias seções, mas por fim o Conselho deliberou e a
5081 maioria decidiu, e assim foi feito e hoje é algo que já está resolvido e superado no estado.
5082 Outra questão também muito importante que passou pela decisão, passa pelo crivo do
5083 Conselho, passou pelo crivo do Conselho e tem passado é a análise de contratações por
5084 serviços prestados. Nós estamos vivendo isso agora no Estado de Alagoas. Enquanto há
5085 uma dicotomia entre estudos sobre privatização do sistema prisional ou concurso para
5086 agentes penitenciários, havia contratações flagrantemente ilegais, absurdas sem o menor
5087 critério público, sem respeitar impessoalidades feitas sem conhecimento sequer da
5088 Secretaria de Gestão Pública, isso funcionava dentro do Sistema Prisional e ninguém
5089 tinha acesso a essas informações. O Conselho descobriu isso fazendo inspeções.
5090 Inspeções correcionais nos órgãos da Defesa Social. Então foi feito dessa forma. Essa
5091 gestão que eu presido tomou posse agora no dia 29 de agosto. Nós estamos iniciando
5092 um modelo agora. Eu participei do primeiro biênio do Conselho de 2007 a 2009, e
5093 participei lá atrás como representante da Ordem dos Advogados do Brasil e agora volto
5094 para presidir o Conselho já com essa nova missão de fazer as inspeções correcionais. E
5095 então nós temos as comissões de diagnóstico que estão fazendo inspeções, indo aos
5096 órgãos e locais de funcionamento verificando ilegalidades e algo que jamais sairia num
5097 estado pequeno em que todas as pessoas se conhecem e em que há um componente

5098 político pessoal muito forte, as informações não chegam com facilidade por conta desse
5099 temor. E o formato do Conselho de mandato, de representativo com muita independência,
5100 fez com que essas informações chegassem e as que não chegaram estão chegando,
5101 porque o Conselho está indo ao local. Então já houve agora recentemente já de agosto
5102 para cá uma inspeção na própria Secretaria de Estado da Defesa Social, onde foi
5103 verificado que o quadro fixo da Secretaria Social não tem um servidor efetivo, todos são
5104 comissionados ou em função gratificada. Isso ninguém sabia. O Conselho tomou
5105 conhecimento, porque foi lá fazer inspeção porque é de sua competência ir lá fazer
5106 inspeção. O sistema do atendimento do telefone de emergência do 190, quem atende os
5107 telefones são menores aprendizes do SOPROBEM treinados. Menor aprendiz atendendo
5108 190. Se nós não tivéssemos ido lá e visto funcionar jamais constataríamos isso! Quem vai
5109 saber disso? Então o Conselho é que está iniciando o procedimento e determinando que
5110 se modifique isso, porque tem poder de determinar e tem poder de punir, caso não siga.
5111 Sempre lógico numa linha de interação e de buscar resolver os problemas deixando o
5112 enfrentamento puro e simples para o último caso, entre outras questões. Essa questão do
5113 Sistema Prisional, são mais de 900 pessoas contratadas ilegalmente, e mais, 30%
5114 dessas pessoas fora o Sistema Prisional. Onde? Em gabinete de Desembargador no
5115 Tribunal de Justiça, na Vara de Execuções Penais, na Assembléia Legislativa, em
5116 Secretaria de Estado, ilegalidades diversas no âmbito da Defesa Social. Esse dinheiro
5117 está saindo do custeio, porque não é folha, é serviço prestado ilegal ainda por cima
5118 porque não havia nem seleção pública, do custeio do Sistema Prisional. Caótico, falido
5119 que não foge ao modelo brasileiro do Sistema Prisional, e esse dinheiro está indo para
5120 outros setores e de forma ilegal. O Conselho é que está diagnosticando isso. Por que?
5121 Porque despersonifica esse tipo de fiscalização e esse tipo de ação. Essa é a grande
5122 importância desse Conselho. Ele despersonifica a ação de descobrir, de cobrar o
5123 resultado e exigir o resultado e de punir se for necessário. Isso transformou muito com
5124 outra missão também do Conselho, que é a atribuição legal de que este Conselho seja o
5125 único órgão responsável por conceder Segurança Policial Individual a quem se sinta
5126 ameaçado, inclusive autoridades públicas. Era comum no Estado de Alagoas alguns
5127 Deputados Estaduais e alguns Federais andarem com verdadeiras milícias policiais
5128 autorizadas, armadas e fardadas que serviam unicamente para intimidação comum. Se
5129 chegasse num restaurante, chegava um deputado com quatro carros com homens
5130 armados até os dentes com uma forma de intimidação pura e simples no estado inteiro. O
5131 que o Governador fez? Transferiu para o Conselho a atribuição de conceder ou não essa
5132 Segurança de acordo com o juízo de conveniência e oportunidade e fundamentação.
5133 Então, todas essas autoridades passaram a ter que requerer ao Conselho Estadual de
5134 Segurança Pública, fundamentando a necessidade, porque precisariam de segurança e
5135 90% desse efetivo de segurança foi cortado e negado pelo Conselho; que continua com
5136 essa atribuição e são processos que corriqueiramente estão na pauta, magistrados que
5137 solicitam segurança e vem através do Tribunal de Justiça. O Conselho tem uma comissão
5138 temática técnica para avaliar risco, é preciso que haja abertura do inquérito policial para
5139 averiguar ameaça e origem, senão não vai haver a questão da segurança. É preciso que
5140 o interessado assine um termo de responsabilidade e de comportamento para que as
5141 pessoas não usem isso para fazer o que querem, para ir para festas à noite e usando a
5142 segurança para isso. Então, é preciso um termo de responsabilidade e os policiais que
5143 vão fazer a segurança, que são designados pelo Comando da Polícia Militar e não pelo
5144 solicitante da segurança também com previsão em Lei também tem esse compromisso
5145 de saber cumprir a segurança e alguns já foram punidos por não cumprirem as
5146 determinações da segurança, como alguns policiais que foram pegos em atitudes não
5147 estão no regulamento da segurança individual já foram punidos pelo próprio Conselho. E,

então tem sido sem dúvida, um sopro interessante de vitalidade e de controle da Segurança Pública e que vem se aperfeiçoando. Agora mesmo, por sugestão do próprio colegiado foi criado e acrescentado na Lei a figura da Corregedoria do Conselho. Essa Corregedoria vai ter a função de trabalhar mais próxima das Corregedorias dos demais órgãos para que haja uma cobrança, uma fiscalização e um controle da duração desses processos administrativos e das sindicâncias que no mais das vezes prescreviam sem que ninguém tomasse conhecimento disso e sem que não houvesse o Controle Social sobre o julgamento desses casos. Então a Corregedoria do Conselho vai atuar diretamente fazendo correção nas Corregedorias, nos processos de Corregedorias. Nulidades gravíssimas foram verificadas na Corregedoria do Sistema Prisional, como, por exemplo, um desses prestadores de serviços contratados ilegalmente fazendo parte da comissão de sindicância, presidindo comissão de sindicância que é uma ilegalidade absurda e gerando nulidade nas punições que por ventura pudessem sair daí. Esse é um resumo do que é o Conselho Estadual de Justiça de Segurança Pública, do Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado de Alagoas, a forma como funciona hoje dos membros indicados pelo Governador, eu indicado pelo Governador que presido o Conselho fui representante da Ordem dos Advogados do Brasil na primeira gestão. Minha ligação é na advocacia, eu sou Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e não tenho qualquer vinculação política partidária. Outro escolhido é um Promotor de Justiça. Além do Procurador de Justiça que integra o Conselho, e nós temos tido uma busca de diversos setores da sociedade querendo participar do Conselho de Segurança. Valorizando esse órgão, valorizando o funcionamento do órgão e a importância que ele tem na definição das Políticas de Segurança Pública do Estado. Isso tem sido muito importante apesar de que precisa haver um controle algumas unidades associativas e intenções de controle político partidária, mas a busca de diversas entidades por participação do Conselho demonstra a importância que o Conselho tem hoje no Estado. Esse é um resumo e fico à disposição das senhoras e dos senhores para os esclarecimentos. Obrigado. (Palmas) **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Obrigado ao doutor Paulo Breda. Gostaria em nome do Conselho de agradecer ao doutor Paulo Breda, pela disposição de vir até a Reunião Plenária do CONASP e fazer a apresentação do Conselho de Segurança Pública de Alagoas. Logicamente que as informações que o senhor nos traz agregam muito valor às nossas discussões, principalmente tendo o CONASP como uma de suas atribuições, promover a ampliação da instalação de Conselhos Estaduais pelo Brasil afora. Então com certeza as informações que o senhor nos traz agrega muito valor a essa discussão. Eu gostaria de propor e verificar com a Plenária qual a melhor situação. Os três fazem as palestras e no final a gente pergunta? É melhor. **Jânio Gandra – Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis – COBRAPOL** - Eu acho que seria mais pró-eficiente até pelo tempo se a gente fizesse por etapa. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Não, Conselheiro, eu verifico com a Plenária se talvez seria melhor que os três fizessem e ao final as perguntas pontuais. Ao final as perguntas então. Eu gostaria então de passar a palavra ao Sargento Sales, o Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Segurança Pública do Ceará, que também gentilmente atendeu o nosso convite e vem aqui nos trazer a experiência do Ceará com relação ao Conselho de Segurança. Muito obrigado e por favor. **Sargento Sales – Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Segurança Pública do Ceará** - Boa tarde senhoras e senhores. Procurei ser breve e agradecer ao convite do CONASP que nos fez gentilmente e prontamente resolvemos atender esse nobre convite e é com grande satisfação que estamos aqui agradecendo a doutora Suelen, o doutor Agnaldo Augusto da Cruz, ao qual eu saúdo todos aqui presentes. Coronel Nonato meu companheiro de farda e procurarei

5198 ser breve na minha apresentação e dizer que houve um pequeno contratempo com a
5199 nossa Presidente, porque ela não pode comparecer por motivo de força maior de doença.
5200 Eu vinha com ela e só para tentar fazer a apresentação, está certo, pessoal? E trago um
5201 abraço fraterno da doutora Karina a todos os presentes e inclusive à doutora Suelen
5202 Sales que foi quem nos formulou o convite. O Conselho Estadual de Segurança Pública
5203 do Estado do Ceará foi criado pela Lei 12120/93 conforme previsão do artigo 180 da
5204 constituição do Estado do Ceará de 1999. O que ocorreu é que o Conselho ficou
5205 paralisado 14 anos. O Governador resolveu fazer a extinção e após 14 anos no ano de
5206 2007 o Governador Cido Ferreira Gomes, irmão do Governador que cessou em 93,
5207 resolveu reativá-lo e reativá-lo com força total. Fez uma reunião no seu gabinete e
5208 resolveu criá-lo. Então o Conselho Estadual de Segurança Pública é um órgão colegiado
5209 vinculado diretamente ao gabinete do Governador com autonomia administrativa e
5210 dotação orçamentária própria. É um órgão com funções consultivas e fiscalizadoras da
5211 política de Segurança Pública. No parágrafo primeiro, a Lei disporá sobre a estrutura,
5212 composição e competência do Conselho conforme a constituição do Estado. No seu
5213 artigo primeiro é criado o Conselho Estadual de Segurança Pública na conformidade do
5214 artigo 180 da Constituição Estadual vinculado diretamente ao Gabinete do Governador.
5215 Com funções consultivas e fiscalizadoras da Segurança Pública e dos direitos humanos
5216 com jurisdição em todo o Estado do Ceará. O Conselho é formado por 13 integrantes
5217 representantes de entidades estatais da Sociedade Civil. Possui funções consultivas e
5218 fiscalizadoras em matéria de Segurança Pública, encarregando-se de denunciar e exigir
5219 apuração dos casos em que implica violação de direitos humanos individuais e coletivos.
5220 Bem, a composição é formada de 13 integrantes. Um representante da Assembléia
5221 Legislativa do Estado, um representante da Comissão de Direitos Humanos. A
5222 Associação de Prefeitos do Estado do Ceará, da Câmara Municipal de Fortaleza, do
5223 Conselho Cearense dos Direitos da Mulher, do Conselho Estadual dos Direitos da
5224 Criança e do Adolescente, do Corpo de Bombeiros do qual eu faço parte, da Defensoria
5225 Pública do Estado, do Ministério Público, da Polícia Militar, da Polícia Civil do Estado que
5226 esta a cargo do Delegado Geral, da Ordem dos Advogados do Brasil, e por último da
5227 Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado. A sua estrutura ela é formada pelo
5228 colegiado, pela diretoria, as comissões as quais iremos formar agora inicialmente nessa
5229 próxima reunião no dia 19 desse mês e pela ouvidoria que recebe todos os casos, todas
5230 as denúncias para que a gente possa tentar resolver. Porque a dificuldade é imensa.
5231 Existem irregularidades imensas como o doutor Paulo falou. Muitas coisas irregulares
5232 que se o Governo juntamente com o Conselho pela sua importância que tem no Ceará,
5233 ele junto com as secretarias, com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros e órgãos
5234 que são peculiares, a gente vai conseguir. Por meio do Conselho o Estado e Sociedade
5235 estarão implicados em discussões acerca da problemática da Segurança Pública,
5236 estabelecendo políticas eficazes de dimensão da criminalidade e da violência. Os
5237 principais objetivos. Elaborar em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública e
5238 Justiça as Políticas de Segurança Pública e Penitenciária Estadual. Fiscalizar a
5239 execução de políticas públicas em todo o estado. Encaminhar aos órgãos competentes,
5240 inclusive ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, qualquer notícia de violação dos
5241 direitos humanos individuais e coletivos, denunciar e exigir apuração de atos que implique
5242 a violação de direitos humanos individuais e coletivos. Participar de comissões formadas
5243 pelos poderes públicos que investiguem a violação dos direitos humanos individuais e
5244 coletivos. Propor às autoridades estaduais a instalação de sindicâncias, processos
5245 administrativos ou judiciais, no intuito de apurar a responsabilidade pela violação dos
5246 direitos individuais e da pessoa humana. A eleição. Os projetos que nós já conseguimos
5247 com muito sacrifício, a revitalização do CONSESP que estava totalmente engessado.

5248 Divulgando em rádio, TV, jornal, através de informativos, a gente está no 12^a. informativo
5249 e a posterior eu posso passar para cada um dos senhores para ficarem por dentro do
5250 andamento do Conselho do Ceará. E uma das principais metas que nós tivemos foi a
5251 criação dos Conselhos Municipais de Segurança em 184 municípios. Demos início, claro.
5252 Já estamos iniciando, já tem vários municípios com suas Câmaras de Vereadores,
5253 Projetos de Lei para o prefeito assinar, e por aí vai. Já temos três Conselhos Municipais
5254 de Segurança. Tem o manual técnico que eu trouxe aqui para a nossa amiga Flávia
5255 distribuir. Teve a visita do Secretário de Segurança pela primeira vez, o qual ficou muito
5256 lisonjeado com as instalações e a luta do dia-a-dia. Esse aí foi criado o Conselho de
5257 Segurança de Senador Pompeu, o de Mombaça também está encaminhado. Isso foi uma
5258 visita dos representantes. Teve audiências públicas realizadas com o objeto de
5259 implantação nos Conselhos Municipais de Segurança. Em fevereiro de 2011 fizemos
5260 audiência pública em Mombaça com mais de trezentos participantes. Meus senhores e
5261 senhoras, eu procurei ser o mais breve possível pelo contratempo que eu já informei aos
5262 senhores. A Presidente ela já vinha muito mais preparada do que eu, então eu procurei
5263 ser fazer uma síntese do que é o Conselho, está certo? E eu quero agradecer nesse
5264 momento mais uma vez o convite, e dizer que nós estamos de portas abertas a qualquer
5265 uma das senhoras e dos senhores, para fazermos visita através de e-mails, algumas
5266 informações, trocar idéias sobre Segurança Pública e dizer que estamos lisonjeados com
5267 o convite. Muito obrigado. (palmas). **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
5268 **CONASP/MJ** – Eu gostaria também de agradecer em nome do CONASP ao senhor
5269 Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Segurança Pública do Ceará, Sargento
5270 Sales pela disposição em vir apresentar a experiência do Ceará com relação ao Conselho
5271 Estadual de Segurança Pública, e com certeza também agregar muito valor à discussão
5272 que o CONASP hora trata. Muito obrigado, Sargento Sales pela oportunidade que o
5273 senhor está nos oferecendo. Não é parente da nossa Secretária-Executiva? **Suelen**
5274 **Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** Na verdade o meu Sales é do Ceará,
5275 então de repente... **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** –
5276 Creio que estamos aqui entre família, né? Bom, nosso terceiro palestrante é o senhor
5277 Secretário-Executivo do Conselho Estadual do Pará, Coronel Nonato a quem também
5278 inicialmente agradeço a disposição de vir ter conosco nessa tarde e imediatamente passo
5279 a palavra. **Coronel Raimundo Nonato - Secretário-Executivo do Conselho Estadual**
5280 **do Pará** - Senhoras e senhores, boa tarde. Os nossos agradecimentos pelo convite do
5281 CONASP. Trazemos o abraço fraterno do Governo do nosso Estado do Pará Governador
5282 Simão Jatene, que prioriza hoje segurança na busca social. O Secretário de Estado de
5283 Segurança Pública que é o nosso Presidente do colegiado, o doutor Luiz Fernandes
5284 Rocha. E eu saúdo todos os Conselheiros e participantes desta seleta reunião através do
5285 nosso Presidente dos trabalhos, Agnaldo Augusto, e também a doutora Suelen que é a
5286 Secretária-Executiva. Meus amigos, eu entendo que isso é uma rara oportunidade para
5287 quem luta com a atuação dos colegiados nos vários estados. Aliás, nós já buscávamos
5288 isso há um certo tempo. Uma vez que coincidentemente eu também tenho a satisfação e
5289 honra de ser um Secretário-Executivo do Conselho de Segurança Pública do Meio Norte,
5290 no Colegiado Regional criado pelo Ministério da Justiça, que de certa forma está num
5291 compasso não tanto de acordo com as nossas pretensões no Brasil, mas no Meio Norte
5292 ele vingou pé e hoje está bastante ativo e teremos outra oportunidade para dizer do
5293 trabalho que eles vêm desenvolvendo desde 1997. Para nós do Conselho Estadual de
5294 Segurança Pública do Pará é um marco histórico na Segurança Pública e para o
5295 Movimento Social do Estado do Pará. Nós distribuímos essa apresentação em três itens,
5296 considerações iniciais, desenvolvimento e considerações finais. Nessa primeira lâmina
5297 nós temos aí a situação, é interessante que os senhores tenham uma percepção de como

5298 é que surgiu o colegiado, em que situação surgiu o colegiado, o estudo, a análise, a
5299 definição e a repercussão e até os resultados expressivos que veio em função da sua
5300 criação. Na verdade no ano de 1995 o Estado desorganizado e meio desorientado e as
5301 nossas instituições policiais totalmente desacreditadas e sem meios de suporte à
5302 violência e criminalidade atingindo patamares bastantes críticos. Começou-se então a
5303 fazer um estudo dessa situação para chegarmos a uma decisão. Viabilizar radical
5304 mudança na Gestão da Segurança Pública. Esse foi o foco principal de verificar aqui o
5305 que precisaria era a questão de alteração na Gestão da Segurança, que tinha os seus
5306 objetivos na quebra de tabus, paradigma, enfrentamento de resistências corporativas,
5307 porque isso é o grande problema do Brasil. E tentar buscar inovações operacionais,
5308 novas ações para que fossem praticadas pelas nossas instituições. E aí se passou a
5309 discutir e adotar um ousado Sistema Estadual, Sistema de Segurança Pública constando
5310 uma subordinação a um Conselho com poder em especial normativo. Essa é a figura
5311 principal dentre as demais finalidades dele, é um Conselho normativo. Não interessaria
5312 ter apenas um Conselho orientador, mas um Conselho Deliberativo e um Conselho
5313 Normativo. E aí se passou a entender que este Conselho não poderia ter apenas os
5314 representantes das instituições, mas ele teria que ser paritário. Ou seja, com a presença
5315 da Sociedade Civil para discutir controle social. Com as entidades da Sociedade Civil
5316 dirigentes das instituições de Segurança Pública num mesmo colegiado. É lógico que isso
5317 em 1995 teve uma total e absoluta perplexidade daqueles que entregavam a segurança
5318 adiantado. E, então obviamente que tentar definir um colegiado com essa composição e
5319 com essas missões, automaticamente nós teríamos dificuldades. A Sociedade Civil,
5320 alienada das questões de Segurança Pública e até sujeita à atuação impositiva do
5321 aparelho policial, passou a ter voz ativa na definição da política e diretrizes de Segurança
5322 Pública. Desconfianças e antagonismos foram sendo substituídos pela compreensão dos
5323 desafios a enfrentar. Quer dizer, ela participa e automaticamente começa a entender
5324 também as definições que precisam ser feitas nessa área. A nova metodologia exigiu
5325 revisão de preconceitos e adoção de inovações corajosas. Adoção de medidas
5326 integradoras que até despertaram a atenção de alguns Estados. O do Pará saiu na frente
5327 de alguns itens importantes em que tivemos a satisfação e alegria de ter vários
5328 representantes de outros Estados, na medida em que foram implementados no nosso
5329 Estado. Aí nós passamos basicamente dentro desse primeiro escopo a mostrar a questão
5330 fundamental que é sua base legal. Ele foi instituído em 1996 na Lei que já sofreu algumas
5331 introduções no decorrer do tempo, e tem como missão institucional decidir acerca das
5332 políticas e ações de Segurança Pública no Estado do Pará. O Governador do Estado
5333 naquela época foi convencido que cabia ao Conselho a forma de moção a elaboração
5334 das políticas e aceitou-as. Muito embora as decisões ele tenha que homologar. Esse
5335 Conselho é Deliberativo, é Normativo, é Fiscalizador e consultivo. Isso especifica a Lei. A
5336 Lei exatamente já coloca essa situação definida. As finalidades, o estabelecimento, o
5337 acompanhamento, o controle e avaliação das políticas e das ações, essas são as
5338 finalidades definidas para este nosso colegiado e ele expõe um Regimento Interno que foi
5339 aprovado por uma Resolução do próprio Conselho, mas homologado pelo Governo do
5340 Estado. Já sofreu uma primeira alteração. E aí vem a composição pela legislação vigente
5341 é composto de quinze membros o nosso colegiado. É presidido pelo Secretário de
5342 Segurança Pública e agora Defesa Social. Era só Segurança Pública e foi incluído agora
5343 na última Lei do Estado como Defesa Social. São sete membros. Sete dirigentes de
5344 órgãos públicos. A Polícia Civil, Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, o Departamento de
5345 Trânsito, o Sistema Penitenciário, o Diretor-Geral do Centro de Perícias Científicas. No
5346 Pará não tem Polícia Científica, é Perícia Científica. Não é mais atrelado à Polícia Civil, é
5347 um órgão autônomo. O Pará já tem alguns anos com essa conquista. Faltando ainda

5348 definir no caso da composição dos 7, um novo membro em função da alteração última da
5349 Lei, aliás, da Lei que suprimiu o Secretário Especial num determinado tempo atrás o
5350 Governo instituiu Secretários Especiais que o Governo passado extinguiu. E na hora que
5351 extinguiu os Secretários Especiais automaticamente o Presidente do nosso Conselho era
5352 o Secretário Especial de Defesa Social, e aí o Conselho ficou ainda, está sendo
5353 recomendo posto por causa dessa vaga que passou a ser presidido pelo Secretário de
5354 Segurança Pública. E nós não temos ainda a composição dos 7. São só seis membros.
5355 Ele tem a composição de quatro representantes de Organizações Não Governamentais,
5356 representado pela Ordem dos Advogados do Brasil. Sociedade Paraense de Defesa dos
5357 Direitos Humanos, a Representação da Criança e do Adolescente e o Centro de Estudos
5358 e Defesa do Negro do Pará. Tem dois Deputados Estaduais. Porém eles têm obrigação
5359 de serem partícipes da Comissão Especial de Segurança Pública da Assembléia
5360 Legislativa. Só pode ser o Deputado aquele que é desta Comissão da Assembléia
5361 Legislativa. É escolhido pelo Presidente e é indicado para o Conselho. E um
5362 representante dos Policiais Militares, Bombeiros Militares e Policiais Cíveis que é o
5363 Representante dos Trabalhadores. A Lei ainda precisa ser modificada, porque hoje o
5364 nosso Sistema de Segurança Pública agrega outras classes e que precisa também
5365 disputar pelo menos essa cadeira num processo eleitoral indicado pelas entidades
5366 associativas. Diretrizes básicas está um pouco pequeno, não sei se está dando para ver.
5367 Elas estão dispostas no nosso Regimento Interno, elas são importantes é uma Política de
5368 Segurança Pública que assegura o cumprimento da missão institucional do sistema. A
5369 preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio garantindo a
5370 universalização e o acesso igualitário a serviço de Segurança Pública. O aprofundamento
5371 da integralidade e melhoria da qualidade dos serviços de Segurança Pública no âmbito
5372 individual e coletivo. A integração, hierarquização e regionalização dos serviços de
5373 Segurança Pública, adequando-se com eficiência o sistema, de acordo com as demandas
5374 sociais por Segurança no Estado. O estímulo a constituição e o pleno desenvolvimento
5375 das instâncias colegiadas gestoras das ações de Segurança Pública em todos os níveis,
5376 com ampla garantia de participação das representações aos populares e da
5377 democratização das decisões. Aí os senhores tem a organização. Tem o Plenário, tem o
5378 colegiado pleno, tem uma Secretaria-Executiva, dispõe de uma ouvidoria e a ouvidora
5379 inclusive era indicada pela Sociedade Civil, faz parte do Fórum Nacional. Aliás, a nossa
5380 ouvidora que saiu agora, ela era representante no CONASP. A Cibele teve que sair agora
5381 e terminou seu mandato, porque ouvidor é por mandato e foi eleita outra ouvidora. No
5382 final vamos mostrar até umas fotos e pela primeira vez tivemos a presença do
5383 Governador, inclusive na posse em especial e uma Comissão de Controle e Segurança
5384 Pública, que na verdade ela pouco tem atuado, muito embora seja muito importante,
5385 então até hoje ela praticamente não se desenvolveu. Algumas peculiaridades nós
5386 colocamos aqui aos senhores. Não, são algumas competências. Os senhores vão ter
5387 todo esse material e todo esse acervo, eu trouxe em mídia e na verdade depois os
5388 senhores poderão ter acesso a todas essas informações. Ela está na mídia, vai ser
5389 reproduzida e inclusive aí eu coloquei algumas competências apenas, registrei alguns
5390 pontos sobre elas, porque são muitas e fica difícil a gente ficar colocando num tempo
5391 bastante exíguo para essa apresentação. E nós colocamos aí essas competências
5392 situando a decidir acerca da política das ações, contribuir e acompanhar, avaliar as
5393 políticas das ações de Segurança Pública em nível estadual, promover ações que visam
5394 garantir o pleno exercício da cidadania e o cumprimento do princípio da participação
5395 popular através da integração dos órgãos do sistema com a Sociedade Civil. Desenvolver
5396 meios que permitam dinamizar as ações dos Órgãos de Segurança Pública, visando a
5397 proteção das pessoas e do patrimônio, a garantia dos direitos individuais, a prevenção e

5398 repressão à criminalidade. Promover a integração dos órgãos supervisionados e no
5399 nosso caso do estado do Pará isso é importante. O nosso sistema define que o órgão
5400 central é a Secretaria de Segurança Pública. Todos os demais órgãos, nós somos seis
5401 órgãos e eles todos têm uma vinculação à secretaria. A secretaria é o órgão central do
5402 sistema e os demais são chamados órgãos supervisionados. E aí, a Polícia Militar, a
5403 Polícia Civil o Sistema Penitenciário, o DETRAN, todos são órgãos considerados
5404 supervisionados. Ele aprova o Plano Estadual de Segurança Pública, garantia e
5405 participação do controle social. Bom, vamos pulando isso aí, porque os senhores depois
5406 vão ter tudo isso aí. Aí é uma deliberação Plenária que eu faço questão de fazer
5407 referência aos senhores, só para terem uma idéia de que alguma coisa já deliberada lá
5408 em 1996, e é hoje bastante viva e atuante. Assegurar o mais absoluto respeito a
5409 cidadania. Isso é uma Resolução do Conselho, isso não está nem no Regimento Interno,
5410 foi uma decisão da Plenária. Empregar os recursos da inteligência, da persuasão, buscar
5411 parceria e comprometimento com a Sociedade Civil, assegurar que todos os esforços
5412 estejam permanentemente voltados para a integração das ações. É uma Resolução do
5413 Conselho que está ainda bastante atual. Algumas peculiaridades que é interessante os
5414 senhores conhecerem. Os Conselheiros representantes das instituições governamentais
5415 não tem suplentes. Não há representante para o comandante geral, delegado não tem
5416 suplente, evitando que sua suplência possa ter direito a voto, então não há suplente para
5417 os Conselheiros. Só da Sociedade Civil representante do Poder Legislativo e dos
5418 Trabalhadores. Nós temos a representação do Poder Legislativo. A Vice-Presidência
5419 nossa do colegiado é uma representante da Sociedade Civil. As Corregedorias todas elas
5420 são vinculadas ao colegiado, as reuniões do Conselho além dos Conselheiros são
5421 convocados todos os corregedores, faz parte da nossa reunião. Eles não fazem a
5422 Plenária, mas participam os dirigentes e demais órgãos do sistema. Nós temos o
5423 momento do cidadão, é importantíssimo esse momento. A sociedade vai, o colegiado é
5424 aberto, são públicas as reuniões do colegiado. As funções dos membros são
5425 remuneradas, porém é uma remuneração que só para o transporte mesmo e o colegiado
5426 dispõe de uma rubrica orçamentária própria. Os senhores vão ter a oportunidade de
5427 conhecer o elenco desde 1996 das ementas das decisões de políticas e ações do
5428 Conselho através daquilo que foi apresentado pelos nossos companheiros que estão ali e
5429 vão fazer essa reprodução, e aí não vai dar, o nosso tempo é curto, só tenho dois
5430 minutos para encerrar, de forma que não dá para nós, são muitas desde 1996, os
5431 senhores vão ter essas. E encerro dizendo o seguinte. O Conselho Estadual de
5432 Segurança Pública é um marco histórico das mais expressivas para a Gestão de
5433 Segurança do Pará, sendo considerado de fundamental importância para o Movimento
5434 Social deste estado presente desde sua concepção. A composição atual os senhores vão
5435 ver lá quando foi distribuído o material que nós trouxemos, pode passar para ver essas
5436 fotos. Aí a composição atual de todos aqueles que estão presentes. Nossas reuniões são
5437 de quinze em quinze dias do colegiado. Pode passar. Algumas fotos aí do colegiado. O
5438 colegiado presente, nós temos uma Plenária e aí se realiza. Pode passar outra. Aí é mais
5439 uma outra foto de um outro ângulo aí, é mais uma foto para os senhores terem o aspecto
5440 de reunião da nossa ouvidora que foi empossada agora dia 7, a nova ouvidora e tivemos
5441 a presença do senhor Governador do Estado presidindo essa reunião de posse da nossa
5442 ouvidora. É muito difícil num tempo curto e gostaria de dizer que na verdade, no ofício
5443 mesmo com a Suelen me dizendo que eram 20 minutos, eu não consegui detectar os 20
5444 minutos no ofício que foi para nós. Eu vim não sabendo nem se teria que fazer uma
5445 exposição ou apenas responder algumas perguntas dos senhores. Desculpem se tivemos
5446 que fazer um atropelo, mas estamos à disposição desde 1996 atuando num colegiado e
5447 que aos poucos os senhores vão ver pelo elenco de ementas o trabalho que a gente tem

5448 em torno de políticas, homofobia, torturas. Temos o primeiro comitê criado, acho que tem
5449 mais dois estados que criaram a questão da mortalidade e natalidade. Já está criada com
5450 apoio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e a gente tem tentado colocar em
5451 prática essas Políticas de Segurança Pública para o nosso Estado. Muito obrigado.
5452 (palmas). **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Nós
5453 gostaríamos também de agradecer ao Coronel Nonato Secretário-Executivo do Conselho
5454 de Segurança Pública do Estado do Pará, por estar conosco nessa tarde e nos trazer
5455 essas informações que com certeza nos serão muito úteis. Eu abro à Plenária inscrições.
5456 Inscritos Conselheiro José Neves, com a palavra o Conselheiro Gandra. Caso todos
5457 concordem eu sugiro que a gente ouça por ala todos dessa ala e depois todos dessa ala.
5458 Para não ficar um zigue-zague. Conselheiro Gandra. **Jânio Gandra – Confederação**
5459 **Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL** - Ouvimos atentamente a
5460 apresentação dos três representantes dos Conselhos Estaduais e temos aqui algumas
5461 considerações. Não são nem indagações. Podemos dizer considerações e que seja
5462 apenas uma reflexão e também reivindicações. Pois bem. O Conselho de Alagoas não
5463 traz os Trabalhadores na sua composição. Eu acho que isso é uma forma
5464 antidemocrática, uma vez que a parcela dos Trabalhadores é importante na construção
5465 de Políticas da Segurança Pública, porque são os operadores de Segurança Pública que
5466 estão vivenciando no seu dia-a-dia lá na linha de frente, botando o peito para levar tiro de
5467 bandido sem ter colete à prova de bala como é o caso de Alagoas, e isso então nos faz
5468 tecer esses comentários. A outra consideração é que, segundo a explanação do nobre
5469 representante, parece-me que o Conselho procura responsabilizar apenas os operadores
5470 de Segurança Pública pelas situações de insegurança que possivelmente permeiam
5471 naquele Estado. Por exemplo, formatação das escalas de serviço. Eles olharam logo para
5472 o trabalhador. Quer dizer, a culpa é da escala de serviço. E depois é o pós-julgamento
5473 das sindicâncias. Então nos parece até, senhores Conselheiros que esse Conselho se
5474 transformou num tribunal uma vez que evoca para si e julga. Parece-nos que aí existe um
5475 grande equívoco. E a gente vê se realmente funcionou o Conselho de Alagoas, pelas
5476 estatísticas que nós vimos aqui que desde o ano de 2005 as taxas de homicídio vêm
5477 subindo ficou em 40, depois em 53, depois em 60, depois 66. Então alguma coisa está
5478 errada. Eu posso até afirmar que é a falta da participação da Sociedade Civil e dos
5479 Trabalhadores. Eu acho que deve ter sido isso. Bom, e um dos piores casos que eu
5480 atribuo a esse homicídio, a esse índice de violência exacerbado naquele magnífico
5481 Estado, é exatamente um fosso entre o salário do agente do trabalhador da base de 1900
5482 para o Delegado de Polícia, por exemplo, de 13 mil. Coisa que não ocorre também na
5483 Polícia Militar. Mas na Polícia Civil lá nesse caso é um disparate que não vai contribuir
5484 para baixar essas taxas de homicídios e nem o número excessivo de inquéritos policiais.
5485 Essas são as considerações que eu faço ao nobre representante do Conselho e tecer
5486 também os comentários. Eu acho que o Estado do Ceará também da mesma forma,
5487 também eu acho que falta uma participação dos Trabalhadores nessa composição. Já
5488 falamos porque nós entendemos que é necessário, tanto é que este Conselho Nacional
5489 de Segurança Pública através do Governo Lula de forma corajosa nos abriu essa
5490 possibilidade de estarmos aqui contribuindo com tantas mentes valorosas e
5491 representantes de vários segmentos que aqui estão. No caso do Pará, o comentário do
5492 Pará é muito claro, e eu acho que eles estão no caminho, estão se aproximando a meu
5493 ver, claro, num caminho mais participativo. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
5494 **Presidente do CONASP/MJ** – Conselheiro, só para encerrar, por favor, o nosso tempo
5495 está meio curto. **Jânio Gandra – Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais**
5496 **Civis – COBRAPOL** - Quantos oradores nós temos, somos 8, né? Se o senhor não me
5497 interrompesse eu já teria encerrado. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**

5498 **CONASP/MJ** – Pela ordem já encerrou seu prazo há certo tempo. **Jânio Gandra –**
5499 **Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Cíveis – COBRAPOL** - Já
5500 encerrou? Então vou ficar prejudicado com o Ceará. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-**
5501 **Presidente do CONASP/MJ** – Muito obrigado, Conselheiro. Eu gostaria de fazer uma
5502 solicitação aos senhores Conselheiros. Gostaria de fazer só uma consideração e
5503 solicitação aos Conselheiros no sentido de que nós possamos permitir que todos nós
5504 participemos do debate e a mesa faz uma solicitação e uma lembrança, no sentido de
5505 que na verdade os três conselhos que estão aqui representados atenderam um convite e
5506 de forma pronta e gentil formulado inclusive por essa Plenária e deliberado por essa
5507 Plenária e aqui estão com o propósito de nos apresentar como funciona a estrutura em
5508 seu Estado e nos trazer as suas impressões ou como hoje estão estruturados os
5509 conselhos. Seria interessante que nas nossas manifestações nós procurássemos extrair
5510 dos nossos companheiros que aqui nos visitam questões dessa natureza. Creio que
5511 haverão outras oportunidades para que nós estabeleçamos debates sobre outras pautas.
5512 Então, até por questão de educação e gentileza solicito que as perguntas sejam
5513 pertinentes a esses pontos aqui levantados. Pela ordem, eu não sei, Conselheiro Paulo
5514 Breda o senhor gostaria de se manifestar ou gostaria de falar ao final. Aí cada um dos
5515 senhores falaria? Melhor. Então o Conselheiro Geraldo, por favor, com a palavra.
5516 **Geraldo S. Vanderlei – Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC** - Bem, inicialmente
5517 quero cumprimentar os representantes dos conselhos e dizer que na verdade entre os
5518 estados Brasileiros, só três estados realmente conseguiram formar seus conselhos e
5519 funcionar, mesmo que funcionando dentro das limitações, porque esses conselhos não
5520 foram formatados a partir de uma mobilização social, mas a gente pode observar que, por
5521 exemplo, o Conselho do Ceará e o Conselho do Pará tem a composição da Sociedade
5522 Civil que eles têm. Mais ou menos 40%. Só o de Alagoas que... O Ceará tem.
5523 Observando lá pelo o que eu vi mais ou menos, tem 40%. Só o de Alagoas que tem uma
5524 só pessoa, né? Uma só da Sociedade Civil. Mas é um colegiado, né? De qualquer
5525 forma, por exemplo, o Conselho de Alagoas, eu tive a oportunidade de estar lá, porque
5526 Cibeles como presidente do Fórum e eu como vice-presidente, nós fomos à Alagoas para
5527 tentar dar um início na criação da ouvidoria e reunimos o Conselho no gabinete do
5528 Governador e tive uma receptividade muito boa. O nosso amigo Patriota e já, por
5529 exemplo, em Sergipe que não tinha Conselho, nós tivemos dificuldade, mas terminamos
5530 entrando para uma audiência pública que foi uma coisa mais de base, mais popular. A
5531 companheira Cibeles, o Conselho do Pará elegeu três mulheres para serem ouvidoras e
5532 mulheres muito ligadas às lutas populares e inclusive a atual. Nós tivemos reunião na
5533 semana passada do Fórum Nacional de Ouvidores. De modo que eu acho que esses três
5534 estados estão de parabéns, porque na verdade eles andaram na frente, nossa intenção
5535 em trazê-los aqui é na verdade iniciar um debate para a criação dos Conselhos Estaduais
5536 de Segurança em todo o país, inclusive formatados ao modo do CONASP. Aliás, se fosse
5537 o caso, paritário, porque o CONASP era para ser 50% da Sociedade Civil pelo menos, e
5538 50% do poder público. Acho que essa paridade aí nós estamos levando desvantagem, de
5539 modo que a gente parabeniza os presentes, e lá no meu estado eu já iniciei um contato
5540 com o Secretário, que inclusive ligou para mim antes do almoço dizendo que não vinham
5541 mais, porque estavam atenciosos e queriam que a gente repassasse o que aconteceu
5542 aqui. Então, só tenho a parabenizar e naturalmente os desafios que o Gandra colocou,
5543 que vá se pensando em reformular as ações de modo que aos novos paradigmas e aos
5544 novos desafios da Segurança Pública desse país que são tantos e tantas violações.
5545 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Obrigado, Conselheiro.
5546 Conselheiro Leôncio o senhor quer fazer uso da palavra? Pois não. **Marcos Leôncio**
5547 **Sousa Ribeiro - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal** - Eu gostaria

de saber dos Conselheiros a relação do Conselho Estadual como é que se dá essa relação, ou se ela existe com algum eventual Conselho Municipal nos seus estados. Aqui em Brasília nós temos os chamados Conselhos de Segurança Comunitário de Bairro e de Regiões Administrativas. Se existe alguma experiência dessa relação entre Conselhos Municipais e Comunitários e dentro do governo, entre Conselhos do próprio Poder Executivo como é que se faz essa relação, a experiência que vocês tem nessa área.

Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ – Conselheiro Vicente Mariano. Vicente Mariano – Conselho Nacional de Comandantes Gerais das PM's e dos Corpos de Bombeiros Militares – CNGG - Eu vou ser breve. Chamou-me a atenção a primeira exposição do Conselheiro de Alagoas na parte em que ele expôs e talvez eu tenha entendido muito aqui o posicionamento do Gandra, porque da forma como ele expôs, ele colocou o Conselho muito fortalecido para tomar decisões, decisões até de demitir funcionários da Segurança Pública. Então, eu gostaria que na hora que ele fosse fazer a fala que pudesse esclarecer esse ponto, porque a gente sabe que existem legislações específicas que cuidam, por exemplo, da demissão do oficial, do praça. Só queria entender melhor como é feito lá pelo Conselho.

Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ - Conselheiro Almir. Almir Laureano – Rede Desarma Brasil - Parabenizar os três e que nós estamos tendo a oportunidade de nos aproximarmos para estabelecer os diálogos que a gente vai precisar abrir frente no país inteiro para ampliação dos Conselhos Estaduais, e certamente no de vocês serão os estudados para que a gente possa como tudo na vida melhorar. E parabenizar pela força aí. Não deixa de chamar a atenção também o caso de Alagoas que é inusitado para nós a maneira, e eu me alio aqui ao coronel Mariano apenas para que possa caracterizar mais um pouco. Mas no primeiro momento nos chocou e como ontem eu disse a primeira impressão aqui no CONASP não é a que fica. Então está por aí.

João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República - João Francisco da Secretaria da Presidência da República. Eu também tomo as palavras do Conselheiro Almir e parabenizo os três Estados pela iniciativa, até porque vão servir de auxílio para a gente. São conselhos bem distintos e com funções também bem distintas. E então sabendo que a Segurança é um processo dinâmico e constante, multi interdisciplinar, eu gostaria de saber de vocês quais as maiores dificuldades para o funcionamento do próprio Conselho.

Célia Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP - Foi um prazer ter essa oportunidade de conhecer as propostas de cada estado e nos parece que nós aprendemos umas coisas muito significativas. Primeiro que esses conselhos existem, como algum deles foi mencionado ainda nos anos 90 no século passado, quando nós sabemos que a discussão em torno da Segurança Pública, ou seja, como uma pauta nacional é uma coisa muito mais recente. Nós estamos numa tentativa de fazer avançar com os processos sociais, para que dê conta dessa questão da afirmação do Conselho na pauta política do país. Então, eles terem conseguido serem criadas e serem mantidos desde os anos 90, é algo significativo independente dos erros e dos acertos que eles possam ter. A outra coisa que eu também endosso que meu companheiro João Francisco afirmou, é que quando eles puderem fazer retornar a fala que, por favor, que eles façam um pouco mais, avancem nas explicações daquilo que é mais conflitivo ou das maiores dificuldades enfrentadas pelo exercício dos Conselheiros locais.

Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ – Obrigada, Conselheira. Com a palavra Conselheiro Celito. Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira de Criminalística - Obrigada. Primeiro agradecendo os três visitantes por terem tido a coragem de enfrentar essa platéia, porque vocês já estão sentindo que aqui a coisa é um pouco realmente difícil, mas como diz o Almir, que a primeira impressão não

5598 é a que fica. Mas primeiro eu queria agradecer ao representante do Conselho de
5599 Alagoas, pelo acórdão 17 de 2011 em junho, quando vocês deliberaram um pedido de
5600 revisão do auto do Governador que nomeou uma pessoa estranha ao cargo da perícia de
5601 Alagoas para gerir aquele órgão. E uma segunda era perguntar se vocês tomaram
5602 conhecimento da deliberação aqui deste Conselho, também no sentido de que o
5603 Governador revisse esse ato, e se houve alguma resposta do governador para não rever
5604 esse ato. Essa é minha indagação. Muito obrigado. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
5605 **Presidente do CONASP/MJ – ANASPRA** Com a palavra o Conselheiro Tião **Sebastião**
5606 **Santos – Viva Rio** Boa tarde a todas e todos. Queria parabenizar aos representantes dos
5607 conselhos, ao mesmo tempo agradecer a exposição aqui feita e dizer que nós
5608 aprendemos com as experiências, sejam elas positivas ou não tão positivas assim. Eu
5609 vou fazer uma pergunta para os três. Qual é a relação do Conselho com os gabinetes de
5610 gestão integradas, se existem nos estados. E fazer uma proposta como a gente está
5611 aprendendo e esse aprendizado é mútuo, da gente ter a oportunidade enquanto
5612 Conselho de fazer uma apresentação do CONASP para esses conselhos. Contando um
5613 pouco o processo, a história, os objetivos, a composição e se houver a possibilidade
5614 depois dessa apresentação, de um convite destes conselhos para que algum
5615 representante da região ou do Estado do CONASP faça parte e integre os
5616 estaduais **Abelmídio de Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do**
5617 **Brasil** Eu queria cumprimentar aos três representantes dos estados que estão aqui
5618 conosco e agradecer até pela disposição e pela gentileza em trazer ao conhecimento dos
5619 Conselheiros do CONASP as suas experiências na implementação dos respectivos
5620 Conselhos Estaduais de Segurança Pública. É compreensível que haja determinadas
5621 diferenças, até porque os conselhos estão em situação de ambiência, digamos assim,
5622 local ou estadual também diferenciada. E as peculiaridades de cada estado a gente sabe
5623 que variam muito no nosso país. Agora, me chamou a atenção, queria só destacar esses
5624 aspectos relacionados com algumas peculiaridades que esses conselhos têm. Por
5625 exemplo, a questão da autonomia administrativa e financeira. É algo que normalmente os
5626 Governos dos Estados de um modo geral resistem muito a aceitar esse tipo de situação.
5627 É muito difícil. Especialmente quando se trata do financeiro. Do administrativo até nem
5628 tanto, mas a financeira é um Deus nos acuda. Então, eu vejo como um fato altamente
5629 positivo, que já se tenha mesmo nos casos dos conselhos isto se consolidado. Meus
5630 cumprimentos a vocês por isso. Eu vejo que isso ocorre no caso do Ceará e que ocorre
5631 também no caso do Pará que tem rubricas orçamentárias próprias para o desempenho
5632 das suas funções e das suas finalidades. Também chama a atenção a questão relativa à
5633 finalidade em gênero, de forma geral e não as finalidades e os objetivos específicos. no
5634 que diz respeito ao caso do Conselho do Pará que possui uma natureza bastante ampla,
5635 Coronel Nonato. Deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo. Nós em muitos debates
5636 aqui nos prendemos tanto a esses aspectos, os Conselheiros todos devem lembrar para
5637 poder chegar a uma eventual definição e nós não temos a abrangência efetiva que esses
5638 Conselhos Estaduais de Segurança Pública, no caso do Pará conquistou. Então eu
5639 queria cumprimentá-los por isso e agradecer a disposição, gentileza e boa vontade de
5640 estarem aqui conosco. E deixar para os senhores uma indagação no que diz respeito aí
5641 aos dois conselhos, os dois primeiros que foram expostos, porque no caso do Pará nós
5642 vamos receber inclusive a documentação que especifica já as resoluções e tudo o que o
5643 Conselho fez e pelo histórico do Conselho eu pude perceber que é bastante atuante e
5644 ativo. Então mais para os dois conselhos anteriores só uma curiosidade, eu queria
5645 indagar aos senhores qual a avaliação que os senhores fazem da atuação dos seus
5646 respectivos conselhos no que tange à efetividade desses conselhos no estado, porque é
5647 algo com que inclusive nós aqui no CONASP nos debatemos. A efetividade das nossas

5648 resoluções, moções e por aí afora. É uma curiosidade somente que eu indagaria aos
5649 senhores. Obrigado. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** –
5650 Obrigado, Conselheiro. Conselheiro José Neves. **José Neves – Sindicato de Agentes**
5651 **Penitenciários Federais – SINDAPEFBom**, boa tarde. Agradeço a participação dos
5652 Conselheiros e saber que de todos os estados aí apenas três conselhos ativos é muito
5653 pouco. E se vocês fazem, porque fazem serão mais cobrados. E então não entendam a
5654 manifestação dos Conselheiros como nenhuma agressão e muito menos algum tipo de
5655 má educação. De qualquer forma vou iniciar falando pelo Conselho de Alagoas algumas
5656 coisas que me chamaram a atenção. O caráter punitivo que tem este Conselho.
5657 Sobre tudo porque em uma das menções aí e depois quero a certificação ou não de que
5658 efetuam os oficiais da PM. A interferência inclusive na escala de serviço dos agentes de
5659 Segurança, que nós entendemos que isso é algo que deva ser partido do poder
5660 executivo. Nós vemos um fortalecimento do Conselho, mas em detrimento de um
5661 enfraquecimento da Secretaria de Segurança Pública daquele estado, sobretudo no que
5662 tange pela questão de horas diárias, e até recomendo que o Conselho com toda essa
5663 influência possa intervir junto a um pleito da categoria dos agentes de Segurança que é
5664 redução da carga horária. Porque a questão do cara trabalhar 24 horas direto. Outro
5665 aspecto que vi em todos os conselhos é a questão da fiscalização do Sistema
5666 Penitenciário. E, portanto, vamos perguntar depois se há Conselho penitenciário naquele
5667 estado e como está aquela questão da articulação. Bom, o CONSEG do Ceará, o
5668 Sargento Sales, eu já visualizo uma participação dos Trabalhadores porque está aqui um
5669 praça da Polícia Militar representando aquele Conselho, e me parece que isso deve ser
5670 algo peculiar do Ceará porque lá quem preside o Conselho Penitenciário do Estado é um
5671 Agente Penitenciário o Coutinho, o senhor deve conhecer. Mas que o Conselho de
5672 Segurança também propõe e articula e já encaminho como pergunta: Como fica essa
5673 relação entre os conselhos? No Conselho do Pará, o Coronel Nonato, a gente vê ali uma
5674 tentativa importante de ampliar essa representação, que ela seja paritária dimensão aqui
5675 aos Conselheiros, à Sociedade Civil, mas vi pouca possibilidade dos Trabalhadores
5676 participarem desse debate. Na composição dos Trabalhadores, tem uma vaga para três
5677 corporações. Bombeiros, Polícia Civil e isso evidentemente dos prazos e dos Agentes da
5678 Polícia Civil, mas não vi a participação também no caso de um trabalhador do Sistema
5679 Penitenciário e já vai para uma questão se há essa necessidade. Eu digo isso, porque
5680 sou trabalhador do Sistema Penitenciário, Agente Penitenciário, e hoje a gente ocupa o
5681 maior cargo representativo que um Agente Penitenciário pode ocupar que é aqui no
5682 Conselho de Segurança Nacional. Portanto a gente entende que os Agentes
5683 Penitenciários podem tranquilamente e vai como sugestão. Vou reformular as três
5684 questões que eu tenho. Na verdade só vou repeti-las. Se existe esse estudo para
5685 ampliação da melhor participação do trabalhador. Isso vai para todos e como está a
5686 articulação com os Conselhos Penitenciários Locais e uma sugestão para os três
5687 conselhos do que se discute lá o sistema penal e necessitamos muito dessa sugestão,
5688 porque temos aqui uma Câmara Técnica que discute exclusivamente o Sistema Prisional.
5689 Então a gente gostaria de fazer essa articulação também com essas informações que
5690 vocês têm lá junto aos estados nesse tema exclusivo do Sistema Prisional **Agnaldo**
5691 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** Solicito ao Conselheiro que depois
5692 passe por escrito, acho que os conselheiros não conseguiram pegar. Conselheira Eliana.
5693 **Eliana Sousa – Associação Redes de Desenvolvimento da Maré** Eliana, estou aqui
5694 representando a Rede Maré e Observatório de Favelas. Na verdade assim, eu queria
5695 também agradecer a presença de vocês aqui e falar um pouco no sentido de porque de
5696 alguma maneira isso foi pautado a partir da última reunião que a gente teve e uma das
5697 funções do CONASP é justamente estar fomentando a criação dos Conselhos Estaduais

5698 e fazendo o levantamento. E a gente viu que a gente tem poucos conselhos em
5699 funcionamento e por isso a idéia de trazê-los para a gente estar conhecendo e
5700 dialogando. Aí a minha pergunta é justamente porque a gente tem essa tarefa como
5701 CONASP, como pleno, é perguntar assim para vocês o que vocês conhecem do ponto de
5702 vista do trabalho que esse Conselho em nível nacional vem fazendo nesse sentido da
5703 questão dos Conselhos, e qual seria a abertura para a gente estar tentando dialogar e
5704 tentando afinar uma política comum, do ponto de vista nacional que possa refletir nos
5705 Conselhos que já existem e na criação dos novos. Então qual seria a abertura para a
5706 gente estar dialogando e construindo. A gente tem um modelo que foi construído porque
5707 eu acho que a gente precisa dialogar mais com vocês, mas qual é a abertura do ponto de
5708 vista que vocês estão constituídos para isso acontecer. Porque na realidade não é só
5709 vocês fazerem uma apresentação, a gente quer de fato estabelecer uma relação mais
5710 sistemática e orgânica com esse trabalho que vocês fazem nos estados. E, outra
5711 pergunta é assim, no Pará que já tem um Conselho que já tem a representatividade dos
5712 Trabalhadores e da Sociedade Civil, a minha pergunta é: São eleitos, né? Se eu entendi
5713 são eleitos no Pará. Os representantes são indicados ou são eleitos **Coronel Raimundo**
5714 **Nonato - Secretário-Executivo do Conselho Estadual do Pará** São indicados pela
5715 sociedade. Só é eleito o representante dos Trabalhadores que é entre os representantes
5716 da classe, eles indicam e são eleitos **Eliana Sousa – Associação Redes de**
5717 **Desenvolvimento da Maré** A minha pergunta é desses que já tem os três segmentos no
5718 caso do Pará, minha pergunta é qual é o desafio que vocês vêm tendo, no sentido de
5719 estar dialogando com os três segmentos. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente**
5720 **do CONASP/MJ – Conselheiro Elder** **Elder Costa Santos – Fórum Nacional de**
5721 **Juventude Negra – FONAJUNG** Boa tarde, Elder Costa, Fórum Nacional de Juventude
5722 Negra. Primeiro eu queria parabenizar a exposição dos três Conselheiros que muito bem
5723 representaram seus estados e seus respectivos conselhos. Eu queria também, não posso
5724 deixar de reconhecer que é um avanço do CONASP uma discussão como essa, porque
5725 nós fazemos sempre a discussão de que o CONASP tem que agir para fora temos que
5726 reconhecer quando isso acontece. Queria parabenizar o nosso Conselho e em especial a
5727 Câmara Técnica de Mobilização que discute os princípios da CONSEG. Espero que isso
5728 aconteça também com outros temas e que a gente possa interferir cada vez mais em
5729 relação à Segurança Pública. Bem, eu queria dizer o seguinte. Eu sou do estado da
5730 Bahia e nós temos o nosso Secretário de Segurança Pública respondeu a provocação do
5731 CONASP dizendo que lá tem um Conselho e lá realmente tem, mas foi formado na época
5732 da ditadura militar ainda e como vocês podem imaginar é um Conselho que não atende
5733 as demandas que a sociedade hoje oferece em termos de participação social. Então é um
5734 Conselho que não tem Trabalhadores, não tem Sociedade Civil, tem a possibilidade de
5735 três pessoas serem indicadas pelo Governador. São quinze pessoas e dessas quinze três
5736 podem ser indicadas pelo Governador. Nós estamos fazendo uma mobilização do estado.
5737 Eu, Marcos e doutora Tereza, tanto dialogando com a Secretária de Segurança Pública
5738 quanto com os Trabalhadores da Segurança Pública para a gente reestruturar esse
5739 Conselho. Eu queria deixar esse informe aqui e espero que possamos contar com o apoio
5740 do CONASP no sentido de reestruturar o Conselho de Segurança Pública do nosso
5741 Estado. Eu queria fazer uma pergunta aos conselhos que é o seguinte. Vai muito na linha
5742 do que o João Francisco colocou. Quais são os desafios dos conselhos, em especial o
5743 Conselho do Pará que mais se assemelha com o CONASP, quais são os desafios,
5744 sobretudo no campo da interiorização? A gente sabe que o fenômeno da violência está
5745 se interiorizando, então a gente percebe é necessário os conselhos no interior dos
5746 estados. A questão do Sistema Prisional, quais desafios nesse sentido que o
5747 companheiro já colocou? A questão da violência policial, isso está sendo abordado e o

5748 diálogo com o Poder Judiciário e Ministério Público. Percebi que tem um diálogo com o
5749 Poder Legislativo, mas não sei se foi falta de atenção minha ou se realmente não há um
5750 diálogo permanente com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.
5751 **Marcos Rezende – Coletivo de Entidades Negras** Vou ser breve, mesmo porque
5752 cheguei atrasado. Só um esclarecimento ou uma dúvida também do time aqui que tenho
5753 conversado. Em algum destes conselhos ou no Conselho onde tem Sociedade Civil,
5754 esses representantes são eleitos ou são indicados pelo Governador? Essa é a pergunta.
5755 Nos conselhos aonde tem representantes da Sociedade Civil, esses representantes são
5756 eleitos através de uma eleição democrática, onde as entidades se inscrevem para
5757 concorrer a fazer parte do Conselho ou tem dizendo como tem na Bahia, três pessoas de
5758 livre escolha do Governador com reconhecida atuação na área da jurídica, da Justiça,
5759 Direitos Humanos e Segurança Pública? Essa é uma pergunta ainda nesse mesmo
5760 campo se essas pessoas são eleitas, são eleitas dentro de determinado segmento.
5761 Porque às vezes as pessoas colocam que tem lá no Estado da Bahia o Conselho de
5762 Direitos Humanos. O Conselho de Direitos Humanos tem assim um representante da
5763 Sociedade Civil da igreja Católica de Salvador. Mas tem Sociedade Civil. Um
5764 representante da igreja evangélica, e é verdade. Estou falando isso com conhecimento de
5765 causa, porque a briga agora é para ter um representante de religiosas de matriz africana,
5766 porque divide assim lá. Isso nós também entendemos que não é democrático. Queremos
5767 saber se nesses estados se é um representante previamente escolhido dentro de uma
5768 determinada área, ou se na verdade tem dizendo representante da Sociedade Civil
5769 totalizando 40% do Conselho, independente de que área seja, mas com afinidade na área
5770 de Segurança Pública e Direitos Humanos como um todo. **Agnaldo Augusto da Cruz –**
5771 **Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Vou até solicitar a autorização do Plenário, mas vou
5772 passar a palavra à Heloísa, ela é servidora do CONASP e faz assessoria técnica à
5773 Câmara Técnica de Articulação e Mobilização. Eu gostaria que ela fizesse uma pergunta
5774 também em razão do tema e trabalho que está desenvolvendo na área. **Heloísa –**
5775 **Técnico do CONASPO** Obrigada, coronel. Serei breve, queria parabenizar os três
5776 conselhos. Eu já conhecia o Conselho do Pará. E a gente na Secretaria-Executiva do
5777 CONASP, acho que também o pleno inteiro, sente muito pelo menos a Câmara Técnica
5778 de Mobilização sente muita curiosidade mesmo de saber como isso funcionava nos
5779 estados, aonde existia e não existia e como a gente passa aqui no CONASP, a gente
5780 sabe muito das dificuldades que é discutir Segurança Pública coletivamente, de forma
5781 participativa. Então a gente imagina como é isso nos estados. E aí o CONASP agora que
5782 está revitalizado, um ano, eu queria saber de vocês qual é a expectativa de vocês em
5783 relação a esse Conselho? A gente vê que é cheio de expectativas no âmbito estadual,
5784 mas saber o que esperam do CONASP? Minha pergunta é essa. **Agnaldo Augusto da**
5785 **Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Senhores, dez minutos é o suficiente para
5786 cada um responder? Começar então pelo Conselheiro representante do Pará. Com a
5787 palavra Coronel Nonato. **Coronel Raimundo Nonato - Secretário-Executivo do**
5788 **Conselho Estadual do Pará** Bom, não vai na ordem aqui as respostas, a gente vai
5789 tentando aqui. Não contem o tempo ainda, por favor. Vou começar exatamente por essa
5790 questão colocada pela Heloísa. É um campo muito amplo e a gente há muito tempo vinha
5791 discutindo, e, aliás, já respondo mais particularmente sua pergunta. Nós dos estados e
5792 particularmente do Pará tínhamos sempre uma grande expectativa sobre o CONASP,
5793 porque conhecíamos o CONASP anterior e era dentro dessa perspectiva. Não podemos
5794 aceitar que não haja um Conselho Nacional formulando Políticas Nacionais de Segurança
5795 Pública. Então ficamos um longo tempo inativos com o CONASP, e a criação do SENASP
5796 vindo de uma CONSEG estruturada como é a CONSEG, é uma grande esperança. Esse
5797 diálogo ele precisa ter. Não somos nós que queremos, ele tem que existir. Essa relação.

5798 Há muito tempo falo duas coisas. Articulação e interlocução. Sofro com um colegiado que
5799 até hoje não consigo ainda desenvolver essa prática. Mas nós estamos abertos no Pará
5800 e quero crer que os três colegiados também, no sentido de ter um diálogo permanente,
5801 porque entendemos que daqui saem as grandes decisões sobre as Políticas Nacionais.
5802 Eu sou um aspirante a um Sistema Nacional de Segurança Pública para que seja
5803 cumprido no Brasil. Porque todos nós sabemos que na verdade nós tenhamos uma
5804 Política Nacional a ser desenvolvida. Portanto o Conselho está aberto. E eu já fazia essa
5805 colocação em algumas vezes que vim aqui. Nós estamos esperando e a nossa
5806 esperança foi a CONSEG, saiu a CONSEG criou o CONASP. E o CONASP? O que nós
5807 temos sobre o CONASP? Nós lá nos estados, pelo menos lá no Norte? Quase nada.
5808 Precisamos ter realmente essa receptividade e sabermos o que os senhores estão
5809 fazendo, porque muitos entram na Internet para buscar o editorial que sai que é o
5810 CONASP que nós conhecemos. Qual mecanismo o CONASP vai ter para que suas
5811 decisões cheguem para nós? Isso é importante para nós e nós muito vamos ganhar com
5812 isso, porque nós estamos para somar. Nós precisamos olhar o cidadão, e isso é
5813 fundamental para nós. Bom, algumas perguntas a gente vai tentando. Essa questão dos
5814 Trabalhadores, ou melhor, vou começar com as indicações lá do pessoal da Sociedade
5815 Civil. São as entidades. Não tem interferência nenhuma de governo e ninguém. É
5816 entidade lá, tem lá uma representação da Ordem dos Advogados do Brasil e cabe a OAB
5817 num processo que ela bem entender escolher quem vai ser seu representante. E não
5818 cabe ao Governador discutir. Basta um Decreto e nomeia. Então, lá nós não temos esse
5819 tipo de problema. A questão relativa aos Trabalhadores. Na verdade está um pouco
5820 defasada e nossa orientação já está sendo um anteprojeto, no sentido de que seja uma
5821 escolha com todos os representantes, de todos os segmentos nossos. Não só dos três.
5822 Os três porque foram início e até agora não se revezo essa legislação, mas está já
5823 proposta, deve estar seguindo ao governo e não é um privilégio da classe de Policiais
5824 Cíveis ou Militares ou de Bombeiros a ser escolhido. Vai ser para todos. Agora, são
5825 indicados pelas entidades associativas e sofre então um processo eleitoral entre os seus
5826 presidentes. São eles que escolhem. O processo de interiorização é realmente importante
5827 que haja. No estado continental como o Pará é necessário. Nós temos essa visão. Não é
5828 muito fácil, é difícil realmente nós termos, mas há dentro das nossas expectativas uma
5829 probabilidade de nós constituirmos os Conselhos Municipais. Aliás, é um dos itens que
5830 está previsto na nossa legislação estadual, mas ainda não conseguimos fazê-lo. A
5831 tentativa é essa nesse sentido. Houve uma pergunta que se referiu ao GGI. Essa ligação
5832 GGI. Eu inclusive também sou Secretário-Executivo do GGI Pará, do Estadual. Então
5833 hoje estou convivendo com as duas situações. O nosso Conselho é política. O Conselho
5834 de Segurança Pública e Conselho de Política. GGI é ação. Só aí eu já vejo duas
5835 situações diferenciadas. Uma é política e outra é ação. Então cabe e aí eu lembraria aos
5836 senhores que na verdade políticas estaduais tem que ser levadas em consideração aqui
5837 no CONASP. Porque nós temos as nossas também, independente da nacional nós temos
5838 as nossas. E o nosso lá, se o GGI em que são criadas não tem nenhuma ligação com
5839 Conselhos Estaduais, aí eu não entendo mais, porque o GGI eles têm um suporte dado
5840 pelo Governo Federal. O nosso Conselho Estadual não tem nada. Essa é a primeira
5841 intenção que vejo ao longo da minha carreira e já estou há 20 anos na reserva, e por aí
5842 vocês já vêem o tempo que estou na Segurança Pública, eu preciso ver ainda vivo essa
5843 relação dos Governos Estaduais com o Governo Federal, essa é a grande esperança
5844 como os senhores. E principalmente da Sociedade Civil. Nós temos muitos desafios.
5845 Essa manutenção, quais são nossas dificuldades? São muitas. Estrutural, não temos
5846 pessoal suficiente, nós gozamos de uma rubrica, mas ela não é satisfatória nos recursos,
5847 é uma luta que a gente tem. Mas eu tenho uma particular, talvez seja minha pessoal. Eu

5848 não posso responder aqui pelo Conselho. Eu sou Secretário-Executivo. Eu digo assim, no
5849 meu Estado eu não tenho Secretaria-Executiva, eu tenho o Secretário-Executivo, porque
5850 nós somos muito poucos e fica praticamente rolando, talvez pela experiência em que a
5851 gente vem mantendo esse colegiado. Algo que eu discuto e conversa muito com os
5852 representantes da Sociedade Civil. Vocês precisam entender o papel dos senhores
5853 dentro deste Conselho. Os senhores estão nivelados dentro da Política de Segurança
5854 Pública de Estado. O seu voto é igual ao comandante da PM. E, portanto, tem que
5855 entender esse papel da sociedade, é uma conquista. E hoje nós temos uma relação
5856 espetacular, muito boa. E nós prescindimos de uma monitoria, mesmo tendo sido criada
5857 no caso do Pará, monitorar as deliberações do colegiado. Infelizmente ela não está
5858 atuando. Já começou a atuar, mas precisa, porque nós não temos o *feedback*. Não
5859 adianta estabelecer políticas, se não sabemos como ela se desenvolve. Essa monitoria é
5860 fundamental, nós caro carecemos disso e é necessário que todos nós tenhamos uma
5861 monitoria. Senão o próprio CONASP não vai saber o que está ocorrendo dentro das
5862 políticas estabelecidas. Bom, eu tenho impressão que se tiver mais alguma coisa,
5863 senhores, os senhores já perceberam que falo muito e me empolgo até com aquilo que
5864 faço. Empolgo-me com aquilo que faço. E então passo aos demais companheiros e
5865 certamente vão cobrir outras áreas também fundamentais. **Sebastião Santos – Viva**
5866 **Rio**Doutor Raimundo então podemos ir lá apresentar o CONASP ao Conselho**Coronel**
5867 **Raimundo Nonato - Secretário-Executivo do Conselho Estadual do Pará**O senhor
5868 não vai, nós queremos que vá, coloquei isso numa pauta, infelizmente não foi possível
5869 ainda, mas eu imaginava dessa forma do CONASP estar presente numa reunião e a hora
5870 que os senhores quiserem, me dêem um tempo para colocar isso na pauta. Eu que faço a
5871 pauta e coloco na pauta. Dêem-me um tempo e digam o que o CONASP vai fazer e
5872 vocês terão condições de ir a qualquer hora. Reunimos-nos de quinze em quinze dias e
5873 obviamente temos que ter um tempo para fazer essa alocação. Seria uma satisfação e
5874 digo mais, uma alegria para nós. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
5875 **CONASP/MJ** Conselheiro Sales, por favor. **Sargento Sales – Secretário-Executivo do**
5876 **Conselho Estadual de Segurança Pública do Ceará**Caros Conselheiros que
5877 formularam suas perguntas, eu consegui anotar três perguntas aqui a quatro. E a quarta
5878 pergunta, eu gostaria de responder através de encaminhamento. É com relação à relação
5879 do CONSESP e o GGI. Na verdade se tornaria mais fácil responder se eu fosse
5880 Conselheiro ou membro da diretoria do Conselho, teria uma informação mais
5881 substanciada para vossa senhoria que fez essa pergunta. Eu gostaria de por gentileza
5882 ser atendido nessa solicitação de anotar a pergunta do nobre Conselheiro, e com toda
5883 certeza responder assim que puder. Bem, a pergunta de qual é a relação entre o
5884 CONSESP com os Conselhos municipais? Nós estamos em sintonia, a nossa meta
5885 primordial esse ano, a orientação da diretora do CONSESP a doutora Karine Matos é a
5886 criação dos Conselhos Municipais. Então a gente faz reuniões, a gente faz
5887 encaminhamentos para que eles compareçam em grupos de dez, até de quinze, a gente
5888 já chamou para a reunião para estabelecer as diretrizes através de cartilhas, dizendo
5889 como uma formação o que seria necessário, explica a importância do Conselho Municipal
5890 que é um elo com o CONSESP e posteriormente ao CONASP. Então a gente fez
5891 reuniões de 60 em 60 dias. As Reuniões Ordinárias nossas é de 30 em 30 dias, e a gente
5892 procura mandar ofício, fazer encaminhamento para que eles compareçam. Mas eles não
5893 dão atenção ao que o caso requer. Não comparecem as reuniões, mas conseguimos já
5894 formar três Conselhos Municipais no Estado do Ceará. Com relação às dificuldades, são
5895 os desafios. O desafio maior é com relação também em que cabe a pergunta. São os
5896 Conselhos Municipais. Com relação à efetividade, nossas reuniões são de 30 em 30 dias
5897 as ordinárias. Convidando o pessoal dos Conselhos para formar os Conselhos, e também

a dificuldade é do pessoal de apoio. No Conselho do Ceará nós temos três pessoas que nos fazem lá o secretariado, que fazem e então o Governador reativou esse Conselho em 2007 prometendo apoio, prometendo sem querer aqui entrar no mérito do Governo, mas aí ele esqueceu um pouco a gente, a verdade é essa. E foi mandado ofício para ele para que ele viesse ao nosso CONSEG tratar de todas essas dificuldades encontradas pelo Conselho e até o momento estamos aguardando. Então, a maior dificuldade é criar Conselhos Municipais para dar apoio ao CONSEG e também o pessoal de apoio. No momento eram essas as minhas perguntas que eu consegui captar e espero e era explicado razoavelmente correto **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Muito obrigado. Nossos agradecimentos ao Secretário-Executivo do Conselho de Segurança Pública do Ceará. Passamos a palavra ao representante do Conselho de Segurança Pública de Alagoas. **Paulo Breda - Conselho de Segurança Pública do Estado de Alagoas** Vamos por partes. Primeiro sobre a colocação da participação dos Trabalhadores. É algo que vem sendo estudado desde o final do primeiro biênio do Conselho, por conta justamente do poder correicional do Conselho e da exigência que já existe para algumas representações da formação em direito. Essa exigência terminaria por inviabilizar algumas participações. Isso tem sido estudado e tem uma comissão específica tratando desse assunto e o que acontece? Quando a questão não é disciplinar, ela é deliberativa sobre Políticas de Segurança, ela tem a participação de todas as representações. As representações oficiais dos Trabalhadores nas discussões, a exemplo das últimas reuniões. Por exemplo, eu acho que a Flávia esteve presente lá numa reunião específica sobre Polícia Comunitária para apresentar Polícia Comunitária ao Conselho por parte da Polícia Militar e estavam presentes e foram convidados todos os presidentes das associações de Polícia Militares que tiveram a palavra e participaram da reunião. Quer dizer, isso para compensar essa ausência do Conselho por conta desse poder disciplinar que tem movido uma entidade muito grande com isso. Mas é algo que está sendo estudado de que forma pode haver essa participação dentro do quadro do Conselho com Conselheiros dos Trabalhadores da Segurança Pública. A idéia de que é um tribunal de exceção não deveria nem comentar. Porque respondendo ao Conselheiro José Neves também, esse poder disciplinar do Conselho segue o regime jurídico de cada servidor envolvido, sindicado indiciado. Se é um servidor Policial Civil, o rito vai ser seguido o regime jurídico do Estado. Se é um servidor militar, do estatuto e respeitando todo o devido processo legal, sem sombra de dúvida. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Permite-me só um aparte, acho que essa ânsia dos Conselheiros, o Conselho opera por ação da infração disciplinar ou ele acompanha? **Paulo Breda - Conselho de Segurança Pública do Estado de Alagoas** - Ele pode avocar e pode alterar. Ele pode avocar o processo disciplinar nos moldes como o CNJ avoca o processo disciplinar de dentro da Corregedoria. Nos mesmos moldes. Com autorização legislativa para tanto. **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República** - O Presidente Paulo Breda falou algo muito interessante e vejamos que é muito parecido com o CNJ, e uma peculiaridade que é do Conselho de Alagoas que é muito similar ao Conselho Nacional de Justiça e talvez como ele falou que estou vendo aqui o Decreto que foi criado uma Lei delegada criada em 2007, talvez já depois da emenda constitucional e trouxe muitos moldes do Conselho, por isso talvez Conselheiros até mesmo a formação deles, nós sentimos aqui dentro desse CONASP justamente a falta dessa Sociedade Civil já que o próprio Conselho Nacional de Justiça só tem dois ou três representantes da sociedade. Então talvez essa nossa dificuldade. **Paulo Breda - Conselho de Segurança Pública do Estado de Alagoas** - Carrega esse mesmo pecado. **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da**

5948 **República** - E ele utilizou um termo bastante interessante que não existe no termo
5949 doutrinário, mas inclusive eu defendo isso é a questão do poder correccional. É uma forma
5950 de quando a Corregedoria não atua, aí surge a possibilidade como no caso deles de um
5951 poder correccional de corrigir e subsidiário a esse. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-**
5952 **Presidente do CONASP/MJ** – Conselheiro, me perdoe a interrupção. **Paulo Breda -**
5953 **Conselho de Segurança Pública do Estado de Alagoas** - Não, mas a intervenção é
5954 extremamente elucidativa e a finalidade é elucidar isso. O amparo legislativo, a alteração
5955 na Lei. Do mesmo jeito que a legislação estadual que regra o processo administrativo
5956 disciplinar, é a legislação estadual que permite que esse processo administrativo
5957 disciplinar possa tramitar no Conselho Estadual de Segurança. Mesmo padrão
5958 administrativo. Não impede a atuação das auditorias, das Corregedorias, de forma
5959 alguma. É em paralelo. Ele serve tanto na atuação da fiscalização dessas correções
5960 como tem poder de avocar e tratar originariamente desse processo. O que tem sido
5961 inclusive muito comum para o caso de punição para a alta cúpula. Punição de coronéis,
5962 punição de delegados que as Corregedorias têm dificuldade de executar, tem tido uma
5963 dificuldade muito grande de executar e que o Conselho tem executado com a
5964 participação de coronéis, com a participação de delegados que é a Delegada no
5965 Conselho. Então é um modelo que foi inspirado realmente no Conselho Nacional de
5966 Justiça. É uma figura nova realmente, apesar da controvérsia, tem trazido esse fato novo,
5967 uma aura de existência e de punição correccional que antes não havia por conta desse
5968 controle, que apesar do Conselho não ter participação dos Trabalhadores e ter uma
5969 participação menor da Sociedade Civil, ele tem uma finalidade e uma peculiaridade que é
5970 a participação das entidades de forma independente. Então o colégio de procuradores da
5971 Advocacia Geral do Estado que escolhe o Procurador Geral do Estado que está lá. Então
5972 são procuradores de estado todos eles concursados que formam o colégio de
5973 procuradores e eles vão escolher o representante procurador. É o Conselho dos
5974 Procuradores de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público que
5975 vai escolher o membro do Ministério Público que vai integrar o Conselho. Então, da
5976 mesma forma a Sociedade Civil. O Conselho Estadual de Direitos Humanos que escolhe
5977 seus representantes tem na escolha de seus membros absolutamente independente de
5978 participação política, com apenas a recomendação de que seja formado em direito para
5979 que possa ver essa integração maior dos processos disciplinares. Realmente é algo novo
5980 que gera muito dúvida, gerou muita dúvida no momento, mas hoje depois de alguns anos
5981 tem funcionado de forma regular e sem contestações judiciais até agora das decisões.
5982 Inclusive, de afastamentos que não é possível pelo Conselho, a demissão, a perda de
5983 patente é recomendada ao Governador do Estado, seguindo os moldes da Lei estadual
5984 que prevê essa pena também. As Corregedorias não podem aplicá-las, elas podem
5985 também recomendar ao Governador. Da mesma forma o Conselho recomenda ao
5986 Governador essas penas máximas, mas as demais penas o Conselho tem autonomia
5987 para aplicar. Sem dúvida esse é o tema mais conflitante deste Conselho. Eu vou tentar
5988 ver se corro agora com os outros questionamentos. E não é nada que seja dirigido e nem
5989 está voltado para ser dirigido contra o trabalhador da Segurança Pública, tanto que há um
5990 programa levantado pelo Conselho de que todos os servidores da Defesa Social tenham
5991 casa própria. E o Conselho que levantou esse projeto, esse programa está em curso e
5992 está com quase 90% dos servidores da Defesa Social com casa própria, isso significa
5993 Bombeiro, Militar, Civil, Perícia, Agentes Penitenciários. É um Programa desenvolvido
5994 pelo Conselho, nascido no Conselho e que tem sido implementado. Quanto ao aumento
5995 do número de homicídios, essa é uma questão especialíssima que valeria a pena falar
5996 muito sobre esse assunto. Em 2007, final de 2007 e início de 2008, eu peço que se for
5997 possível divulgar no e-mail dos Conselheiros os relatórios de gestão, o Conselho criou em

5998 Alagoas a Comissão de Estatística para que se tivesse um número único. Veja que cena
5999 patética. Uma das reuniões do Conselho de Segurança, o Conselho decidiu convocar o
6000 Secretário de Defesa Social para saber sobre o número, porque a Polícia Militar
6001 apresentava um número de homicídios, a Polícia Civil apresentava outra, o IML
6002 apresentava outra e nós ficávamos perdidos. Qual o número verdadeiro? Não existia
6003 número verdadeiro e na verdade esses números eram maquiados, não eram verdadeiros
6004 e o Conselho partiu com a iniciativa de querer unificar isso. Veja que cena. Quando nós
6005 chamamos o Secretário de Defesa Social para apresentar o número, ele apresentou o
6006 número que não era nem da Militar, nem da Civil, nem do IML, nem a soma dos três, nem
6007 nada com nada, e então foi aí que nós ficamos loucos. Então o Conselho a partir daí criou
6008 uma Comissão de Estatística e essa comissão começou a apresentar o número
6009 verdadeiro, sem maquiagem. porque a maquiagem não interessava a ninguém.
6010 Essencialmente e hoje o número de homicídios de Alagoas é um número muito próximo
6011 do verdadeiro. Ainda há falhas, mas projetos que estão sendo implementados com a
6012 participação do Conselho pretendem corrigir com a colaboração nacional de exemplos
6013 que deram certos em outros estados, como o caso da pulseira identificadora e etc. Então
6014 é uma questão que o número não significa que o Conselho está dando errado, porque o
6015 número de homicídios está aumentando. O Conselho trouxe é verdade sobre o número
6016 de homicídios em Alagoas. Não existia verdade nenhuma sobre o que estava
6017 acontecendo. Vamos ver se a gente consegue correr aqui. Com relação aos Conselhos
6018 Comunitários e Municipais foi o próprio Conselho Estadual que encaminhou um modelo
6019 para que os municípios criassem e instituíssem seus Conselhos Municipais e está
6020 sugerindo também um projeto legislativo de CMS Segurança Pública, que é para
6021 direcionar parte dos recursos na participação dos municípios do CMS para projetos de
6022 Segurança Pública dentro do município que passem pelo Conselho Municipal de
6023 Segurança, para tentar vincular e obrigar a fazer um Conselho Municipal de Segurança.
6024 Tem uma resistência política muito grande. Nossas dificuldades lá para funcionamento
6025 tem sido o fato de sermos todos Conselheiros com cargos honoríficos, sempre em
6026 atividade subsidiária, sem dúvida para dar mais velocidade às ações, às diligências e
6027 relatorias de processos, isso tem atrapalhado muito. O caso da perícia de Alagoas foi
6028 colocado aqui a solução que foi dada foi uma solução vexatória. Foi criado um cargo
6029 novo e deixou-se a chefia da perícia com o perito e criou-se um cargo a mais para abrigar
6030 quem politicamente eles queriam abrigar, apesar da recomendação contrária do
6031 Conselho. Porque agora o Conselho ter poder correicional sob toda a esfera da
6032 Segurança Pública e da Defesa Social, ela não tem sobre o Governador do Estado. Então
6033 não houve ter interferência, apesar de eu não integrar o Conselho, de enfrentamento
6034 realmente do Governador mostrando a independência do Conselho pela existência de
6035 mandato e pela forma de escolha dos seus Conselheiros. A relação com o GGI é uma
6036 relação de certa forma distante, não tem havido muita proximidade. E agora por sugestão
6037 nossa o Conselho terá uma representação no GGI para que possa haver uma integração
6038 maior. A possibilidade de apresentação do CONASP é total e de integração com o
6039 CONASP é total, a finalidade nossa é essa que haja integração, e nós nos sentimos
6040 sempre muito sós com relação a isso, até porque as políticas são nacionais e nós
6041 estamos batalhando para tentar implementar as bases de Polícia Comunitária, porque
6042 nós temos pressa. São dez, quinze, jovens mortos a cada fim-de-semana, e nós não
6043 notamos pressa nos Gestores, queremos dar essa pressa. Eu cheguei a sugerir na
6044 reunião em que Flávia teve lá que se implantasse de campanha para que não espere o
6045 terreno, o registro, e essas políticas são políticas nacionais, não são locais. Autonomia
6046 administrativa financeira, nós não temos e de certa forma até que o Conselho tenha uma
6047 estrutura própria e que justifique ter essa autonomia, eu acho que não deve ter, porque

6048 isso poderia complicar a independência do Conselho nessa questão de decidir sobre a
6049 Segurança Pública. Integração do Conselho Penitenciário é muito boa e há inclusive um
6050 Conselheiro Penitenciário que é também do Conselho, mas sem isso independentemente
6051 sempre há reuniões conjuntas para discutir vários assuntos. Diálogo com o Judiciário e
6052 Ministério Público e Defensoria não há o que se falar, porque esses órgãos têm
6053 representação dentro do Conselho, tem o Defensor Público, um Procurador de Justiça,
6054 um Juiz de Direito; e os desafios e efetividade realmente das decisões do Conselho. Isso
6055 eu não tenho dúvida, o Conselho tem tido efetividade muito grande e tem conseguido
6056 fazer muitas coisas. Estamos agora atuando para tentar tirar da atividade meio mais de
6057 20% do efetivo da Polícia Militar do Estado do Alagoas. Nós temos policiais lá sem
6058 nenhum demérito dessas atividades, mas temos policiais pintando parede, varrendo o
6059 chão, forrando cama, cuidando de jardim, consertando motor de carros. Mais de 1200
6060 policiais no efetivo de menos de 8 mil. É um absurdo e é o Conselho que está atacando
6061 isso, porque é muito cômodo para um comandante ou coronel mandar prender
6062 administrativamente se algo não sai de acordo com o que ele quer ou se o atendimento
6063 pessoal não foi realizado, quando um servidor independente, concursado e administrativo
6064 não se submeteria a esse tipo de coisa. Mas isso é preciso quebrar um costume
6065 arraigado lá há mais de cem anos e é o Conselho que está liderando isso como liderou, e
6066 vocês vão ver no relatório de gestão, para encerrar, Senhor Presidente, um movimento
6067 de alteração legislativa para acabar com gabinetes militares em diversos órgãos da
6068 esfera estadual. Gabinete Militar no Poder Judiciário, no Poder Legislativo, e isso
6069 juntando dava 493 Policiais Militares à disposição de autoridades. Cheguei à vergonha de
6070 entrar no Tribunal de Contas do Estado e um oficial da Polícia Militar arrastar o cavalete
6071 para que eu pudesse passar com o carro. Quanto dinheiro e quanta capacitação perdido.
6072 493 homens nessa situação. O Conselho num debate grande do qual participou toda a
6073 representatividade dos policiais que foram unanimemente favoráveis à existência dos
6074 gabinetes militares, por incrível que pareça, sob o pretexto que essa era uma grande
6075 aspiração de todo policial, integrar uma assessoria, ficava amigo da autoridade e não
6076 precisava correr risco. Passou no Conselho. Na época passou apertado, mas passou a
6077 alteração legislativa, o Governador encampou e mandou para a Assembléia Legislativa
6078 que arquivou e não passou a alteração que está na construção e é uma grande
6079 aberração. Nós vamos tratar de novo desse tema e também principalmente do desvio de
6080 função em todas as atividades da Defesa Social. São temas que nós temos enfrentado e
6081 por isso eu vejo que a efetividade da ação do Conselho tem sido muito grande e
6082 mobilizado a sociedade como um todo a participar. Continuo à disposição, Presidente.
6083 Obrigado. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Obrigado.
6084 Eu agradeço então a palavra do Presidente do Conselho de Segurança Pública de
6085 Alagoas, doutor Paulo Breda, do Secretário-Executivo do Conselho de Segurança Pública
6086 do Ceará, Sargento Sales, do Secretário-Executivo do Conselho de Segurança Pública
6087 do Pará, Raimundo Nonato, principalmente pela gentileza de atenderem o nosso convite
6088 e pela gentileza redobrada de aceitarem a sugestão do Conselheiro Sebastião de nos
6089 receber em seus Conselhos, e principalmente porque nós vemos que há muito em
6090 comum. Há muitas dificuldades, algumas estruturas novas que foram criadas, mas os
6091 objetivos maiores são comuns. Melhoria do sistema de Segurança Pública. Eu separei
6092 quatro palavras que foram ditas praticamente por todos os interlocutores, tanto os
6093 palestrantes quanto os companheiros que fizeram uso da palavra. As palavras são:
6094 dificuldades e desafios comuns, integração e articulação. A proposta da Câmara Técnica
6095 quando apresentou essa Plenária o convite aos Conselhos era exatamente o atendimento
6096 a esses pleitos e o levantamento e o início, o pontapé inicial da discussão dessas quatro
6097 palavras. Eu destaco das quatro as duas últimas. Integração do Conselho Nacional de

6098 Segurança Pública com os Conselhos Estaduais e aprimoramento do processo de
6099 articulação. Como os senhores Conselheiros disseram aqui nessa tarde, muito do que os
6100 senhores trouxeram serão referências, serão utilizados como referência para a atividade
6101 concreta deste Conselho no fomento à criação de outros Conselhos Estaduais. Muito do
6102 que os senhores disseram aqui servirá de referência para esse próprio Conselho. Nosso
6103 Conselho também é um Conselho relativamente novo que com certeza afunilará e
6104 buscará melhores experiências, inclusive para sua gestão. Então, peço uma salva de
6105 palmas para os nossos três palestrantes. Muito obrigado a todos. (palmas) Nós vamos
6106 suspender a reunião e haverá um "coffee break" e intervalo de quinze minutos no primeiro
6107 andar o "coffee break". Retomando nós teremos a apresentação da perícia. **Verônica**
6108 **Lins – Assessoria da Secretaria-Executiva do CONASP** - Conselheiros, só um recado.
6109 Os que não me entregaram ainda o bilhete de vinda e relatório já estou recebendo. Por
6110 favor, já queria que vocês estivessem me entregando. **Intervalo "coffee break". Agnaldo**
6111 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Bom, vamos retomar então
6112 nossos trabalhos? Conselheiros e Conselheiras, vamos lá? Flávia, está em condições
6113 aí? Quorum? Eu pergunto se alguém presente é proprietário desse óculos. Bom,
6114 retomando então os nossos trabalhos, eu gostaria de passar a palavra já de imediato ao
6115 Conselheiro Agadeilton que assume a cadeira em substituição ao Conselheiro Celito, o
6116 Conselheiro Agadeilton já está projetado na tela parecer CONASP, autonomia de perícia
6117 oficial de natureza criminal. Por favor, Conselheiro, sente-se aqui conosco. Então nós
6118 asseguremos, Conselheiros, a seguinte metodologia. O Conselheiro Agadeilton terá 30
6119 minutos para fazer sua exposição e após esse período será aberta a palavra aos
6120 Conselheiros para o debate. Com a palavra o Conselheiro Agadeilton. **Agadeilton**
6121 **Menezes – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais** - Muito boa tarde a
6122 todos os Conselheiros e Conselheiras. Saúdo a todos nessa reunião, essa 13ª. Reunião
6123 Ordinária deste Conselho a qual tenho a honra e a felicidade de poder finalmente
6124 apresentar o parecer sobre a autonomia da perícia manifestação da Plenária desse
6125 Conselho, salvo engano, da quinta reunião ordinária ainda de agosto do ano passado.
6126 Um breve histórico sobre esse trabalho, essa deliberação do Conselho foi dessa quinta
6127 Reunião Ordinária e que tinha como premissa a apresentação desse parecer ainda na
6128 gestão anterior deste Conselho. Na última reunião do ano de 2010, mas por questões da
6129 própria agenda e pauta do Conselho, terminou o trabalho não sendo concluído e nem
6130 apresentado à Plenária. Já nessa nova gestão houve uma recomposição do Grupo de
6131 Trabalho ao qual eu continuei com o encargo de coordenar. E a partir dessa
6132 recomposição feita na reunião que ocorreu no Estado da Paraíba, nós retomamos as
6133 atividades do grupo e hoje temos a felicidade e oportunidade de apresentar o parecer.
6134 Recentemente a mídia nacional, os jornais de grande circulação, começou com matéria
6135 com a Folha de São Paulo, o Jornal O Globo, Revista Veja e outras mídias de alcance
6136 nacional, e finalmente uma matéria do Fantástico que muitos aqui tiveram a oportunidade
6137 de assistir já tratou de um ponto importante que vai estar contido nesse parecer que é a
6138 questão da precariedade da perícia criminal no Brasil, especialmente nos estados da
6139 federação. E, então estou fazendo essa introdução para demonstrar aos senhores como
6140 será mostrado nesse parecer que o tema sobre a autonomia da perícia não é um tema de
6141 natureza classista, é um tema que está na voz e no anseio de toda a sociedade,
6142 especialmente daqueles que militam por uma Segurança Pública mais qualificada e uma
6143 Justiça Penal mais efetiva. Vamos ao parecer. Acho que vou ter por questão regimental a
6144 obrigação de ler, porque após a leitura do parecer a Plenária tem que deliberar pela
6145 aprovação ou pela rejeição. Então conforme colocou a presidência da sessão, terei que
6146 fazer a leitura, sei que é um pouco enfadonho. A elaboração do parecer aproveitou as
6147 sugestões da primeira composição do grupo e com alguns aprimoramentos feitos já na

segunda composição, foi submetido sim a todos os integrantes, os Conselheiros Simone... Se concordarem, algumas partes principalmente citações já conhecidas que está dentro do parecer a gente pode sim pular. Então, como eu estava falando. A Conselheira Simone, o Conselheiro Almir Laureano, o Conselheiro Benito e o Conselheiro Heder, eram os integrantes juntamente comigo dessa última composição do GT. A minuta desse parecer foi encaminhada a todos ainda no início do mês de setembro, e a gente recebeu a contribuição da Conselheira Simone e do Conselheiro Heder. O Conselheiro Almir justificou que não estava tendo tempo e era um tema que também que ele não se sentia à vontade também para contribuir, mas que tinha plena concordância com o que estava sendo colocado e o Conselheiro Benito, não sei por que razão, acho que tinha também grande contribuição a dar no trabalho, mas acho que por alguma questão pessoal, não sei, tanto que ele não está aqui hoje, ele não se manifestou sequer sobre o parecer. Então o parecer. “Atendendo a deliberação da quinta sessão Plenária Ordinária deste Conselho esse grupo de trabalho apresenta na forma seguinte seu parecer sobre a autonomia da perícia oficial e natureza criminal. O tema abordado pelo Grupo de Trabalho apresenta-se como uma das mais relevantes questões relacionadas à construção de um novo paradigma para o sistema de persecução penal do estado brasileiro, conforme se observa em manifestações da sociedade e dos órgãos governamentais em nível nacional e internacional.” Eu queria indagar da Plenária se querem, porque todos receberam uma cópia. Não sei se todos tiveram tempo e condição de fazer a leitura dessa cópia. Se querem que faça a leitura integral ou se querem que eu destaque apenas os pontos mais relevantes. Aí ficaria uma condição muito subjetiva minha de dizer o que é mais relevante. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** - O Conselheiro Almir fez uma sugestão que ele faça uma síntese ponto a ponto ou por capítulo. Esse capítulo trata disso, e destaque, não precisa ler tudo. E a questão dos destaques como o Conselheiro João Francisco colocou, eu acho que seria interessante que nós fizéssemos no final da fala do Conselheiro Agadeilton. O Conselheiro faz a apresentação e no final cada um faz seu destaque. **Agadeilton Menezes – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais** - Perfeito. Esses primeiros itens, o item 1, 2 e item 3, eles são itens introdutórios. O item 3 eu faço questão de citar, porque traz referência principalmente à manifestações da Organização das Nações Unidas, da ONU e da Anistia Internacional que tem apoio de importantes instituições como a AOB, o Ministério Público sobre a necessidade de se ter uma perícia criminal autônoma. Nessa mesma linha, todos aqui devem conhecer o Plano Nacional de Segurança Pública que também tem essa premissa como uma das suas diretrizes. Pode descer, por favor. É o item quatro. E aí em destaque o texto do Plano Nacional de Segurança Pública que fala da autonomia da perícia que diz: “ A perícia é vital para percepção penal os Institutos de Criminalística e Instituto Médico Legal devem ser constituídos e organizados de forma autônoma, de tal modo que toda a ingerência nos laudos produzidos seja neutralizada. Uma aproximação maior desses órgãos com as Universidades, Centros de Pesquisa e com o Poder Judiciário é fundamental para o Sistema Integrado de Segurança Pública que se pretende instituir. Na maioria dos estados os órgãos de perícia estão sucateados desprovidos de equipamento moderno, treinamento especializado e distantes da Comunidade Científica. Eles devem em curto prazo estar organizados em carreira própria.” Isso é um texto do Plano Nacional de Segurança Pública que foi inspirado pelo primeiro plano de Governo do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva. Veja, algo de 2001 que tinha coordenação do ex-Deputado Federal Antônio Viscaia. Cabe destacar que conforme bem apresentou a Conselheira Simone, embora o Deputado Federal Antônio Viscaia que coordenava não tivesse mencionado, mas hoje a realidade do Brasil também contempla em vários

6198 institutos de identificação a atividade de perícia papiloscópica que faz parte da atividade
6199 de perícia criminal de natureza oficial. Embora o nosso sistema normativo a Lei 12 mil
6200 que intrinsicamente não reconhece isso, mas é inegável que a atividade de interesse
6201 papiloscópica é perícia e perícia criminal. Então está destacado isso aí no item cinco do
6202 parecer. O item 6 todos já conhecem, é destacada a questão da segunda diretriz mais
6203 votada na primeira CONSEG, na mesma linha, está aí destacado o texto na mesma linha
6204 do que demandou a Organização das Nações Unidas, a Anistia Internacional, o Plano
6205 Nacional de Segurança Pública, também vem nessa linha a primeira CONSEG. Está aí o
6206 texto, não vou ler todo, porque todos já conhecem. Em setembro de 2009 foi aprovada a
6207 Lei 12030 que trouxe como inovação a tentativa, eu digo tentativa, porque infelizmente
6208 um ato normativo legal como uma Lei, ele só torna-se efetivo quando ele produz efeitos
6209 concretos, ele não fica apenas no mundo jurídico, ele torna-se um fato concreto no
6210 mundo real. E nós que labutamos na área da perícia criminal, nós temos infelizmente a
6211 convicção de que a Lei.12030 hoje é apenas uma realidade no mundo jurídico, ele não é
6212 ainda uma realidade fática para a Perícia Criminal, mas foi certamente um importante
6213 avanço. Foram onze anos de tramitação desta Lei e que ao final aprovada, ela conclamou
6214 a questão da necessidade da autonomia nos órgãos periciais e dos peritos criminais,
6215 definindo inclusive quem seriam os profissionais tratados como peritos criminais oficiais.
6216 O item 8, me permitam, vou fazer a leitura porque é um documento recente que reputo
6217 dos mais importantes para este Conselho, porque é o Plano Nacional de Direitos
6218 Humanos na sua versão 3, e que também trata com muita ênfase sobre a necessidade da
6219 autonomia dos órgãos periciais criminais. Então eu vou ler. “Em seguida, mais
6220 precisamente em 21 de dezembro do marcante ano de 2009 para perícia criminal o
6221 Presidente da República certamente inspirado por espírito natalino assina o Decreto 7037
6222 que aprova o Plano Nacional de Direitos Humanos PNDH3, o qual também é enfático em
6223 relação à necessidade de ver-se como realidade a autonomia dos órgãos de perícia
6224 criminal no Brasil.” E aí vem as várias disposições. Vou só destacar algumas. A Diretriz
6225 número 11. “Democratização e Modernização do Sistema de Segurança Pública.
6226 Estratégia primeira. Modernização do Marco Normativo do Sistema de Segurança Pública
6227 com as seguintes ações programáticas. Letra D. Assegurar a autonomia funcional dos
6228 Peritos e a modernização dos Órgãos Periciais Oficiais como forma de incrementar sua
6229 estruturação, assegurando a produção isenta e qualificada da prova material, bem como
6230 o princípio da ampla defesa e do contraditório e o respeito aos direitos humanos. Esse
6231 mesmo PNDH3 tem o Objetivo Estratégico número 3 que fala da produção de prova
6232 pericial com celeridade e procedimento padronizado. As ações programáticas na linha A,
6233 propor regulamentação da perícia oficial. Responsável o Ministério da Justiça. Alinha b.
6234 “Propor projeto de Lei para proporcionar autonomia administrativa e funcional dos Órgãos
6235 Periciais Federais. Responsável: o Ministério da Justiça.” “Propor padronização de
6236 procedimentos e equipamentos a serem utilizados pelas unidades periciais oficiais em
6237 todos os Órgãos Periciais Criminalísticos e Médicos Legais. Também responsável o
6238 Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Presidência da
6239 República.” Alinha B. “Desenvolver sistema de dados nacional informatizado para
6240 monitoramento da produção e da qualidade dos laudos produzidos nos órgãos periciais.
6241 Também responsável o Ministério da Justiça.” Alinha E. “Fomentar parcerias com
6242 universidades para pesquisa e desenvolvimento de novas metodologias a serem
6243 implantadas nas Unidades Periciais.” E acho que finalmente a F. “Promover e apoiar a
6244 educação continuada dos profissionais da perícia oficial em todas as áreas para formação
6245 técnica em direitos humanos.” Esse PNDH3 para mim, eu diria que é um documento, é
6246 um Decreto do Presidente da República que tem uma felicidade enorme em atacar os
6247 principais problemas que hoje enfrenta a Perícia Criminal no Brasil. Atacar no sentido de

6248 propor medidas a serem executadas se não ficar também no campo das vontades e das
6249 idéias, de fato transformará a realidade da perícia e conseqüentemente da percepção
6250 penal no Brasil. Aí é demonstrado no item 9 que apesar de tudo isso, eu até estava
6251 brincando com os colegas antes da apresentação, dizendo com tudo o que já existe hoje
6252 sobre autonomia da perícia, com todo respeito e acho importante que esse Conselho se
6253 manifeste sobre isso, mas o parecer desse Conselho vai ser mais um documento que é
6254 importante, porque eu acho que esse é um dos importantes papéis deste Conselho. Se
6255 manifestar sobre as questões relevantes que envolvem, principalmente os problemas de
6256 Segurança Pública. Mas com todo esse histórico trazido aí, uma pessoa que não
6257 conhece de fato a realidade vai achar que a perícia deve estar muito bem, porque tem
6258 tanta Lei, Decreto, planejamento que aponta o que é preciso fazer. Mas infelizmente a
6259 gente vai ver mais à frente que a realidade é bem diferente. O item 9 introduz essa
6260 situação assim como o item 10. O item 11 traz um pouco do histórico do esforço
6261 legislativo desenvolvido já há cerca de quinze anos, principalmente pelo Movimento
6262 Sindical que representa as Perícias Criminais no Brasil e tentativa de constitucionalizar a
6263 perícia oficial de natureza criminal, um esforço que até hoje não obteve qualquer êxito.
6264 Esse esforço, do ponto de vista de proposta de emenda constitucional começou em 89
6265 com essa PEC 89/99, que depois de três anos ou menos que isso foi enterrada após o
6266 parecer do Senador Romeu Tuma que se posicionou contrário e quem labutou nesse
6267 movimento contrário, sabe que tinha razões corporativistas que motivaram o
6268 arquivamento dessa proposta. Sobe, por favor. Eu tenho que ver, porque tem essa
6269 citação aí. O voto do relator ele é contrário a PEC, mas ele deixa um destaque, um trecho
6270 que reconhece a importância da perícia, inclusive da isenção da perícia, mas no mérito
6271 ele foi contra a proposta. E a gente sabe que havia interesses corporativistas por trás
6272 desses posicionamentos do então Senador Romeu Tuma. O item 12, pode seguir, é isso
6273 que já falei sobre a rejeição da PEC. Existe um parecer também de um eminente jurista,
6274 doutor Ivis Gandra da Silva Martins, esse encomendado pelo Sindicato dos Peritos
6275 Oficiais do Estado de São Paulo, mas um parecer que o signatário dele além de ser um
6276 jurista de reputação e capacidade reconhecida no mundo jurídico nacional também goza
6277 de toda credibilidade e isenção e ele tem manifestações que eu acho muito interessantes
6278 trazer para essa Plenária nos seguintes termos. Primeiro. “As polícias civis são dirigidas
6279 por Delegados que tem o dever funcional de suspeitar para bem conduzir e aprofundar a
6280 investigação criminal. O elemento subjetivo não poucas vezes, impulsiona a sua ação
6281 mais do que o próprio elemento fático. É neste ponto que começo a examinar o papel do
6282 perito criminal que de rigor é uma categoria profissional que integra os órgãos de
6283 Segurança em sua atividade investigativa científica de marcante relevância para o Poder
6284 Judiciário. Das três categorias até aqui mencionadas (Ministério Público, Polícias Civis e
6285 Peritos Criminais) é a única cuja função não se alicerça na suspeita e na acusação, mas
6286 na imparcialidade e aferição das provas. A função mais relevante do perito criminal é a
6287 busca da verdade material com base exclusivamente na técnica. Não cabe ao perito
6288 criminal acusar ou suspeitar, mas apenas examinar os fatos e elucidá-los. Desvendar
6289 todos os aspectos inerentes aos elementos investigativos, do ponto exclusivamente
6290 técnico. Por isso entendo à luz da Constituição Federal que a função do Perito Criminal
6291 deve ser autônoma e independente, não pode submeter-se nem sofrer qualquer
6292 influência seja do MP, seja das Polícias Civis, seja da Advocacia, seja do Poder
6293 Judiciário. Concordo Conselheiro Marcos. Talvez aí a visão do Ivis Gandra era de que a
6294 produção da prova com essas características era para o Poder Judiciário, por isso que
6295 talvez ele não dê essa ênfase. Também tem o voto importante do Ministro Sepúlveda
6296 Pertence também em julgamento que trata da questão da perícia. Diz o seguinte: “A
6297 prova pericial se distingue entre as outras colhidas no inquérito policial por ser na grande

6298 maioria das vezes insuscetível de repetição durante a instrução criminal. Ao passo que a
6299 coleta de testemunha serve no inquérito policial apenas para informar a denúncia e terá
6300 de ser repetida na instrução sob o crivo do contraditório. A perícia normalmente é uma
6301 prova definitiva. Por isso, sempre me pareceu que os organismos encarregados da
6302 realização da prova pericial cada vez mais de importância fundamental por sua
6303 objetividade devem ficar absolutamente imunes a qualquer vinculação da Polícia
6304 Judiciária. O resto são consequências administrativas a examinar em cada caso.” Então
6305 são no nosso entender manifestações importantes, que apontam para as razões jurídicas
6306 dessa necessidade de afastamento dos Peritos Criminais Oficiais, principalmente dos
6307 organismos de Polícia Judiciária, do ponto de vista, principalmente de subordinação. O
6308 item quinze ele enfatiza isso aí e também traz à luz duas propostas de emendas
6309 constitucionais atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados que tenta mais uma
6310 vez constitucionalizar a Perícia Oficial. Uma delas inserindo o artigo 135 B que seria entre
6311 as funções essenciais da Justiça, e a outra que tenta incluir a previsão de Polícias
6312 Técnico Científicas no artigo 144 da constituição. Então pode passar esses trechos aí,
6313 quem quiser consultar depois essas PECs tem os meios de consulta. É importante
6314 destacar que recentemente o Supremo Tribunal Federal julgou duas ações de
6315 inconstitucionalidade dentre as várias já movidas, principalmente pelas representações
6316 de classe dos delegados de polícia, sobre a retirada dos Institutos de Criminalísticas,
6317 aliás, da Perícia Oficial como um todo, de dentro das Organizações Policiais Civis. Em
6318 dois estados, no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina, essas
6319 ADINs já foram julgadas, e o Supremo Tribunal Federal decidiu que não poderiam esses
6320 órgãos de perícia serem retirados de dentro das Polícias Judiciárias como outras polícias.
6321 Se assim o fizesse iria ter de se descaracterizar como organismo da Segurança Pública
6322 porque no entendimento do Supremo Tribunal Federal as polícias existentes no Brasil são
6323 tão somente aquelas que estão previstas no artigo 144 da constituição. Portanto, a
6324 criação de qualquer outra polícia que não aquelas, salvo através de emenda
6325 constitucional na Constituição Federal, porque diga-se de passagem essas aí foram
6326 instituídas através de emenda constitucional nos Estados. E então pela ausência da
6327 previsão na Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal julgou como
6328 inconstitucional os artigos da constituição dos Estados de Santa Catarina e do Rio
6329 Grande do Sul que criaram as Polícias Técnico Científicas nesses Estados. Mas o
6330 Supremo Tribunal Federal também disse que não havia qualquer óbice a que esses
6331 órgãos ficassem independentes das Polícias Judiciárias sem serem denominadas como
6332 Polícia Científica ou qualquer outro nome equivalente. É o que diz o item 18. O item 19,
6333 esse eu gostaria de ler. “De fato a autonomia da perícia pode ser exercida mesmo
6334 estando esta vinculada a um Órgão Policial.” É o que diz inclusive essa decisão. Para que
6335 isso aconteça evidentemente que a estrutura de perícia dentro desse órgão policial, ele
6336 tem que estar imuno a qualquer interferência. Seria, por exemplo, um modelo parecido
6337 com o que são as Corregedorias de Polícia que são estruturas dentro das Polícias
6338 Judiciárias, mas que tem autonomia, inclusive os dirigentes dessas Corregedorias tem
6339 mandatos. Então seria hoje no nosso ver a única forma de você conseguir conciliar uma
6340 autonomia dentro dos moldes que estão sendo cobrados tanto pela Lei 2030, tanto pelos
6341 inúmeros movimentos aí colocados, para se conseguir conciliar autonomia das Perícias
6342 Criminais mantendo-as dentro das Polícias Judiciárias. “Recentemente foi publicado um
6343 trabalho encomendado pelo Governo Norte americano à Academia Nacional de Ciência
6344 para que essa criasse uma comissão para avaliar a situação da perícia nos Estados
6345 Unidos e oferecesse recomendações para a melhoria da Perícia Criminal naquele país.”
6346 Vou resumir também o resultado disso aí. O texto está destacado no item 21. “A maioria
6347 dos laboratórios de Ciência Forense é administrada por agências policiais, como os

6348 Departamentos de Polícia, onde o administrador do laboratório se reporta ao chefe da
6349 Agência Policial. Esse sistema leva a significantes preocupações relacionadas à
6350 independência do laboratório e do seu orçamento. Idealmente os laboratórios públicos de
6351 Ciência Forense devem ser independentes ou autônomos dentro das agências policiais.
6352 Neste contexto o diretor teria uma voz igual aos outros no Sistema de Justiça em
6353 questões envolvendo o laboratório e outras agências. Então nos Estados Unidos o
6354 modelo de percepção penal lá é um pouco diferente do nosso. Mas inclusive por ser
6355 diferente, permite que o que eles chamam lá de Laboratório de Ciências Forenses que é
6356 equivalente aqui às nossas Políticas Científicas, eles estejam dentro da Polícia
6357 Investigativa, o que seja equivalente à nossa Polícia Judiciária, mas preocupado com
6358 essa questão também da necessidade de autonomia desses profissionais de polícia, esse
6359 estudo foi encomendado e a conclusão final foi de que poderia até se manter esse
6360 laboratório dentro das instituições policiais. O ideal era que não se mantivesse, que fosse
6361 retirado. Mas se decidisse manter, que eles tivessem completa autonomia em relação a
6362 essas Agências Policiais. “Está enfatizando que não resta dúvida, por tudo o que tem sido
6363 decidido pelo Judiciário Brasileiro em sintonia com a doutrina preponderante sobre o
6364 tema, que a atividade de Perícia Criminal representa hoje a essência do trabalho de
6365 Polícia Judiciária, sendo inclusive a única peça produzida na fase pré processual que tem
6366 a natureza de prova para o processo criminal, conforme pode ser observado nos trechos
6367 seguintes da doutrina.” Então vou destacar isso aí também. No campo das perícias
6368 distingue-se o exame de corpo delito, a perícia complementar e o exame do local de
6369 crime como perícias que tem natureza cautelar e visam assegurar o resultado da prova
6370 ainda no Inquérito Policial. São cautelas que antecipam a produção da prova, visando sua
6371 garantia diante do perigo da dispersão dos elementos probatórios, vigorando neste
6372 campo a máxima, tempo que passa é verdade que se perde. O *periculum in mora* e o (...)
6373 autorizam e exigem a antecipação destas provas. Porém, não se pode olvidar o princípio
6374 do contraditório que simplesmente fica deslocado, deferido para momentos sucessivos.
6375 Isso é uma referência à natureza da prova pericial que se distingue das provas ou dos
6376 outros elementos produzidos na fase chamada pré processual que é a fase do Inquérito
6377 Policial, que pela sua natureza e pela definição legal do Código de Processo Penal não
6378 são tratados como prova, porque a prova tem que estar sujeito ao crime do contraditório,
6379 coisa que não ocorre com a investigação policial, mas para a perícia por essas
6380 características aí apontadas ele classifica ela sim como prova antecipada. E o
6381 contraditório dessa prova vai ficar deferido para a fase do processo se evidentemente a
6382 investigação policial desencadear com a denúncia do Ministério Público com o início da
6383 ação penal. Aí a gente fez um breve diagnóstico sobre isso aí, e acho que é importante
6384 que esse Conselho conheça sobre a situação da perícia no Brasil. A gente inicia com a
6385 Perícia da Polícia Federal e depois faz um apanhado sobre a situação dos estados. Eu
6386 tive muita dificuldade em conseguir levantar dados e informações, porque é algo que
6387 carece muito, os Institutos de Perícia, seja o Federal ou nos Estados, carecem muito de
6388 dados, de estatística, de informação. Então foi muito difícil. Mas na medida do possível a
6389 gente conseguiu trazer informações que eu acho que são importantes aqui para este
6390 Conselho dentro desse parecer. A Perícia Criminal Oficial está presente nos 26 Estados
6391 da Federação e no Distrito Federal. No caso da Polícia Federal. Tanto na esfera Estadual
6392 onde encontramos uma situação bastante diversificada no que tange à autonomia, quanto
6393 na esfera Federal, onde a atividade de Perícia Criminal Oficial está vinculada ao
6394 Departamento de Polícia Federal. Nos tópicos seguintes apresenta-se um resumo da
6395 situação da Perícia Criminal Oficial quanto à autonomia e demais aspectos inerentes à
6396 atuação como segue. Perícia Criminal Federal. Está organizada no âmbito do
6397 Departamento de Polícia Federal por meio de uma Diretoria Técnico Científica,

6398 subordinada diretamente ao Diretor-Geral do órgão em nível central as atividades de
6399 Perícia Criminal são gerenciadas pelo Instituto Nacional de Criminalística e nas unidades
6400 de Federação no âmbito dos setores técnico científicos que estão subordinados às
6401 Superintendentes Regionais da Polícia Federal. Cabe ressaltar que até há pouco tempo o
6402 Instituto Nacional de Identificação ele compunha a estrutura da Diretoria Técnico
6403 Científica, portanto era um Órgão da Perícia Criminal Oficial na Polícia Federal. Mas um
6404 Decreto recente da Presidência da República retirou esse Instituto de dentro da Diretoria
6405 Técnico Científica e deslocou para uma outra diretoria no âmbito da Polícia Federal.
6406 Então isso gerou certo problema, porque o Instituto Nacional de Identificação ele tem hoje
6407 a incumbência de realizar as perícias papiloscópicas que são perícias criminais. Então
6408 você vai criar uma situação esdrúxula de ter uma atividade de perícia sendo executada
6409 por um órgão que não é um órgão de perícia. A unidade central de perícia, INC, graças a
6410 um acordo de cooperação assinado entre o Governo Brasileiro e os Governos Francês e
6411 Alemão no ano de 1998, denominado de Projeto Pró-Amazônia o qual financiou a
6412 modernização do Parque Tecnológico da Perícia Criminal Federal, conta com um
6413 avançado Parque Tecnológico que o coloca entre os mais bem equipados Institutos de
6414 Perícia da América Latina. Porém não se pode dizer o mesmo da maioria das unidades
6415 descentralizadas, ou seja, as unidades de perícias na Superintendência. Os principais
6416 problemas hoje enfrentados pela Perícia da Polícia Federal são decorrentes da falta de
6417 autonomia funcional e administrativa impactando diretamente na eficiência do trabalho
6418 pericial pelas seguintes razões. Ausência da autonomia da Diretoria Técnico Científica
6419 para definir o quantitativo ideal de cargos de Perito Criminal Federal, como consequência
6420 há um reduzido número de profissionais da Perícia Criminal Federal provocando enormes
6421 atrasos no atendimento das demandas e consequentemente na percepção penal, que
6422 depende de forma decisiva do trabalho do perito criminal. Contando hoje com um quadro
6423 de pouco mais de 1300 profissionais na ativa para uma população de 190 milhões
6424 correspondendo a uma taxa de 0,68 peritos para cada grupo de cem mil habitantes. Eu
6425 coloquei grupo de cem mil habitantes, porque foi o único número que dá para fazer um
6426 comparativo, mas a ONU tem um estudo que diz que o número ideal de peritos de um
6427 país, aí teria que incluir os peritos da alçada das Polícias Cíveis também, é de pelo menos
6428 um perito para cada cinco mil habitantes. Claro que isso tem variações, porque cada país
6429 tem uma realidade de violência diferente e a atividade da Perícia Criminal está
6430 relacionada também aos índices de violência. Como o Brasil certamente é um dos países
6431 mais violentos do mundo, no mínimo o Brasil tinha que caminhar nessa linha. Então, a
6432 defasagem hoje a gente incluindo os peritos dos estados de Peritos Criminais é de cerca
6433 de 38 mil. Na Polícia Federal a gente tem 1300 peritos e tem uma demanda anual, esse
6434 dado aí é de 2010, de 48 mil pedidos de perícia. 48 mil requisições de perícia. Outro
6435 problema. Ausência da autonomia da Diretoria Técnico Científica para definir com base
6436 em critérios técnicos das reais necessidades, o orçamento mínimo necessário ao
6437 atendimento das demandas de custeio e de investimento. Isto tem provocado dificuldades
6438 operacionais no deslocamento de Peritos Criminais para realizar exames de interesse de
6439 trabalho. Quero enfatizar que essa questão de carência orçamentária e financeira,
6440 evidentemente não é só um problema da perícia, é também um problema das Polícias e
6441 de vários Órgãos Públicos. Isso aí tem que ser dito, mas também é um problema. E
6442 quando você não tem autonomia pelo menos para dizer o mínimo que você precisa, esse
6443 problema fica mais agravado. O item seguinte está relacionado também a uma decisão
6444 recente desse Decreto que retirou da Diretoria Técnico Científica a prerrogativa de definir
6445 ou de realizar pesquisas, na verdade é o item quatro. Mas o item 3 também está
6446 relacionado à questão da capacitação, da formação continuada do perito, que antes a
6447 Diretoria Técnico Científica tinha e hoje não tem mais no âmbito da Polícia Federal. Então

os problemas de capacitação que é algo essencial à atividade de perícia, eles não são mais hoje definidos no âmbito da Diretoria Técnico Científica. E, por último aí o item 7, que é a questão da fragmentação da atividade de perícia com a retirada do INI de dentro da estrutura da Perícia Criminal no âmbito da Polícia Federal com a fragmentação da atividade por conta da questão dos exames papiloscópicos que são historicamente realizados pelos Papiloscopistas. Nos estados. Nos estados a gente tem uma situação bem diversificada. Eu vou fazer um resumo da situação dos estados. Hoje a gente tem 17 estados que tem uma relativa autonomia. Alguns estados tem uma autonomia, eu diria bem interessante. O caso do Estado de São Paulo é um bom exemplo. Eu não sei, Santa Catarina também, eu acho que a autonomia de Santa Catarina é muito boa, o modelo lá. Alguns estados, embora a perícia tenha saído de dentro da estrutura da polícia, mas ainda continuam subordinados ao chefe da Polícia Civil, separou-se como um Departamento à parte da Polícia Civil, mas de certa forma subornado ao chefe da Polícia Civil. Então, uma autonomia que a gente chama de meia boca. Aí tem os três órgãos que são historicamente integrantes da estrutura dos Estados da Federação da Perícia Criminal Oficial que é o Instituto de Criminalística. O Instituto de Medicina Legal e o Instituto de Identificação. Em relação ao instituto de identificação, alguns estados, eu não saberia dizer quantos, talvez a Conselheira Simone saiba, eles não integram assim como hoje na Polícia Federal eles não integram a estrutura do que a gente chamaria hoje de Polícia Técnico Científica, mas em boa parte integra e em vários dele também... Só São Paulo? Em vários deles também os Papiloscopistas realizam as perícias papiloscópicas, conforme colocado aí. Achei interessante mostrar aqui os dados, principalmente do quantitativo, aquele indicador do número de peritos para cada cem mil habitantes, e a gente pode passar aí. Rapidamente o Estado do Acre tem um índice de 10 mil a 91, considerando a realidade do Brasil é até um índice bom. O Estado do Acre, conta com 80 peritos, só que tem uma população pequena de 735 mil habitantes então dá uma taxa de 10.91. O Estado de Alagoas conta com 34 profissionais, com uma população de 3 milhões 120 mil habitantes. Uma taxa de 1,09. A gente começa a ver esses dados e perceber porque alguns estados têm uma realidade criminal tão caótica como é o caso de Alagoas. Claro que seria muita prepotência nossa querer dizer que só porque tem pouco perito. Não, tem pouco policial de uma forma geral, tem pouco investimento em Segurança Pública, mas também como fator também importante tem muito pouco perito. No Estado do Amazonas tem 418 profissionais com uma população de 3 milhões e meio de habitantes e um índice de 11,99. É um dos melhores índices de todos os Estados. O Amapá que eu acho que é o melhor índice, tem 98 um índice de 14, 44, é um estado que é citado como modelo do ponto de vista de autonomia, porque lá existe a POLITEC a Polícia Técnico Científica, subordinada diretamente acho que ao Governador, não é isso o Estado do Amapá? É diretamente ao Governador do estado. É o Estado da Bahia. O Estado da Bahia tem 356 profissionais e é importante também, mais à frente vai estar demonstrado isso, mas já vou destacar que existe também uma diversidade enorme quanto à nomenclatura e quantidade de cargos que integram a carreira de Perito Oficial Criminal nos diversos Estados. Tem estado que tem Perito Criminal, Perito Criminalístico, odonto-legista, médico-legista, papiloscopista, vocês vão ver mais abaixo a quantidade enorme de nomenclatura e isso gera uma confusão, uma dificuldade de compreensão da sociedade, do papel, disputas, separações, brigas de toda natureza, que eu acho que é preciso enfrentar esse problema. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE** - Mas essa construção foi interna para essa divisão? Não existe nenhum tipo de documento? **Agadeilton Menezes – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais** - Não, não tem nenhum marco normativo para ajudar a resolver isso. Só o Código Processo Penal que fala tão somente

do Perito Criminal. A gente vai no final tentar aprofundar essa discussão. O Estado da Bahia, já falamos, pode descer. Estado do Ceará. 150 profissionais para uma população de cerca de 8 milhões e meio de habitantes, 1,77 é o índice. Distrito Federal de 176 com o índice de 6,85. O Espírito Santo. 52, índice de 1,48. Goiás. Acho que aí não estão incluídos os profissionais da papiloscopia, mas foi o número que eu consegui. Goiás. 270 para uma população de 6 milhões de habitantes um índice de 4,5. Mato Grosso. 145 e um índice de 4,77. Mato Grosso do Sul, 450. É o melhor índice de todo o Brasil é Mato Grosso do Sul. É interessante que na reportagem que o fantástico mostrou, mostrou Mato Grosso do Sul com vários outros problemas, pelo menos de efetivo parece que está bem melhor do que todos os outros Estados. Melhor do que São Paulo. Melhor em termos de comparação população efetiva. Maranhão são 88 profissionais. Um Estado do tamanho do Maranhão com a violência que tem lá, só tem 88 profissionais de peritos para atender a população e 6 milhões e meio de habitantes e índice de 1,34. Em Minas Gerais, 687 e população de quase 20 milhões de habitantes e índice de 3,5. O estado do Pará. Tem 119 e índice de 1,57. Paraná. 428. População de mais de dez milhões de habitantes 4,1 o índice. Paraíba. 233, índice de 6. Pernambuco. 270 e índice de 3,07. Piauí. 21 profissionais no Estado do Piauí. É inacreditável. Com índice de 0,67. Rio de Janeiro. 535 com índice de 3,35. Rio Grande do Norte. 34 com um índice de 1,07. Rio Grande do Sul. 247 que dá um índice de 2,31. Rondônia. 130, índice de 8,32. Roraima, 50 profissionais e um índice de 11,10. Santa Catarina, 245 e o índice 3,92. São Paulo 1090, um índice de 2,64. Sergipe, 90 e índice de 4,35 e finalmente Tocantins, 155 com índice de 11,2. Então, eu achei relevante destacar isso aí para vocês pelo menos conhecerem como se encontra a questão de pessoal, porque é importante saber que essa atividade é uma atividade que depende essencialmente de recursos humanos. Claro que depende também da tecnologia e do recurso financeiro material, vamos dizer assim, mas essencialmente de recursos humanos. Se não tiver mais profissionais, como muitas outras atividades típicas de estado, a coisa vai continuar caótica como se encontra hoje. Em síntese, podemos concluir que a situação da Perícia Oficial Criminal nos Estados da Federação apresenta problemas bastante comuns na grande maioria dos Estados, com a ligeira melhora nos Estados dotados de autonomia, a exemplo de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e com problemas gravíssimos de ordem geral nos Estados de Alagoas, Piauí e Maranhão. Podendo ser resumido o seguinte. É bom destacar também que a perícia do Distrito Federal por ter uma certa equiparação em vários aspectos com a Polícia Federal, ela tem também uma situação diferenciada. Ela não tem uma autonomia segundo colegas da Polícia Civil do DF, não tem autonomia efetiva ou legal, mas tem de fato. E é também considerada uma das maiores perícias se considerarmos Distrito Federal também como um Estado da Federação. Então, os maiores problemas das perícias nos Estados: Número insuficiente de profissionais para atender a demanda crescente em função da população e número de ocorrências de crimes que deixam vestígios, contando atualmente com a carência da ordem de 38 mil profissionais. Isso aí não é um número chutado. Está explicado lá embaixo o porque desse número. Estrutura inadequada de equipamentos de logística em geral para atender as demandas da Perícia Criminal. Falta de formação continuada e intercâmbio que viabilizem a atualização profissional dos Peritos Criminais. Orçamento insuficiente para gerir necessidades dos órgãos de Perícia Criminal. Ausência de organização e sistematização das carreiras, de modo a permitir a profissionalização ou aprimoramento técnico científico e intercâmbio em nível nacional e internacional. Esse aí eu acho que é uma coisa que precisa ser resolvida com urgência. Todas eu acho que tem que ser resolvidas com urgência, mas essa aí é muito urgente. O marco normativo conforme indagou a Conselheira Eliana, não tem um marco normativo à exceção do Código de

6548 Processo Penal que diga quais as nomenclaturas dos cargos de Perito Criminal deve ser
6549 utilizado de forma uniforme no Brasil. Concentração dos órgãos periciais nas capitais não
6550 garante justiça igualitária a todo cidadão, certamente processos instruídos como laudos
6551 periciais terão maior embasamento técnico para tomar decisão. Ou seja, a necessidade
6552 também de descentralizar órgãos de perícia para o interior do país. E a ausência de um
6553 marco regulatório em nível nacional que viabilize a atuação da Perícia Criminal de forma
6554 sistêmica e uniforme em todo território, inviabilizando a justiça criminal de forma
6555 igualitária. Aí eu trago uma síntese de como está a carreira ou as carreiras, pode
6556 observar a verdadeira desorganização as nomenclaturas. Peritos criminais. Perito
6557 criminal, perito oficial criminal, perito criminal oficial, perito criminal federal, perito
6558 criminalístico, perito criminalístico engenheiro. Médico-legista. Perito Médico Legista,
6559 Perito Legista, Perito Médico Legal. Perito Oficial Médico Legal e Psiquiatra Legal. Perito
6560 Odontologista. Perito Odonto-Legal Odontólogo Legista, Odontólogo-Legal e Perito Oficial
6561 Odonto-Legal. Toxicologista. E por aí vai, é uma enormidade de nomenclaturas. Então
6562 isso aí é algo que tem que ser resolvido. Ainda tem os auxiliares que também tem
6563 nomenclaturas diversificadas e podemos passar para as conclusões do parecer. E já está
6564 começando a ter um esvaziamento da Plenária e precisa votar. Primeira conclusão. A
6565 garantia da autonomia dos órgãos ou unidades de perícia oficial de natureza criminal. 1-
6566 É condição sinequanon para melhoria do sistema de percepção penal, respeito aos
6567 direitos humanos e a garantia do estado democrático de direito. Isso não somos nós que
6568 estamos dizendo a gente só está enfatizando, porque está sendo dito, decisões da
6569 Justiça, manifestações da ONU e vários organismos. 2- A forma como está efetivada
6570 essa autonomia e questão de natureza administrativa de cada Unidade da Federação e
6571 da União dentro dos limites constitucionais vigentes, podendo ser efetivado no âmbito das
6572 Polícias Judiciárias ou fora delas, sendo que mantido o entendimento atual do Supremo
6573 Tribunal Federal, a constituição de órgãos de perícia fora das Polícias Judiciárias os
6574 desqualifica como Instituição Policial, a não ser que haja sua expressa inclusão através
6575 de emenda constitucional no rol de instituições definidas no artigo 144 da Constituição
6576 Federal. 3 - Independente do modelo adotado é imprescindível que seja garantida a
6577 autonomia por intermédio da estruturação da Perícia Criminal em Unidades
6578 Administrativas dirigidas por Peritos Oficiais de carreira com dotação orçamentária própria
6579 e especificada no orçamento do órgão e gerida pelo dirigente da unidade de perícia e
6580 com modelo Corregedoria independente que salva guarde a atuação de possíveis
6581 represálias patrocinadas que em muitos casos vêm seus interesses caindo por terra em
6582 função do que comprova o laudo pericial de natureza criminal. Que a União Federal por
6583 intermédio do Ministério da Justiça assuma a condição do processo de autonomia e
6584 modernização dos Órgãos Periciais no Brasil. A adoção desse modelo deve ser iniciada
6585 com a Polícia Criminal Federal que lhe é subordinada com vistas à efetivação da
6586 necessária autonomia à sistematização da atividade a partir de um marco regulatório que
6587 defina entre outras questões, modelos uniformes de carreira com padronização das
6588 nomenclaturas dos cargos e estrutura organizacional, padrões mínimos de remuneração,
6589 qualificação e formação continuada. Controle de qualidade e parque tecnológico
6590 necessário ao cumprimento desse relevante ofício, além do desenvolvimento de
6591 programas e parcerias de natureza técnico e financeira com os Estados que aderirem as
6592 diretrizes aprovadas pelo Governo Federal no campo da autonomia das Perícias
6593 Criminais. Então, é esse o parecer que trazemos à deliberação dessa Plenária. Muito
6594 obrigado. (palmas). **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –**
6595 Gostariamos então de abrir a palavra. Inscrito o Conselheiro Ernesto. Pela ordem,
6596 primeiro o Conselheiro, depois temos mais dois inscritos. **Marcos Costa - Conselho**
6597 **Nacional do Ministério Público - Uma questão de encaminhamento. Agnaldo Augusto**

6598 **da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –** Pois não. **Marcos Costa - Conselho**
6599 **Nacional do Ministério Público.** Vamos tentar aprovar isso hoje? O que eu vejo é o
6600 seguinte. Como é um parecer, a gente vai examinar um parecer é uma manifestação do
6601 CONASP. Com um parecer tão longo desse, você passa a examinar cada item e cada
6602 coisa. Não vai dar tempo. Não vai dar tempo da gente ficar aqui e tentar abrir essa
6603 discussão agora. Já ganhamos tempo na exposição. Não foi perdido. Agora acreditar
6604 que a gente vai debater aqui para votar, isso não vai ter tempo. **Agnaldo Augusto da**
6605 **Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –** Bom, Conselheiros, com a palavra o
6606 Conselheiro. **Jeferson Gimenez** Só gostaria de verificar a contagem para verificação do
6607 quorum. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –** Então, por
6608 favor, os Conselheiros presentes levantem o braço, os Conselheiros presentes. 14. Nós
6609 não temos quorum para deliberação. Contei a Célia. Não há quorum para deliberação. Eu
6610 só farei um registro aqui pela Presidência de duas situações. Primeira delas. O
6611 Conselheiro que tem horário marcado dentro desse expediente e que não se encontra
6612 presente terá o dia de hoje cortado da tarde em razão de que é impossível que nós
6613 tenhamos uma pauta prevista e os Conselheiros estão previstos, esse tema inclusive do
6614 Conselheiro Agadeilton ele se arrasta desde 2010 para deliberação dessa Plenária,
6615 houve uma tentativa, um cuidado especial em razão inclusive de deliberação de que
6616 todos pudessem participar da reunião e inclusive é extremamente justo, porque muitos
6617 Conselheiros eram sugados daqui em razão de horário de voo, então nós vamos fazer
6618 essa checagem. Conselheiro que teria condições de estar aqui em razão do horário, eu
6619 acho que é razoável que essa presença dele do período vespertino não seja considerada,
6620 sob pena de nós termos as nossas reuniões esvaziadas e eu não entro no mérito com
6621 relação à questão de certo ou errado, não é essa a discussão da mesa. A discussão é
6622 que é uma pauta antiga e nós estamos lutando com isso há muito tempo. E para, além
6623 disso, nós temos outras questões que ainda temos que enfrentar hoje e em razão da
6624 inexistência de quorum, não teremos mais o que fazer. **Tereza Cristina Almeida Ferreira**
6625 **- Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE -** Os encaminhamentos
6626 também a nível de deliberação. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
6627 **CONASP/MJ –** Se houver necessidade de deliberação do Conselho, do pleno não
6628 podemos decidir nada. A única questão que poderemos encaminhar, que podemos tratar
6629 aqui é a apresentação como ele fez, porque não há necessidade de deliberação da
6630 Plenária e apresentação dos informes. Fora disso, acho que está prejudicado,
6631 Conselheira. **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,**
6632 **Travestis e Transexuais -** Só um aparte. Que fique registrado também que nós temos
6633 três recomendações que já não saíram da última Reunião Ordinária e vieram para essa
6634 reunião, nós tivemos a inversão de pauta e as três recomendações vão ficar para
6635 quando? Dezembro? **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –**
6636 Mais um motivo. **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público -** Questão
6637 de ordem. Essas recomendações não foram aprovadas? **Agnaldo Augusto da Cruz –**
6638 **Vice-Presidente do CONASP/MJ –** Não foram. **Marcos Costa - Conselho Nacional do**
6639 **Ministério Público-** São novas recomendações. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
6640 **Presidente do CONASP/MJ –** Não foram aprovadas. Por favor, Conselheira Tereza com
6641 a palavra. **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores**
6642 **Gerais – CONDEGE -** Só com relação a encaminhamentos que foram pautados no dia de
6643 ontem com relação a demanda de Câmaras Técnicas e creio que não precisam de
6644 deliberação que são solicitações feitas que foram aprovadas na reunião anterior.
6645 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –** Conselheira
6646 infelizmente se for apresentação à Plenária a Plenária não pode se manifestar. **Tereza**
6647 **Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais – CONDEGE -**

6648 Não é nova. Nós solicitamos na ordinária anterior a realização de uma visita a um Comitê
 6649 Técnico que foi aprovado aqui nessa Plenária. E não houve a possibilidade. Eu só queria
 6650 assim reforçar esse encaminhamento que já foi aprovado. Se já foi aprovado na Reunião
 6651 Ordinária e os ofícios estão prontos. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
 6652 **CONASP/MJ** – Não vejo necessidade de levar isso aqui ao Plenário. Pode ser feito via e-
 6653 mail **Tereza Cristina Almeida Ferreira - Conselho Nacional dos Defensores Gerais -**
 6654 **CONDEGEÉ** nesse aspecto para que aconteça e queria solicitar, aí é um pedido à
 6655 Secretaria-Executiva, de que tendo em vista a Reunião Extraordinária e uma necessidade
 6656 real que nós estamos tendo até por conta do que foi colocado aqui pelo diretor do
 6657 DEPEN, demandas importantes que precisam ser tratados e inclusive colocados nessa
 6658 Plenária na nossa Câmara Técnica, que nessa Reunião Extraordinária que vai ter que se
 6659 pense numa possibilidade de pauta para que nossa Câmara possa reunir com essas
 6660 entidades e essas secretarias todas que a gente solicitou. É um pedido. **Agnaldo**
 6661 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Com a palavra o Conselheiro?
 6662 Só antes passo a palavra ao Conselheiro Agadeilton que solicitou questão de ordem.
 6663 Pode entregar o microfone Humberto que em seguida ele fará uso da palavra.
 6664 **Agadeilton Menezes – Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais** Eu sei
 6665 que a deliberação sobre o parecer realmente está prejudicada por conta do quorum. Mas
 6666 eu acho que a discussão, não. Eu acho que para debater o conteúdo do parecer, se os
 6667 Conselheiros entenderem pertinente. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
 6668 **CONASP/MJ** – Com certeza os Conselheiros que não estão presentes vão querer
 6669 conhecer o projeto novamente. O que eu creio que possa se fazer é realmente
 6670 encaminhar cópia desse trabalho a todos os Conselheiros e quando retomarmos na
 6671 próxima reunião nós vamos retomar com perguntas primeiro. E já abrir o debate. Nós
 6672 vamos começar a reunião numa pauta que a primeira pauta seja esse tema e a fase em
 6673 que nós estaríamos seria já a fase dos debates. Contemplado? Porque aí ganhamos
 6674 tempo. Conselheiro Humberto, por favor, com a palavra. **Humberto Jorge de Araújo**
 6675 **Pontes - Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil** Era para debater,
 6676 ficou para a próxima. Obrigado **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
 6677 **CONASP/MJ** – Conselheira Célia, pela ordem. A Conselheira já está lá. O microfone já
 6678 está do lado, já passo para a senhora. **Simone de Jesus - Federação dos**
 6679 **Profissionais em Papiloscopia e Identificação** Célia, é rapidinho. Só para dizer que já
 6680 tem desde 2009 o Agadeilton se debruçou, a gente contribuiu para produção desse
 6681 documento, e então que ele seja colocado como primeiro ponto de pauta na próxima
 6682 discussão e pedir ao Agadeilton que faça algumas correções à nomenclatura do Espírito
 6683 Santo e da escolaridade dos papiloscopistas. Só para acompanhar. **Agnaldo Augusto**
 6684 **da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** É para a ordinária. Conselheira Célia com a
 6685 palavra **Célia Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às**
 6686 **Organizações Populares - GAJOP** Olha, no que diz respeito tão somente, nada que diga
 6687 respeito ao mérito da questão que está envolvido, mas eu acho que nós podemos fazer
 6688 algumas sugestões de termos mais gerais quanto à elaboração, à formulação que está
 6689 posta e eu vou dar um exemplo. Um exemplo. Tem juízo de valor exposto no documento.
 6690 Então, essas questões a gente pode mandar até por antecipação e o restante, não. São
 6691 questões muito técnicas e específicas **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**
 6692 **CONASP/MJ** – A Conselheira está coberta de razão. Só não vou encaminhar aqui a
 6693 questão do prazo para encaminhamento, porque não estamos deliberando nada. Então é
 6694 aberto, não tem prazo nenhum, qualquer sugestão até na próxima reunião pode ser feita
 6695 que nós vamos retomar a discussão. Quem puder encaminhar como a Conselheira Célia
 6696 muito bem colocou, quem puder encaminhar alguma sugestão, mas nada impositivo nem
 6697 com relação a tempo também. Conselheiro Elder. **Elder Costa Santos – Forum**

6698 **Nacional de Juventude Negra – FONAJUNG** Eu só queria reiterar a solicitação de
6699 informações acerca das recomendações que foram aprovadas. As recomendações
6700 antigas. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Está com a
6701 Secretaria-Executiva. Conselheiro Sá Ribas e Conselheiro Marcos Costa. Abelmídio de
6702 Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil Na realidade quando eu
6703 me posicionei é porque imaginei que nós fossemos entrar na próxima fase. Então retiro a
6704 inscrição. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Conselheiro
6705 Marcos Costa Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público Em razão ao
6706 mérito, não é sobre a proposta da perícia, não. É sobre esse fato novo que surgiu agora
6707 da Presidência em relação a quais são as consequências, por exemplo, da saída
6708 antecipada dos Conselheiros e tudo o mais e tal. Isso não foi avisado. Tudo bem que as
6709 pessoas vêm para cá e tudo o mais, mas eventualmente as pessoas podem ter algum
6710 tipo de justificativa. Eu acho que era importante ter uma proposta a partir da Presidência
6711 de regulamentação disso muito claramente. Por exemplo, qualquer saída tem que
6712 comunicar. Mesa, vou saindo por isso e por isso. Porque se fizer isso agora **Aginaldo**
6713 **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Eu concordo com a seguinte
6714 citação. Eu acho que a ampla defesa tem que ser contemplada. Os Conselheiros tem que
6715 ser instados a apresentarem a justificativa da ausência e informar inclusive o prejuízo que
6716 foi causado e que seja aberto pela Secretaria-Executiva informá-los do que aconteceu e
6717 solicitar que eles apresentem a sua justificativa aqui no Plenário a gente apresenta o que
6718 aconteceu... Nós primeiro vamos passar aos informes dos Conselheiros e depois a gente
6719 faz com a Secretaria-Executiva. Senhores, tendo em vista as questões já postas, nós
6720 vamos abrir agora para informes dos Conselheiros. Aqueles Conselheiros que tem
6721 informes, por favor, se apresentem para o uso da palavra. Conselheira Célia com a
6722 palavra. **Célia Dantas Gentile Rique – Gabinete de Assessoria Jurídica às**
6723 **Organizações Populares – GAJOP** - Nós tivemos conhecimento a partir do informe da
6724 OEA, da Comissão de Direitos Humanos da OEA de que saiu uma Resolução assinada
6725 pelos 35 estados signatários, o tema é parte integrante dessa comissão e o que interessa
6726 para nós é que a matéria dessa Resolução é a respeito de segurança cidadã. É a
6727 primeira vez que acontece uma Resolução dessa matéria. Então, se é do interesse geral,
6728 nós podemos passar o texto para a Secretaria-Executiva e então ela faz a distribuição. Se
6729 for do interesse geral. **André Luiz de Jesus Rodrigues – Instituto de Estudos da**
6730 **Religião – ISER** - Meu informe eu já dei mais cedo, mas como tinha pouca gente na
6731 reunião, assim como tinha pouca gente agora, vou refazer o informe, porque pode ser
6732 que tenha companheiros que não estivessem na hora, porque é um informe importante
6733 que o Alexandre deixou e ele mandou para o e-mail de alguns, mas vou reforçar aqui. Ele
6734 que está tentando uma audiência pública junto à Comissão de Segurança Pública da
6735 Câmara sobre o PPA da Segurança, e em breve a gente vai ter notícias sobre a
6736 possibilidade dessa audiência pública, caso o requerimento dessa audiência não seja
6737 aprovado, a gente também vai estudar outros caminhos aí nas casas legislativas para
6738 acompanhar o PPA da Segurança. **Jânio Gandra – Confederação Brasileira dos**
6739 **Trabalhadores Policiais Civis – COBRAPOL** - Eu queria só fazer uma questão de
6740 esclarecimento, porque nós tínhamos algumas recomendações e certamente agora é
6741 impossível a gente deliberar. Claro, não tem quorum. Mas da próxima reunião, quem
6742 ficou prejudicado, quem ficou prejudicado, eu acho que poderíamos colocar no início da
6743 pauta, inclusive as nossas recomendações que nós temos aqui da Comissão Temática,
6744 da nossa Câmara Temática. Nós temos uma recomendação, nós trouxemos já para cá
6745 para o pleno e então seria bom a gente acertar isso. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-**
6746 **Presidente do CONASP/MJ** – Ótimo. Ele colocou o seguinte. Teve dois eventos que
6747 ficaram prejudicados nessa reunião. Um deles era perícia e o outro era apresentação das

6748 Câmaras Técnicas que não conseguiram apresentar. Para que na próxima Reunião
6749 Ordinária essas sejam pautas prioritárias colocadas no início da reunião. Conselheiro
6750 Celito com a palavra. **Celito Cordiolo - ABC - Associação Brasileira de Criminalística**
6751 - Participo aqui como todos sabem como representante da ABC. A ABC desde 1947 vem
6752 sempre fazendo um esforço muito grande em termos de capacitação dos Peritos Oficiais.
6753 Estamos no 21^a. Congresso Nacional de Criminalística que deverá ocorrer agora no final
6754 de outubro e início de novembro na Cidade de Gramado no Rio Grande do Sul, quando
6755 deveremos ter em torno de 800 peritos lá reunidos tratando de assuntos técnicos
6756 basicamente. E, nos últimos anos a gente sempre teve o apoio da SENASP na realização
6757 desse evento. Infelizmente, neste ano, nós não tivemos esse apoio. Então eu gostaria de
6758 deixar registrada a falta de apoio governamental para realização desse evento no Rio
6759 Grande do Sul, que foi sempre um apoio que se teve e infelizmente esse ano não
6760 estamos tendo, então isso causa dificuldades. Estamos lá com mais de dez palestrantes
6761 internacionais. Quer dizer, é um esforço muito grande da Associação Brasileira de
6762 Criminalística e da PCF que também está participando para realização desse evento.
6763 Infelizmente por ordens financeiras, sei lá, a gente não conseguiu o apoio governamental
6764 para sua realização em nível federal, embora o Governo do Rio Grande do Sul tem dado
6765 algum apoio e isso realmente dificulta. Então eu gostaria de deixar registrada essa
6766 manifestação da Associação Brasileira de Criminalística. Muito obrigado. **Abelmídio de**
6767 **Sá Ribas - Associação dos Oficiais Militares Estaduais do Brasil** - Boa parte dos
6768 Conselheiros até nos questionou, perguntando a respeito da ausência aí do major Bride.
6769 Aliás, não é mais major. Retificando, o então Major agora é Tenente-Coronel. Foi
6770 promovido recentemente aí o companheiro. E a ausência dele deve-se na realidade a
6771 esse comunicado. Tem mais um promovido na mesa diretiva. Muito bem! (risos) E,
6772 provavelmente a ausência dele está se dando em função de que na quinta e sexta-feira
6773 agora vai estar se realizando lá em Florianópolis, Santa Catarina, o 11^o. Encontro
6774 Nacional de Militares Estaduais Brasileiros. É um encontro de significativa importância,
6775 está na sua 11^a. edição e uma temática que tem tudo a ver com boa parte das temáticas
6776 que são trabalhadas aqui no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Pública. Era
6777 essa a informação. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público** - Não é
6778 um informe, mas talvez um pedido de esclarecimento à mesa. Eu estava lendo o
6779 Regimento e o Regimento trata sobre a questão da ausência que ele fala 50% do turno
6780 tem que devolver e essa coisa toda. Tem um dispositivo que não sei se foi observado
6781 pela Secretaria-Executiva dessa vez, realmente é uma pergunta para saber se foi isso
6782 que tem assim, você tem que avisar sobre o término do momento de inclusão na pauta.
6783 Há um dispositivo. Vai acabar em tal data o período de inclusão na pauta. **Aginaldo**
6784 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** –Na verdade esse período de
6785 inclusão, nós temos agora uma nova realidade até agregada ao Regimento da mesa
6786 diretora. Então, os segmentos agora estão encaminhando e os representantes dos
6787 segmentos eles fazem essa gestão do prazo e trazem para a Secretaria-Executiva para a
6788 gente deliberar na reunião. **Marcos Costa – Conselho Nacional do Ministério Público**
6789 - Mas no Regimento não é assim, entendeu? Porque independentemente dos segmentos
6790 e da mesa diretora... **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** –
6791 Mas são duas coisas diferentes. O que estou dizendo é que a previsão de prazo do
6792 Regimento está sendo operacionalizada a quatro mãos. Dos representantes de cada
6793 segmento com a Secretaria-Executiva. Isso que eu disse. Foi feito isso. **Marcos Costa -**
6794 **Conselho Nacional do Ministério Público** - Veja bem, o Regimento fala claramente que
6795 tem que comunicar a todos os Conselheiros que tal data termina o prazo de inclusão na
6796 pauta. Tem que ter isso. É isso que eu queria saber se foi dessa vez assim. **Aginaldo**
6797 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Foi. **Marcos Costa - Conselho**

6798 **Nacional do Ministério Público** - Isso era uma coisa. Outra coisa é voltando o tempo,
6799 das recomendações que foram aprovadas não ficou claro se está na Secretaria-
6800 Executiva, qual é o prazo que vai sair, daquilo que já foi aprovado. Tem duas
6801 recomendações que foram aprovadas no Rio de Janeiro. Certo, OK, então satisfeito.
6802 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Com a palavra o
6803 Conselheiro Geraldo. **Geraldo S. Vanderlei – Pastoral Carcerária Nacional – ASAAC** -
6804 Só para informar que logo depois da primeira CONSEG a gente iniciou um trabalho, um
6805 projeto lá no Rio Grande do Norte em nove cidades sobre cultura de paz e de lá para cá a
6806 gente tem trabalhado e esse projeto tem dado certo. Nessa segunda e terça-feira
6807 próxima, nós vamos realizar um seminário com 250 técnicos profissionais, Assistentes
6808 Sociais, Psicólogos e Pedagogos das Redes de Assistência Social, Saúde e Educação
6809 sobre essa questão de como trabalhar dentro das redes a questão das vulnerabilidades
6810 tendo um olhar para a questão da prevenção da violência. Então isso vai ser assim um
6811 marco muito grande, porque a gente percebe que essas políticas públicas não trabalham
6812 nessa perspectiva. E também nos dias 4, 5 e 6 de novembro, nós vamos ter o encontro
6813 do Nordeste, que a gente chama Nordestão da pastoral carcerária que vai ser em
6814 Salvador. Inclusive eu convido vocês para mais próximo a gente se comunicar. Era isso.
6815 **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Muito obrigado,
6816 Conselheiro. Mais alguma manifestação? Nenhuma? Passo a palavra à nossa
6817 Secretária-Executiva para os informes da Secretaria-Executiva. **Suelen Sales –**
6818 **Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Bom, como primeiro informe, a Secretaria-Geral
6819 da Presidência da República encaminhou para nós um documento falando sobre o
6820 Segundo Fórum Interconselhos. Vai ser uma devolutiva da participação social do
6821 monitoramento do PPA 2012 e 2015. Eles vão retomar a discussão para dizer o que foi
6822 encaixado no PPA e o que foi discutido no Fórum interconselhos que entrou no PPA. Eles
6823 estão fazendo um formato diferente e agora poderá ir uma pessoa por Conselho, porque
6824 é devolutivo, eles pedem a preferência que essa pessoa seja de Brasília por conta dos
6825 custos. Então aquelas pessoas que já vieram e já acompanharam o primeiro período que
6826 viesse agora uma pessoa que fosse de Brasília e vai ter uma vídeoconferência para o
6827 Brasil inteiro. Então a Câmara Federal vai transmitir para todas as Assembléias
6828 Legislativas dos Estados. Então, quem quiser acompanhar isso vai acontecer dia 13 de
6829 outubro o dia inteiro, das nove às dezoito. Pode ser o Alexandre Ciconelo, ele que
6830 participou da primeira, é da Brasília e está na Câmara Técnica de Financiamento, né?
6831 OK, eu também acho melhor, ele já acompanhou o primeiro e então isso vai ser agora dia
6832 13 de outubro já. Sobre as recomendações. Todas as recomendações nós estamos
6833 tentando encaixar dentro de processos que já estão acontecendo na esplanada de
6834 movimentos que dizem respeito ao mesmo assunto. Por exemplo, a questão do genocídio
6835 da juventude negra. Tem um grupo montado pela Secretaria-Geral da Presidência da
6836 República que participa, SDH e muitos outros Ministérios que estão discutindo isso e nós
6837 estamos pleiteando uma vaga para o CONASP. Posso até mandar o documento para os
6838 senhores tomarem conhecimento e acho que não é difícil a gente conseguir, mas a gente
6839 achou que fazer uma discussão à parte sobre um assunto que está sendo discutido como
6840 um todo, uma discussão à parte de um grupo que já está discutindo seria para a gente
6841 muito ruim. Então a idéia é que a gente se junte a esse grupo maior que já está em
6842 funcionamento. Outra Resolução. Inclusive elas estão sendo citadas pela Rede Desarma
6843 Brasil em todos os lugares que o Ministro vai lançar a campanha do desarmamento ele
6844 fala da Resolução do CONASP que estabeleceu como tema prioritário, e inclusive esteve
6845 até no Ministério esses dias e utilizaram isso também, o Everardo também falou sobre
6846 isso e todos os lugares do Brasil o pessoal já tem conhecimento, está publicado no nosso
6847 site. Tem mais alguma coisa? **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do**

6848 **CONASP/MJ** –Houve um encaminhamento aqui, eu até peço à Secretaria-Executiva que
6849 participei e o encaminhamento é que a gente possa trazer aqui para o CONASP à parte e
6850 a gente vai lá, a Secretaria-Executiva acompanha, o Conselheiro que for de Brasília ou
6851 estiver em Brasília e puder acompanhar, o João Francisco está convidado para
6852 acompanhar e a idéia é que nós pautemos com o pessoal do MEC que vai apresentar
6853 para a gente uma vinda deles aqui na Plenária do CONASP. **Suelen Sales – Secretaria-
6854 Executiva do CONASP/MJ-** E mais uma questão, a questão sobre os horários de vôo.
6855 Mais uma vez quero dizer sobre o problema, vocês receberam um e-mail nosso pedindo
6856 desculpas, a Secretaria-Executiva e a Presidência do Conselho pede desculpas por todo
6857 o transtorno causado na emissão das passagens, mas a gente está com um problema
6858 sério no Ministério. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –**
6859 Concede-me um aparte? Qual é a realidade que estamos vivendo no Ministério hoje? Há
6860 uma empresa, logicamente não poderíamos, dado o volume de passagens que o
6861 Ministério emite, não teríamos condição de comprar passagem a passagem, a cada
6862 viagem uma compra. Foi feita uma licitação, uma empresa ganhou e essa empresa ela
6863 faz todas as passagens do Ministério. O que ocorre? Esse ano nós tivemos, já é público
6864 aqui, nós tivemos um Decreto de redução do orçamento e junto dessa redução do limite
6865 tivemos um Decreto específico para redução de diária e passagem. Com isso, o que
6866 aconteceu com o Ministério? A quantidade de passagens e diárias expedidas pelo
6867 Ministério caiu vertiginosamente, no nosso caso, do nosso limite reduzimos em mais de
6868 60% do que foi gasto ano passado e esse ano com passagens. E a empresa que ganhou
6869 a licitação e vinha operando nosso sistema até então, ela está alegando ou alegou que
6870 ela está tomando prejuízo com o Ministério, porque o volume é muito pequeno e muito
6871 menor do que ela havia feito a previsão. E com isso ela encaminhou a documentação ao
6872 Ministério da Justiça buscando a rescisão do contrato que ela tinha conosco, e daí essa
6873 dificuldade toda de outras empresas menores que geralmente vocês não viajavam nelas.
6874 É isso que está acontecendo. Nós estamos vendo hoje buscando possivelmente vai
6875 acontecer outra licitação e outra empresa será contratada. É razoável porque o
6876 paradigma que a empresa tinha era um e hoje a realidade do Ministério é de 60% a
6877 menor do que aconteceu ano passado. Na FENASP nós fazemos esse acompanhamento
6878 mês a mês e nossa média é de 60 a 65% a menor mês a mês. Nós devemos fechar o
6879 ano é a nossa perspectiva com 65% a menos de passagens expedidas esse ano. É
6880 razoável também que a empresa apresentasse isso e hoje estamos vivendo exatamente
6881 isso. A empresa está rescindindo o contrato e não está mais fazendo as passagens do
6882 Ministério. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ -**Não está emitindo
6883 também com empresas de grande porte e então está dando preferência para empresas
6884 pequenas e por isso várias escalas, conexões e acaba tendo grandes transtornos. Sobre
6885 essa questão do horário a gente percebeu na última reunião e chegamos até a conversar
6886 sobre isso na mesa diretora, que apesar de ter pessoas que tem o vôo muito mais tarde,
6887 elas acabam indo embora cedo, como é o caso de um dos nossos Conselheiros que o
6888 vôo dele é amanhã seis horas da manhã e já não está mais presente. E nós pensamos
6889 justamente em colocar o vôo seis horas da manhã, porque senão o último vôo que teria
6890 hoje seria às dezoito horas e então ele iria perder o final da reunião. Então isso foi uma
6891 das questões que estamos pensando e muitas pessoas que a gente emite a passagem
6892 para o horário mais cedo e tudo é por solicitação da própria pessoa, nós estamos pedindo
6893 também que mande por escrito quando solicitarem para a gente, que seja emitido mais
6894 cedo para que a gente não deixe ninguém sem participar da reunião a não ser por
6895 interesse próprio. **Marcos Costa - Conselho Nacional do Ministério Público -** Essa
6896 passagem que foi emitida para amanhã o Conselheiro ou Conselheira, recebeu diária a
6897 mais? **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ -** Sim. É automático.

6898 **Marcos Rezende – Coletivo de Entidades Negras** - Tem que ver até que ponto o
6899 sistema é automático, né? Porque eu tenho uma passagem. Tem duas coisas aí que são
6900 complicadas. Uma das coisas é a doutora Tereza vai para Salvador como eu e Elder
6901 vamos, mas ela vai no voo de oito e chega lá as 10 e eu vou no voo de oito e chego uma
6902 da manhã. Foi na mesma leva, da mesma empresa, da mesma forma. Se doutora
6903 Tereza não fosse uma pessoa que a gente entende que é nossa parceira, séria, íntegra,
6904 a gente estava aqui falando que deve ser porque ela é defensora e a gente... Isso é muito
6905 ruim. Isso tem acontecido com frequência e para mim não justifica, ninguém vai poder...
6906 **João Francisco da Mota Junior – Secretaria-Geral da Presidência da República** - Na
6907 administração pública nós temos o Sistema Federal de Passagens e é obrigatório para
6908 todos os Ministérios, inclusive para a presidência. E isso é bem interessante também que
6909 se alega na presidência que, por exemplo, um minuto ou dois minutos, por exemplo, se
6910 eu chego agora e digo, emite uma passagem para mim a empresa tem que dizer qual é a
6911 mais barata. Um monte de situações. E uma hora ou duas horas ou um dia que solicitou
6912 para você e no outro dia uma hora depois que solicitou para o Elder, já não pode
6913 considerar mais no mesmo voo, porque o sistema já bloqueia pela questão de valor, tem
6914 essas problemáticas. Não estou defendendo a Secretaria-Executiva, só estou apenas
6915 dizendo como funciona o Sistema Federal de Emissão de Passagens. **Marcos Rezende**
6916 **– Coletivo de Entidades Negras** - Da outra vez foi com Elder e foi comigo também, mas
6917 eu fui para outro canto. Não é legal. Então tem o sistema, mas a gente poderia tentar tirar
6918 passagem das pessoas do mesmo estado na mesma hora então. Porque se todos sabem
6919 que vem para cá e se todos confirmam, enfim. Mas se eu chegar uma da manhã eu
6920 recebo diário ia? Eu recebo uma diária extra? Se eu chego lá uma da manhã então eu
6921 não recebo porque não tem. Alguém também tem que explicar, porque o sistema que é
6922 automático para cortar não é automático para botar. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-**
6923 **Presidente do CONASP/MJ** – Se você chegar no seu destino no dia diferente você
6924 recebe. **Marcos Rezende – Coletivo de Entidades Negras** - Mas não estou recebendo,
6925 amigo. **Aginaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Mas você pode
6926 entrar com requerimento que você recebe. **Marcos Rezende – Coletivo de Entidades**
6927 **Negras** - Eu posso até vir a receber, mas no documento eu não estou recebendo. Então
6928 para, além disso, eu acho o seguinte, Presidente em exercício, eu não devo entrar com
6929 requerimento nenhum, mesmo porque se existe o entendimento de que isso é
6930 automático, porque senão fica parecendo assim, nós não tivemos quorum para aprovar
6931 uma série de resoluções hoje porque os Conselheiros não estão. Corta. O Conselheiro
6932 chega a uma hora da manhã, aí entra com o requerimento, aí eu não vou topar. Então,
6933 tem que ser igual em todos os momentos. Eu acho que vai ter que tratar para resolver
6934 essas questões, porque o Agadeilton é uma das pessoas que inclusive tem passado por
6935 isso. Tem chegado duas e meia da manhã, tem cobrado e teve que fazer ofício por
6936 escrito para poder acontecer e ainda não aconteceu. Outra coisa em cima do que você
6937 colocou, secretário, é com relação a esse Fórum Interministerial para discutir a questão
6938 da juventude negra, não é isso? Está difícil, está muito difícil, porque se esse é o ano
6939 Internacional da Afrodescendência segundo a ONU, e se esse ano está acabando agora
6940 e se a Presidenta Dilma, junto com o Secretário-Geral da ONU e mais 27 chefes de
6941 estado vão estar na Bahia de 16 a 19 de novembro, justamente por conta desse ano,
6942 fazendo atividades voltadas com relação a essa questão, a gente precisa saber o que a
6943 gente vai comemorar, se existe um grupo intersetorial que a gente não sabe de nada e
6944 não acontece nada e ninguém diz nada. Da última vez que foi colocada aqui com relação
6945 a uma técnica do Ministério da Justiça com relação à questão racial, todo mundo aqui
6946 entendeu que essa teria que ser uma prioridade, não foi isso? Inclusive o Presidente

6947 Agnaldo disse que isso tem que ser realmente uma prioridade e todos falaram isso, mas
6948 cadê a resposta? **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –**
6949 Acho que você não entendeu o que ela disse. **Marcos Rezende - Coletivo de Entidades**
6950 **Negras** - Eu acho que eu entendi o que ela disse. Você acha que eu não entendi e eu
6951 acho que entendi. Eu dou aparte, assim eu dou. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-**
6952 **Presidente do CONASP/MJ –** Olha só, a questão do encaminhamento que a Suelen
6953 deu, ela de forma alguma desmereceu a pauta. Se você como um dos interessados
6954 entende que não será o momento ideal aguardar esse posicionamento que ela colocou
6955 que o encaminhamento deve ser imediato, creio que não haja problema nenhum, faremos
6956 isso. **Marcos Rezende – Coletivo de Entidades Negras** Veja só o que tem acontecido,
6957 Conselheiro. A Secretária-Executiva sabe que a gente nem queria trazer esse debate
6958 para o Plenário. Nós temos mandado e-mails perguntando sobre isso, e até foi feita uma
6959 Resolução e não conseguimos avançar. Então nós entendemos que nós temos realmente
6960 pressa e que por conta dessa pressa seria importante ou o Ministério da Justiça ter uma
6961 conversa e saber sobre isso urgente e retornar na próxima reunião, porque eu não estou
6962 vendo respostas ou senão nós tocamos o barco aqui. **Agnaldo Augusto da Cruz –**
6963 **Vice-Presidente do CONASP/MJ –**
6964 A resposta é fácil, se você entende que esse encaminhamento que ela está propondo
6965 não atinge os objetivos faremos o encaminhamento direto. **Almir Laureano – Rede**
6966 **Desarma Brasil-** Eu não estou entendendo. Sabe por quê? A Suelen precisa explicar.
6967 Ele não ouviu o que ela falou. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ -**
6968 Existe um Grupo Interministerial que está discutindo essa questão e nós pedimos para
6969 ingressar nesse grupo, porque eu acho que a gente discutir de maneira individual a gente
6970 vai perder. **João Francisco da Mota Junior - Secretaria-Geral da Presidência da**
6971 **República** - Marcos, estou falando isso, porque o tema do extermínio da juventude negra
6972 eu vejo pelo menos que é uma prioridade parece da presidenta e ela determinou a
6973 instalação de um Fórum envolvendo vários Ministérios, inclusive a Secretaria-Geral para
6974 ver formas de enfrentamento a esse problema. O que talvez a Suelen esteja tentando nos
6975 colocar aqui é que nesse particular eu digo agora como Secretaria-Geral. Qualquer
6976 atividade paralela talvez perderia o sentido já que existe esse Fórum grande e está tendo
6977 prioridade lá na secretaria e está correndo esse Fórum. O que a Suelen está dizendo é
6978 que está pedindo a possibilidade de inclusão, inclusive Elder, o seu nome pode ser
6979 incluído talvez como Conselheiro deste Conselho para integrar este Fórum que está
6980 tentando se resolver. **Márcio da Silveira Marins - Associação Brasileira de Lésbicas,**
6981 **Gays, Travestis e Transexuais** - Só que não dá para ser no tempo que o Ministério vai
6982 resolver. A gente tem que ver, bater na porta. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do**
6983 **CONASP/MJ -** Gente, eu acho que o CONASP tem que pensar um pouco melhor sobre
6984 como aproveitar os seus espaços. Se quiserem que a gente faça um grupo separado de
6985 um Fórum Interministerial, a gente pode fazer, não tem problema. Só que eu acho que a
6986 força de participar de um Fórum Interministerial criado pela presidenta é muito maior.
6987 **Elder Costa Santos - Fórum nacional de Juventude Negra – FONAJUNG** Estou
6988 inscrito há um tempo já e é o seguinte. Eu penso que a melhor estratégia é justamente
6989 essa, compor esse grupo que foi instituído pela Presidente para enfrentar a questão. O
6990 negócio é que esse grupo também não está funcionando a contento e não dá para a
6991 gente continuar esperando. Então é o seguinte. Não dá para a gente ficar esperando que
6992 esse grupo se reúna. A gente tem que fazer algum movimento de pressionar inclusive
6993 para estimular que esse espaço funcione. Sob pena da gente não estar. Esse é o apelo
6994 que eu faço. Compor o grupo sim, mas tem que pressionar para que funcione. **Agnaldo**
6995 **Augusto da Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ –** O que acho que vai contemplar
6996 todo fundo é que a Secretaria-Executiva conte e faça uma devolução para a Plenária

6997 sobre esse procedimento inclusive prevendo data e esse encaminhamento. Senhores e
6998 senhoras, eu creio que Suelen é isso. Mais alguma coisa? **Suelen Sales – Secretaria-**
6999 **Executiva do CONASP/MJ** - Só mais um informe, a Secretaria-Executiva está mudando
7000 de andar, vamos subir mais um andar no Ministério da Justiça. Nós estávamos no térreo,
7001 fomos para o primeiro e agora vamos para o terceiro andar, não sei o número da sala,
7002 mas provavelmente essa mudança se dará semana que vem, e onde nós ficamos hoje
7003 será a SENAD e nós faremos no terceiro andar onde a SENAD é hoje. Só a título de
7004 informação. É menor mas é melhor. O espaço está melhor. Aquele espaço era meio
7005 confuso. A Verônica está feliz, porque ela adora subir na vida. **Elder Costa Santos –**
7006 **Forum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNG** - Só mais uma questão aí. Foi
7007 colocada a situação das passagens, tem que haver um tratamento mais padronizado e
7008 queria colocar a questão das diárias também. Assim como foi falado que temos que
7009 tentar dar um tratamento mais padronizado nas questões das passagens. Queria também
7010 fazer um apelo para que as diárias fossem feitas da mesma forma, porque hoje até as 3
7011 horas da tarde a minha diária não tinha sido depositada e fico incomodando as pessoas e
7012 pedindo dinheiro prestado. Aí eu queria fazer esse apelo e deixar registrado em ata que
7013 não é a primeira vez que isso acontece e não é só comigo. Tenho certeza que outras
7014 pessoas já passaram por isso também. Só para concluir, todo mundo tem experiência de
7015 outros Ministérios onde atrelada à emissão da passagem já vem a diária também. Não sei
7016 porque a gente aqui demora tanto de receber a diária e fica pegando no pé de Verônica o
7017 tempo todo e não estou afim de ficar fazendo esse tipo de coisa. **Agnaldo Augusto da**
7018 **Cruz – Vice-Presidente do CONASP/MJ** – Na verdade é uma situação ruim para todo
7019 mundo. A solução para isso acho que seja o seguinte. Tudo na vida tem um responsável.
7020 Tudo o que eu sou culpado eu pego para mim e o que não sou eu passo para quem de
7021 direito. Nesse caso das passagens, Suelen, inclusive você marca para sexta-feira uma
7022 reunião com a Helena do gabinete do Ministro porque quem expede as passagens é o
7023 gabinete do Ministro para a gente levar essas reclamações nominais para ela. O que é
7024 nosso, é nosso. Não é, não é. Para além disso, fica aqui o encaminhamento e o pessoal
7025 do CONASP depois nos cobre para que essa resposta da reunião seja circulada para os
7026 Conselheiros. O pior de tudo é você ficar sem saber o que está acontecendo. Às vezes
7027 um problema ruim você fica sabendo o que está acontecendo. Não sei, vou imaginar o
7028 que quiser. **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** - Só para informar
7029 também, a diária só é paga quando a passagem é emitida. Então quando a gente atrasa
7030 a passagem, atrasa a diária e vou pedir para os senhores encarecidamente quando a
7031 gente mandar o e-mail com a convocação confirmem em seguida, também depende da
7032 confirmação por e-mail e todas as vezes no último dia a gente tem que ligar de
7033 Conselheiro em Conselheiro que não confirmou que é para pedir para ele abrir o e-mail
7034 dele e confirmar para a gente. Conforme a passagem vai chegando a gente já vai
7035 anexando e colocando no sistema. **Elder Costa Santos - Fórum nacional de Juventude**
7036 **Negra – FONAJUNG** - Mas no meu caso eu respondi no tempo correto e não aconteceu.
7037 **Suelen Sales – Secretaria-Executiva do CONASP/MJ** Sim, eu estou falando de
7038 maneira geral, mesmo porque eu não sei. **Agnaldo Augusto da Cruz – Vice-Presidente**
7039 **do CONASP/MJ** – Sabe o que está errado mesmo? Está errado porque é regra porque
7040 junto com a expedição da passagem recebe um e-mail foi expedida passagem tal e tal e
7041 embaixo está ali o valor da passagem. Está errado isso aí, não está correto. No sistema
7042 você lança a passagem e contabiliza. Bom, vamos lá, boa noite a todos, bom regresso e
7043 até o próximo encontro.
7044